



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física

ISABELLA DOS SANTOS ALVES

A Trajetória de Mulheres Paralímpicas Brasileiras a partir dos Estudos Feministas da Deficiência

Campinas
2024

ISABELLA DOS SANTOS ALVES

**A Trajetória de Mulheres Paralímpicas Brasileiras a partir dos
Estudos Feministas da Deficiência**

Tese apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Educação Física, na Área de Atividade Física Adaptada.

Orientadora: Maria Luíza Tanure Alves

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA ISABELLA DOS SANTOS
ALVES, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. MARIA LUÍZA TANURE ALVES.

**Campinas
2024**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Andréia da Silva Manzato - CRB 8/7292

AL87t Alves, Isabella dos Santos, 1995-
A trajetória de mulheres parolímpicas brasileiras a partir dos estudos feministas da deficiência / Isabella dos Santos Alves. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Maria Luíza Tanure Alves.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Pessoas com deficiência
. 2. Educação física adaptada. 3. Esportes parolímpicos. 4. Interseccionalidade.
I. Alves, Maria Luíza Tanure. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The trajectory of brazilian paralympic women based on feminist disability studies

Palavras-chave em inglês:

Disabled persons

Adapted physical education

Paralympic games

Intersectionality

Área de concentração: Atividade Física Adaptada

Titulação: Doutora em Educação Física

Banca examinadora:

Maria Luíza Tanure Alves [Orientador]

Edison Duarte

Maria João Carvalheiro Campos

Mariana Simões Pimentel Gomes

Vanessa Helena Santana Dalla Déa

Data de defesa: 01-12-2023

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7983-0653>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5412260639260718>

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Luiza Tanure Alves
Orientadora

Edison Duarte

Maria João Carvalheiro Campos

Mariana Simões Pimentel Gomes

Vanessa Helena Santana Dalla Déa

A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Renato e Andréa e, irmã Gabriella por nunca medirem esforços para cuidarem de mim e de contribuírem com minha formação. Ainda me lembro de suas palavras quando eu disse que gostaria de fazer Faculdade de Educação Física. Eles disseram: “Se isso for te fazer feliz, então faça!”. Pois bem, depois de 10 anos dessa escolha, tenho certeza de que vocês foram as pessoas que mais acreditaram em mim. Obrigada por tudo, vocês são a base, amo vocês!

Ao meu namorado, Rodrigo, que me apoiou diariamente no processo de doutoramento. Como namorado, você me motivou e me divertiu em meio aos desafios da vida da Pós-Graduação. Como Docente, você me inspirou e aconselhou quanto eu mesma duvidei da minha competência. Te agradeço pela amizade que desenvolvemos, pela família que construímos e pelo momentos inesquecíveis ao seu lado. Obrigada amorzão, te amo!

Agradeço a outros amigos, como a Nat que me abrigou e me motivou em Campinas e a Carol e a Isabela que sempre estiveram dispostas a me escutar e alegrar. Vocês são demais!

Agradeço a outros familiares, como meus sogros e avós, que sempre estiveram do meu lado, longe ou perto, me incentivando e me divertindo nesses anos na Pós-Graduação. Obrigada por tudo família linda!

À minha orientadora, Malu que me instrui e desafiou constantemente no processo de fazer ciência. Com suas orientações precisas e opiniões potentes, vi em você uma professora/mãe/amiga inspiradora. Ainda me lembro como eu pensava mil vezes antes de te enviar um e-mail, mandar uma mensagem ou bater em sua porta. O medo era sobre gastar o seu tempo com qualquer pergunta “boba” ou dúvida desnecessária sobre os meus estudos. Hoje, tenho plena consciência de que boba era eu de não aproveitar ainda mais momentos sob sua orientação. Malu, agradeço demais pelo seu apoio e por ter valorizado meus anseios e motivações ao longo desses anos de doutoramento. Entre idas e vindas de Campinas, agradeço por acreditar no meu trabalho e por me conceder um lugar especial na sua trajetória, sendo eu, sua primeira aluna de doutorado.

Às quatro grandes amigas que o doutorado me deu. Náthali, obrigada por cultivar em mim o desejo de estudar mulheres, com mulheres e sobre mulheres. Tenho orgulho de dizer que você foi uma das grandes inspirações para meu doutorado. Foi um privilégio estar do seu lado nesses anos, em especial, compartilhando tantos momentos, aprendizados e somersbys! Renata, muito obrigada por cuidar de mim. Vi em você uma oportunidade de “colo” em Campinas e na Pós-Graduação em geral. Hoje entendo que nossos encontros eram mais que conversas entre

amigas. Na verdade, nossas experiências juntas refletiram cuidado, discussões incríveis, angústias, alegrias e muita parceria. Admiro demais sua trajetória e me inspiro nela! Larissa, te agradeço fortemente pela sinceridade e espontaneidade com que nossa amizade foi criada, desenvolvida e fortalecida. De uma parceria que começou em um capítulo sobre a “interseccionalidade”, percebo que nossa experiência interseccional consolidou uma amizade divertida, autêntica, maluca e sem rodeios. Obrigada por me abrigar em Campinas, obrigada pelas risadas, cafés da manhã sem café, reflexões e drinks que jamais esquecerei de Barão Geraldo. Uai trem, se é amiga boa demais da conta sô!

Para fechar o grupo das cinco espiãs demais, Mari, gostaria te agradecer. Acho que eu nunca te falei isso, mas você me fez lembrar de mim mesma na graduação. Isso porque, tal como eu era, você é uma mulher que quer fazer tudo, que participa de tudo, que quer estudar todos os temas e que acha tudo muito legal dentro da ampla área de Atividade Física Adaptada. Mas, diferente de como eu era, você não tem medo de expressar sua opinião ou escolhas, mesmo com a possibilidade de julgamento. E nisso você me ensinou muito. Depois de várias vivências com você, aliás, com vocês quatro e estudando as mulheres com deficiência a partir dos Estudos Feministas da Deficiência, me percebi diferente na minha trajetória. Hoje, me sinto mais confiante em dizer o que eu penso, ser quem eu sou, vestir o que eu quero e me comportar como desejo. Me sinto transformada com esse doutorado e, vocês quatro, fizeram parte desse processo.

Nesse sentido, agradeço a todas as mulheres que passaram pela minha vida e que de alguma forma me inspiraram. Em especial as mulheres paralímpicas que colaboraram com meu estudo e que me engradeceram com histórias tão incríveis até o esporte e no esporte.

Por fim, agradeço a Faculdade de Educação Física da UNICAMP e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, processo n.º 141378/2021-2, pela concessão de bolsa de doutorado que oportunizou minha dedicação integral aos estudos.

RESUMO

As histórias de mulheres com deficiência ainda são invisíveis frente às experiências dos homens com deficiência e dentro do arcabouço das discussões do feminismo. No esporte paralímpico, essa invisibilidade é intensificada à medida que a mulher com deficiência possui experiências mediadas pela intersecção da deficiência e gênero, entre outras que as oprimem simultaneamente em um ambiente de predomínio masculino e corponormativo. Dessa forma, este estudo teve como objetivo reconhecer e compreender as histórias orais de vida de mulheres com deficiência no esporte. Uma abordagem qualitativa com viés pós-estruturalista e emancipatório foi utilizado. As histórias orais de vida foram gravadas, transcritas, textualizadas e interpretadas a luz dos pressupostos dos Estudos Feministas da Deficiência. O exercício da lembrança e por conseguinte, a transmissão e análise da história oral de vida foi fundamental para a diversificação das trajetórias esportivas. Isto porque, as histórias não só foram discutidas individualmente, mas também, foram incorporadas em uma discussão coletiva em que pontos de encontro foram identificados no labirinto da mulher com deficiência até o esporte e no esporte. Primeiro, todas enfrentaram desafios no processo de *descobrir-se como uma pessoa com deficiência*, principalmente porque houve o predomínio do modelo médico no processo duradouro de descobrimento da lesão (*impairment*), questionamento da opressão social (*disability*) e de suas relações com outras categorias sociais. Segundo, ficou evidente no curso da vida das mulheres o processo de *resistir, mas inserir-se no esporte* que dentre as diversas experiências foi predominado por uma iniciação esportiva limitada e estigmatizada, principalmente porque a educação física escolar se mostrou como um contexto capacitista. Ainda assim, todas alcançaram a carreira esportiva de elite e, a partir daí, foram desafiadas no processo de *transformar-se como mulheres paralímpicas*. Na posição de paralímpicas, elas parecem transformar suas percepções sobre a deficiência, enquanto rescrevem uma nova história como mulheres no esporte. Embora elas tenham enfrentado uma hegemonia masculina e de estereótipos de masculinidade no esporte paralímpico de elite, os discursos revelaram uma mudança de concepção sobre seus lugares de fala no esporte, que nós traduzimos como um ensaio do modelo social a partir da perspectiva feminista da deficiência. Dessa forma, a deficiência se tornou parte de uma nova identidade, em transformação, e que deseja ser destacada em conjunto com outras categorias sociais para a sociedade.

Palavras-chave: estudos da deficiência, atividade física adaptada, esporte paralímpico e interseccionalidade.

ABSTRACT

Stories of disabled women are still invisible in comparison to the experiences of disabled men and within the framework of feminist discussions. This invisibility is accentuated in Paralympic sports, where these women encounter a complex intersection of gender and disability, among other oppressive forces, in a predominantly male and able-body environment. This study aimed to shed light on and comprehend the life stories of these women in sports. Employing a qualitative approach with a post-structuralist and emancipatory agenda, the research delved into a narrative analysis. These accounts, recorded, transcribed, and interpreted through the lens of Feminist Disability Studies, were pivotal in diversifying their athletic journeys. Unveiling individual tales, these stories converged at pivotal junctures, revealing the labyrinthine paths of disabled women in and towards sports. Firstly, they all grappled with the challenge of self-discovery within the realms of disability, navigating the dominance of the medical model in the prolonged process of acknowledging impairment and challenging the disability within broader social contexts. Secondly, their lives showcased a persistent resistance to and immersion in sports, despite facing a sporting initiation rife with limitations and stigma — especially evident in the ableist landscape of school physical education. Yet, all managed to ascend to elite sporting careers, subsequently encountering the transformative journey of becoming Paralympic athletes. As Paralympians, they reshaped their perceptions of disability, scripting new narratives as women in sports. Despite confronting male hegemony and stereotypes of masculinity in elite Paralympic realms, a shift in their perception of their voices within sports was discerned — a manifestation we interpret as an exploration of the social model through the feminist lens of disability. Consequently, disability evolved into a dynamic facet of their evolving identities, aspiring to be recognized alongside other social categories within society.

Keywords: disability studies, adapted physical activity, Paralympic sport and intersectionality.

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
HISTÓRIA DA TESE	15
Introdução	16
Estudos da Deficiência	19
Questionando o modelo médico	19
Introduzindo o modelo social	23
Revisando o modelo social	30
Interseccionando a deficiência	34
Mulheres e Esporte Paralímpico	41
Objetivo	46
Método	46
Quem são as colaboradoras?	48
Como ocorreu a colaboração?	51
MEMÓRIAS INDIVIDUAIS	55
A jogadora de parabadminton (Marianna)	56
A nadadora paralímpica (Rebecca)	68
A corredora em cadeira de rodas (Verenna)	78
A jogadora de goalball e nadadora (Camilla)	87
MEMÓRIAS COLETIVAS:	98
Descobrir-se como uma pessoa com deficiência	100
Resistir, mas inserir-se no labirinto esportivo	102
Transformar-se como mulheres paralímpicas	103
Considerações finais	105
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE 1	121
APÊNDICE 2	141
APÊNDICE 3	154
APÊNDICE 4	171
ANEXO 1	191

APRESENTAÇÃO

O trabalho acadêmico que a seguir será detalhado representa mais que dados empíricos discutidos com uma dada fundamentação teórica previamente estabelecida. Enquanto gênero acadêmico-científico, a tese de doutorado se situa como um processo teórico-prático guiado pelo desejo de investigar um problema. Para isso, a pesquisa científica se situa como a base artística para a investigação do problema (KOTHARI, 2004) que emerge a partir da explanação dos planos e procedimentos que serão utilizados em uma abordagem e design científico específico (CRESWELL, 2014). Portanto, o trabalho final se materializou em um texto inédito porque correspondeu ao encontro antes não experienciado entre a visão de mundo da *pesquisadora principal*¹, a *fundamentação teórica*, e o *método de pesquisa* no tempo presente. Esses três elementos são a base para o desenvolvimento de uma pesquisa científica (CROTTY, 1998).

Compreender as crenças e valores da *pesquisadora principal* se mostram ainda mais relevantes uma vez que ela é considerada o primeiro instrumento na coleta e análise dos dados de uma pesquisa (CRESWELL, 2014). Ao meu descrever, eu exponho minha posicionalidade como pesquisadora que se manifesta a partir da descrição da minha visão de mundo que refletem premissas ontológicas/epistemológicas e individuais (HOLMES, 2020). Essas noções influenciaram constantemente nas minhas experiências e interpretações na área acadêmica e estão explanadas de forma explícita e implícita em cada palavra escolhida, frase constituída e inferência estabelecida neste estudo.

A visão de mundo neste estudo é pós-estruturalista porque corresponde a um movimento de pensamento em relação às premissas estruturalistas centralizadas em metanarrativas criadas e legitimadas como “asserções de verdade” (PETERS, 2000). Nesse terreno, a proposta de um estudo pós-estrutural que tem como foco mulheres com deficiências no esporte, prevê uma reavaliação dos discursos hegemônicos envolvidos nesse tema. Corker e Shakespeare (2002a) explicam como o pós-estruturalismo oportuniza a ressignificação das narrativas universais a partir da desconstrução da deficiência como tragédia individual e como oposição binária à normatividade. Dessa forma, por reformar a ideia de sujeito autônomo para sujeitos imersos em uma intrincada teia de interações sociais, a perspectiva pós-estruturalista pode “[...] *contribuir enormemente para o desenvolvimento*

¹ Destaco que embora eu, Isabella dos Santos Alves, seja a pesquisadora principal neste estudo, o mesmo foi elaborado e desenvolvido sob orientação de outra pesquisadora, minha orientadora Profa. Dra. Maria Luíza Tanure Alves.

de sociedades inclusivas, o que é certamente tão importante como o desafio à hegemonia do normativismo.” (CORKER; SHAKESPEARE, 2002a, p. 14).

Nesse terreno, meu papel como pesquisadora foi propor diálogos entre a teoria proposta e a realidade social subjetiva de mulheres com deficiência. Com isso, me coloco como o primeiro instrumento de coleta neste estudo e me proponho a explicar sobre minhas próprias premissas individuais em um processo denominado reflexividade da pesquisadora (CRESWELL, 2014; CRESWELL; MILLER, 2000).

Entendo as premissas individuais como o lugar de fala na sociedade – a posição social em um mundo hierarquizado e subalterno (RIBEIRO, 2017). Portanto, ao lado da visão de mundo, meu lugar de fala completa a apresentação sobre minha posicionalidade acadêmica que se resume em uma identidade interseccional em transformação. Ou seja, uma identidade constituída por um processo contínuo de entendimento de quem eu sou e quem são outras pessoas (JENKINS, 2008) influenciado por relações de poder de uma sociedade marcada por diversas categorias sociais (e.g. gênero, raça e classe) (COLLINS; BILGE, 2021). Nesse sentido, entre tantas características que me circundam, me declaro como uma mulher, branca, cisgênero, de classe média, brasileira, natural do estado de São Paulo, residente no estado do Espírito Santo, sem deficiência até o momento da vida, jovem adulta, praticante regular de esportes, profissional de Educação Física e atuante com pessoas com deficiência² há mais de dez anos.

Acredito no meu envolvimento significativo com o fenômeno de interesse – o esporte paralímpico praticado por mulheres³ – para o desenvolvimento descritivo, reflexivo e crítico sobre a deficiência em articulação com o gênero e outros marcadores sociais no campo esportivo paralímpico. Contudo, nesse processo reflexivo e declarativo encontro minha posicionalidade influenciada por uma relação *outsider-insider* (HOLMES, 2020). Estar do lado “de fora” (*outsider*) significa que estou distante, por exemplo, da noção do que é ser uma pessoa com deficiência e estar no Movimento Paralímpico. Esse limite do lugar de fala ficou evidente quando uma das minhas entrevistadas relatou “*Eu faço coisas que você não faz, você dita ‘normal’, né?*”

² O termo “pessoa com deficiência” foi utilizado neste estudo por acreditar que, atualmente, é a terminologia que melhor reflete social e politicamente no Brasil o compromisso com os pressupostos do modelo social de compreensão da deficiência, bem como a terminologia utilizada dentro desse modelo (i.e. *disabled people*) (NEPOMUCENO; ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2020).

³ Como destacado por Kessler (2015), ao invés de usar a terminologia “esporte feminino” se propõe o uso do “esporte de mulheres” a fim questionar o modelo binário feminino/masculino que tende a impor normativas de gênero.

Entretanto, por entender que meu “objeto de estudo”⁴ neste estudo são mulheres com deficiência, me coloco como *insider* porque me identifico com o gênero e os desafios que se materializam pela imposição de estereótipos e culminam na inferiorização da mulher na sociedade (GOELLNER, 2021). É nesse local que me senti parceira ao entrevistar as mulheres que, sempre que possível, inseririam nos finais das frases “né?”, “sabe?”, quase como se quisessem que eu concordasse com a nossa experiência como mulheres.

Nesse sentido, a *fundamentação teórica* escolhida me permitiu questionar e propor ressignificações sobre a mulher e a deficiência na sociedade a partir de um lugar de aliada às mulheres (THOMAS, 2006). Fundamentado no campo dos Estudos Feministas da Deficiência, essa é uma pesquisa com mulheres e, não, sobre mulheres. A noção do “pesquisar com” possibilita contar histórias não contadas, multiplicar antigas narrativas e promover futuras perspectivas a partir de um lugar construído, compartilhado e pluralizado (COUTO et al., 2017; MORAES; TSALLIS, 2016).

Essa mudança é o ponto-chave para o compromisso latente em suspender as históricas únicas que marginalizam a mulher com deficiência no esporte por entendê-las como mais frágeis e menos capazes a partir de noções sexistas e capacitistas. É neste processo que o campo dos Estudos Feministas da Deficiência contribuiu como: uma área interdisciplinar disposta a incorporar interseccionalmente deficiência e gênero num processo contínuo de ressignificação da experiência com intuito de “[...] *recuperar vozes rejeitadas e experiências deturpadas.*” (GARLAND-THOMSON, 2005, p. 1557, tradução nossa).

A fundamentação teórica utilizada não só contribuiu para sustentar essas transformações, como também, orientou o plano de ação metodológico que guiou as estratégias de coleta, análise e descrição dos dados (CROTTY, 1998). Nesse sentido o *método* neste estudo foi constituído por uma abordagem qualitativa com viés pós-estruturalista, exploratório e emancipatório, com intuito de compreender a experiência de mulheres com deficiências em diferentes esportes, com as mulheres, e entendendo que a deficiência é um problema político, uma experiência subjetiva e uma categoria de análise que atua interseccionalmente com outras categorias sociais (CORKER; SHAKESPEARE,

⁴ Minha perspectiva teórica, que a seguir será detalhada, me interpela para o uso das aspas no “objeto de estudo” por entender que a relação com as mulheres que se sucederam neste estudo não se pautou em um processo hierarquizado e objetificado da pesquisadora sobre as pesquisadas, mas sim, de um processo colaborativo entre mulheres.

2002b; CRESWELL, 2014; GARLAND-THOMSON, 2011; MOODLEY; GRAHAM, 2015; OLIVER, 1992). Dessa forma, a escolha da história oral de vida foi fundamental para conduzir a investigação do problema enquanto se pluralizava as histórias de mulheres no esporte. Tais mulheres, a partir do método, se transformaram em colaboradoras por contribuírem voluntariamente no processo de recordação das experiências de vida e revelação no tempo presente (MEIHY; HOLANDA, 2015).

Por fim, destaco que todas essas escolhas conduziram para o desenvolvimento da tese intitulada “**A Trajetória de Mulheres Paralímpicas Brasileiras a partir dos Estudos Feministas da Deficiência.**” O texto final foi dividido em três capítulos que iluminam a possibilidade de pluralizar as histórias de mulheres. O primeiro capítulo é a **HISTÓRIA DA TESE**, na qual a introdução, fundamentação teórica, objetivos e método foram detalhados em diferentes seções. No segundo capítulo, as **MEMÓRIAS INDIVIDUAIS** estão divididas em quatro seções compostas pelas inferências teóricas individuais para as histórias orais de vida de cada colaboradora. E, finalmente, no capítulo **MEMÓRIAS COLETIVAS** estão apresentadas as discussões coletivas a partir das inferências previamente elaboradas.

HISTÓRIA DA TESE

“Acadêmicos e profissionais desempenham um papel fundamental na influência dos significados que as pessoas sem deficiência dão à deficiência e na determinação das políticas e serviços que afetam as nossas vidas.”

(MORRIS, 1991, p. 109, tradução nossa).

Introdução

A temática de interesse deste projeto está situada no campo dos Estudos Feministas da Deficiência: área interdisciplinar disposta a incorporar interseccionalmente deficiência e gênero num processo contínuo de resignificação da experiência (GARLAND-THOMSON, 2005). Considerando as diferentes perspectivas relacionadas ao entendimento da deficiência, neste projeto, ela foi compreendida a partir do modelo social. Portanto, deficiência refere-se a um fenômeno polissêmico em evolução (ONU, 2006) e origina-se socialmente (OLIVER, 1992) à medida que pessoas com diferentes características físicas, sensoriais e cognitivas são oprimidas frente a forças bio-psico-sociais (THOMAS, 2004).

Sob as lentes dos Estudos Feministas da Deficiência (BÊ, 2020; GARLAND-THOMSON, 2005, 2011; HALL, 2011; SHILDRICK, 2020) este projeto tem como foco a história oral de vida de mulheres com deficiência no esporte paralímpico brasileiro. Nesse cenário, gênero, deficiência, e o esporte de elite no contexto brasileiro funcionam como eixos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa. Esses conteúdos se cruzam e sobretudo são pontos de encontro entre tantas outras características divergentes que se associam para a construção da identidade interseccional da Mulher Paralímpica Brasileira.

Gênero é uma categoria de análise que implica nas construções subjetivas e constantes dos sujeitos na sociedade e “[...] *coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.*” (SCOTT, 2016, p. 14). Dessa forma, podemos considerar que o gênero é performático, ou seja, é induzido por normativas que regulamentam sua representação binária e fixa na sociedade (BUTLER, 2018). E no esporte não é diferente. Em um contexto dominado e constantemente reforçado por estereótipos de masculinidade e de corpos sem deficiência (HARGREAVES, 2013), mulheres com deficiência negociam a representação da posição de “mulheres paralímpicas” sob relações de poder que as oprimem simultaneamente (ABDEL-SHEHID; KALMAN-LAMB, 2017; KIRAKOSYAN, 2021).

Dessa forma, destaco aqui a relevância dos Estudos Feministas para evocação e questionamento da categoria “mulher” neste e em futuros trabalhos. A associação entre Estudos Feministas e o Estudos da Deficiência para a formação dos Estudos Feministas da Deficiência contribui, a partir da expansão e pluralização dos métodos de análise, para uma

exploração diversificada das narrativas em torno das mulheres com deficiência (GARLAND-THOMSON, 2011). As experiências dessas mulheres ainda são invisíveis frente aos homens com deficiência e ao feminismo (BÊ, 2020). Dessa forma, cabe aqui desvendar essas experiências em contextos específicos que se materializam na carreira esportiva de atletas: uma trajetória a longo prazo que envolve desde a iniciação à elite, com foco no competir e vencer (PASQUARELLI et al., 2022), que possui especificidades no que tange o atleta paralímpico, como o tipo de deficiência e a classificação esportiva (PATATAS et al., 2020).

Meninas e mulheres com deficiência estruturam a deficiência e o gênero de forma específica nos contextos de atividade física e esporte (APELMO, 2018; BLINDE; MCCALLISTER, 1999). Pelo entendimento do campo esportivo como um ambiente de domínio masculino e provação de estereótipos de masculinidade (BLINDE; MCCALLISTER, 1999) há associação com e contra os homens na tentativa de demonstrar soberania, força e capacidade (APELMO, 2016). Isto as desvinculam de uma representação de dependência e incapacidade que, por elas, são entendidos como parte do movimento em prol de uma identidade com deficiência (APELMO, 2018). Na elite, mulheres salientam a sobrecarga da intersecção do gênero, deficiência e raça (TONON, 2021), enquanto representam uma figura talentosa (APELMO, 2016) em um cenário regido por normas de gênero, deficiência, especificidades esportivas e de corpo (KIRAKOSYAN, 2021).

Dessa forma, a deficiência desafia os estudos feministas ao mesmo tempo que contribui para a compreensão e questionamento das experiências opressivas de forma mais amplificada (GERSCHICK, 2000). Envolve numa cultura biomédica que perdura por décadas, deficiência pode refletir anomalia e incapacidade individual e outras categorizações que objetificam as pessoas com deficiência frente a pessoas sem deficiência no esporte (BRITTAIN, 2016; SMITH; SPARKES, 2020). Nesse sentido, o esforço para evocar o modelo social da deficiência neste estudo visa ressignificar as diversidades e possibilidades para as pessoas com deficiência na sociedade. Sendo o esporte, um fenômeno heterogêneo passível de participação e desenvolvimento atlético na sociedade (BENTO, 2019; COAKLEY, 2017; MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2008), pontuo aqui o local de transformação social deste estudo.

O esporte contribui para o desenvolvimento de sentidos e significados diversificados quando implementados às pessoas com deficiência. Ele potencializa as representações sociais dos envolvidos (LINS et al., 2019), possibilita o engajamento em práticas esportivas e o entendimento das capacidades do corpo (BANTJES; SWARTZ;

BOTHA, 2019), contribui para o sentimento de empoderamento a níveis individuais, grupais e sociais (PENSGAARD; SORENSEN, 2002) e coopera com benefícios relacionados a saúde física, emocional, cognitiva e social (MARTIN, 2013). No contexto de elite, o esporte permite o reconhecimento das habilidades físicas e ainda, revela um cenário passível de profissionalização (BRITTAIN, 2016). Mesmo assim, a presença do paradoxo paralímpico e a relação dúbia que vive o atleta, ora representado apenas como atleta, mas quase sempre como o atleta que supera a deficiência, salientam os desafios da carreira esportiva paralímpica (PURDUE; HOWE, 2012).

Nesse contexto, o entendimento das histórias de vida de mulheres com deficiência no esporte de elite pode contribuir com a compreensão, descrição, questionamento, reflexão e ressignificação dos lugares das mulheres na sociedade. Isto porque as mulheres com deficiência ainda são discriminadas por ao menos estigmas de gênero e de deficiência no esporte (WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021). Dessa forma, nesse trabalho foi e, ainda será, importante “desimaginar” para então compreender a vida singular de mulheres com deficiência no esporte.

A proposta do “desimaginar” é uma crítica de Diniz e Gebara (2022) aos processos regulatórios de corpo, gênero e outras características normativas que dominam e preenchem o percurso da imaginação ao se materializarem em discursos hegemônicos que se resumem no chamado “senso comum”. Ideias como “pessoas com deficiência são incapazes” e “mulheres são frágeis” são exemplos desses discursos que instituem um modo de ser “normal” no mundo. Nesse sentido, o processo de desconstrução do imaginário social faz parte de um estudo com visão pós-estruturalista (CORKER; SHAKESPEARE, 2002a) ao passo que se propõe pluralizar a noção de indivíduo para além de binarismos “normal” vs. “anormal” ou “mulher” vs. “homem”.

Para este fim, invoco o termo interseccionalidade neste estudo, como teoria e ferramenta analítica, entendendo que relações de poder interseccionais moldam a experiência das pessoas em sociedade e contribuem para a constituição de sujeitos plurais (COLLINS; BILGE, 2021). Para além da experiência do gênero e deficiência, mulheres com deficiência no esporte são atravessadas por outras categorias sociais, como raça e classe, que criam uma experiência singular, diversa e subjetiva no contexto esportivo (GERSCHICK, 2000; KIRAKOSYAN, 2021; SHILDRICK, 2020). Essas escolhas vão ao encontro da visão pós-estruturalista e refletem as possibilidades de desconstrução das

metanarrativas ao “desimaginar” o que é considerado uma pessoa com deficiência, uma mulher, um atleta ou uma mulher paralímpica brasileira.

Estudos da Deficiência

Deficiência é um conceito polissêmico passível de diferentes significados e significações. Por meio de diferentes modelos de compreensão a polissemia da deficiência se concretiza e é através dos discursos na sociedade que os entendimentos se difundem e se retroalimentam. Contudo, no âmbito científico, um modelo pode ser equiparado a um paradigma: uma visão de mundo que guia pesquisadores na construção ontológica, epistemológica e metodológica de sua pesquisa (GUBA; LINCOLN, 1994). Dessa forma, ao descrever um modelo de compreensão da deficiência, os grupos de intelectuais, as disciplinas que os envolvem, suas crenças e valores enraizados por trás dessa construção teórica são revelados e se perpetuam enquanto o modelo, ou paradigma, é verificado (KUHN, 1962), falseado (POPPER, 1934) e disseminado. Nesse sentido, dois paradigmas são considerados clássicos e têm sido predominantes na concepção de deficiência nos últimos 50 anos: o modelo médico e o modelo social (BINGHAM et al., 2013; LOBIANCO; SHEPPARD-JONES, 2007; MELLO; NUERNBERG; BLOCK, 2014).

Um modelo não só converge com o outro como também o constitui. A mesma deficiência colocada em evidência antes da pessoa que a possui no modelo médico ou é socialmente construída no modelo social, está sendo analisado sob as regras preditas num determinado contexto, período histórico e de forma interrelacionada com outras categorias sociais. Essas preocupações fazem parte do corpo de conhecimento dos Estudos da Deficiência (*Disability Studies*), que tem como [...] tarefa fundamental a exploração das compreensões afirmativas sob as lesões (*impairment*) advindos do corpo e da mente enquanto examina como a deficiência (*disability*) é representada no nível da psique, da cultura e da sociedade” (GOODLEY, 2011, p. 10).

Questionando o modelo médico

As tensões imbricadas na fronteira entre o modelo médico e o social foram articuladas por ativistas com deficiência que instauraram o campo dos Estudos da Deficiência como um projeto político-acadêmico em meados do século XX (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; NEPOMUCENO; ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2020). Nesse novo campo, as discussões de cunho sociológico sobre a deficiência surgiam a partir

das contestações da visibilidade da deficiência como um desvio da normalidade. Em especial, o trabalho de Erving Goffman sobre o estigma, estimulou o interesse de ativistas e teóricos para a reavaliação do conceito de deficiência (DINIZ, 2007).

Segundo Goffman (1963, p. 6) o estigma é uma “[...] *referência a um atributo profundamente depreciativo*”. O indivíduo estigmatizado, portanto, é aquele que apresenta uma característica distintiva no domínio do corpo (e.g. lesão medular), no comportamento (e.g. deficiência intelectual) e até mesmo em um domínio classificatório (e.g. raça). As discussões envolvendo o estigma impulsionaram precursores do modelo social em meados dos anos 70 e possibilitaram a construção do entendimento da deficiência no âmbito social (BARNES, 2020; DINIZ, 2007), que até então significava limitação em fazer algo (MITRA, 2006).

O discurso que permeava sobre a deficiência era predominantemente baseado no modelo médico. Aqui, a deficiência significa limitações específicas ou múltiplas advindas de diferenças físicas, sensoriais e/ou intelectuais dos indivíduos (HAEGELE; HODGE, 2016; LOBIANCO; SHEPPARD-JONES, 2007; MITRA, 2006). O pressuposto preponderante desse modelo é a busca incessante pela normalização das pessoas, de seus corpos (HAEGELE; HODGE, 2016) e comportamentos (MITRA, 2006), já que a deficiência desvia da norma esperada das pessoas. Esse entendimento exprime, por definição, em tentativas de reversão e/ou medicalização da pessoa com deficiência (DEEGAN, 2010).

Em uma via de mão única, profissionais da área médica se ocupam da função de eliminar ou minimizar as desvantagens advindas das limitações dos pacientes (PARSONS, 1975). Intervenções cirúrgicas, medicamentosas, terapêuticas e reabilitativas são impostas com intuito de aproximar a pessoa com deficiência a uma constituição funcional, corporal ou intelectual ordinária – o normal. Segundo Garland-Thomson (2009),

Ser ordinário é ser normal, devidamente apresentável. Na verdade, uma das principais liberdades concedidas ao ordinário é a desatenção civil - isto é, a liberdade de ser discreto, de não ser uma pessoa que é encarada (GARLAND-THOMSON, 2009, p. 46, tradução nossa).

Ao contrário, ser extraordinário é parecer anormal aos olhos de quem espera o ordinário ou normal (GARLAND-THOMSON, 2009). É nesse contexto que a deficiência é posicionada de forma precursora (BINGHAM et al., 2013) e, até mesmo, inerente à pessoa (DEEGAN, 2010). É como se houvesse uma concorrência entre a característica que precisa de reparo – a diferença – e a própria pessoa. Nessa disputa, o atributo físico,

sensorial ou comportamental que a torna diferente de outras pessoas se sobressai e revela o estigma definidor e diferencial da pessoa (GOFFMAN, 1963). Termos como amputado e paraplégico, são atribuídos às pessoas, antes de seus nomes e enfatizam o tipo de deficiência inerente ao indivíduo que “a porta” (DEEGAN, 2010). Esta concepção contribui para o uso constante da nomenclatura portadores de deficiência justamente por entender que a deficiência é algo sobressalente que o indivíduo carrega consigo e não o constitui com sua identidade.

Advindo dessas circunstâncias, há também um desencadeamento de termos pejorativos, como “aleijado”, “perna de pau”, “mongoloide” e outras tantas nomenclaturas que reproduzem a ordem normativa esperada às pessoas (DONOGHUE, 2003). Essa compreensão ocasiona no entendimento do ser humano deficitário, como se faltasse algo ou o que resta se mostrasse defeituoso, imperfeito e, até mesmo doente. É exatamente neste discurso que deficiência e doença são apresentadas como sinônimos por articularem um estado comum de enfermidade (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; LOBIANCO; SHEPPARD-JONES, 2007; MITRA, 2006).

Ancorados na concepção médica, LoBianco e Sheppard-Jones (2007) relataram que pessoas com deficiência percebem a si mesmas como portadoras de desvantagens e limitações. Tais percepções são enraizadas no diagnóstico de especialistas da medicina que, amparados em perspectivas de constituição biológica do ser humano (BRITAIN, 2004), descrevem e ditam o tipo de tratamento e o modo de conduzir a vida possuindo uma ou mais deficiências (BRISENDEN, 1986; GILLMAN; SWAIN; HEYMAN, 1997). Dessa forma, como retratado por Gillman (1997), pessoas com deficiência são rotuladas como “casos” aos invés de “pessoas” o que as posicionam em um grupo estigmatizado desde seu nascimento ou, após adquirirem a deficiência ao longo da vida.

A natureza congênita ou adquirida da deficiência também exerce um papel fundamental sobre a percepção da pessoa com deficiência (BOGART, 2014) e, conseqüentemente, na aceitação ou não de sua deficiência (LI; MOORE, 1998). Pessoas que se tornam pessoas com deficiências ao longo da vida experenciam um momento de perda ou alteração de suas funções (BOGART, 2014) e isto demanda tempo e esforço para os ajustes a nova condição (LI; MOORE, 1998). Por isso, vale ressaltar que avanços médicos relacionados as implementações do uso de órteses, próteses e outras tecnologias assistivas, sem dúvida, são exemplos de ajustes que possibilitam uma melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência. Embora, geralmente, o intuito ainda seja normalizar e corrigir a pessoa (i.e. advinda da concepção médica) o uso desses implementos pode

contribuir para o exercício dos direitos humanos ao prover independência nas atividades de vida diária da pessoa com deficiência (BORG; LARSSON; ÖSTERGREN, 2011).

O modelo médico também pode ser articulado dentro de matrizes mais abrangentes sobre a compreensão da deficiência. Autores com Oliver (1996) e Goodley (2011) o incluem numa perspectiva individual por entenderem que a medicalização faz parte da concepção focada no indivíduo. Nesse entendimento, a compreensão que emerge do indivíduo pode gerar uma necessidade de intervenção médica corretiva para amenizar a tragédia individual (OLIVER, 1996), podendo até mesmo ocasionar no entendimento de “punição divina” para a pessoa que nasceu ou adquiriu uma deficiência (GOODLEY, 2011; OLIVER, 1996). Por isso, a deficiência também pode ser compreendida como sob uma concepção moral na forma de castigo advindo de um pecado cometido. Este tipo de perspectiva revela um dos modelos mais primitivos que, como o médico, foca a deficiência no indivíduo, mas, a coloca como um teste de fé em Deus (GOODLEY, 2011).

As perspectivas envoltas no modelo médico avançam para além da compreensão estereotipada da pessoa com deficiência e fundamentam definições oficiais, refletem o posicionamento organizacional governamental do país ou região e, conseqüentemente, direcionam o modo como a deficiência é compreendida e vivida em sociedade (GOODLEY, 2011). Isto porque o modo capitalista-neoliberal como ela é organizada atualmente em grande parte do mundo, espera observar e selecionar pessoas capazes para a produção de capital. Goodley (2014) descreve a lógica neoliberal como a busca compulsória de identificação da pessoa (hiper) normal. Ela é compulsória justamente por dominar o sistema socioeconômico enquanto constitui um cidadão ideal. Nesse caso, uma pessoa se mostra mais qualificada (ou ideal) que outra à medida que esta última – denominada como outra – apresenta atributos que a desvalorizam e que a levam ser considerada como anormal (EREVELLES, 2011).

Nesse terreno, o modelo médico da deficiência se mostra precursor de discursos capacitistas, que estigmatizam e marginalizam pessoas com deficiência. Segundo Fiona Campbell, o capacitismo (*ableism*) refere-se a uma prática exteriorizada preconceituosa frente a deficiência que, desvinculada de uma cultura normativa, se apresenta como “[...] *um estado diminuído do ser humano.*” (CAMPBELL, 2001, p. 44, tradução nossa). Dessa forma, é preciso elucidar as experiências e discursos capacitistas a fim de ressignificar o entendimento sobre a deficiência que, mesmo que seja compreendida numa concepção médica, seja percebida e vivenciada como uma diversidade humana.

Introduzindo o modelo social

O cenário social que se formava com a ideia da deficiência relacionada a incapacidade e anormalidade mobilizou atividades e acadêmicos com deficiências entre 1960 e 1970. A crítica ao modelo médico foi gerada por sociólogos de tradição marxista que questionaram o entendimento da deficiência e fortaleceram o campo dos Estudos da Deficiência.

Os Estudos da Deficiência se desenvolveram como um campo em resposta à percepção de universalidade do problema, interesse acadêmico em explicar o lugar e o significado da deficiência na sociedade e expressões ativistas de empoderamento, inclusão, normalidade e as políticas da diferença (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002, p. 18, tradução nossa).

Nesse âmbito, Vie Finkelstein, Paul Hunt, dois ativistas com deficiências, estimularam em conjunto com outros membros da comunidade com deficiência a criação da organização mais importante para o desenvolvimento e promoção de uma compreensão social da deficiência, a *Union of the Physically Impaired Against Segregation (UPIAS)* (FINKELSTEIN, 2001). Foi uma carta escrita por Paul Hunt ao jornal *The Guardian* que impulsionou pessoas com deficiência a se agruparem e ressignificarem a ideia entorno da deficiência. Ele escreveu:

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt (CAMPBELL, 1997, p. 82, *apud* DINIZ, 2007, p. 9)

A iniciativa de Paul Hunt, que estimulou a criação UPIAS pelas pessoas com deficiência na Inglaterra, mobilizou os interesses e aliança de várias pessoas ao redor do mundo. Essa nova organização se desenvolveu em prol da subversão das iniciativas propostas por outras organizações para pessoas com deficiência entre os anos nos anos 70 na Inglaterra (WATSON; VEHMAS, 2020). Segundo Finkelstein (2001), os movimento que surgiram anteriormente a UPIAS, como a *Disability Income Group (DIG)* e mais tarde do *Disability Alliance (DA)*, se fundamentavam em estratégias compensatórias com fins a retribuição econômica a pessoa com deficiência por sua própria condição de deficiência. Essas organizações lutavam por benefícios estatutários as pessoas com deficiência que se

encontravam sem renda própria. Uma vez que essas pessoas, e suas famílias, eram redimidas economicamente, se criava um regime de caridade relacionado à deficiência.

Nesse terreno, a UPIAS buscou subverter o ideal caritativo por entender que, na verdade, é uma sociedade incapacitante que barra a participação social da comunidade com deficiência. A partir de uma compreensão da deficiência focada nas relações sociais e não inerente a pessoa que a vivencia (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; GOODLEY, 2011; OLIVER, 1996) a UPIAS centrou seus esforços em ressignificar a deficiência para uma condição de opressão social (FINKELSTEIN, 2001).

Em meados de 1970, Mike Oliver, um sociólogo, ativista e com deficiência, sintetizou a ideologia da UPIAS e contribuiu para o desenvolvimento da noção de “modelo social da deficiência” (WATSON; VEHMAS, 2020). Segundo Thomas (2004, p. 570, tradução nossa) “*O modelo social sustenta que a deficiência é o resultado de barreiras sociais que restringem as atividades das pessoas com deficiência.*”. Os pressupostos desse modelo fixam-se nas interferências no modo de compreender as alterações físicas, sensoriais e intelectuais frente as barreiras sociais (HAEGELE; HODGE, 2016). Nesse sentido, faz-se uma relação com as características das pessoas, que são únicas, e os arranjos da sociedade que deveriam ser para todos.

Como proposto pela UPIAS que, para tanto, estimulava o desenvolvimento do pressupostos do modelo social, houve uma necessidade de compreender a deficiência (*disability*) e o termo lesão (*impairment*) separadamente.

Assim, definimos deficiência como a falta de parte ou a totalidade de um membro, ou tendo um membro, órgão ou mecanismo do corpo com déficit; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não leva em conta ou pouca consideração as pessoas com deficiência físicas e, portanto, as exclui da participação na corrente principal das atividades sociais (UPIAS, 1976, p. 20, tradução nossa).

As mudanças na utilização destas diferentes terminologias revelaram mudanças epistemológicas no processo de concepção de deficiência e o paradigma, ou modelo, que as sustentam (NEPOMUCENO; ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2020). O desprendimento da lesão (*impairment*) física, sensorial ou intelectual da deficiência (*disability*), proporcionou um entendimento de um indivíduo plural. Nesse sentido, a responsabilidade não-discriminatória passou a se situar na sociedade, já que é ela que pode exercer forças opressoras por meio culturas normativas predominantes (OLIVER, 1996).

De forma prática, determinada lesão (*impairment*) gera uma restrição (por exemplo, a deficiência visual ocasiona em uma restrição sensorial de origem visual) e, quando esta ocorre, a interação com o meio social pode ou não proporcionar uma desvantagem (por exemplo, a pessoa com deficiência visual tem uma desvantagem ao se posicionar para atravessar uma rua, se esta não possui um semáforo de trânsito com avisos sonoros). Dessa forma, deficiência é criada socialmente a medida que a organização social falha por não atender as necessidades universais (AMIRALIAN et al., 2000). Segundo Oliver (1996, p. 32, tradução nossa),

Não são as limitações individuais, de qualquer tipo, a causa do problema, mas a incapacidade da sociedade em fornecer os serviços adequados e em garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam plenamente levadas em consideração em sua organização social.

As diferenças culturais entre as línguas e as possibilidades dos diferentes sentidos e, portanto, a polissemia da deficiência, dificultaram a incorporação e promoção de tais ideais sobre lesão e deficiência. A partir do uso do modelo social, a lesão não pode ser entendida como a causa da deficiência, mas sim, como uma característica possível na diversidade humana. Logo, a ideia de “portar” uma deficiência é refutada à medida que se entende o equívoco de portar o que, na verdade, é um constructo social (OLIVER, 1996).

Ainda assim, o termo “pessoa com deficiência” (*People First Language*) se difundiu por alguns países, em especial nos Estados Unidos e Brasil, em defesa a valorização da pessoa antes do rótulo da deficiência (DINIZ, 2013). Na língua portuguesa brasileira, por exemplo, ambos termos “*disability*” e “*impairment*” são alocados em uma só palavra – deficiência. Embora isso tende a reforçar a deficiência como um problema individual, o termo “pessoa com deficiência” ainda reflete a melhor tradução dos ideais políticos e sociais da terminologia *disabled people* desenvolvida pelos precursores do modelo social (NEPOMUCENO; ASSIS; CARVALHO-FREITAS, 2020).

O olhar para a deficiência como fenômeno emergente das estruturas e comportamentos no processo de inclusão das pessoas com deficiência em ambientes de educação, trabalho e lazer (GOODLEY, 2011) salienta a promoção e intervenções orientadas as mudanças políticas e sociais e não mais em mudanças corporais com fins para a normalização dos indivíduos (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002; HAEGELE; HODGE, 2016). Nesse sentido, iniciativas da UPIAS perduram até hoje e preveem a promoção do ideal emancipatório das pessoas com deficiência. Segundo Finkelstein (2001), uma vez que as pessoas com deficiência têm visibilidade diminuída na mídia, têm

baixa participação e governança social devido às barreiras físicas e são dependentes economicamente de iniciativas caritativas, elas deveriam estar envolvidas em sua própria emancipação, ou seja, devem tomar o controle de suas vidas.

Dessa forma, outras iniciativas contribuíram para a expansão dos Estudos da Deficiência ao redor do mundo e estimularam substancialmente o maior envolvimento das próprias pessoas com deficiência na luta pelos seus direitos civis. O *Independent Living Movement (ILM)*, por exemplo, foi um movimento chave nos Estados Unidos desenvolvido por veteranos com deficiências e mais tarde por estudantes com deficiências (WATSON; VEHMAS, 2020). Adiante, a elaboração de cursos para aprimorar habilidades técnicas e sociais no trabalho junto as pessoas com deficiência e principalmente, maximizar a autonomia dessas pessoas foi desenvolvido com a *Open University* (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002). A união da Academia e do ativismo político foi fundamental para fortalecer o escopo sobre deficiência no século XX. Enquanto havia o aprimoramento do registro e divulgações científicas pela criação da revista *Disability Studies Quarterly* e do *American-based Society for Disability Studies*, mais discussões sobre a deficiência se expandiam dada a interdisciplinaridade das concepções que se difundiam.

Nesse terreno, é observável a eclosão de movimentos sociais com foco no protagonismo, empoderamento e emancipação da pessoa com deficiência. As ações organizadas pelas próprias pessoas deram vida ao lema amplamente difundido como “Nada sobre nós, sem nós” registrado pela primeira vez na África do Sul, mas difundido internacional como o *slogan* da luta da pessoa com deficiência (HELISSA, 2023; SASSAKI, 2007). Até hoje, esse lema tem influenciado as posições adotadas em conferências, organizações governamentais e não governamentais, artigos científicos, pesquisas acadêmicas e outros documentos e iniciativas de destaque que defendem os direitos das pessoas com deficiência (CHARLTON, 2000; SASSAKI, 2007). No Brasil não foi diferente. A expansão do lema deu força as reivindicações pelas pessoas com deficiência, principalmente quando incorporado pela ONU (SASSAKI, 2007).

No que tange a incorporação dessas lutas na Academia, Nepomuceno (2019, p. 3) situa o modelo social como um marco teórico para a comunidade científica no Brasil, especialmente “[...] como fundamentação teórica para leis e convenções, pesquisas em diversas áreas e intervenções em organizações empresariais e educacionais.”. Isto ocorreu, principalmente, pela transformação do que era desenvolvido *para* e tornou-se *pelas* pessoas com deficiência dos anos 70 até os dias atuais no Brasil (JÚNIOR, 2010).

Dessa forma, planos de ações foram sendo reivindicados e construídos pela comunidade com deficiência, que se uniram em prol do fortalecimento dos seus direitos como cidadãos.

Estas ações tornaram-se realidade, por exemplo, com: A organização da Coalizão Pró-Formação para a Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes; O “I Encontro Nacional das Pessoas Deficientes” em 1980, que reuniu pela primeira vez ativistas com deficiência, e; A elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que garante os direitos das pessoas com deficiência em um documento único (i.e. não há um capítulo específico) (LANNA JÚNIOR, 2010).

Entre 1986 e 1999, também surgiram duas instâncias políticas que contribuíram para a história da pessoa com deficiência no Brasil, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). A função do CORDE como órgão autônomo subordinado à presidência da república é “[...] *elaborar planos e programas governamentais voltados para a integração social das pessoas com deficiência*” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 78) enquanto o CONADE foi “[...] *criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência*”, *como órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania* (BRASIL, 2020).

Além disso, leis brasileiras para pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas como umas das mais relevantes do mundo (MAIOR, 2017) devido ao engajamento político e à participação de atores sociais com deficiência. Muitas conquistas se seguiram, como: Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990⁵, que garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência conforme o número de funcionários da empresa; Lei n.º 10.048 de 8 de novembro de 2000⁶, Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000⁷ e Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004⁸, que tratam sobre o atendimento prioritário e o estabelecimento de normas e critérios básicos de acessibilidade; Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002⁹, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da pessoa surda; A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que garante às crianças com deficiência o acesso à escola por meio de uma educação inclusiva com

⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm

⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

recursos adequados; Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016¹⁰, que assegura a reserva de vagas em escolas técnicas públicas e instituições federais de ensino, e; Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015¹¹ que garante a inclusão da pessoa com deficiência e assegura o exercício dos direitos e liberdades fundamentais, em condições de igualdade.

Outras realizações, como a I e a II Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência em 2006 e 2008 e a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas em 2006, foram importantes para situar a deficiência como tema de Direitos Humanos no Brasil. Essa convenção, em especial, mobilizou pessoas com deficiência de todo o mundo, inclusive do Brasil, e até hoje é reconhecida como um ponto de ruptura para a constituição relacional da compreensão da deficiência (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020). Dessa forma, a deficiência foi institucionalizada como um fenômeno em evolução que emerge da “[...] *interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.*” (BRASIL, 2011)

Neste período, o modelo social não havia superado o entendimento predominante da deficiência a partir do modelo médico. Pelo contrário, com a mobilização social da comunidade com deficiências, outras iniciativas governamentais iniciaram-se com intuito de delimitar os conceitos e compreender as condutas para pessoas com deficiência. Nesse terreno, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs a *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH)* (Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Desvantagem) como um instrumento de classificação das consequências das doenças, que se resumiriam em lesão, deficiência e desvantagem (WHO, 1980).

Segundo Barnes (2020) algumas problemáticas envolviam esse sistema de classificação, especialmente porque o desenvolvimento e as ações do ICIDH foram dirigidos por cientistas sem deficiências e sem envolvimento com o movimento da luta das pessoas com deficiência. Dessa forma, o que se observava era uma ruptura da proposta com relação ao modelo social, uma vez que o sistema classificatório era baseado em premissas do modelo médico que preconizam a lesão (*impairment*) como a causa da deficiência

¹⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm

¹¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

(*disability*) e a desvantagem (*handicap*¹²) e, o foco na cura dos corpos não normativos (DINIZ, 2007).

Diniz (2007) aponta que os vinte anos que se sucederam à criação do ICIDH foram palco para discussões em torno da compreensão da deficiência e de uma tentativa de reavaliá-la. Nesse sentido, considerando as diversas possibilidades de intervenção baseando-se nos dois modelos clássicos de compreensão (BINGHAM et al., 2013), um modelo híbrido sobre a compreensão da deficiência se destacou a partir de 2001 (PALMER; HARLEY, 2012). O modelo bio-psico-social foi então desenvolvido e, fundamentada na revisão dos pressupostos do ICIDH. A nova proposta fez parte da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) que apresentou funcionalidade e deficiência como termos guarda-chuvas:

Funcionalidade e deficiência são entendidas como termos gerais que denotam os aspectos positivos e negativos da funcionalidade de uma perspectiva biológica, individual e social. A CIF, portanto, fornece uma abordagem bio-psico-social de múltiplas perspectivas que se reflete no modelo multidimensional (WHO, 2013, p. 5, tradução nossa).

A proposta da CIF teve como objetivo promover um discurso em comum por meio de bases teóricas conceituais sobre a deficiência e a funcionalidade em um manual prático de classificações (WHO, 2013). Sob este modelo, a deficiência passou a ser compreendida como multicausal (DINIZ, 2007) e dependente da interação das condições de saúde dos indivíduos, dos contextos sociais que se ele se situa e de suas características pessoais singulares (WHO, 2013).

Embora esse novo sistema de classificação considere a dimensão social da deficiência e a entenda como uma experiência de opressão (DINIZ, 2007), na maioria, a representação da deficiência pelo CIF ainda resulta numa visão direcionada à doença e incapacidade (MELONI; FEDERICI; DENNIS, 2015; MORGADO et al., 2017). Por exemplo, no mesmo período de ascensão da CIF, o decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, propunha no Brasil que uma pessoa com deficiência era definida como alguém que enfrentava limitações ou incapacidades na execução de tarefas, podendo enfrentar restrições em diferentes áreas, incluindo as físicas, auditivas, visuais, mentais ou

¹² Vale destacar que o termo *handicap* reflete o termo pejorativo *handicapped* que se refere a uma nomenclatura estigmatizante não mais vinculada às pessoas com deficiência (SHILDRICK, 2020). Na tradução, *handicapped* conta com o significado “chapéu na mão” que conduz ao entendimento da pessoa com deficiência como aquela pedinte de esmolas.

múltiplas¹³. Com esse significado, o foco retornou com o enquadramento das incapacidades e desvantagens juntos a deficiência, colocando-as como sinônimos.

Revisando o modelo social

Novas discussões incorporadas nos anos 2000 engrandeceram o arcabouço teórico sobre a deficiência e sublinharam a experiência corporal da lesão para a vivência de opressão social (DINIZ, 2007). Isto ocorreu porque outros protagonistas com deficiências, começaram a surgir com indagações em relação à estrutura do modelo social, principalmente no que tange a experiência individual e subjetiva com o corpo e com o cuidado. Apesar do avanço do modelo social desde a década de 70, a visão, por vezes, restrita à sociedade “[...] *por não abordar a lesão, argumentada como parte integrante da experiência da deficiência*” (PALMER; HARLEY, 2012, p. 358, tradução nossa) ainda apresenta fraquezas ao se deparar com as especificidades aos vários tipos de deficiência, especialmente as de níveis severos.

Dessa forma, o final do século XX e início XXI se mostrou efervescente na releitura do modelo social pela comunidade com deficiência, que culminou no surgindo da segunda onda de teóricos (CORKER; SHAKESPEARE, 2002b) que formaram o que hoje é chamado de Estudos Feminista da Deficiência – um local de questionamento de ideologias dominantes (GARLAND-THOMSON, 2005). A crítica feminista aderiu novos pressupostos ao modelo social enquanto ressignificou os antigos preceitos (DINIZ, 2003; THOMAS, 2006). A entrada feminista aderiu força para a revisão do modelo social à luz das experiências de mulheres com deficiência e de mulheres que cuidam de pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

Embora disputas paradigmáticas de longa data estimularam as discussões entre o modelo social e médico nos Estudos da Deficiência, o caminho para compreensão da deficiência foi ampliado à medida que novos conhecimentos, visões e vozes adentram para o cenário de análise. Portanto, “*Conhecer a originalidade e os dilemas dos autores passados é situar-se em um debate intelectual mais amplo*” (ORTIZ, 2021, p. 18). Um corpo de conhecimento desenvolvido por homens, britânicos, pautados em uma abordagem materialista histórica, precisava ser questionada à medida que mulheres com deficiência indagavam pela visão mais ampla e diversa da opressão e das lesões.

¹³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Dessa forma, os Estudos Feministas da Deficiência originaram-se a partir da ideia de “[...] *integrar a deficiência como uma categoria de análise, uma comunidade histórica, um conjunto de práticas materiais, uma identidade social, uma posição política e um sistema representacional no conteúdo do feminismo.*” (GARLAND-THOMSON, 2011, p. 42, tradução nossa). Nesse cenário renovado, o corpo foi posicionado no centro das discussões teóricas e então assuntos como interdependência, corpo com lesões e cuidado foram enfatizados no modelo social, inclusive no Brasil (DINIZ, 2003, 2007).

Interdependência é um elemento central na nova onda de discussões sobre a deficiência. Ao passo que ela se refere a dependência mútua das pessoas para o convívio em sociedade, ela desvincula a ideia de dependência associada apenas às pessoas com deficiência. Essa nova linha de pensamento rompe o projeto político focalizado na busca pela independência criado pelos precursores do modelo social. Esses, acreditavam na necessidade de remoção de barreiras físicas em prol da autonomia e independência por parte das pessoas com deficiência, visando a inserção no mercado de trabalho. Contudo, nem todas as pessoas experimentariam a independência com a remoção de barreiras sociais. Nesse sentido, a interdependência evoca a experiência do corpo com lesão e revisa a ideia de cuidado ao corpo com deficiência (DINIZ, 2007).

Segundo Diniz (2008, p. 60) a nova geração de estudos propôs o reconhecimento das “[...] *relações de dependência e cuidado como questões de justiça social para deficientes e não deficientes.*” Dessa forma, a autora destaca a necessidade de: 1) compreender que a ideia de interdependência molda a sobrevivência pela cooperação de corpos com deficiências e sem deficiências; e 2) reconhecer que o cuidado faz parte de uma esfera mais ampla que revigora a ética caritativa e inclui outros aliados para a luta da deficiência (i.e. cuidadores). Nesse sentido, pessoas com e sem deficiência participam do fenômeno da deficiência quando se percebe que ela é uma experiência humana que pode ser adquirida ao longo da vida (GARLAND-THOMSON, 2011).

Uma das propostas de Garland-Thomson (2011) para a arena dos Estudos feministas da Deficiência é realçar a deficiência como categoria identitária mostrando com ela rompe com a noção de identidade imutável e promove uma que seja mutável, múltipla e fluída. Nesse sentido, essa autora também adiciona *corpo* na sua agenda de estudo, e em conjunto com *representação, identidade e ativismo* salienta os quatro domínios que devem ser analisados dentro do arcabouço dos Estudos Feministas da Deficiência.

No domínio do *corpo*, a autora retrata o campo de significações corporais que expõem os corpos de mulheres com deficiências. Ambos são fundamentados com base em

discursos sobre aparência e ideologias médicas, respectivamente, e se conformam em expectativas de corpos belos e “normais”. Culturas normativas predominam a construção corporal do que é ser uma mulher na sociedade e delimitam como elas devem se parecer para serem validadas como mulheres. Do mesmo modo, o corpo com deficiência é estigmatizado pela ideia de corponormatividade e em um processo hierárquico entre ordinário e extraordinário, sendo os últimos à margem do que é ser uma pessoa normal. Dessa forma, a mulher com deficiência enfrenta a ambivalência de ser, e não ser considerada uma mulher normal. Segundo Garland-Thomson (1997, p. 27, tradução nossa) a mulher com deficiência é vista “*Como o oposto da figura masculina, mas também imaginada como a antítese da mulher normal, a figura da mulher com deficiência está, portanto, ambigualmente posicionada dentro e fora da categoria da mulher*”.

No domínio da *representação*, Garland-Thomson (2011) aponta que a mulher e a deficiência são representadas como desvios da normalidade em uma cultura ocidental sexista e capacitista. Enquanto estereótipos de feminilidade e os processos regulatórios estéticos validam a representação e contemplação da normalidade esperada as mulheres, a deficiência desfigura a ideia representativa de normalidade humana. Portanto, a mulher com deficiência é representada como desviante, uma figura que gera espanto, curiosidade e estranheza (GARLAND-THOMSON, 1997) e, conseqüentemente, é encarada com questionamento na sociedade (GARLAND-THOMSON, 2009).

No domínio da *identidade*, Garland-Thomson (2011, p. 30) sugere que a deficiência perturba a homogeneidade da categoria mulher, uma vez que a deficiência ou intensifica, ou atenua estereótipos situados como femininos. Se a mulher é considerada um ser frágil, a fragilidade da mulher com deficiência é hiper enfatizada num corpo que expele incapacidade. Por outro lado, se a mulher é considerada um objeto sexual, a deficiência rompe a sexualidade e coloca a mulher com deficiência como assexuada e em uma posição infantilizada.

A fim de desmitificar o papel controverso da deficiência na identidade da mulher, Garland-Thomson sugere que a deficiência seja considerada como um vetor da identidade humana. Além dela ser uma categoria flexível, que qualquer pessoa pode pertencer ao longo da vida, a deficiência comprova que o corpo é um constructo dinâmico, que se modifica durante os anos e que inevitavelmente já precisou, precisa ou precisará de cuidado (GARLAND-THOMSON, 2011). Por isso, o *ativismo* é incorporado como o último domínio da agenda feminista com deficiência com intuito de transformar a

experiência da mulher com deficiência a partir de ações midiáticas e acadêmicas transformativas.

Por meio dessas arenas ativistas, é possível ressignificar o lugar da mulher com deficiência na sociedade. No Brasil, destaca-se o Coletivo Feminista Helen Keller, que, formado exclusivamente por mulheres com deficiência, tem inserido a transversalidade das experiências na agenda feminista. O Coletivo também vem promovendo discussões sobre saúde, autonomia, segurança e outros aspectos com intuito de aliar pessoas e ações na luta feminista anticapacitista (CONSTANTINO; BERNARDES, 2020). Feminista no que tange a busca por uma sociedade mais equitativa (GOMES et al., 2019) e anticapacitista a partir de ações contra a produção e disseminação compulsória de capacidades normativas, que colocam as pessoas com deficiência como incapazes e anormais (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

No campo do ativismo acadêmico, em especial neste estudo, acreditamos que o diálogo entre os Estudos Feministas da Deficiência na grande área da Atividade Física Adaptada tende a transformar ambas as áreas. Com foco na desnaturalização da mulher e da deficiência (HALL, 2011) as literaturas supracitadas subsidiam o processo de ressignificar os discursos a partir do modelo social e promover práticas sociais que empoderem e emancipem as pessoas com deficiência em diferentes esferas sociais (THOMAS, 2004). Diante disso, a perspectiva pós-estruturalista vai ao encontro das transformações sociais por desafiar noções hegemônicas e normativas que regulam os indivíduos na sociedade (CORKER; SHAKESPEARE, 2002b).

Este foco é urgente no campo da Educação Física, em especial na grande área de Atividade Física Adaptada. Como apontam Seron e Souto et al. (2021, p. 4) “[...] conscientizar-se que não é no corpo nem no indivíduo a localização do problema é um grande passo para a potencialização do esporte em sua abrangência.” Dessa forma, o próximo passo ao analisar a participação de mulheres com deficiência no esporte é reavaliar deficiência e o gênero como categorias sociais que se interseccionam com outras e transformam a experiência social (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2013; MELLO; NUERNBERG, 2012). Isto, sem a ambição de criar novos sujeitos totalizantes explicados por um ou outro modelo (CORKER; SHAKESPEARE, 2002a) desconsiderando a experiência como um espaço discursivo e subjetivo e a identidade como um processo flexível de continuidade e descontinuidade de um núcleo múltiplo enunciado como o “eu” (BRAH, 2006).

Interseccionando a deficiência

Garland-Thomson (2002) já afirmava desde o início do século XXI a importância de considerar a deficiência como um vetor da identidade a fim de proporcionar uma análise interseccional no feminismo¹⁴. A proposta de análise interseccional tem origem no projeto acadêmico chamado interseccionalidade, que significa a construção recíproca das relações de poder que se conformam na diversidade identitária e se traduzem em diferentes formas de viver ao longo da experiência humana materializada (COLLINS, 2015). Dessa forma, olhar para a realidade de mulheres com deficiência na sociedade é analisar o gênero e a deficiência, mas também, entender que essas categorias podem se cruzar com relações hierárquicas como a sexualidade, geração, idade, etnia, classe, raça e com outras (COLLINS; BILGE, 2021).

O termo interseccionalidade foi cunhado em 1989, por uma mulher negra estadunidense chamada Kimberle Crenshaw, como um esforço crítico feminista negro, para refletir e questionar sobre a teoria feminista e as políticas antirracistas (CRENSHAW, 1989). O seu estudo pioneiro é denominado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* (Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, teoria feminista e política antirracista). Neste trabalho, a autora inicia sua argumentação salientando o privilégio de raça em análises de discriminação de sexo, e o privilégio de determinado sexo nos casos de discriminação por raça. Nesse terreno, um sexo oprimido pode ser privilegiado em uma colisão racial.

Embora esse estudo tenha sido pioneiro no uso do termo interseccionalidade, ganhando muita repercussão e prestígio entre ativistas e acadêmicos no final do século XX até os dias atuais, outros protagonistas fazem parte da incorporação da interseccionalidade, quando a ideia ainda era concebida sem referência a esse termo expressivo (COLLINS, 2015). Dessa forma, os anos finais do século XX foram palcos para efervescência de movimentos sociais que contribuíram para o aumento do interesse em pautas sociais na Academia. Estudos de mulheres, estudos de gênero, estudos culturais, entre outros, que

¹⁴ Entende-se feminismo neste estudo como um movimento coletivo com “[...] *compromisso ético, político, teórico e prático com a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva antirracista, antissexista, antilesbofóbica, anti-homofóbica, anticapitalista.*” (HOOKS, 2019, p. 11). Incluo a perspectiva anticapacitista nessa significação por entender que a corponormatividade alcança todos os eixos de opressão.

aderiram, principalmente, gênero/raça/classe, para explicar problemas sociais que não pertenciam a um ou outro campo, apenas (COLLINS, 2015; COLLINS; BILGE, 2021).

A entrada de mulheres e pessoas negras no ensino superior foi fundamental para que as concepções de interseccionalidade emergissem na Academia (COLLINS, 2015). Com a incorporação de premissas interseccionais houve uma postura política crítica de ativistas, que se instauraram nas Universidades, para levantar a bandeira da interseccionalidade com uma *teoria, ferramenta analítica e práxis crítica* e disseminar as possibilidades para a sociedade (COLLINS; BILGE, 2021). O protagonismo dessas pessoas mostrou que a interseccionalidade é algo central e não periférico.

Como *teoria*, a interseccionalidade não é uma premissa dos oprimidos (AKOTIRENE, 2019). Na verdade, ela investiga “[...] *como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana*” (COLLINS, BILGE, 2021, p. 16). Dessa forma, a interseccionalidade se mostra como uma teoria benéfica a todas as pessoas da sociedade, ela não é exclusiva a um grupo de pessoas. Ela atua como principal fonte de reconhecimento da heterogeneidade que envolve as relações de poder e que culminam, principalmente, em barreiras sociais.

Como *ferramenta analítica*, a interseccionalidade “[...] *considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, deficiência, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.*” (COLLINS, BILGE, 2021, p. 17). Dessa forma, a partir do momento que análises unidirecionais começaram a não dar conta dos problemas sociais, por entender que eles são formados por pessoas com múltiplas formas de constituir-se no mundo, a entrada do uso da interseccionalidade se tornou o ponto de virada para uma compreensão mais detalhada, profunda e sensível às diversidades.

Um exemplo da análise unidirecional fica evidente na primeira onda dos Estudos da Deficiência, em que ativistas com deficiência, na maioria homens com lesões de origem física, reivindicaram pela revisão da compreensão da deficiência à luz de suas próprias (e singulares) experiências. É claro que a contribuição desses atores sociais foi imensurável para o desenvolvimento de uma concepção de deficiência de cunho sociológico. Porém, um olhar crítico concebido apenas por homens com deficiência física restringiu os benefícios do movimento às pessoas que não se encaixavam nesse perfil de pessoa com deficiência. Mulheres com deficiência, pessoas com deficiências severas e outras se viram pertencentes ao modelo social apenas quando representantes desses grupos

reclamaram por seus lugares de fala. Como foi o caso dos Estudos Feministas da Deficiência que interpelou a compreensão da deficiência com um vetor identitário que interage e corporifica em conjunto com a raça, etnia, sexualidade, classe e outros (MOODLEY; GRAHAM, 2015).

A proposta de uso da interseccionalidade como ferramenta analítica propicia um local de diálogo e efervescência no processo de interlocução entre as categorias sociais. Dessa forma, para auxiliar nesse processo, Collins e Bilge (2021) propõe seis eixos centrais que podem ser incorporados para uma análise interseccional fidedigna: *desigualdade social, relações de poder interseccionais, relacionalidade, complexidade, justiça social e contexto social*. Juntos, esses eixos podem nos ajudar a aplicar de forma consciente a teoria interseccional e contribuir para o caminho extenso que percorre a transformação do singular mulher para o plural “mulheres”.

Primeiramente, o olhar para a *desigualdade social* a partir da análise interseccional significa compreender que vários fatores podem contribuir para a opressão social. Por exemplo, Moodley e Graham (2015) analisaram o entrelaçamento do gênero, raça e deficiência, para indicadores relacionados à pobreza na África do Sul. Os autores confirmaram empiricamente que a desigualdade de relações socioeconômicas, no que tange a educação e os níveis de emprego, é operada pela intersecção de gênero, raça e deficiência quando mulheres com deficiência negras representam as pessoas com maiores níveis de pobreza. Isto indica que a desigualdade socioeconômica é influenciada por uma perspectiva interseccional.

Segundo, é necessário focar em *relações de poder interseccionais* específicas para entender as influências mútuas na constituição da opressão. Por exemplo, estereótipos de deficiência e de gênero são fatores que potencializam e retroalimentam a desigualdade social de mulheres com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2012). A união dos conhecimentos dos Estudos da Deficiência e de Estudos Feministas e, conseqüentemente, a formação dos Estudos Feministas da Deficiência são fundamentais para entender, no mínimo, a dupla vulnerabilidade dessas mulheres. Com isso podemos compreender que a interseccionalidade representa mais do que a união de categorias, ela representa uma poderosa aliança entre movimentos sociais (ROBERTS; JESUDASON, 2012).

Nesse sentido, se revela o terceiro eixo da interseccionalidade, a *relacionalidade*. Collins e Bilge (2021) explicam que o objetivo da análise interseccional é compreender as relações (i.e. diálogos, interações, coalizões etc.) entre as categorias sociais e não suas oposições. Nesse sentido, Goodley (2011) promove uma análise

relacional entre gênero, raça, sexualidade e classe, e sublinha as possibilidades de compreensão quando a deficiência é inserida em conjunto com essas categorias. Para o autor, a coalizão gênero/deficiência destaca como mulheres com deficiência são, ao menos, duplamente marginalizadas; o diálogo entre raça/deficiência mostra que pessoas com deficiência negras são reféns de um sistema corponormativo e colonial; a interação entre sexualidade/deficiência salienta que a atração física e afetiva das pessoas com deficiência é negada pela “natureza” assexuada atribuída a elas e, ainda; a conexão entre classe/deficiência configuram a comunidade com deficiência como corpos incapazes para a produção de capital, portanto, desnecessária para o mercado de trabalho (GOODLEY, 2011).

A operação desses vários nichos de conhecimento é complexa e por isso o quarto eixo proposto por Collins e Bilge (2021) é a *complexidade*. Segundo as autoras, o olhar para as diversas interfaces interseccionais das categorias sociais pode ser frustrante na pesquisa científica, uma vez que uma coalizão, entre gênero e deficiência, por exemplo, pode não ser suficiente para compreender a experiência por completo. Uma investigação ampla de um mesmo fenômeno requer, por vezes, uma análise ampliada e complexa de vários fatores e categorias.

Conceitualmente, o uso da interseccionalidade provoca a reivindicação e reparação de relações desiguais na sociedade. Por isso seu uso é um projeto político com foco à *justiça social* (quinto eixo de análise). Embora essa justiça tenda a ser controversa e ilusória em sociedade desiguais com práticas discriminatórias (COLLINS; BILGE, 2021), tal como o capacitismo já citado anteriormente, a interseccionalidade nasceu da busca por essa justiça (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 1989). Diante disto, é necessário evocar o último eixo proposto por Collins e Bilge (2021), que se refere a aplicação prática da interseccionalidade em determinado *contexto*.

Se tratando de uma tese de doutorado que tem como foco as Mulheres Paralímpicas Brasileiras, o contexto de análise é o esporte. Logo, as possibilidades e desafios da aplicação da interseccionalidade devem ser baseadas numa *práxis crítica*. A interseccionalidade como práxis crítica provoca uma interlocução consciente entre teoria e prática. Ela contribui com a criticidade de ideias e ações ao propor “[...] *entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.*” (COLLINS, BILGE, 2021, p. 17). Na essência, o projeto interseccional já é crítico porque prevê um processo de remediação de desigualdades sociais a partir de um plano de trabalho com foco na justiça

social. Esse foco pode ser identificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual, salienta que

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p. 20).

Essa aliança com os Direitos Humanos possibilita que a interseccionalidade atue como um plano de fundo para a análise das pré-condições para formação da discriminação; uma avaliação dos tipos e formas da discriminação; e como a busca pelas reparações apropriadas para cada caso identificado (COLLINS, 2015). Dessa forma, o desafio da práxis crítica é compreender como as pessoas produzem (e reproduzem), recorrem e utilizam a interseccionalidade como ferramenta analítica. Sabendo que uma análise interseccional assume várias formas, contextos e possibilidades em um trabalho pautado na justiça social, nossa missão ao incorporá-la no campo Atividade Física Adaptada é compreender os desdobramentos da intersecção da deficiência com outras categorias sociais na expressão individual e coletiva no campo da atividade física e esporte.

A Atividade Física Adaptada é um termo guarda-chuva utilizado por pesquisadores e demais profissionais para o estudo e trabalho junto às pessoas com deficiência (ALVES et al., 2017). Enquanto campo de estudo, a Atividade Física Adaptada se mostra como uma disciplina transdisciplinar que engloba uma variedade de aspectos e contextos que podem incluir educação física, esportes, recreação e reabilitação (HUTZLER; SHERRILL, 2007).

É nesse contexto que nossa discussão se centralizará a partir de agora. A fim de analisar e entender as lacunas e potencialidades da incorporação da interseccionalidade em um estudo cujo contexto de análise é o esporte paralímpico, gostaríamos de estabelecer um diálogo com alguns textos que propuseram análises interseccionais de forma explícita¹⁵ neste campo. Em outras palavras, foi verificado os estudos que viabilizaram uma relação entre o conceito/teoria de interseccionalidade ao cruzar “deficiência” com outras categorias sociais no campo da educação física, do esporte ou da grande área de Atividade Física Adaptada.

¹⁵ Trabalhos que propuseram análises interseccionais de forma explícita são aqueles que, de fato, apontam a interseccionalidade como teoria e ferramenta analítica no texto.

Começaremos com alguns estudos que destacam o uso da interseccionalidade para a compreensão das múltiplas formas de opressão no contexto da Educação Física Escolar. Haegele, Zhu e Holland (2019a) a fim de pluralizar o entendimento da experiência de alunos com deficiência interseccionam a deficiência em conjunto com o gênero e a obesidade. Os autores observam que alunos com deficiência visual obesos acreditam que a visibilidade de seus corpos como incapazes nas aulas de educação física tende a restringir a participação nas aulas e gerar discriminação pelos professores, bem como, o isolamento pelos seus colegas (HAEGELE; ZHU; HOLLAND, 2019a).

Isso foi observado em um estudo com meninas com deficiência visual obesas. Haegele, Yessick e Zhu (2018) relataram que a relação do gênero com a deficiência nas aulas de educação física tende a marginalizá-las frente aos outros alunos. Essas meninas compreendem o ambiente da educação física como um lugar de expressão de ideais de masculinidade que se traduzem em competitividade, força e agressividade. Dessa forma, elas não só acreditam que não pertencem a esse local, como a baixa expectativa dos professores e colegas reforçam a desvantagem interseccionalmente (HAEGELE; KIRK, 2018; HAEGELE; YESSICK; ZHU, 2018).

O estudo de González-Calvo e Varea (2019) também incorporaram às relações interseccionais no domínio da deficiência e gênero, mas agora, a partir de uma narrativa autobiográfica. O autor mostra como o fato de ter adquirido uma lesão física proporcionou um estilo de vida que diverge das expectativas para o corpo e gênero pré-estabelecidos socialmente para um professor e pai, respectivamente. Segundo o autor, o corpo por ele esperado para desempenhar as funções como professor de educação física, que também performa atividades paternas, é um corpo forte, saudável e apto às atividades diárias. Neste terreno, é possível observar como a relacionalidade de certas categorias sociais em certos contextos produz uma inferiorização pautada em normativas. Como o autor aponta “[...] *eu costumava ter um corpo ‘sem problemas’ que se encaixava perfeitamente no ideal estereotipado de um professor de educação física.*” (GONZÁLEZ-CALVO; VAREA, 2019, p. 6).

No que tange o esporte paralímpico, o trabalho de Paccaud e Marcellini (2022) promoveu a intersecção entre deficiência e noções de gênero e sexualidade e propôs inferências nesse campo esportivo. Embora o estudo tenha abordado a interseccionalidade mais como método de análise de um estudo de caso e menos como uma teoria, os autores mostraram a trajetória de um homem homossexual, branco e com deficiência da infância à vida adulta. Se por um lado o participante se mostrava dependente e distante de um

estereótipo hegemônico de masculinidade na infância e adolescência, a prática do hóquei em cadeira de rodas e a performatividade da heterossexualidade em diferentes sites de relacionamento proporcionaram um lugar de capacidade e independência masculina para o atleta.

Paccaud e Marcellini (2022) explicam que a junção do corpo com deficiência com estruturas/aparelhos tecnológicos que otimizam o desempenho no esporte contribuiu para produzir uma imagem de “homem capaz”. Os autores ainda questionam essa visibilidade pôr a afirmarem como uma visão capacitista que conduz ao entendimento enviesado do corpo com deficiência. Isto porque dizer que o corpo é capaz, apenas quando está equipado com estruturas/aparelhos tecnológicos é o mesmo que dizer que sem o uso delas, o corpo se torna incapacitado.

O uso da interseccionalidade tem o poder de revelar como os múltiplos eixos da identidade se conectam e produzem novas impressões dentro e fora do esporte. Ao mesmo tempo que o esporte paralímpico pode ser um espaço de fortalecimento de uma identidade relacionada à independência e capacidade, como o homem, heterossexual, branco, com deficiência e atleta do estudo anterior, ele também pode ser um ambiente opressor, a depender dos sujeitos que se observa.

No trabalho de Weiller-Abels & Everbach (2021a), por exemplo, foi identificado que a representação midiática de atletas paralímpicos nos jogos de inverno é dependente de estereótipos de gênero e de deficiência (i.e. papéis sociais pré-estabelecidos socialmente). Em especial, os autores apontaram que mulheres com deficiência são duplamente discriminadas: por gênero e deficiência porque há, respectivamente, uma hegemonia dos homens neste contexto e o predomínio do modelo médico para a compreensão da deficiência.

Dessa forma, enquanto os homens com deficiência no esporte paralímpico tendem a fortalecer uma identidade normativa masculina e serem nomeados como os atletas representantes de determinadas nações, as mulheres com deficiência são retratas como as “garotas de sorte” das equipes. Pela análise interseccional é possível identificar que as mulheres paralímpicas “[...] vivenciam a opressão por não se conformarem com o que é ‘normal’, em múltiplos níveis que se cruzam.” (WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021, p. 132, tradução nossa).

Entre incentivos e repressões, mulheres com deficiência desafiam contextos esportivos, inclusive, fora da esfera atlética. Por sua vez, estudo de Hanlon e Taylor (2022) revelam como oito mulheres com deficiência (i.e. lesões do tipo física, visual ou auditiva)

estabelecem planos contingentes para se consolidarem dentro da indústria esportiva. As mulheres relataram como é importante e necessário o estabelecimento de uma identidade com deficiência fortalecida para desafiar uma expectativa de corpo de mulher sem deficiência, branco e atlético na organização esportiva.

Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender as experiências humanas salienta o compromisso de eliminar o efeito interativo e opressor entre deficiência e outras categorias sociais. Precisamos utilizar a interseccionalidade de forma consciente na vida cotidiana e acadêmica em prol da justiça social. Nos trabalhos discutidos observamos o uso explícito da lente interseccional como plano de fundo e ferramenta analítica para a compreensão da experiência humana. Essa aplicação no campo da educação física pode atuar como potencializador para o exercício dos direitos humanos, já que a busca intencional pela origem formação das discriminações pode contribuir para a sua indagação e dissipação. Em compromisso com o modelo social e, portanto, compreendendo a deficiência como parte flexível da diversidade humana, a interseccionalidade pode contribuir com uma prática crítica e reflexiva nos diversos eixos da educação física e do esporte.

Mulheres e Esporte Paralímpico

Entre transformações e evoluções, a participação esportiva por mulheres é produto de uma disputa política de poder (GREGG; GREGG, 2017), que ainda é vigente. O esporte “[...] *nasceu aristocrático, masculino, eurocêntrico e branco*” (RUBIO, 2021a, p. 13). Atributos relacionados à força, resistência e determinação foram historicamente incorporados como características inerentes ao contexto esportivo (RUBIO; SIMÕES, 1999). Em consequência, a refutação da participação de meninas e mulheres, consideradas equivocadamente como “frágeis” para pertencerem a estes cenários, foi por muito tempo estimulada por especialistas da área médica. Estes salientavam os efeitos negativos do trabalho, estudo e a prática esportiva intensa na saúde das praticantes, podendo até mesmo comprometer a reprodução de filhos saudáveis (GREGG; GREGG, 2017).

Para além destes argumentos biológicos, meninas e mulheres foram demasiadamente vedadas de exercer parte de sua cidadania, pelos direitos somente concedidos aos homens para expressão social por meio do esporte (JAEGGER, 2007; RUBIO; SIMÕES, 1999). Aos poucos, o lugar das mulheres na sociedade se mostrava em uma posição de vulnerabilidade social, que, segundo Butler (2018, p. 89) “[...] *não se reduz*

a uma particularidade ou a uma disposição episódica de um corpo distinto, mas é, na verdade, um modo de relação que repetidas vezes coloca algum aspecto dessa distinção em questão.” Dessa forma, pela ideia binária de gêneros fixada no esporte por meio de regras dimórficas (CAMARGO; ALTMANN, 2021), o espaço esportivo se tornou um campo de marginalização e contestação às mulheres (JAEGER, 2007).

No Brasil, as questões até então destacadas não se valem de uma narrativa diferente. As mais diversas manifestações e sentidos da atividade física e do esporte, em contextos de lazer, elite e educação revelaram, e ainda revelam, uma inferiorização da participação e visibilidade das mulheres (GOELLNER, 2005). Bem como, demonstra o desprestígio e baixo interesse na prática nos momentos iniciais de formação (ALTMANN et al., 2018). Meninas e mulheres são pouco representadas em livros didáticos de Educação Física e, quando identificadas, atividades individuais e relacionadas ao condicionamento físico são seus espaços de atuação (GONZÁLEZ-PALOMARES; ALTMANN; REY-CAO, 2015).

No que se refere ao esporte de elite, [i.e. no nível internacional amador ou profissional (STAMBULOVA et al., 2009)] a primeira participação de uma brasileira em um Jogos Olímpico ocorreu em 1932, 12 anos mais tarde que a estreia brasileira apenas com homens. Maria Lenk representou a nação brasileira pela natação e inspirou diversas meninas e mulheres nos anos subsequentes (RUBIO, 2021b). O que era para ser um movimento exponencial e crescente da participação de mulheres no esporte de elite, foi, na verdade, um período de evolução e involução. Movimentos higienistas influenciaram na construção histórica, cultural e social da atividade corporal “ideal” para as mulheres enquanto, políticas ditatoriais e excludentes as distanciaram da agenda esportiva (RUBIO, 2021a).

Os autores do Modelo de Desenvolvimento Esportivo do Comitê Olímpico do Brasil, por exemplo, destacam o atraso histórico que existe no plano de desenvolvimento de meninas e mulheres no esporte, em especial no território brasileiro no século XX (PASQUARELLI et al., 2022). Por exemplo, houve o decreto-lei 3.199 de 1941 que proibiu as mulheres de competir esportes que supostamente não condiziam com a “natureza feminina”. Anos mais tarde, em 1965, restrições impostas por um novo decreto no que se refere a prática de esportes coletivos e de combate, como futebol, lutas e rúgbi, marginalizaram a expressão do esporte pelas mulheres e atrasaram a estruturação do esporte a elas (PASQUARELLI et al., 2022). Como destaca Silva (2015), o cumprimento

às leis criadas fortaleceu ações na contramão do desenvolvimento esportivo das mulheres no esporte, que já vinha acontecendo internacionalmente.

Portanto, a incorporação (em vez de simples adição) de meninas e mulheres no cenário esportivo, ainda representa um desafio em evolução (BRAUNER, 2014). Em compromisso com a nação e ancorado com o plano de ação da Organização das Nações Unidas, o projeto para o Desenvolvimento Sustentável na Agenda para 2030¹⁶, contempla o desafio de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Nesse sentido e, na tentativa de quebrar barreiras e expor as competências das mulheres em ambientes antes representados socialmente por homens, incentivos e obstáculos fazem parte da luta das mulheres pelo protagonismo de suas próprias histórias esportivas (GOELLNER, 2005).

Sejam como atletas ou profissionais do esporte, a carreira esportiva de mulheres é desafiada constantemente na sociedade. Melo, Galatti e Montagner (2017) investigaram 28 atletas da Seleção Brasileira de Basquete sub-20 convocadas para a Copa América e 14 atletas do time adulto dos Jogos Pan Americanos, ambos de 2015. Os autores observaram que a ascensão no esporte de elite é influenciada pela entrada tardia e pouca diversificação no esporte, além do baixo nível socioeconômico e dependência do suporte da família. A maioria das atletas do estudo não tiveram contato com o esporte na escola, por isso, a prática foi dependente de projetos sociais ou clubes privados. Isto contribuiu para a pouca diversidade de práticas, bem como, para a oportunidade e comprometimento com um ambiente de elite.

Apesar disso, as mulheres ingressaram no mundo do esporte e se dedicaram desde cedo. Nesse percurso, o respaldo da família desempenha um papel crucial para a sua inserção, permanência e ascensão (MELO; GALATTI; MONTAGNER, 2017). Entre continuidades e discontinuidades, a carreira esportiva das mulheres é influenciada por barreiras sociais que dificultam sua ascensão esportiva. Embora haja diferenças na trajetória a depender do tipo de esporte praticado (i.e. coletivo, ou individual) (SUBIJANA et al., 2020).

Segundo Goellner (2021, p. 103) “[...] a presença das mulheres no ambiente esportivo foi crucial para mostrar o quanto este espaço é generificado (marcado pela diferença de gênero) e generificador (produz a diferença de gênero).” Dessa forma, ao

¹⁶ O quinto objetivo do documento diz respeito à: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.”

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/Agenda2030.pdf

mesmo tempo que se identifica as barreiras sociais para mulheres alcançarem o esporte de elite, se observa a dificuldade para elas permanecerem, e ainda, prevalecerem em um cenário desenvolvido e dominado por homens. Hindman e Walke (2020) entrevistaram 11 mulheres que gerenciam equipes de homens e mostraram como as mulheres são invisibilizadas e oprimidas por uma cultura sexista na indústria esportiva. As autoras apontaram que as mulheres não são protagonistas nesses ambientes porque suas capacidades e contribuições intelectuais são questionadas e menosprezadas frente aos colegas de trabalho, fãs e clientes. Suas representações são então inferiorizadas em discursos que as colocam como “doces” e “queridas” enquanto seus corpos e atitudes são sexualizados e conduzidos a papéis específicos.

Antes de serem atletas, as mulheres são consideradas como “*ladies*”, mães, esposas e, esses papéis, prevalecem sobre suas identidades atléticas (WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021). Para além desses papéis sociais, outras categorias podem incorporar a identidade das mulheres e contribuir para a complexificação de suas experiências esportivas, como é o caso da deficiência. Nesse terreno, vários estudos articulam a chamada dupla vulnerabilidade de meninas e mulheres com deficiência como uma opressão inferiorizada mútua do ser mulher e com deficiência em uma sociedade sexista e capacitista (GARLAND-THOMSON, 2001; HARGREAVES, 2013; OLENIK; M.; D., 1995; WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021).

Contudo, ao fazer uso da interseccionalidade como ferramenta analítica (COLLINS; BILGE, 2021), torna-se complexa a classificação quantitativa da opressão. Aqui, a interseccionalidade é importante para reavaliar a experiência da mulher a partir de uma análise que coloca a deficiência como uma categoria transversal e em conjuntos com outras categorias sociais. Com isso, a abordagem interseccional evita à redução da identidade de mulheres apenas na experiência com o gênero, e provoca a constituição de sujeitos múltiplos e contingentes.

Abdel-Shehid e Kalman-Lamb (2017) apontam que o olhar para as mulheres no esporte, envolve a análise das diversas estruturas de poder que oprimem a possibilidade de participação e ascensão esportiva. Portanto, a invisibilidade vivenciada por mulheres com deficiência (BÊ, 2020) pode ser compreendida como uma não conformação de um *status* de normalidade (WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021) já que existem múltiplas normas de gênero, raça, corpo, classe, etnia e outras categorias sociais exercendo opressões simultâneas sobre essas mulheres (ABDEL-SHEHID; KALMAN-LAMB, 2017). Ao passo que “[...] *todas as mulheres são vistas como*

desviantes, mas algumas mais do que outras.” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 28), o entendimento da marginalização coexistente só ocorre em meio a compreensão do contexto social que permeia as identidades (COLLINS; BILGE, 2021) e esse contexto é o esporte paralímpico.

Foi após a Segunda Guerra Mundial que o esporte para a pessoa com deficiência ganhou evidência internacional, principalmente como uma possibilidade de reabilitação (BELGO, 2021; DEPAUW, 1997; LEGG, 2018). Aquilo que mais tarde, em 1988, foi nomeado como esporte paralímpico, foi largamente promovido em meados da década de 50, pelo neurologista Ludwig Guttmann na Inglaterra (PARSONS; WINCLKER, 2012). Na função de Diretor da Unidade Nacional de Lesões Espinhais no Hospital de Stoke Mandeville, Guttmann promoveu o esporte com fins reabilitativos e obteve benefícios fisiológicos e psicológicos aos envolvidos (BRITAIN, 2016). O que era parte do tratamento de pacientes logo alcançou o cenário competitivo e envolveu seis mulheres e 14 homens, ex-combatentes, na primeira competição de tiro com arco em 1944 dentro do Hospital de Stoke Mandeville (SCRUTON, 1979).

Anos mais tarde, o pequeno evento demonstrativo de tiro com arco se transformou no segundo maior evento esportivo do mundo, depois dos Jogos Olímpicos. O intercâmbio entre pacientes e médicos, divulgação científica, congressos acadêmicos, envolvimento da mídia e a própria comparação com os Jogos Olímpicos contribuíram para o estabelecimento do esporte paralímpico (BRITAIN, 2016). A primeira edição dos Jogos Paralímpicos de Verão ocorreu em Roma no ano de 1960 e foi destinado especialmente para as pessoas usuárias de cadeiras de rodas (LEGG, 2018). Entre os 275 homens e 53 mulheres de 21 países, não havia nenhum competidor brasileiro (BRITAIN, 2016).

O desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil foi estimulado principalmente pela inserção do basquete em cadeira de rodas por Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande, ambos homens com deficiência, que vivenciaram os serviços de reabilitação nos Estados Unidos durante a década de 1950 (ARAÚJO, 2011). Por meio do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro fundado por Robson e pelo Clube dos Paraplégicos de São Paulo instituído por Sérgio, uma possibilidade de prática esportiva paralímpica se disseminou no país (ARAÚJO, 2011). Dessa forma, com apenas 20 atletas homens, o Brasil estreou nos Jogos Paralímpicos de Heidelberg em 1972 (ARAÚJO, 2011; PARSONS; WINCLKER, 2012).

Vagarosamente, o esporte paralímpico atingiu cada vez mais lugares, pessoas, tipos de deficiência e se transformou em um espectro de possibilidades competitivas para

pessoas com deficiência. Contudo, no que tange a participação de mulheres paralímpicas, ainda se observa um baixo número de competidoras e medalhistas quando comparadas aos homens paralímpicos (SANTOS et al., 2022). A primeira participação de mulheres paralímpicas brasileiras ocorreu nos Jogos Paralímpicos de Verão de Toronto 1976 com Beatriz Siqueira na natação e no *lawn bowls*¹⁷ e Maria Alvares, que competiu no tênis de mesa e atletismo (CPB, 2021). Ao poucos, as mulheres foram preenchendo o quadro de atletas e medalhas, mas sempre, em menor número comparadas aos homens.

Nesse sentido, embora se observe um aumento progressivo de participantes e conquistas brasileiras, como é o caso do alcance da sétima posição no ranking¹⁸ nos últimos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020¹⁹ alavancadas pelas mudanças positivas no sistema esportivo paralímpico brasileiro propiciadas pela fundação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em 1995 (SANTOS et al., 2022), as barreiras ainda presentes na vida das mulheres com deficiência nos leva a questionar os diversos obstáculos que dificultaram, e ainda dificultam, a evolução das mulheres com deficiência no esporte. A pergunta que emerge deste cenário é: Qual é a história das mulheres com deficiência que percorrem uma trajetória até o esporte e no esporte paralímpico brasileiro?

Objetivo

Reconhecer e compreender as histórias orais de vida de mulheres com deficiência no esporte. Nesse sentido, o estudo buscou investigar as histórias das atletas através da recordação de suas experiências até o esporte e no esporte de elite brasileiro, bem como, refletir sobre as narrativas imersas em crenças sociais em torno do ser mulher com deficiência no esporte.

Método

Conforme Crotty (1998), o método direciona nossas decisões ao moldar a maneira como estruturamos nosso plano de ação na pesquisa científica. Isso abrange desde

¹⁷ *Lawn bowls* é um esporte de precisão que compôs o programa de modalidades paralímpicas de 1968 a 1996, estando ausente apenas em 1992 (BAILEY, 2008).

¹⁸ <https://www.paralympic.org/tokyo-2020/results>

¹⁹ Os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 foram realizados em 2021, entretanto o nome do evento permaneceu Tyo 2020.

a seleção do objetivo e a escolha das estratégias de coleta de dados, até a exploração dos resultados que almejamos alcançar. Nesse sentido, este estudo contou com design qualitativo e característica exploratória e descritiva com foco na investigação narrativa. Portanto, buscou-se compreender os significados embutidos nas experiências individuais e sociais de mulheres com deficiência no esporte a partir escuta, recolha e compartilhamento de suas histórias de vida (CRESWELL, 2014). Logo, sem a intenção de promover asserções da verdade em sujeitos totalizantes, a visão pós-estruturalista neste estudo subsidiou o reconhecimento dos discursos que perpassam e regulam as experiências dessas mulheres (CORKER; SHAKESPEARE, 2002).

A investigação narrativa de mulheres com deficiência no esporte foi realizada a partir do método história oral de vida, que compreende “[...] *a narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa*” (MEIHY, 2005, p. 147). Portanto, me propus a escutar o testemunho de quatro mulheres com deficiência atletas do esporte paralímpico no cenário de elite brasileiro. Não busquei por verdades, tampouco questionei as escolhas das memórias sobre as trajetórias. Minha preocupação central foi debruçar-se e aproximar-se da subjetividade embutida na percepção que cada mulher teve no processo de retrospectiva de sua própria história (MEIHY, 2005).

É por isso que as mulheres paralímpicas brasileiras nunca foram participantes deste estudo, mas sim colaboradoras (MEIHY; HOLANDA, 2015). Elas colaboraram para a construção de uma história delas, com elas, e não, sobre elas (COUTO et al., 2017; MORAES; TSALLIS, 2016). Foi nesse processo que preservamos um compromisso com o modelo social da deficiência por propormos uma agenda de pesquisa emancipatória que prevê um desenvolvimento científico de forma participativa e não-alienada para as envolvidas (GOODLEY, 2011).

A pesquisa emancipatória é considerada um novo e otimista paradigma nas ciências (BARNES, 2020) porque possibilita que a deficiência seja colocada como problema político central e que os interesses das pessoas com deficiência sejam considerados em prol do empoderamento dessas próprias pessoas (OLIVER, 1997). Dessa forma, na posição de pesquisadora, estive disposta a ser ouvinte das histórias ao escutar as vozes de mulheres silenciadas por uma sociedade capacitista e sexista. É por isso que a escolha da história oral foi importante neste estudo. Esse método é inerentemente inclusivo, pois possibilita o testemunho em primeira pessoa de grupos marginalizados socialmente (MANNING; SCIENCES; PARK, 2009).

Embora a investigação narrativa agregue uma gama de procedimentos e possibilidades, e possa ser compreendida e realizada de diferentes formas por diferentes pesquisadores (SMITH, 2007), neste estudo, dois questionamentos foram implementados para o desenvolvimento da história oral de vida: *Quem são as colaboradoras? Como ocorreu a colaboração?* Juntas, as indagações contribuíram para a compreensão do que é considerado fazer histórias de vida e, não apenas, escrevê-las.

Quem são as colaboradoras?

Todas as pessoas envolvidas na expressão das memórias, no recolhimento e enunciado dos testemunhos, bem como na apresentação e análise das histórias foram colaboradoras neste estudo. Dessa forma, houve uma relação mútua entre a pesquisadora e as colaboradoras (MEIHY; HOLANDA, 2015) mediante uma relação horizontal e não hierárquica. Dessa forma, a organização do grupo de colaboradoras ocorreu a partir da definição da *comunidade de destino*, *colônia*, e *rede* de colaboração nesta investigação. Meihy (2005, p. 72) descreve que a comunidade de destino é “[...] o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, dando-lhes princípios que orientam suas atitudes de maneira a configurar uma coletividade com base identitária.” Portanto, considerando a temática e objetivo neste estudo, a comunidade de destino foi estabelecida como: atletas com deficiência.

Dada a heterogeneidade desse grupo, considerando o gênero, tipo e etiologia da deficiência, modalidades que atuam, idade, raça, entre outras características, houve a necessidade de caracterizar a colônia a ser investigada dentro da comunidade de destino. Segundo Meihy e Holanda (2015, p. 53), apesar da delimitação da colônia ser sempre arbitrária, ela tem como intuito “[...] facilitar o entendimento do coletivo que se perderia na abrangência”. Por isso, a colônia foi deliberadamente formada por mulheres com deficiência no nicho do esportivo de elite.

Ainda que esse grupo pareça compor um conjunto homogêneo de pessoas, o conceito de redes nos ajuda a compreender que ainda há subdivisões plurais na colônia que, por sua vez, contribuem para o detalhamento de *quem* são as colaboradoras desse projeto. Entende-se rede por “[...] segmentos ainda mais restritos que possuam feições singulares.” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 54). Nesse sentido, a rede foi composta por atletas de equipes femininas de nível nacional e/ou internacional de esportes coletivos ou individuais que compreendem as deficiências físicas ou visuais, adquiridas ou congênitas, elegíveis do

Programa Paralímpico Brasileiro de 2023. Com isso, quatro atletas participaram do estudo após a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As quatro mulheres que compuseram a rede colaborativa desta pesquisa foram identificadas pelo esporte em que atuam e por um nome fictício: 1) A jogadora de parabadminton (Marianna); 2) A nadadora paralímpica (Rebecca); 3) A corredora em cadeira de rodas (Verenna), e; 4) A jogadora de goalball e nadadora (Camilla). Uma breve descrição da história de vida está apresentada abaixo para cada colaboradora.

- ***A jogadora de parabadminton (Marianna)*** é uma mulher de 47 anos que ressalta em seu discurso o orgulho em ser nordestina. Nascida no Povoado Lagoa do Meio, no município de Capela, em Sergipe, essa colaboradora viveu grande parte da infância e adolescência em uma casa de chão batido de terra com seus pais e outros cinco irmãos. Entre eles, Marianna ressalta que foi a única presenteada com a deficiência. Em relatos que vão da infância a vida adulta, essa colaboradora demonstra que nem sempre a deficiência foi considerada um presente. A intersecção da deficiência com classe, raça e regionalidade moldaram suas vivências e mostraram como Marianna foi oprimida socialmente à medida que ela era apontada como a “aleijada”, dependente e incapaz. Sua vida em um ambiente precário na região nordeste do Brasil, bem como a discriminação vivenciada na escola e, conseqüentemente, a vergonha e aflição por ser encarada pelas pessoas culminaram no sentimento de baixa perspectiva de vida. A migração para o sudeste do país foi o caminho que ela escolheu para traçar novas oportunidades e, sobretudo, buscar um tratamento para sua deficiência. Com isso, novos desafios como mulher com deficiência, pobre, parda e nordestina atravessaram sua busca pela inserção no mercado de trabalho enquanto Marianna se descobria como uma atleta. O esporte surgiu como um ponto de virada em sua vida porque mostrou as potencialidades daquela menina que não aceitava a deficiência ou daquela aluna excluída nas aulas de Educação Física. A carreira como graduanda em Educação Física surgiu dessas possibilidades e mostrou que é possível viver do esporte. O percurso atual como atleta, estudante e esposa, proporcionam experiências singulares para uma mulher que hoje se transformou no que ela queria ser.
- ***A nadadora paralímpica (Rebecca)*** é uma mulher de 39 anos nascida no estado de São Paulo, e possui uma deficiência visual. Tal deficiência que, segundo ela, fazia com se sentisse diferente no mundo. Ela passou grande parte da infância, adolescência e

vida adulta achando que só ela era “assim” — possuía baixa visão. Ela não cita a figura do seu pai, mas retrata muito fortemente a presença da mãe, dois irmãos e avó no período de escolarização e iniciação esportiva. A mãe, que mais tarde faleceu devido ao câncer, representa uma figura inspiradora para ela e que remete ao cuidado e carinho que ela não vivenciava fora no ambiente privado. Na vida pública, na escola, por exemplo, o capacitismo marcou suas vivências e preencheram sua história de memórias negativas de um tempo de segregação e exclusão escolar. Foi a mãe que nesse período subsidiou a iniciação da natação em um clube esportivo e incentivou a prática em um local de treinamento de pessoas com e sem deficiência. Rebecca só foi inserir-se na natação paralímpica anos à frente, com o encorajamento de um treinador paralímpico. Nesse cenário, a natação surgiu e permaneceu na vida dessa colaboradora com um ambiente de descobrimento e empoderamento. Ela se compreendeu como pessoa com deficiência e escolheu pertencer a esta comunidade à medida que se tornou protagonista de sua própria história. Rebecca se coloca como uma mulher forte e de coragem em meio aos desafios do cenário paralímpico e ao câncer que também a atingiu. Nesse sentido, essa colaboradora ressignifica a noção de superação da deficiência para a superação do desempenho diário como uma atleta paralímpica brasileira.

- ***A corredora em cadeira de rodas (Verenna)*** é uma mulher de 32 anos, representante brasileira da corrida em cadeira de rodas. Nascida em São Paulo, Verenna se mudou para Bahia logo na infância e viveu por pouco tempo com sua mãe e dois irmãos sob os desafios de uma terra que ela não queria pertencer. As memórias do período de baixa renda na roça, bem como, a situação precária na ausência de energia elétrica e água encanada evidenciaram seu desgosto em se desenvolver no nordeste do país. Em meio a esse cenário escasso, o esporte surgiu em sua vida ainda como mulher sem deficiência. Em suas palavras, Verenna destacou que jogava bola com as meninas. O treino liderado e dominado pelos jogadores do time masculino, bem como, a vivência do racismo por discursos machistas na infância, evidenciou uma opressão por gênero e raça naquele período e localidade. Contudo, tal como a colaboradora Marianna, Verenna migrou para o sudeste do país em busca de sua independência. O que não era de se esperar foi a transformação que ocorreria a partir de um acidente de moto. Verenna adquiriu a deficiência e com ela novos desafios foram adquiridos em seu novo contexto de existência. Dor, cuidado e dependência intermediaram sua vida que não

mais refletia ideais de corpo, gênero e expectativa de trajetória para Verenna. Foi nesse âmbito que o esporte ressurgiu como uma possibilidade de retomada da independência e do ser mulher que Verenna demonstra ter perdido pela deficiência. O orgulho de ser uma atleta, negra e latino-americana escoaram dos relatos orais e mostraram a força dessa colaboradora a partir do esporte. Verenna se transformou ao transformar-se em uma mulher paralímpica. A vida que ela não imaginava foi construída como mulher com deficiência.

- *A jogadora de goalball e nadadora (Camilla)* é uma mulher de 35 anos nascida no Rio de Janeiro em uma família de três irmãos, sendo um irmão por parte de pai, já que seus pais viviam separados. Em sua história, Camilla narra suas vivências da infância à vida adulta, da dependência à independência, desde os primeiros passos no ballet aos grandes arremessos e defesas no Goalball. Camilla se tornou uma mulher com deficiência visual e, com ela, transformou-se em uma atleta paralímpica brasileira. Entretanto, o espaço latente entre adquirir a deficiência e representar o Brasil em cinco Paralimpíadas mostrou desafios no que tange: o desconhecimento do corpo com deficiência; as incertezas de envolvimento com a comunidade com deficiência; a dependência e cuidado intenso da família, e; a contrariedade de se envolver com um esporte bruto como o goalball que, segundo ela, não era para moças. Os desafios se intensificaram quando a figura que representava o cuidado em sua vida veio a óbito. Camilla vivenciou o infarto de sua mãe e instantaneamente se percebeu cega em sua trajetória. Foi nesse cenário que o esporte contribuiu para o pertencimento às pessoas com deficiência visual em uma instituição especializada, bem como, ao enfrentamento do preconceito vivido no período de escolarização em uma escola de ensino regular. Ainda assim, Camilla conquistou espaços e pessoas pelas quadras que passou pelo Brasil e pelo mundo. Sua competência foi tamanha que transbordou as linhas de 18 por 9 metros da quadra de goalball e alcançou 25m, 50m ou 100m de braçadas e pernadas contínuas da natação. A mais nova modalidade dessa atleta, lhe confere uma vivência múltipla numa carreira dupla de jogadora de goalball, nadadora, entre outras características que a preenchem.

Como ocorreu a colaboração?

Todos os procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa para seres humanos da Universidade Estadual de Campinas (CAAE:

37547220.0.0000.5404) que consta no anexo 1. A parte operacional da História Oral de Vida foi composta por quatro etapas: 1) *Elaboração do roteiro*; 2) *Entrevistas*; 3) *Transcrição-Textualização-Transcrição*; 4) *Apresentação e análise dos dados empíricos*.

1) Elaboração do roteiro

O roteiro das entrevistas foi construído por mim, em cooperação com outras duas pesquisadoras no Laboratório de Atividade Motora Adaptada da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Ao final desse processo de construção do roteiro, foram realizadas consultas com mulheres com deficiência envolvidas com esportes paralímpicos (i.e. uma atleta paralímpica e outras duas ex-atletas paralímpicas) a fim de compreender a pertinência dos questionamentos para a compreensão das experiências das mulheres. A aproximação e diálogo com mulheres com deficiência na fase metodológica desta pesquisa contribuiu para a elaboração de um roteiro fidedigno com os interesses do grupo, bem como, colaborou com a compreensão das possíveis implicações teóricas e práticas do estudo.

O roteiro se baseou na pergunta norteadora “Por favor, me conta quem é você?” E demais perguntas acessórias que contribuíram para aprofundar as memórias recordadas pelas colaboradoras. Por exemplo, quando as noções “mulher” ou “atleta” foram inseridas na fala, foi questionado o significado de tais conceitos para as trajetórias. Ou, quando o desenvolvimento da deficiência foi enfatizado, foi indagado o motivo pelo qual houve tal interpretação dos fatos. O intuito foi provocar a reflexão enquanto as colaboradoras processavam a retrospectiva das experiências de vida.

2) Entrevistas

Como parte elementar dos procedimentos que compõe a história oral de vida, a entrevista é um ato deliberado construído por meio do diálogo entre indivíduos em ligação inescapável com o tempo presente (MEIHY; HOLANDA, 2015). Nesse sentido, a transmissão das memórias recordadas e a coleta dos dados empíricos ocorreram a partir de um processo contínuo de escuta e indagação (CONNELLY; CLANDININ, 1990). Embora o roteiro de entrevistas supracitado tenha sido utilizado como guia individual com as colaboradoras, a organização e aplicação do roteiro focou na experiência das mulheres a partir de uma entrevista flexível e explícita (BEVAN, 2014).

A entrevista foi realizada pela pesquisadora principal que, estabeleceu uma abordagem de assentimento perante os relatos, opiniões, comportamentos e de reflexão crítica sobre as narrativas enquanto estava inserida em um regime contínuo de escuta ativa

(BEVAN, 2014). Considerando que as colaboradoras residem em diferentes cidades e estados, grande parte das entrevistas foi realizada de forma remota a partir da plataforma Google Meet. No dia da entrevista, uma breve explanação da pesquisa foi realizada e as mulheres foram orientadas sobre a desistência, a qualquer instante da pesquisa, bem como a preservação do anonimato e uso de nomes fictícios para a descrição dos resultados e discussões.

A entrevista possibilitou a formação das fontes orais ao passo que reconheceu a interconexão entre a memória e a forma com que a narrativa foi construída e relatada (MEIHY; HOLANDA, 2015). Dessa forma, a história contada que emergiu no espaço sigiloso, individual e colaborativo entre a pesquisadora e a colaboradora formou os dados empíricos que serão detalhados no próximo capítulo neste estudo (MEIHY; HOLANDA, 2015).

3) *Transcrição-Textualização-Transcrição*

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra com auxílio do *software VB-AUDIO Voicemeeter* que, transcreve automaticamente o áudio gravado para um documento em *word*. Palavras e pontuações captadas incorretamente pelo *software* foram corrigidas e todos os nomes citados foram alterados por nomes fictícios. Após transferir a história contada para uma história escrita fiel às falas das colaboradoras, foi iniciado o processo de textualização. É nesta fase que se estabelece uma lógica do texto redigido considerando as noções expelidas pelas narradoras (TONINI, 2016, p. 192). Nesse momento, usei o recurso de transcrição que permite “*Reformular a transcrição literal para torná-la compreensível a leitura*” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 156). Com isso, pausas, risadas e entonações, incluídas em um discurso predominantemente cronológico, foram incorporadas em um texto que possibilita a compreensão da trajetória de vida que vai da infância, juventude a vida adulta das mulheres neste estudo.

A fim de conduzir o leitor para a história descrita e alertá-lo sobre algumas implicações teóricas que serão discutidas mais a frente, foi utilizado uma frase guia para a história oral de vida de cada mulher, o chamado tom vital. A frase escolhida foi uma fala impactante da própria colaboradora, que tende a contribuir como uma “[...] *síntese moral da narrativa*”, como aponta Tonini (2016, p. 192).

4) *Apresentação e análise dos dados empíricos*

Smith e Sparkes (2008) apontam as possibilidades de um estudo pautado na história oral no que tange o processo de *contar e interpretar a história* testemunhada. Nesse

sentido, para além de transcrever-textualizar-transcriar as histórias e contá-las neste estudo, se propôs teorizá-las promovendo diálogos com os pressupostos dos Estudos Feministas da Deficiência.

Em primeiro lugar, as fontes orais foram transformadas no *corpus* documental a partir do processo de transcrição-textualização-transcrição e estão apresentadas nos Apêndices 1, 2, 3 e 4 ao final deste estudo. Este processo contribui para a diversificação das histórias de mulheres no esporte, ao passo que permite a explanação, bem como, a interpretação das histórias por cada leitor que o fizer (TONINI, 2016). Em seguida, as histórias orais de vida foram analisadas em função do referencial teórico previamente descrito (GOODLEY et al., 2004). Com intuito de direcionar os leitores sobre os significados teóricos das narrativas, o processo de análise dos dados focou no entendimento dos “quês” e “comos” as experiências foram contadas (SMITH; SPARKES, 2008). Segundo Tonini (2016, p. 194),

Nesse processo, os estudiosos sustentam suas análises em autores consagrados acerca de cada um dos temas levantados, fazendo, portanto, correlação das narrativas com a literatura acadêmica. Independente de os temas serem propostos de antemão nos projetos ou identificados no cruzamento das entrevistas, há determinados referenciais que devem ser observados no momento da interpretação, visto que mantêm certa lógica no desenrolar narrativo de cada entrevistado: gênero, raça, classe social, opção sexual, educação formal, religião, idade e alinhamento político.

MEMÓRIAS INDIVIDUAIS

“Ouvir exige silenciar-se, abdicar do poder e da sedução da palavra. Mas ouvir não é o mesmo que pausar a voz, é gesto ativo para o encontro feminista – somente sendo capaz de ouvir é que seremos tocadas por outras vidas diferentes da nossa. Para isso, o ouvir precisa se transformar em escutar” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 17).

A jogadora de parabadminton (Marianna)

“Você imagina uma mulher nordestina, pobre, parda e com deficiência sendo conhecida a nível internacional?”

As várias características que Marianna expressou demonstram-se fundamentais para a formação de sua identidade como Mulher Paralímpica Brasileira – uma atleta que treina e compete na categoria feminina em um esporte paralímpico, o parabadminton, na busca por êxito na trajetória esportiva, inclusive, a participação nos Jogos Paralímpicos. Segundo ela, “*Ser atleta paralímpico hoje é poder dizer assim: Poxa, eu fui para uma olimpíada!*”. *Esse é o sonho. Eu ainda quero conseguir, espero que tenha saúde e a idade permita*”.

Como já destacado, muitas pesquisas enfatizam o gênero e a deficiência como dois marcadores sociais salientes quando o assunto é mulher com deficiência no esporte. Em geral, esses estudos apontam que essas mulheres são invisibilizadas frente aos homens e as pessoas sem deficiência, especialmente no esporte (GRIMES; FRENCH, 1987; HARDIN, 2007; HARGREAVES, 2013; NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013; OLENIK; M.; D., 1995). Contudo, o gênero e a deficiência não são as únicas categorias que Marianna contempla em sua fala. Outras características como “*nordestina, pobre, parda*” mostram que a regionalidade, classe e raça também se interseccionam com gênero e deficiência e a transformam em uma Mulher Paralímpica Brasileira. Com orgulho na fala ela cita “[...] *eu sou nordestina, sim, com muito orgulho. Oh! Pense... nordestina, pobre, mulher e fiquei deficiente? É para morrer, fia.*”

Ao contrário do que muitos estudos descrevem como um cenário de vulnerabilidade ocasionado pelo cruzamento desses marcadores sociais (MOODLEY; GRAHAM, 2015; TONON, 2021), para Marianna, o reconhecimento dos desafios de sua interseccionalidade no esporte lhe proporcionou empoderamento. Em vários momentos da entrevista ela insere situações como: “*Você acaba sendo referência [...] Você fala meu nome, você sabe meu nome, já viu meu nome no Google.*” É notório o entendimento do seu lugar de fala na sociedade e os desafios e proezas que a acompanham, a partir do esporte.

Os desafios vão emergindo à medida que Marianna questiona “*Você imagina uma mulher nordestina, pobre, parda e com deficiência sendo conhecida a nível internacional?*” Ao me indagar, ou seja, colocar em questionamento aquela identidade

formada e relatada, ela sonda sobre o imaginário social que paira sobre suas características. Foi como se ela quisesse afirmar, considerando que a sociedade é, em grande parte, sexista, classista, racista e capacitista (GOODLEY, 2011), o que deveria se imaginado para uma mulher, pobre, parda e com deficiência no esporte.

Diniz e Gebara (2022, p. 47) descrevem em seu livro que “*A imaginação será sempre limitada para anteciper o que é vivido pelas mulheres. E é importante que assim seja, pois só assim nos espantamos com os limites da capacidade de imaginar e sentir.*”. A provocação de Marianna para a imaginação nos convida a calibrar o imaginário inferiorizado da “*mulher nordestina, pobre, parda e com deficiência*” ocasionado pela rede de opressão construída e reforçada socialmente. O que é válido destacar, é que o questionamento de Marianna reforça seu reconhecimento dos desafios do lugar social que ocupa, mas seu orgulho em destacá-los, mostrá-los e compartilhá-los sinaliza sua experiência interseccional no esporte.

Ela narrou,

Sabe o que é você entrar na Seleção Brasileira representando o país, a Lagoa do Meio²⁰? Porque eu não posso esquecer, né? Eu andava de caçua²¹, não sei se você sabe o que é caçua. É um cesto que é posto no animal, no cavalo e carrega mandioca, para ir para casa de farinha, para fazer farinha e lenha.

Todavia, é importar voltar alguns anos na trajetória de Marianna para compreender como ela alcançou essas concepções. Ao contrário da fala empoderada e orgulhosa narrada sobre sua experiência como mulher com deficiência nordestina, essa colaboradora viveu um processo desafiador até de descobrir-se como uma mulher com deficiência, que vem muitos antes de transformar-se como atleta paralímpica. Marianna experienciou pobreza, preconceito, dor e vergonha. Os detalhes testemunhados sobre a casa e a região que ela viveu no interior de Sergipe, demarcaram com clareza a situação de vulnerabilidade que culminou na poliomielite. Ela contou,

Ainda não sei quem é a Marianna. Assim, Marianna é uma pessoa com deficiência. Sou do Nordeste do Brasil, sou de Sergipe. Mas eu nasci em um povoado chamado Lagoa do Meio, é um município de Capela. [...] Esse povoado é mais 18km de estrada de chão, que até hoje não existe nem água encanada. Nasci numa casa de taipa, nasci em casa, né? Com parteiras assim. E aos dois anos eu fui acometida pela poliomielite, o

²⁰ O povoado Lagoa do Meio localiza-se no município de Capela, em Sergipe.

²¹ Caçua é o nome do cesto feito de cipó ou outro material, utilizado com apoio nas costas de um cavalo, burro ou jumento para transporte de alimentos, ou outros produtos.

vírus da paralisia infantil, por não ter tomado a vacina, porque lá na época não tinha, né? A vacinação.

A fala de Marianna é muito impactante no que tange as relações entre vulnerabilidade social e deficiência. Essa colaboradora adquiriu a poliomielite e experienciou a opressão social em meio a carência socioeconômica vivido nos anos 80 no território nordestino. Apesar de serem muitos os fatores que podem propiciar o desenvolvimento da deficiência, a pobreza é reconhecida como um fator de risco bidirecional (PINILLA-RONCANCIO, 2015). Ou seja, “[...] *pobreza gera deficiência e deficiência gera pobreza*” (RICHARDSON, 2009, p. 149).

Marianna relatou que contraiu o vírus da poliomielite “[...] *por não ter tomado a vacina, porque lá na época não tinha.*” Mas, de fato, essa não era a realidade de todos os brasileiros. Os primeiros relatos do surto da poliomielite no Brasil ocorreram por volta de 1911. A doença ocasionada por um vírus que se desenvolve no trato gastrointestinal, pode atingir o sistema nervoso e causar uma paralisia e se transmite via oral ou fecal. As políticas de controle da poliomielite se iniciaram progressivamente na década de 50 no Rio de Janeiro e São Paulo. Crianças da região sudeste e àquelas de classe mais alta que tinham acesso às primeiras vacinas por médicos particulares foram as que sofreram menor impacto da doença no território brasileiro (CAMPOS; NACIMENTO; MARANHÃO, 2003). Dessa forma, ainda que a região nordeste do Brasil se apresentasse em desvantagem com relação ao sudeste, quando Marianna adquiriu a poliomielite, o programa de vacinação em massa já estava, teoricamente, ocorrendo no Brasil.

Anos mais tarde foi constatado que na região nordeste houve problemas no tipo da vacina oferecida, da conservação no processo de oferecimento, além da baixa cobertura vacinal nesta região (CAMPOS; NACIMENTO; MARANHÃO, 2003). Esses dados são preocupantes quando: se observa que a poliomielite é uma doença que pode ser evitada; que a região nordeste possui o maior número de pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2019), e que; a relação da regionalidade e classe social contribuíram para o cenário de vulnerabilidade que culminou no desenvolvimento da paralisia infantil por Marianna. Nesse terreno, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica nos ajuda analisar com mais detalhamento as experiências vividas por essa mulher. Ela cita:

Eu fazia tratamento de abscessos porque eu morava numa casa que não tinha piso, era chão de terra batido. Aí no processo de começar a andar eu caía muito sentada, caía muito. Isso começou machucar e transformar em abscessos no meu bumbum. E eu fazia tratamento constante, nesse meio tempo, acho que minha imunidade estava baixa, e tava aquele surto

[de poliomielite]. Pô eu tenho 47 anos, então tava aquela história da poliomielite no Brasil né? Como a gente conhece. E eu não tomei a vacina. E aí pela minha imunidade, eu fiquei com pólio. Aí com nove meses de idade eu parei de andar e com 5/6 anos eu voltei a andar, mas eu andava com a mão na perna, minha perna encostava na outra para andar, era algo bem difícil.

O diálogo entre a pobreza no território nordestino e a vivência como uma menina com deficiência constituíram sua realidade na infância e influenciaram suas experiências dentro e fora de casa. No ambiente domiciliar, no particular, o relato sobre os pais parece ter contribuído para seu empoderamento como pessoa com deficiência, uma vez que a provocou a desviar-se de um lugar de vítima. Ela citou “*Eles [os pais] nunca me viram como coitadinha e nunca me deixaram escondidinha da sociedade. [...] Os meus irmãos nunca me viram como deficiente, pelo contrário, todos dizem que eles que são os deficientes.*”

Em outras palavras, Marianna foi orientada a não desenvolver uma piedade sobre si. Sabendo que a pena é uma emoção hierarquizante que coloca aquele que se emociona como superior àquele de quem se sente pena (HUGHES, 2020), o incentivo a desviar-se do local de vítima resgatou Marianna da inferioridade atribuída à pessoa com deficiência. Inclusive, Marianna reforça a fuga desse local de piedade e se alinha a normalidade por ela identificada como a criança que também apanha dos pais:

Quando criança a gente [Marianna e seus irmãos] brigava tanto. E minha mãe não tinha essa não. “Aí, brigaram? Vai apanhar, vamos lá pro quarto”. Tinha um quarto que era o quarto pra gente conversar, mas não adiantava porque a gente apanhava todo mundo junto. E minha mãe dizia assim “Você não tem essa não, você pra mim é normal, vem pra cá”. Aí meus irmãos falavam “Vai bater nela não...”. Aí minha mãe falava “Não vai? Todo mundo vai apanhar”. Aí meu pai dizia assim “Senta, pra apanhar sentada”. Ai meu Deus, só me dava uma lapada assim com o cinto. Pegava assim o cinto. E não tinha essa, porque eu sou deficiente. É ruim! Meus pais nunca me viam como coitadinha, pelo contrário.

Entretanto, ao contrário desse cenário de “normalidade” por ela relatado sobre a experiência vivida dentro de casa, no ambiente público e em especial na escola, relatos capacitistas parecem padecer sobre sua identidade com deficiência. A frustração ecoa nas memórias recordadas quando Marianna relembra que era “A” menina com deficiência da escola: “*Era acordado com a direção da escola que eu era a primeira a chegar e a última a sair para as pessoas não me verem andando! E quando meu pai não podia me levar era os meus irmãos que iam, parecia uns seguranças.*” Ao contrário da experiência de liberdade dentro de casa, Marianna relembra da escola como um lugar de opressão social.

Nesse terreno, é possível observar que deficiência que tomou conta das experiências dessa colaboradora, pois predominou sua identidade. Ela se tornou diferente devido à deficiência quando relembra “*Na verdade, eu nunca aceitei minha deficiência porque eu era diferente das pessoas. Das minhas irmãs, por exemplo.*” Goodley (2014) descreve que a deficiência enquanto posição identitária assume frequentemente um papel social desfavorável e estigmatizado às pessoas que dessa posição ocupam. O que se sugere a partir dos Estudos Feministas da Deficiência é que essa desvantagem social vai além de uma discriminação mensurável como a exclusão por barreiras estruturais (GOODLEY, 2014). Na verdade, umas das críticas que dão força para a ampliação da compreensão da deficiência é que ela representa uma experiência individual (GARLAND-THOMSON, 1997, 2011).

Entender a deficiência como uma experiência é uma concepção importante advinda do movimento pós-estruturalista que questiona a construção social binária entre pessoas “normais” (i.e. pessoas sem deficiência) e pessoas “anormais” (i.e. pessoas com deficiência) (THOMAS, 2004). Nessa perspectiva, embora seja evidente que Marianna vivenciou essa relação dualística, ora sendo incentivada a se considerar parte da “normalidade” quando era entendida pelos pais como uma menina “normal” e, ora sendo excluída na escola pela anormalidade conferida à deficiência, a predominância do modelo médico na vida fez prevalecer o lugar de alteridade subordinada ao estigma da deficiência. Ela contou,

Eu tinha uma raiva quando eu via um com deficiência. Mas, na verdade, não era raiva, eu tinha preconceito de mim mesma. Olha, eu não gostava de espelho, eu não gostava de tirar foto. Os meus pais me levavam para a praia, que aqui é litoral e tinha praia, e eu dizia que não gostava de ir, mas é porque eu tinha vergonha que as pessoas olhavam para mim.

Em um mundo regulado por normativas de corpo e comportamento, a deficiência é uma característica que gera um estigma. Ou seja, ela carrega um significado negativo, um atributo depreciativo, que torna a pessoa diferente (GOFFMAN, 1963). No caso de Marianna, a paralisia dos membros inferiores foi aos poucos tornando saliente sua diferença em um regime social corponormativo (MELLO; NUERNBERG, 2012). O estigma foi gerado à medida que ela se locomovia com as mãos nos joelhos devido à oscilação das suas pernas, ou quando seus irmãos a protegiam para as que as outras pessoas não a vissem, ou até mesmo no contexto da Educação Física Escolar e na Universidade, onde ela era oprimida em relação a outros alunos sem deficiência. Ela relatou “*Eu via todo*

mundo correndo para brincar e eu lá sentada assistindo. Então eu era a assistente que só ficava assistindo". A visão que permeava sobre Marianna, era sobre sua anormalidade e incapacidade devido à deficiência.

A relação causal entre a lesão de origem física e a opressão social é explícita no modelo médico porque a deficiência é vista como uma doença que gera limitações (DINIZ, 2003). Marianna não era *vista* na escola, ela era *encarada* na escola. Garland-Thomson (2009) discute como o olhar sobre a pessoa com deficiência tem um tom questionador ao passo que ela é alienada na sociedade ao invés de ser compreendida como parte do curso da vida. Dessa forma, se assume que a visibilidade da deficiência é vergonhosa, pois quando é identificada em alguém "[...] *nós encaramos em descrença fascinada e com identificação desconfortável*" (GARLAND-THOMSON, 2009, p. 20, tradução nossa).

O *encarar* perseguiu Marianna ao longo de sua história oral de vida. Professores e colegas encararam seu corpo, julgaram seu comportamento constantemente durante sua infância, adolescência e na vida adulta. Em outras palavras, sua trajetória foi atravessada por inúmeras cenas capacitistas que nomeavam seu corpo como diferente, ou como ela retratou, como "aleijado". Marianna destacou "*Tinha uma menina que olhava para mim e dizia que não gostava de mim porque eu era aleijada. Eu chorava*".

Marianna se sujeitou essas ocorrências até o momento que subverteu sua história através do seu discurso e protagonismo. Estimulada pela sua mãe, que a encarava como "normal", ela se colocou como indivíduo de direito e respondeu a um dos comentários capacitistas:

E aí com 15, 16 anos minha mãe disse assim: Oh, no dia que você chegar chorando eu vou te dar uma surra. Chega, não aguento mais. E aí eu respondi para um cara. Todo santo dia ele dizia: Anda bonitinha, parece que tá dançando *Breake*²². Eu ficava com aquilo assim [simulou como se algo tivesse engasgado]. Aí eu falei até uma besteira, né? Falei: Ah, seu rabo, não sei o que. Comecei a xingar ele. [...] A coisa mais boba do mundo, mas foi através disso que eu não chorei mais, ele falou e eu não chorei.

Foi a partir desse momento que Marianna parece ter iniciado o processo de reflexão e contestação sobre a deficiência enquanto se recusava a ser sujeitar ao preconceito. Em outras palavras, Marianna começou a ensaiar uma compreensão da deficiência baseada no modelo social. Carol Thomas (2004, p. 570, tradução nossa) explica

²² Marianna se refere ao *breake* como o estilo de dança rua denominado como "*breakdance*".

que “*O modelo social sustenta que a deficiência é o resultado de barreiras sociais que restringem as atividades das pessoas com lesões.*” E é justamente essas restrições que Marianna começou a questionar. Ela narrou “*Caramba, todo mundo brinca, por que eu não brinco, né? Todo mundo passa despercebido. E o gordo? E o magro? E o feio E o negro? E o bonito? Todo mundo, só porque eu sou...*” As reticências na fala de Marianna é mais um convite para a imaginação. “*Só porque eu sou...*” O que ela é? Entre as várias nomeações capacitistas que recebia, Marianna ressignificou sua visibilidade e escolheu escrever o que é por si mesma:

Eu sou a supermulher porque assim, eu consigo fazer tudo que eu quero. Eu sou muito independente, sempre fui. Meus pais me ensinaram ser muito independente. E hoje eu sou muito mais do que antes, minha deficiência não me atrapalha em nada, pelo contrário, abre portas pra mim.

Foi através do esporte que Marianna passou a se considerar como uma supermulher. Não o esporte que ela não pertencia na escola, ou atuava como assistente da professora. Na verdade, a verdadeira história de pertencimento ao cenário esportivo começou com a mudança para São Paulo. Das aventuras que ela criava no banheiro da sua mãe sobre mudar-se para a capital, morar sozinha, trabalhar e tornar-se uma motorista, aos poucos foram acontecendo e com elas novas possibilidades surgiram. Sob mais um viés interseccional na história dessa colaboradora, ela relatou “*Sempre é o sonho do nordestino de ir pra São Paulo trabalhar.*”

Tal como outros nordestinos, a migração para São Paulo ocorre em meio a busca de novas oportunidades e recursos (MARINELLI, 2007). Marianna citou que na região que morava no Nordeste “[...] *é muito difícil trabalho para pessoa com deficiência. Conclui meu ensino médio e não tinha trabalho. Eu era mulher deficiente, era difícil. E eu sempre quis trabalhar. Então trabalhei em casa família, dormi em casa de família, trabalhei de babá, mas não aparecia nada de carteira assinada.*” Fica evidente a procura pela transformação da sua classe social, aquela que em conjunto com a deficiência e a identidade de gênero lhe proporcionam um lugar marginalizado e não normativo na sociedade (GOODLEY, 2014). Em outras palavras, “*É evidente que ter mais acesso a recursos financeiros e comunitários influenciará como se consegue lidar com uma sociedade incapacitante.*” (GOODLEY, 2011, p. 43, tradução nossa)

Contudo, o que Marianna não esperava, é que a mulher, com deficiência, nordestina e pobre na cidade de São Paulo, enfrentaria desafios interseccionais na busca

pelo tão sonhado emprego. Em meio as experiências opressivas no que tange a intersecção entre o gênero, deficiência e sua regionalidade, ela criou suas próprias oportunidades na busca pela inserção no mercado de trabalho. Nesse momento da história, é muito interessante que Marianna salienta que sua luta foi pela construção de sua liberdade, que foi associada ao envolvimento com o mercado de trabalho, na produção do capital, sob a lógica capitalista. Ela destacou “*O primeiro o emprego da pessoa com deficiência, nordestina, mulher, foi muito importante.*” Preciado (2022) aponta que pessoas que vivenciam um estado de alteridade na sociedade precisam fabricar sua liberdade por não participarem de normas universais (corponormativas, por exemplo). Marianna, dessa forma, constituiu sua liberdade a partir do esporte, que foi preponderante nesse processo. Ela citou:

[...] aos meus 22 anos eu fui a São Paulo em busca do meu tratamento de saúde, e foi onde eu conheci o esporte como ferramenta de reabilitação funcional [...]. Tinha um projeto de extensão, um projeto dentro da Prefeitura do Guarujá, chamado Vida Ativa, que tava cuidando de pessoas com deficiência para tentar, digamos que, desafogar os e as Clínicas e dar uma nova opção de reabilitação. E aí eu fiz parte dessa turma em 97. Gente, nem façam contas. Mas foi algo que mudou minha vida. Eu passei a nadar, tive a experiência com natação, era hidroterapia. Passei ser atleta de natação. Eu conheci também o basquete em cadeira de rodas, eu sou apaixonada pelo basquete até hoje. Fui atleta do basquete até uns 5, 6... uns 8 anos atrás. E aí depois fui para corrida que eu gostei, também fui apresentada a corrida. Então eu fiz circuito fechado, provas de rua, de meia maratona e 10km.

Dessa forma, para além da busca por recursos financeiros, a aspiração de Marianna pelas possibilidades de tratamento de sua deficiência culminaram em uma gama de experiências esportivas. Nesse sentido, o esporte chega e se consolida na vida dessa colaboradora com um cenário de reabilitação e empoderamento. No que tange a reabilitação, já é bem reconhecido, que o esporte para a pessoa com deficiência tem uma forte vertente reabilitativa (BRITAIN, 2016). A problemática desse cenário é devido ao predomínio do modelo médico sobre o tratamento da deficiência (DEPAUW; GAVRON, 2005) que direciona as práticas com intuito de regenerar e/ou curar a mesma (SMITH; SPARKES, 2020). Sob essa perspectiva, o esporte tende a se aliar com a noção corponormativa pouco sensível à diversidade corporal e se torna a ferramenta de superação da deficiência. Consequentemente, a pessoa que o pratica é considerada o super-herói ou super-heroína (HARGREAVES, 2013), ou ainda, a *supermulher* como Marianna se descreve.

Contudo, ao trazer a teoria feminista da deficiência para a discussão no campo esportivo, é possível reavaliar o papel reabilitativo do esporte na história de vida de nossa colaboradora. Marianna se coloca como uma supermulher não porque ela superou a deficiência, mas porque ela entende que o que foi superado foi a passividade perante as barreiras estruturais e atitudinais que antes faziam com que ela chorasse a partir de comentários capacitistas, ou que não participasse das aulas de Educação Física porque era só uma assistente. A deficiência se posicionou como parte de sua constituição, um vetor da identidade, como destaca Garland-Thomson (2011).

Nesse sentido, reconhecer a dor ininterrupta, o corpo que necessita de cuidado, intervenções médicas e cirúrgicas, faz parte da experiência com a lesão, que não podem ser negadas ou atenuadas com relação à deficiência. Sob a ótica da teoria feminista com deficiência, existe um corpo com lesão e existe a opressão social e, a primeira não acarreta segunda (DINIZ, 2007). Portanto, o esporte mudou a perspectiva de vida de Marianna que, sobretudo, passou a assumir a deficiência como parte da sua história e conquistas. Essa nova compreensão permitiu que Marianna, a menina que não aceitava sua deficiência, hoje fale com clareza *“Eu acho que eu fui premiada com a paralisia infantil.”*

Em uma sociedade capacitista que não compreende a deficiência como uma experiência humana (GARLAND-THOMSON, 2011), pode ser contraditório pensar que adquirir uma doença, a poliomielite, seja um presente. Na verdade, o que Marianna faz é atribuir um significado diferente de limitação, incapacidade e da própria doença para a deficiência. E ela vai mais a fundo pela sua narrativa *“E hoje eu digo que ser deficiente foi a melhor coisa que me aconteceu na vida. A minha deficiência me levou para lugares que eu nunca iria se eu não fosse deficiente.”* A menina que *“detestava aleijado”*, como ela descreveu, viveu o esporte e se motivou a entrar no curso de Educação Física a partir das suas próprias vivências: *“Um dos motivos que eu sou hoje Professora de Educação Física é porque eu assistia [a aula]. E eu não queria mais ser assistente só para assistir. Eu queria praticar.”*

Com os relatos e inferências, fica explícito que Marianna empoderou-se a partir do esporte, em especial com aquele que mais tarde foi desenvolvido na Universidade. Empoderar-se para Jenny Morris, uma autora com deficiência, significa tomar controle da própria vida e do próprio corpo (MORRIS, 1991). E foi exatamente esse controle que Marianna parece ter criado através do esporte e na vida universitária. A subjetividade e centralidade do corpo na sua história tomam outras proporções, inclusive, de reavaliar a ideia de reabilitação esportiva. Quando Marianna coloca a experiência subjetiva do seu

corpo e diz “*Não deixei de ser deficiente, eu saí do quadro de paciente*” ela revisita as experiências individuais a partir do seu corpo com uma lesão física.

O ingresso na Universidade, no curso de Educação Física, foi crucial para o fortalecimento na identidade de mulher com deficiência de Marianna. Isto porque no papel de universitária, ela questionou a discriminação vivida à medida que experimentou não só barreiras estruturais, como a inacessibilidade para chegar até as salas de aula, como também as barreiras atitudinais que se traduziram em contextos capacitistas. Como salienta Crow (1996, p. 4, tradução nossa) “[...] *para muitas pessoas com deficiência, a luta relacionada à deficiência permanecerá mesmo quando as barreiras incapacitantes não existirem mais*”, e a atitude capacitista é um exemplo disso. Nesse sentido, Marianna recorda algumas experiências frustrantes na Universidade à medida que cita o despreparo dos professores, bem como, sugere reflexões e possibilidades do trabalho junto às pessoas com deficiência. Ela relatou:

Então todos os professores da Universidade que eu achava que já estavam preparados, também não estavam. Imagina eu fazendo GR [ginástica rítmica], eu fazendo futebol de campo, futebol, futsal e natação. Eu já nadava e eles não sabiam que eu nadava, e eu também fiz questão de não dizer [...] a gente tá lá dentro [da Universidade] mostrando também o que a gente faz. E aí eles [professores] já me chamam “E aí Marianna, como é que você está? Como é que a gente pode fazer isso? Pô, essa é a pergunta. Você quer fazer? Como que eu posso fazer para você também ser inserida?” Pense. Sair daquele copia e cola toda informação, copiar e colar. Exercício “copiadinho” não existe para gente.

Marianna transforma a Universidade e junto se transforma através dela. Um dos pontos auge dessa transformação, foi o estreitamento com o esporte paralímpico e a aprendizagem do Parabadminton por volta dos seus 40 anos. O fato de Marianna não ter sido encorajada à prática na infância e ter tardiamente sido apresentada ao esporte no contexto de reabilitação, protelou o processo de entendimento e pertencimento ao contexto esportivo paralímpico. Mas foi na Universidade, que essa possibilidade emergiu. Estimulada por um docente do curso de Educação Física, Marianna ingressou no Parabadminton e alcançou rapidamente a fase competitiva na carreira esportiva. Com isso, novas vivências e perspectivas de vida emergiram à medida que Marianna provou de novas culturas, descobriu novos estados e países, se encontrou com outras pessoas e línguas e viveu uma liberdade antes não experienciada. Novamente, ela fabricou sua liberdade através do esporte e destacou:

O número de estados que eu já conheço do país através do esporte, através da minha deficiência. E aí quando eu me aceitei como deficiente, então o mundo se abriu [...] E de repente você tá na Suíça? (risos) comendo chocolate suíço, me dando ao luxo, sabe? Então assim, se eu não fosse deficiente eu não estaria lá.

Marianna reconhece que foi através da identidade com deficiência que ela alcançou determinadas experiências. Nesse momento, a deficiência deixa de ser o atributo depreciativo e passa a ser o atributo potencializador de sua história. Como Crow (1996) sublinha, a partir do momento que pessoas com deficiência passam reconhecer seu lugar no mundo e questionar as estruturas incapacitantes que constantemente as marginaliza, pode ser dizer que o modelo social salvou sua vida. A partir dos relatos de Marianna, temos a certeza que o modelo social continua salvando e contribuindo para o desenvolvimento de uma “[...] *identidade deficiente politizada*” (DINIZ, 2013, p. 243). Em outras palavras, a pessoa com deficiência passa a reconhecer e questionar o porquê e como a sociedade é insensível à diversidade.

Na história de Marianna, isso ficou muito claro conforme ela entrou na faculdade e se desenvolveu como mulher paralímpica. Por exemplo, no papel de monitora de um projeto exclusivo para pessoas com deficiência na Universidade, ela critica a superproteção de pais e responsáveis que tendem a complexificar a inserção de pessoas com deficiência no meio esportivo a partir do cuidado exacerbado. Sua crítica vai além, porque ela salienta o papel do Profissional de Educação Física na tarefa de romper com o estereótipo de pessoa com deficiência como um ser frágil. Ela relata,

Às vezes, eu falo com o deficiente e quem responde é quem está do lado, é que tá trazendo essa pessoa com deficiência. O pai ou a mãe responde tudo o que é para o filho responder. Quando eu chego no projeto, por exemplo, e eu falo muito do projeto porque é o que eu vivo hoje, a primeira coisa que a gente faz é a entrevista, é o aluno com deficiência falar. Ele tem que falar, ele sabe falar. Quem é mais que sabe falar sobre você? Sou eu? É você mesma, então a pessoa com deficiência também fala.

É interessante notar que a menina que no período escolar se sentia “*blindada*” com a superproteção dos irmãos e primos, hoje critica esse comportamento. Isso faz parte da reavaliação da compreensão da deficiência que Marianna alcançou com o esporte. A transformação foi tamanha que seu maior medo atualmente é “[...] *de ficar dependente, de não poder fazer mais o que eu faço hoje. Como hoje eu consigo fazer por alguém, o que um dia fizeram por mim.*” Muitas vezes durante a entrevista, Marianna destacou que *cuidou*

da sua mãe doente, que *cuida* dos seus, que *cuida* das questões financeiras e que *cuida* da sua casa. É nesse momento que Marianna destaca o papel protagonista que assumiu em sua história “*Eles [a sociedade] massacram muito, mas você também cresce muito. Eu falo assim, ou você vira gente, ou você vira bicho. E eu decidi virar gente.*”

Grimes (1987) salienta como profissionais de Educação Física exercem um papel crucial de erradicar as barreiras sociais que rodeiam a prática esportiva de meninas e mulheres com deficiência. No caso de Marianna, ela não só está se formando como profissional, como também é uma atleta que possui a experiência da deficiência, que muita falta aos vários professores e docentes no campo da Educação Física. Nesse sentido, ainda que haja obstáculos na formação de profissionais com deficiência, no que tange o favorecimento do acesso à Universidade, a estruturação de currículos e capacitação dos docentes em sala (HORTIGÜELA-ALCALÁ; BORES-GARCÍA; BARBA-MARTÍN, 2022), Marianna é a porta-voz dos seus próprios desafios e privilégios da posição que ocupa. Ela relata:

[...] eu tenho o privilégio de dizer que eu sou uma mulher livre, uma mulher que posso ser, e estar onde eu quiser, o que eu quiser fazer, está onde eu quero estar, eu estou onde eu quero, estar acho que é mais difícil, né? Você conseguir estar onde você quer estar. [...] A gente consegue ser ouvida hoje. Ser voz, ter voz, né?

Eu meio ao reconhecimento do seu empoderamento, Marianna pontuou gradualmente como a deficiência é uma categoria poderosa para a construção de sua identidade de Marianna, mas não foi única (HUANG; BRITAIN, 2006). Suas experiências são atravessadas por vivências que dialogam com a classe, raça, regionalidades, gênero, entre outras características que marcam sua identidade diversa em uma trajetória complexa até o esporte e no esporte. Como esforço para expressar a transformação ocasionado pelo Universidade e pela inserção no Movimento Paralímpico, destaco um trecho expressivo de sua fala: “*Então eu acho que ser mulher com deficiência hoje é a melhor coisa do mundo.*”

A nadadora paralímpica (Rebecca)

“Ah, eu sou igual a todas as mulheres. Mulheres que tem sonhos, vontade e coragem.”

O tom vital escolhido para compreender o fluxo histórico da vida de Rebecca foi “*Ah, eu sou igual a todas as mulheres. Mulheres que tem sonhos, vontade e coragem.*” porque retrata como essa colaboradora ensaia o entendimento da deficiência sobre o modelo social. Me refiro ao “ensaio” como uma revisão do significado da deficiência ainda em transformação, que acontece a partir do lugar de fala, incluído logo na primeira frase da entrevista “*Ah eu sou Rebecca, uma atleta paralímpica de natação*”. Ao se situar como atleta e colocar a deficiência como parte da sua identidade, essa colaboradora me responde que é igual a todas as mulheres, quase sem entender quando eu pergunto sobre sua relação com outras atletas. Isso fica ainda mais claro quando ela destaca “*Se tem uma pessoa que é loira, outra morena, ah tem a que enxerga menos, ou não tem uma perna, ou não tem um braço. Então é só uma característica, não define o que é uma pessoa.*” O que ela nos invoca com essa sua narrativa é a noção da deficiência como um vetor identitário e não como uma característica predominante e que se materializa em limitação e dependência (GARLAND-THOMSON, 2011).

No caso de Rebecca, a noção sobre a pessoa com deficiência como alguém dependente e incapaz (GESSER; ZIRBEL; LUIZ, 2022) foram as características mais evidentes e que se transformam a partir do pertencimento do Movimento Paralímpico. Rebecca nasceu e cresceu como uma menina que não enxergava muito, mas se via como diferente. Ela relatou “*Eu passei a infância inteira achando que só tinha eu assim. É, eu sabia que existia as pessoas que tinha a perda visual total, mas eu não conhecia ninguém que tinha baixa a visão.*” Seu imaginário sobre si e sobre outras pessoas com deficiência era restrito e influenciado por discursos capacitistas como quando ela cita “*É que as pessoas olham muito a deficiência como a pessoa dependente [...] Então, às vezes quando a gente é mais nova, ouve muito que a gente não vai conseguir ser alguém, assim, bem-sucedido.*”

A declaração de Rebecca evidencia como a deficiência pode resultar em fracasso quando é retratada como um estigma (GOFFMAN, 1963), uma característica que “naturalmente” reflete a necessidade de cuidado intensivo (GESSER; ZIRBEL; LUIZ,

2022) e que direciona a restrição das atividades sociais (THOMAS, 2004) É essa ampla gama de percepções sobre a deficiência que impõem à pessoa, desde a infância, o lugar de desvio da suposta normalidade humana. Rebecca, portanto, se via como diferente porque discursos e contextos capacitistas criaram e reforçaram essa visão.

A Educação Física Escolar foi um dos ambientes mobilizou esse sistema opressivo, e foi notória a expressão de tristeza quando Rebecca resgatou os momentos em sua memória.

Foi bem sofrido para mim ir à escola. Às vezes quando fala assim “Ai que saudade da escola”, eu não tenho saudade da escola [...] Eu não conseguia brincar mesmo. As crianças iam brincar de queimada e já percebiam que eu não via aí eles já me tiravam na primeira da brincadeira. Iam brincar de alguma outra coisa, um pega-pega, esconde-esconde, eu sempre já era a primeira [a ser excluída]. Então as crianças já sabiam, e aí acabava e eu já não gostava muito [...]. Eu acho que eu nunca me senti incluída na educação física.

A experiência negativa transformou o que era para ser uma lembrança do período de iniciação esportiva, para uma memória de exclusão e fracasso no cenário da atividade física e do esporte (BREDAHL, 2013). Constituído como um espaço para pessoas sem deficiência, a Educação Física Escolar se revela como um contexto capacitista e de invisibilidade para a pessoa com deficiência (ALVES et al., 2021, 2022; ALVES; HAEGELE; DUARTE, 2018) independentemente do tipo e nível da deficiência (BREDAHL, 2013).

Contudo, no caso específico da deficiência visual, um jogo em que a visão é predominante para o desempenho, como na queimada, aplicado para a pessoa com deficiência visual, não só tende a excluí-la, como também ridicularizá-la frente aos colegas que não seriam inferiorizados pelo mesmo motivo (ALVES; HAEGELE; DUARTE, 2018). Ao invocar o modelo social nessa situação, a exclusão e fracasso da criança com deficiência visual ocorre não porque a criança é incapaz, mas porque as atividades são menos capazes de revelar seu potencial. Dessa forma, há um deslocamento da deficiência como o problema, para a atividade como o problema, e essa mudança é essencial para reavaliar a deficiência a partir modelo social (OLIVER, 1996). Neste terreno e em mais um ensaio no processo de ressignificar a deficiência, Rebecca revelou “[...] *é, a escola tinha bastante dificuldade.*”

Ao contrário do ambiente escolar, as atividades físicas e esportivas fora da escola se mostram como uma possibilidade de iniciação esportiva para futuros atletas

paralímpicos (HAEGELE; ZHU; DAVIS, 2017). Como ocorreu na história de Rebecca, a natação praticada em um clube se sucedeu como um espaço isento de barreiras, como ela destacou, um lugar de liberdade. Em um ambiente que refletia os valores do esporte de participação (PASQUARELLI et al., 2022) Rebecca relatou “*Eu senti uma liberdade assim na piscina. Acho que a piscina é um lugar que não tinha nenhuma barreira, então eu sentia bem dentro da piscina.*”.

Essa memória corrobora com uma autora que descreve os benefícios da natação para a pessoa com deficiência e destacada que “[...] *a realidade de um ambiente aquático é antes de mais nada a de liberdade e de possibilidades.*” (CASTRO, 2005, p. 327). A natação é um dos esportes mais praticados por pessoas com deficiência visual (JAARSMA et al., 2014) que geralmente entram em contato com a prática como uma possibilidade de reabilitação (ABRANTES, 2012) devido aos benefícios hidroterápicos (CASTRO, 2005). Entretanto, para esta colaboradora, a natação não foi percebida como exercício de reabilitação. Pelo contrário, Rebecca logo destacou que suas professoras “[...] *priorizavam assim ensinar os estilos mesmo com técnica, de virada e saída.*” e que mesmo que ela não pensava na carreira esportiva, ela acredita que as atividades propostas preparavam “*meio que para um dia ser atleta.*”

O fato é que Rebecca conhecia a natação como esporte e o desconhecia como esporte paralímpico para ela, na sua individualidade. Nesse sentido, o período que antecedeu a entrada no contexto paralímpico foi um período dúbio, porque Rebecca: sustentava uma noção homogênea da deficiência e do que é ser uma atleta paralímpica; não se identificava com a comunidade com deficiência, e; julgava incerto o esporte como uma carreira profissional.

Primeiro, Rebecca retratou “*Eu sabia que tinha o esporte paralímpico, e o deficiente visual para mim era só o cego total*”. Por desconhecer a diversidade dentro da categoria deficiência e de atleta, Rebecca estava em lugar ambíguo na sociedade “[...] *você fica meio insegura achando: nossa né, eu que sou a diferente, só tem eu no mundo assim?!.*” Nesse sentido, os Estudos Feministas da Deficiência vêm contribuindo para alargar a categoria da deficiência, que não só é heterogênea internamente, mas atua transversalmente com outras categorias sociais (GARLAND-THOMSON, 1997; GOMES et al., 2019).

A problemática dentro do cenário paralímpico é que a deficiência, por si só, domina a identidade do atleta (PURDUE; HOWE, 2012) e é hiper visibilizada a partir de histórias trágicas difundidas pela mídia (HILGEMBERG, 2019). Nesse sentido, atletas com deficiência física, especialmente àqueles que fazem uso da cadeira de rodas esportiva,

são hierarquizados em relação aos atletas com deficiência visual, porque os primeiros são considerados mais atletas do que os últimos (HOWE, 2011). Pelo desuso das tecnologias que constituem o atleta *cyborg*, atribui-se aos atletas com deficiência visual uma certa normatividade, que pode ser prejudicial no que tange a identificação com o Movimento Paralímpico (HOWE, 2011).

Aqui, alcanço o segundo fator que restringiu o reconhecimento de Rebecca como uma atleta. Essa colaboradora demonstrou certa hesitação no envolvimento com o contexto paralímpico por entender que necessitaria se afirmar como uma mulher com deficiência. É nesse momento que começo a destacar pequenas fissuras no ensaio do modelo social desenvolvido por essa colaboradora que, frequentemente em seu testemunho, se afastou daquilo que para ela é associado à comunidade com deficiência “[...] *eu sempre frequentei escola assim normal, nunca tinha frequentado grupo de apoio à pessoa com deficiência*”. Por essa e outras falas, Rebecca busca sua identidade dentro da normatividade que é atribuída às pessoas sem deficiência.

Mello e Nuernberg (2012) foram os primeiros pesquisadores a utilizarem o conceito de corponormatividade para descrever a existência de corpos que seguem um padrão funcional hegemônico. Mais tarde, os autores ampliaram o entendimento sobre o mesmo conceito e destacaram que há corpos menos e mais normativos em uma mesma escala com tipos e níveis de deficiência (MELLO; NUERNBERG; BLOCK, 2014). Nesse terreno, pessoas com baixa visão, como Rebecca, se situam no início da escala porque, frequentemente, a deficiência não é imediatamente percebida ou, quando comparada com outras deficiências, é menos evidente. E esse foi o caso de Rebecca na sua trajetória até o esporte paralímpico.

Após o período excludente vivido na escola, a vida privada que culminou na imagem deturpada dos atletas paralímpicos e no distanciamento da comunidade com deficiência, foram reforçados dentro de casa quando ela citou:

Não sei se era por ela ser idosa. Ela [a vó de Rebecca] acreditava que como eu andava, eu fazia tudo, aí ela não achava que eu era deficiente. Mas ela sabia que eu tinha uma limitação visual, e tudo né? Ela conhece. Mas ela achava que eu não deveria é... ser, estar, como deficiente. Ela achava que era meio estranho.

Pelo relato incorporado, parece que a avó de Rebecca ao usar corponormatividade para classificá-la como menos “incapaz” evoca o reconhecimento

hegemônico e homogêneo do que é ser uma pessoa com deficiência, ou seja, seria àquela pessoa que não anda e que não faz “nada”.

Samuels (2017) avança as discussões sobre a representação da deficiência e descreve que quando ela é invisível, como a deficiência visual, o indivíduo passa por um processo de *coming out* (assumir-se) para ela e para a sociedade como uma pessoa com deficiência. É claro que muitas vezes a deficiência visual é autodeclarativa pelo uso, por exemplo, da guia, lupa, óculos e protetor ocular. Mas, comparado a outros tipos de deficiência, a deficiência visual se aproxima mais com o ideal corponormativo (MELLO; NUERNBERG; BLOCK, 2014). Por isso, uma das estratégias contrárias ao *coming out*, é esconder deliberadamente a deficiência (SAMUELS, 2017), que ficou explícita à medida que Rebecca destaca a possibilidade de escolha sobre “[...] *ser, estar, como deficiente*” ou quando relata “*Aí eu fiquei na dúvida se eu queria mesmo tá participando de alguma coisa como deficiente ou não*”. É como se ela pudesse decidir sobre entrar ou sair da categoria de pessoa com deficiência.

Apelmo (2016, 2018) vem mostrando como meninas e mulheres com deficiência física usam a estratégia de esconder a deficiência no cenário esportivo. A autora aponta que uma das saídas para algumas praticantes é pertencer ao *able-bodied*²³ esporte que valida a noção de normalidade e ainda é percebido pelas atletas com um cenário que menos visibiliza suas deficiências. Como aconteceu com Rebecca, as competições da Associação Brasileira de Masters de Natação (ABMN), eram os locais que ela atuava na natação, aparentemente de forma despretensiosa no que tange o desenvolvimento da carreira esportiva. Ela relatou “[...] *natação para mim era só uma atividade antes né? Então eu não era atleta profissional, era só uma atividade mais recreativa e como um esporte mesmo.*”

A natação *master* proporciona aos praticantes, atletas e ex-atletas de 20 a 90 anos estímulo e promoção da qualidade de vida, bem como o envelhecimento sadio (DEVIDE, 1999). Nesse ambiente, Rebecca não precisava se situar como uma atleta com deficiência, nem mesmo a classificação funcional era necessária, porque a competição é realizada com base em categorias de faixa etária²⁴.

²³ Esportes praticados por pessoas com e sem deficiência, como a natação.

²⁴ Para mais informações da natação *master* acesse o artigo produzido e publicado no site da Associação Brasileira de Masters de Natação (ABMN): https://www.abmn.org.br/arquivos/historia_da_abmn_fabiano_pries_devide.pdf

Aliado às dúvidas sobre se identificar com nadadora com deficiência, as incertezas geradas pela instabilidade financeira na carreira paralímpica (KRAHENBÜHL et al., 2022), bem como, pelo desentendimento do “*treinar/competir*” como um ato de “*trabalhar*”, configurou o esporte com um aspecto secundário na história de Rebecca, que inclusive, mais tarde culminou na dupla carreira. Ela relatou “*Deixar de trabalhar, né? Para competir?*”

Foi por intermédio de um treinador, atuando como agente facilitador, que o esporte paralímpico foi compreendido como uma possibilidade para Rebecca e mais tarde se transformou inclusive no seu trabalho. Ela relatou:

[...] tinha um técnico que trabalhava com paralímpico. E aí ele viu que eu tinha baixa visão e perguntou por que eu não participava das competições paralímpicas. E aí eu falei que não sabia. Aí foi aí que ele falou assim “Então, se você quiser, eu vou te levar numa competição do Comitê Paralímpico para fazer a classificação” [...] aí eu conheci também por esse técnico um atleta que até foi meu namorado durante um tempo, ele também nadava. E aí ele, ele também falou assim “Ah, vai ser legal você nadar no paralímpico, você tem já um tempo bom para o esporte paralímpico, e vai conseguir bastante coisa”.

A oportunidade de “*conseguir bastante coisa*” parece ter impulsionado Rebecca para o esporte. Isto porque foi a partir do âmbito paralímpico e dentro dele que Rebecca se desvincula da imagem da deficiência relacionada a dependência e performa a noção independência usando discursos relacionados a afirmação de sua autonomia e capacidade. Ela relata várias vezes durante a entrevista que agencia sua própria vida de maneira autônoma:

No decorrer dos anos eu fui aprendendo a sair *sozinha* na rua, a ir para os lugares que eu tinha que ir. Depois eu morei *sozinha*.

Tenho vontade de fazer as coisas *sozinha* depois que eu comecei nadar.

Eu comecei a ser bastante independente depois que eu comecei nadar. Até de sair de uma cidade para outra, pegar o ônibus *sozinha*, então isso foi bom para mim.

Com meu trabalho eu consigo hoje me manter *sozinha*, né? Ser uma pessoa independente financeiramente, ter comprado meu apartamento.

A busca social compulsória pela independência é um tema recorrente no campo dos Estudos Feministas da Deficiência. Gesser (2020, p. 11) aponta que “*Em uma sociedade em que valores como autonomia e independência ditam os modos de existir, uma*

grande parcela da população é negligenciada em seu direito à participação e justiça social.” Dada a inerente dependência que se situa na pessoa com deficiência a partir de sua percepção sob o modelo médico (GESSER; ZIRBEL; LUIZ, 2022) é sob o eixo da independência que se vincula a demonstração de empoderamento por Rebecca.

Ainda que ela volte a ensaiar o modelo social, quando insere pontualmente a noção de interdependência vivenciada com uma amiga com deficiência física “[...] *eu dou uma ajuda com a cadeira, ela dá uma ajuda olhando os obstáculos para mim. E aí ficamos bem companheiras*”, a necessidade de demonstrar a independência e capacidade é muito expressiva em suas falas. Dessa forma, a noção de independência gerada pelo esporte passa a ser central na vida de Rebecca. Isto porque reverte a noção de incapacidade esperada para o corpo da mulher com deficiência (APELMO, 2016).

Vários estudos na literatura destacam o aprimoramento da independência a partir do desenvolvimento da carreira esportiva como mulher paralímpica (ANDERSON, 2009; HAIACHI et al., 2018; PACK; KELLY; ARVINEN-BARROW, 2016) que, em geral, surge como uma reivindicação da posição de anormalidade na sociedade (APELMO, 2016) e conseqüente distanciamento da comunidade com deficiência (BLINDE; MCCALLISTER, 1999; HARDIN, 2007). Contudo, ao contrário do que aponta Kirakosyan (2021) que a noção de empoderamento e independência de mulheres paralímpicas com deficiências físicas e visuais acompanham uma resistência dos estereótipos sobre a deficiência e gênero, no caso de Rebecca, o gênero não é uma categoria declarativa. Em outras palavras, parece que a deficiência sobrepõe o gênero e outras categorias sociais que não foram destacadas em sua história.

Por exemplo, ao falar sobre as mulheres paralímpicas, Rebecca tensiona a categoria deficiência e menciona que a mulher é mais forte porque “*Ela consegue mostrar que consegue fazer o que qualquer pessoa faz e mais ainda. Porque às vezes sem uma visão, sem uma perna ou sem um braço, ela faz o que a pessoa com a perna e que enxerga faz.*” Rebecca, na verdade, encontra suas experiências em uma noção abstrata da mulher que parece ser influenciada pelo seu tipo de característica sensorial. Na ausência da visão, instrumento primeiro de interação com o mundo, a vigilância sobre a performatividade do gênero padece. Ou seja, as expressões estereotipadas do gênero disseminadas e reforçadas constantemente (BUTLER, 2003), por símbolos, cores e vestimentas, por exemplo, parecem não serem visualizadas e tensionadas por Rebecca.

Por isso, força e coragem são os atributos que essa colaboradora designa às mulheres e a si mesma “*Eu vejo que a mulher é uma pessoa forte com uma energia muito*

grande” [...] “*como uma pessoa vencedora*”. Essas diversas características que compõe a identidade da mulher são validadas à medida que outras pessoas também a configuram como uma mulher forte:

Falam assim que eu sou uma inspiração. Sempre falam que eu sou muito corajosa. Minha médica mesmo hoje fala que ela sente uma energia muito boa. Ela me acompanhou no esporte e durante a doença e que eu sou uma pessoa muito forte, que ela dificilmente vê alguém assim.

Ao incorporar a deficiência como uma categoria de análise, os discursos retratados por ela, principalmente as percepções de outras pessoas, podem ser interpretadas como discursos capacitistas. Quando ela diz que “*Falam assim que eu sou uma inspiração*” esse trecho se transforma em um preconceito disfarçado de afeição que, segundo Smith e Sparkes (2020), se traduzem na noção de “pornografia de inspiração”. Esta perspectiva foi introduzida recentemente nos Estudos da Deficiência e se refere à noção da deficiência vinculada a uma característica “*desejável, mas indesejada [...] um déficit que pode e deve ser superado por meio da demonstração de proeza física.*” (GRUE, 2016, p. 847). Nesse sentido, a “pornografia na inspiração” materializa a função desempenhada por um atleta paralímpico como uma inspiração à medida que um corpo teoricamente incapacitado demonstra capacidade em uma atividade cotidiana (i.e. ordinária) ou esportiva (i.e. extraordinária) (GRUE, 2016).

No caso de Rebecca, a sua imagem como inspiração é alargada conforme pessoas agrupam na deficiência outros atributos que potencialmente a tornariam incapaz. No auge da carreira como mulher paralímpica, o diagnóstico e tratamento de um câncer de mama foi um dos momentos mais avassaladores para Rebecca, que também perdeu sua mãe para a mesma doença. A mudança de entonação no seu ritmo de fala e postura na entrevista deixou claro o quão desconfortável foi refletir sobre essa memória. Ainda assim, Rebecca continuou narrando e destacou “*O que parou mesmo minha evolução [na natação paralímpica] foi o tratamento e a cirurgia do Câncer.*”.

Novas perspectivas de intersecção nos Estudos Feministas da Deficiência também propõe o diálogo da deficiência com doença (GOMES et al., 2019). Na história de Rebecca, o câncer demonstrou um papel central na carreira esportiva, porque ele não só atrasou sua evolução como também constituiu um corpo com lesão. Ela cita:

[...] eu fiz a cirurgia de mama, né? Para retirada do tumor. Mas teve a cirurgia na axila para tirar gânglios. [...] Isso foi um momento ruim para mim. Que assim, quando eu terminei o tratamento aí a primeira coisa que

eu pensei “Nossa, agora eu vou voltar a ser atleta igual eu tava no Rio, igual eu tava em 2015”. E aí não foi bem isso que ocorreu, né? Aí eu tive que ir aceitando que era diferente. Tanto a quimioterapia... a cirurgia, fez eu perder muito coisa para ser um atleta de alto rendimento.

A deficiência que para ela significa uma característica, um modo de vida, como aponta Diniz (2007), foi interpelada por outra característica que agora poderia prejudicar seu desenvolvimento na carreira esportiva, e inclusive como mulher. Enquanto a deficiência deixou de ser um problema, uma limitação no esporte paralímpico, o câncer se tornou o problema. Ela citou:

[...] hoje é tranquilo para mim, eu sei lidar bem. O problema da deficiência para mim hoje não atrapalha em nada. [...] Aí eu acabo agora competindo com pessoa deficiente visual, mas eu também tenho uma limitação no braço.

Dessa forma, Rebecca também descreve as incertezas sobre perda de cabelo, que diminuíram seu *status* de normalidade. “*Aí eu já estava com toda aquela insegurança de tratamento, de ficar sem cabelo e ter que fazer cirurgia. Aí eu acabei ficando insegura, acabei brigando e a gente [Rebecca e o ex-namorado] nunca mais se falou.*”. Na construção latente de uma identidade atravessada pela experiência da deficiência e do câncer em remissão, Rebecca expressa seu desejo em inspirar mais mulheres,

Ah... por que às vezes eu acho que a gente passa por um momento difícil, né? E acho que tudo vai acabar, né? Como eu também pensava que eu nunca seria bem-sucedida pela deficiência visual ou porque eu poderia morrer devido ao câncer. Então, se tiver alguém que pode contribuir e estar dando uma força, contando a história, eu acho que é importante, para as outras pessoas.

Como em outros estudos (HARDIN, 2007; KIRAKOSYAN, 2021) e para as outras colaboradoras neste trabalho, o esporte é um ponto de virada na vida da mulher com deficiência. Portanto, o desejo de se tornar modelo de inspiração para outras pessoas, especialmente àquelas com deficiência que de algum modo lutam contra a opressão social, se torna uma missão na carreira esportiva dessa atleta (PURDUE; HOWE, 2012a). E colocar a deficiência como mais uma característica do atleta paralímpico é fundamental para o reconhecimento da diversidade dos corpos, comportamentos e necessidades dentro do esporte.

É nessa nova conjuntura que o conceito “inspiração e superação” são ressignificados por Rebecca, ao passo que ela foca no resultado do desempenho e não no motivo para desempenhar “*A natação tem assim, você superar suas marcas pessoais, né?*”

Então você não precisa estar sendo campeã do mundo, se você conseguir melhorar um centésimo do que você fazia, você já superou”. Nesse sentido, Rebecca se situa ao lado de outras atletas, inclusive, do Movimento Olímpico quando cita “Uma atleta paralímpica é só uma pequena característica, eu acho. Eu acho que o atleta olímpico e o paralímpico são iguais, né?”.

A corredora em cadeira de rodas (Verenna)

“[...] uma menina pobre e negra que conseguiu terminar a faculdade, tá tendo uma carreira brilhante no esporte”.

A frase escolhida como tom vital para liderar as narrativas de Verenna foi “[...] *uma menina pobre e negra que conseguiu terminar a faculdade, tá tendo uma carreira brilhante no esporte*”. Em geral, essa frase resume como Verenna se coloca na sociedade: uma menina-mulher com orgulho da sua raça, satisfação das suas conquistas em meio aos desafios vividos pela classe e resistência no que se refere ao gênero no esporte. Ao contrário de outras colaboradoras, a deficiência na história de Verenna não emergiu desde a infância. Em contraponto, a intersecção entre gênero, classe e raça são latentes na sua história e contribuíram para as experiências vividas e relatadas cronologicamente. O que parece um caminho de êxitos quando se observa as várias conquistas dessa mulher atualmente, é, na verdade, uma trajetória complexa percorrida na iniciação, manutenção e ascensão na carreira esportiva.

De uma história esportiva que não começou no Movimento Paralímpico, a intersecção evidente entre classe, raça, gênero e, mais tarde, a deficiência, moldaram as várias experiências na vida de Verenna, transformadas a partir de um acidente de moto. Ela relatou que *“O acidente aconteceu, mas para transformar a minha vida. [...] A minha deficiência me mostrou minha potencialidade”*. É o esporte que atua com uma arena de empoderamento (HAIACHI et al., 2018; HARDIN, 2007) e de negociação de normas de gênero, deficiência, raça e classe (KIRAKOSYAN, 2021; RICHARD; JONCHERAY; DUGAS, 2017).

Ao retomar a história de Verenna do período que compreende o experienciar o esporte, adquirir a deficiência e se inserir e destacar-se no esporte paralímpico, é possível observar conflitos latentes que configuraram suas experiências de vida. Uns dos primeiros pontos que se destacam na sua trajetória, ainda como mulher sem deficiência, foram os cenários de prazeres e desprazeres de viver no nordeste brasileiro. Ela relatou:

A Verenna é uma menina nascida em São Paulo. Com 10 anos foi para Bahia, por causa da minha mãe que deu a loucura [risos]. Cheguei na Bahia, para mim foi totalmente diferente de São Paulo, né? Não tinha energia elétrica, água encanada e para mim foi bastante difícil. Lá o trabalho era na roça e uma coisa que eu não queria era morar lá e terminar os estudos.

Entre os detalhes compartilhados da vida pública e privada dessa colaboradora, foi notória a baixa renda familiar, bem como a insatisfação de estar em um local que pouco lhe fornecia uma perspectiva de vida. Um dos poucos aspectos salientados com entusiasmo por Verenna foi o futebol. Em formato de esporte de participação, o ambiente esportivo se desenvolveu para o aumento da qualidade de vida, satisfação em prol de um resultado autorreferenciado (i.e. aprimoramento de habilidades físicas e esportivas para a vida) (PASQUARELLI et al., 2022). Em meio aos treinos liderados pelo time de meninos, o espaço esportivo se desenvolveu de forma competitiva sem intenção aparente de se tornar uma carreira profissional na vida de Verenna *“Eu fiz parte do time feminino, era uma forma de lazer que a gente tinha. A gente treinava bastante, eu era zagueira. Dava umas bicudas no povo [risos]. Era muito legal. Era a parte que eu mais gostava da Bahia [risos].”*

A memória sobre essa parte da vida refletiu o desejo em reverter a situação em que ela se encontrava. Tal como outra colaboradora deste estudo, a busca pelas oportunidades do estado de São Paulo se traduziu na migração para o sudeste do país. Ela relatou *“Então eu queria vir para São Paulo, terminar meus estudos aqui, sempre foi o meu sonho.”* A saga do migrante nordestino ocorre devido as baixas condições socioeconômicas para fixação no seu estado e, por isso, inicia-se com as movimentações territoriais a fim de emancipação (MARINELLI, 2007). Foi essa movimentação territorial intencional que contribui para a criação da liberdade de Verenna, que destacou como muito orgulho seu trabalho, casa e rotina desafiadora no estado de São Paulo.

Contudo, São Paulo trouxe transformações para além daquela relacionada a mudança de vida que ela tinha na Bahia. Em meio ao desvio do cotidiano, uma mudança imprevisível no seu caminho da casa ao trabalho, ocorreu o que mais tarde o que ela entendeu como o momento chave para transformação da nova Verenna. Ela relatou, *“[...] do acidente para o esporte foi a transformação da minha vida. É, hoje eu posso dizer que a Verenna, ela conseguiu tudo que ela nunca imaginou que ia ter na vida.”*

Todavia, até o desenvolvimento dessa compreensão, que mostra claramente um estado de satisfação pelas conquistas na trajetória de vida com deficiência, Verenna experienciou um momento traumático que se traduziu em dor, estranhamento de si e baixa perspectiva de vida (GALVÁN; AMIRALIAN, 2009). Ela narrou:

E com 24 anos eu já tava trabalhando de garçomete em outro restaurante e foi quando eu tava indo trabalhar e sofri um acidente de moto. Foi onde eu tive que amputar, né? A perna esquerda. O acidente foi no dia que eu tentei mudar o percurso para poder dar informação para o motoqueiro que

vinha atrás. E na onde eu fazia a curva foi onde veio o carro e não deu mais tempo de eu parar. Quando eu caí o meu pé ele já tava pendurado. E cheguei no hospital, tentaram fazer uma cirurgia, mas não teve resultado. Meu pé começou a necrosar, então eu já senti uma dor muito grande, aonde o médico veio e falou que tinha que amputar, virou as costas e saiu andando. [...] E daí começou, né? A nova Verenna [risos].

O predomínio do modelo médico que rondou a compreensão da deficiência nesse momento, demonstra influências claras no entendimento inicial de Verenna como uma mulher com deficiência adquirida. Isto porque a assimilação da “nova Verenna” foi pautada na noção da deficiência como uma tragédia individual (GOODLEY, 2011). Reforçado pela supremacia de um médico que noticiou sobre a amputação com tamanha insensibilidade, Verenna se transformou na sua parte do corpo – ela se transformou em uma amputada (DEEGAN, 2010). Com isso, baixa perspectiva de vida emergiu quando ela cita que “[...] *foi muito difícil, eu fiquei: E agora? O que eu vou fazer da minha vida, né? Porque eu era garçõete, precisava das minhas duas pernas para poder trabalhar.*

Ao passo que a noção de independência é associada com a funcionalidade do corpo (KITTAI, 2011), Verenna não encontrava uma expectativa positiva para um corpo dependente e, que inclusive, gera uma sensação de desconforto (GARLAND-THOMSON, 1997) e pena (HUGHES, 2020) para pessoas sem deficiência que entendiam a deficiência como tragédia. Ela contou sobre que no período que estava no hospital as pessoas [...] *pensavam que iam chegar lá e iam me ver triste e tal, porque eu sempre mantive o sorriso no rosto. Então as pessoas tinham muito medo de ir me visitar*”.

Como aponta Gesser, Zirbel e Luiz (2022) a pessoa com deficiência representa para a sociedade uma figura vulnerável que requer cuidado e dependência constante e intensa (GESSER; ZIRBEL; LUIZ, 2022). Nesse sentido, a Verenna independente que havia se mudado para São Paulo, em busca dos seus sonhos, se subverteu a um papel doentio (*sick role*) (DEEGAN, 2010) e foi imposta à dependência porque na deficiência foi inscrito a noção de fragilidade. Ela relatou:

Então quando eu saí do hospital, saí numa cadeira de rodas né? Para mim foi uma mudança muito grande até porque a acaba às vezes esquecendo que não tem mais aquela parte da perna. Então você tinha dor. Eu tinha dor fantasma, tipo, era uma dor que tava no dedão e que eu sabia que não tinha mas, eu tava sentindo a dor. É... então você tem que se adaptar com isso. Várias vezes caí do sofá porque eu levantava e tipo, levantava para apoiar com a perna que eu não tinha [risos]. Então levava queda. Para começar a andar com a muleta também, levei várias quedas. Tropeçava no tapete. Aí minha mãe teve que sair tirando tapete. Teve que mandar minha comadre, ela vinha para casa e ficava comigo em casa porque

minha mãe tinha que trabalhar, e minha mãe tinha medo de me deixar sozinha porque eu não parava quieta.

O primeiro ponto a ser destacado é a dor intensa vivida por Verenna. Reconhecer que o corpo com deficiência pode enfrentar a dor é primordial para rever sua compreensão a partir do modelo social. Segundo Diniz (2007), a dor foi um tema esquecido na primeira onda do modelo social em meados dos anos 70. A temática ganhou evidência a partir da crítica feminista quando teóricas “[...] discutiram o significado da transcendência do corpo por meio da experiência da dor, e assim forçaram uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significava viver em um corpo doente ou lesado” (DINIZ, 2007, p. 52).

O fato é que o desconhecimento e falta de convivência com pessoas com deficiência acarretaram a falta de sensibilidade à diversidade do corpo humano. Neste terreno, o modelo social da deficiência contribui para o entendimento de que o contexto predominado pelos médicos, a percepção negativas das pessoas, o cuidado exacerbado e a noção de vulnerabilidades culminaram na visão deturpada sobre o próprio corpo. Para ela, sua nova configuração se resumia em uma pessoa amputada, ou como ela retratou, uma pessoa “cortada”. Ela citou:

Quando eu amputei, que eu comecei a ir para a rua, tipo, eu falo que parece que as pessoas amputadas saíram das suas casas e apareceram, porque brotou. Em cada esquina eu via uma pessoa “cortada”. E tipo, aonde que tava esse pessoal? [risos]. Pra mim foi um “baque” de realidade.

O problema é que o significado do que é viver em um corpo com deficiência para Verenna estava predominado pelo modelo médico que reforçavam uma noção de corpo menos capaz e menos mulher, inclusive. Por isso, o segundo ponto a ser discutido é a intersecção da deficiência com o gênero nas vivências de Verenna como mulher com deficiência. Isto porque foi possível notar como a amputação de uma perna desafiou estereótipos de feminilidade por ela fixados e reforçados. Entendendo que o gênero é performativo porque é construído mediante práticas regulatórias persistentes (BUTLER, 2003), o local instituído por ela como uma mulher foi rompido pelo local ambíguo da mulher com deficiência na sociedade (GARLAND-THOMSON, 1997).

Verenna salientou como foi inferiorizada como mulher deficiência à medida que as normas de corpo, vestimentas e comportamentos, por ela atribuídas, se anulavam a partir da deficiência. Ela relatou: “*Daí chegou a parte que eu mais chorei, que foi a parte*

que eu tive que me desfazer dos meus saltos. Porque todo final de ano eu comprava um salto para usar, então essa parte foi a mais difícil, que foi me desfazer. Eu tive que acabar doando.” Como símbolo de elegância, beleza e supremacia, o salto era o atributo feminino que Verenna deixava de possuir no lugar de mulher com deficiência. Consequentemente, em uma sociedade sexista e corponormativa, a situação de Verenna como mulher parece ter ficado suspenso a dúvida e ao questionamento já que a deficiência diminuiu seu capital social (GARLAND-THOMSON, 1997, 2011).

Em uma sociedade onde todas as mulheres são desviantes, Garland-Thomson (1997) destaca que umas são mais que outras já que depende do quão próxima esta mulher está do “ideal feminino”. Nessa lógica, ao passo que a deficiência evoca associações como “feio” e “desagradável” (HANNA; ROGOVSKY, 1991, p. 57), transformar-se em uma mulher com deficiência conferiu uma vivência da marginalização em forma de capacitismo por Verenna. Ela citou:

Teve uma vez que eu fui pagar uma conta numa loja e teve uma senhora, ela saiu correndo atrás de mim. Eu tava saindo da loja e ela saiu correndo atrás de mim! Eu levei até um susto. Perguntando o que tinha acontecido comigo, porque eu era tão bonita e tava usando prótese, que não sei o que. Tá, mas o que tem a ver ser bonita com prótese? Só porque uso prótese eu fiquei feia?

O esporte acompanhou esse processo de vigilância do gênero de Verenna e parece ter sido um lugar de negociação do ser mulher, com deficiência, pobre e afro-latina. Primeiro, em um espaço generificado que reforça estereótipos e distancia a praticante do “ideal feminino” (GOELLNER et al., 2009), traços de feminilidade criados historicamente e posicionados em meio a oposição binária feminino/masculino (BRAH, 2006) foram reforçados e revisados por essa colaboradora. Sob uma nova roupagem, a performatividade do gênero se restabeleceu quando ela comenta:

Tipo, no começo que eu comecei a andar de cadeira, a minha cadeira do clube era toda preta. E tipo, quando colocava o capacete, meio que às vezes eu tava passando na rua, né? Na corrida. E o pessoal ficava “vai, garoto, vai não sei o que”. Eu ficava muito com raiva. Eu “Não! Eu sou mulher”. Só que tipo, as pessoas não viam muito isso. Aí tanto é que eu falei para o meu técnico que eu queria um capacete rosa. Eu comecei colocar brinquinho, colocar batom, para ver se o povo enxergava que era uma mulher que tava correndo, não era um homem. E mesmo assim às vezes o povo chamava de homem. Eu ficava muito brava. Aí tanto é que a minha primeira cadeira que eu comprei né? A minha cadeira toda rosa, cheia de glitter. Falava “não é possível que o povo não vai ver que é uma mulher” [risos].

É explícito a importância de Verenna se situar como uma mulher, sob determinados estereótipos, na sociedade. Nesse sentido, outra estratégia utilizada foi a sustentação de uma posição atlética que supera o desempenho dos homens com deficiência. Ao contrário do estudo de Blinde e McCallister (1999) que mostrou que mulheres com deficiência tendem a se distanciar do esporte por entendê-lo como um campo de provação de estereótipos de masculinidade, Verenna se fortalece como atleta ao se associar contra os homens com deficiência. Em treinos e competições essa comparação aos homens tende a provar a sua capacidade física, quando ela relata:

É mostrar que o esporte não é só para homem, é para mulher também. É mostrar que mulher consegue. Tanto é que a primeira vez que eu venci de um homem, nossa, eu fiquei muito feliz [risos]. [...] a mulher com esses bracinhos mais finos, o homem todo musculoso e eu chegando na frente na corrida? Era literalmente mostrar que a mulher tinha força e ela conseguia tudo aquilo que ela almejava. Tipo, ganhar de um homem foi maravilhoso [risos].

Apelmo (2016, 2018) já vem destacando na literatura as associações contra os homens com deficiência no processo de provação da capacidade das mulheres com deficiência. A autora aponta que essa luta se destaca como “um jogo em um jogo” na qual as mulheres além de terem que cumprir um desempenho mínimo para praticar o esporte, dentro do mesmo, há uma disputa pelo espaço de direito (APELMO, 2016, p. 139).

Outro estudo também aponta essa dupla disputa de mulheres com deficiência no esporte e destaca que elas vivenciam um dilema no cenário esportivo. Ora elas acentuam a rivalidade contra os homens para se legitimar em um campo dominado por eles e ora elas encenam um ideal de feminilidade para se distanciarem da noção de mulher com deficiência assexuada (RICHARD; JONCHERAY; DUGAS, 2017). Na história de Verenna, essa disputa foi inclusive reforçada pelo treinador, que enfatizou após uma competição “*Graças a Deus que vocês [mulheres] tem esse negócio de ganhar de homem também.*”

O fato é que Verenna não alcança sua expectativa como mulher e, dentro do esporte, ela tenta retomar seu lugar de direito. Sob normas estereotipadas, a narrativa de Verenna é tomada pelo desejo de se colocar com uma mulher que ela imagina ser a ideal. Ela citou “*Logo mais eu vou comprar uma prótese que tem o pé para usar salto, porque é uma coisa que eu acho que toda mulher tem [risos] de vaidade*”. Garland-Thonson (2011) salienta que esses esforços individuais para não parecer uma pessoa com deficiência e para parecer uma mulher “normal” é uma tentativa de fuga do corpo não normativo. Isto é ainda

mais acentuado para pessoas com amputação, que por possuírem a diferença inscrita em seus corpos, se encontram na contramão da corponormatividade (MELLO; NUERNBERG; BLOCK, 2014).

Nesse sentido, destaco outra estratégia evidente na narrativa de Verenna quando o assunto é ser uma mulher. Ela destacou “[...] *sou muito criançona, sei lá, eu acho que apesar da idade eu não me considero mulher M-U-L-H-E-R [ênfatisa a palavra], sou mais menina*”. *Gosto de brincar, gosto de dar risada, sou mais um jeito, um jeito de menina [risos]*. Para além do seu senso de humor que fica evidente durante a entrevista, a infantilização da sua imagem parece declarar mais uma tentativa de minimizar os efeitos negativos que a deficiência causou no seu *status* social de mulher. Sabemos que a mulher com deficiência tende a ser objetificada sexualmente na sociedade ou ter sua sexualidade negada (MORRIS, 1991). Além disso, papéis sociais de mãe e esposa são subestimados, uma vez que a deficiência se materializa em um corpo frágil e incapaz de reproduzir (GESSER, 2010). Dessa forma, ao se configurar como “*criançona*” Verenna se sujeita ao lugar atribuído a ela de “*menos mulher*”.

Tal como na trajetória de Verenna, a negociação do gênero e da deficiência na carreira esportiva de mulheres paralímpicas brasileiras é evidente na literatura (KIRAKOSYAN, 2021). O “negociar” diz respeito à internalização das barreiras de deficiência e de gênero, uma vez que o empoderamento pelo esporte ganhe destaque da vida das atletas (KIRAKOSYAN, 2021). Nesse sentido, Verenna transformou seu lugar de mulher amputada para a mulher paralímpica. Foi a partir do esporte que ela ressignificou o trauma causado pelo acidente, refletiu sobre seu lugar na sociedade e construiu uma ambição para compartilhar o espaço de direito na mulher. Ela relatou “*É, não sei o que te falar com palavras, mas eu só tenho a agradecer. Agradecer ao meu acidente e que se me perguntar se eu queria voltar a ter as duas pernas eu não queria [risos]. Sou muito bem assim.*”

Dessa forma, se por um lado gênero, raça e classe oprimiram Verenna na infância, por outro, gênero, raça, deficiência e nacionalidade se interseccionam no ambiente esportivo de elite e constroem uma imagem representativa no cenário paralímpico. Ela relatou,

[...] eu tava na maratona de Chicago, porque eu era a única afro-latina dentro da cadeira, dentro da maratona de Chicago. Então fizeram a entrevista comigo e foi muito legal. [...] Na cadeira e qualquer outro esporte não tem muitos negros. Na faculdade também você não vê tanto.

Então é mostrar que a gente tá conquistando ali, aos pouquinhos estamos conquistando nosso espaço e estamos mostrando pra sociedade.

bell hooks (2015) salienta que a tomada de consciência sobre o lugar subalterno da mulher na sociedade ocorre quando as mesmas questionam os motivos pelos quais estão sendo alienadas e reivindicam criticamente seu lugar de direito. Dessa forma, reconhecer-se como mulher negra com deficiência no esporte foi fundamental para o desenvolvimento de uma identidade politizada para Verenna. Ou seja, foi no lugar de atleta, que Verenna percebeu seu lugar de fala e se transformou-se em uma mulher que expressa orgulho da sua cor, bem como, preocupações com o cenário pouco representado por pessoas negras. Ela relatou “*Então, eu tenho orgulho de ser negra e estar conquistando tudo isso. De mostrar pra sociedade que não é a cor que vai definir o que você vai ser, né?*”

Verenna contempla a diversidade enquanto é representante de minorias oprimidas por forças sexistas, racistas, capacitistas e xenofóbicas. Questionando camadas simultâneas de opressão (ABDEL-SHEHID; KALMAN-LAMB, 2017), Verenna se subverte a partir do esporte. Ela salienta “[...] *o brasileiro em si tem várias etnias, não tem uma pessoa que é igual a outra. E tipo, saber lidar com essa diferença. Eu sou negra, você é branca, o outro é amarelo, é albino.*” Uma vez que a diferença é inerente a todas as pessoas na sociedade, ela não pode ser validada como negativa ou positiva. Na verdade, a diferença se materializa em normas de corpo, comportamento e discurso que atuam como reguladores do que é ser considerado uma “mulher normal” (GARLAND-THOMSON, 1997).

Portanto, o esporte é o ponto de virada na vida da mulher com deficiência (KIRAKOSYAN, 2021). É no lugar de atleta que Verenna parece ter desenvolvido uma consciência sobre os fatores que a alienam na sociedade e é nesse âmbito que ela questiona a norma e ensaia o modelo social da deficiência. A ambição de promover uma imagem feminina atlética empoderada contribuiu para questionar estereótipos de gênero enquanto ela ressignifica a ideia de superação associada a deficiência. Ela contou

Tipo, a gente tem que sempre se *superar* a cada dia. A cada dia mostrar que a gente não foi feita só para ficar dentro de casa, só para lavar roupa, louça, fazer comida, não. [...] É que eu acho que essa *superação* não é nem tanto só mulheres, é de qualquer pessoa. A gente se *supera* a cada dia, né? Desde quando a gente sai da cama. É que às vezes a gente não gosta muito dessa palavra “*superação*” agora, porque muitos vêm a gente, a pessoa com deficiência, só como *superação*. “Ah, você é a *superação*, você é um exemplo de vida”. E, tipo, isso não é legal, porque todo mundo tem que se *superar* a cada dia.

A noção de superação que atravessa a pessoa com deficiência é reforçada no esporte, especialmente quando o atleta constitui uma figura *cyborg* que representa um corpo híbrido – corpo vivo e tecnológico em conjunto (HARAWAY, 1991). Nessa perspectiva, corredores em cadeira de rodas são um exemplo explícito de *cyborg* no esporte paralímpico e, que inclusive, é hierarquizado comparado a outros atletas com deficiência (HOWE, 2011). Dessa forma, o sentido onipresente da deficiência como incapacidade que se fixa na cadeira de rodas, se transforma em força e liberdade em um corpo que performa o inimaginável para uma sociedade capacitista. É essa ideia que constitui o discurso de superação e que coloca o atleta paralímpico em menos hábil que o olímpico. O cenário se intensifica quando “*Seja qual for a origem, as mulheres atletas com deficiência têm de superar, por vezes, enormes barreiras ideológicas e práticas para poderem participar.*” (HARGREAVES, 2013, p. 177).

Apesar das várias barreiras que Verenna cita na trajetória da sua história esportiva, as estratégias aqui destacadas que ela utiliza para se empoderar no esporte se manifestam a partir do reconhecimento de sua identidade interseccional. De forma implícita em seu discurso, ser uma mulher com deficiência negra e afro-latina contribuiu para seu compromisso em assegurar o espaço de direito da mulher no âmbito esportivo. Verenna reconhece que foi inspirada por outras atletas e cita em vários momentos seu desejo atual de ser aquela que inspira outras pessoas “*Ser mulher e estar no esporte é mostrar nossa força, mostrar que a gente pode conquistar tudo aquilo que sempre a sociedade falou que era para homem.*”

A jogadora de goalball e nadadora (Camilla)

“[...] ser atleta, com deficiência e mulher, é algo assim um pouco mais difícil, né?”

O tom vital identificado e escolhido para guiar a história de vida da Camilla aponta as influências interseccionais na construção de sua identidade. Quando ela ressalta que o ser atleta, com deficiência e mulher criou um espaço de dificuldade, busquei me desprender das noções e desafios da mulher paralímpica na sociedade para alcançar a subjetividade das experiências em sua fala. Nesse sentido, me pergunto, por que seria difícil?

Camilla é uma atleta paralímpica, carioca e que sempre esteve envolvida com atividades físicas e esportivas. Foram essas as características enfatizadas quando a pergunta “quem é você?” guiou a entrevista e a recordação das vivências. Estas que parecem ter sido dominadas pela deficiência, uma vez que ela não só atua como uma categoria identitária, como também, como um marco temporal na história de Camilla. Dessa forma, a dificuldade que ela se refere no lugar de atleta, com deficiência e mulher parece ter relação com a posição adquirida de pessoa com deficiência e o lugar escolhido de mulher atleta. Entre muitas características, essas duas são as mais evidentes na história de vida dessa colaboradora. Ela destacou:

Sou mulher, sou deficiente visual. Tenho percepção de vultos e claridades apenas em uma vista, na outra eu sou cega total. Estou com 35 anos e sou atleta paralímpica desde os meus 13 anos de idade. Foi quando eu perdi minha visão aos 12 e me tornei atleta aos 13.

Camilla adquiriu a deficiência e isso faz parte da trajetória até o esporte paralímpico. No exercício da lembrança ela retratou “[...] *eu não nasci cega, eu fiquei cega*” e descreveu como a sua rotina de vida diária, principalmente no que se refere à família e amigos, foi alterada com a chegada da deficiência. A superproteção ganhou um lugar de destaque na vida de Camilla que, ao parecer vulnerável pela sociedade, recebeu um cuidado exacerbado que limitou o desenvolvimento de sua autonomia (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013). Em um instante de sua fala, ela relatou que essa superproteção e percepção de vulnerabilidade pelas pessoas, principalmente de familiares, instruíram a uma noção de incapacidade. Ela narrou:

Eu ouvi minha mãe uma vez brigando com minha irmã. Eu tava chegando na cozinha, só que minha mãe tava brigando com a minha irmã “Você não lavou a louça, que não sei o que.” E minha irmã “Ai, deixa a Camilla fazer alguma coisa também”. Ela [a mãe] falou “Sua irmã não enxerga, vai que ela se machuca, que não sei o que.” Então aquilo tudo criou essa visão também, essa mentalidade “Ah, eu não sou capaz, né?” E, por as pessoas ficarem me paparicando, fazendo as coisas pra mim, eu realmente achava que eu não era capaz, né? [risos].

Ao contrário do que preconiza o modelo médico, que a pessoa com deficiência é “naturalmente” incapaz, o modelo social orienta o entendimento da deficiência como resultado das restrições das atividades (THOMAS, 2004). Com isso, percebemos que a incapacidade de Camilla foi criada e imposta sobre o seu novo corpo com deficiência à medida que ela foi excluída socialmente pelos seus colegas e suas atividades foram restringidas para o ambiente domiciliar e hospitalar. Pelos relatos concedidos por Camilla, é possível identificar o desenvolvimento de um *status* de mulher com deficiência “incapacitada” socialmente e, não, “naturalmente”:

Eu tinha muitas amigas no ballet e no jazz, né? E depois que eu perdi a visão, com o tempo, o pessoal foi se afastando [...]. Minha independência ficou bem frágil, né? Porque eu dependia muito da minha mãe, minha mãe me levava pra tudo que é lugar. Então naquele momento, eu não sabia que o que era ser uma pessoa cega. Eu pedia várias vezes pra minha mãe, pra eu andar sozinha.

A liberdade de Camilla na esfera pública foi limitada à sua vida privada e um estado de piedade se instituiu em volta de sua vida conforme pessoas sem deficiência passaram a dominá-la. Hughes (2020) afirma que essa dominação é um sintoma comum da desigualdade social, que disfarçada de generosidade, simpatia e compaixão, designam um papel de vítima para a pessoa com deficiência. Segundo o mesmo autor, a “pena” é a resposta emocional à deficiência mais frequentemente expressada por pessoas sem deficiência (HUGHES, 2020). Esse foi o caso na trajetória de Camilla, que, dominada por pessoas sem deficiência, foi restrita a vida privada enquanto os familiares refletiam a piedade em torno de sua nova condição como menina com deficiência. Junto a isso, a atividade física e ao esporte foram limitados conforme ela se sentia limitada para tais atividades.

Ela era bailarina, dançava, gostava de competir e praticar. Com a chegada da deficiência, seu gosto não mudou. O que mudou foi a viabilidade de continuar praticando. Ela relatou,

Eu achava que eu não era capaz de fazer a atividade física [...]. Porque antes de eu ficar cega eu tinha um sonho de ser bailarina, de dançar lá fora. E, depois que eu perdi a visão, eu fiquei bem gordinha também, porque eu tomei muita medicação forte, e eu não quis mais fazer o ballet porque eu achava que eu não ia conseguir mais.

O sentimento de limitação por Camilla permeou até mesmo em uma instituição especializada, com esportes específicos e pessoas com a mesma característica visual que a dela. O entendimento sobre o que é ser uma pessoa com deficiência estava sendo construído com base nas informações que ela obtinha do ambiente que vivia. Hughes (2020, p. 95, tradução nossa) aponta que *“No imaginário das pessoas sem deficiência, a deficiência equivale à ruína, uma vida arruinada, uma vida que não vale a pena ser vivida.”* Inclusive, o impacto da deficiência parece ter transformado mais a vida das pessoas ao seu redor do que a sua própria percepção. Ela relatou,

Depois do CTI, eu fui pro quarto e no quarto o médico foi ver que eu tinha ficado cega e avisou meus pais, né? Foi um choque bem grande pros meus pais, mais do que pra mim. Imagina 20 anos atrás? 20 anos atrás dificilmente alguém via com deficiência na rua, né? Eu acho que é por conta da proteção mesmo da família, eles acharem que o com deficiência não pode andar, não pode brincar... minha família não tinha informação!

Morris (1991) uma das grandes precursoras do Estudos Feminista da Deficiência, destaca que a forma negativa com que as pessoas percebem a deficiência pode acarretar sua negação. E foi essa rejeição que acompanhou Camilla nas primeiras experiências na jornada como mulher. Camilla negou suas novas características porque foi esse o retorno que obtinha de sua mãe e avó, especialmente quando ela começou a se relacionar com outras pessoas semelhantes. Ao passo que essa colaboradora se afastou dos antigos colegas e escolas, indicações médicas a levaram para uma instituição especializada em pessoas com deficiência visual e os detalhes dos momentos iniciais retratam as suas primeiras impressões com outras pessoas com deficiência.

A minha vó não aceitava aquela situação. Até hoje, eu acho que ela ainda não aceita muito a perda da minha visão. Então assim, pra eles foi muito difícil. Aí eu fui nos primeiros dias pro instituto e eu ouvi um monte de criança cega brincando, batendo palma e eu falava que eu não queria voltar, que o pessoal era tudo doido. Foi um desespero muito grande pra mim no começo. Foi uma dificuldade imensa. A minha sorte, é que a minha mãe ficava ali, né? Tipo, eu assistia à aula, aí eu pedia para alguém já me lavar lá na minha mãe que ficava na praça.

As asserções de Morris (2001) nos anos 2000 se reproduzem em uma história atual em que a deficiência é colocada como o desvio, a diferença, como a transformação de uma jovem bailarina com amigos para uma menina solitária, dependente, sem perspectiva, e com medo das vivências que o novo corpo lhe proporcionava. É nesse sentido que a defesa para a incorporação da deficiência como experiência subjetiva e individual é relevante para a desconstrução da categoria “outras” atribuídas às mulheres com deficiência na sociedade (MORRIS, 2001).

Camilla sentiu desespero nos momentos iniciais na instituição porque ela não se via pertencente àquela nova forma de viver no mundo com deficiência visual. A construção binária do “eu” e do “outro” circunscritos em oposições “normal” e “anormal” abriram espaço para Camilla não querer pertencer à cultura do “outro”. Com a superproteção e dependência da sua mãe, o desenvolvimento dessa mulher foi limitado pela falta de conhecimento – ou, o conhecimento enviesado – sobre o que é ser uma pessoa com deficiência na sociedade.

Foi nesse cenário que o esporte surgiu não só como uma arena de empoderamento, como um espaço de reconhecimento das capacidades físicas (HARDIN, 2007; PENSGAARD; SORENSEN, 2002), mas sobretudo, de pertencimento aos pares com deficiência. Segundo Camilla, “[...] *foi através do esporte que eu pude sonhar novamente*”. Goalball, ginástica, natação e atletismo foram algumas das atividades mencionadas por ela, que retratam a importância da instituição no agenciamento de atividades físicas e esportivas para os jovens com deficiência. Bem como, o papel dos professores reflete suas atuações com agentes das transformações sociais e físicas através do esporte (ANDERSON, 2009; RUDELL; SHINEW, 2006).

Todavia, normas regulatórias binárias voltam a sondar a vida Camilla quando ela destaca a relutância aos esportes por ela considerados como “masculinos”. A mulher que mais tarde se tornou uma das maiores referências de atleta de goalball do Brasil e do mundo, duvidou da modalidade no período de iniciação esportiva aos 13 anos. Ela relatou:

E eu conheci o goalball nas aulas de Educação Física [dentro da instituição especializada]. No começo eu não queria fazer o goalball porque eu achava, pelo que as pessoas falavam, que era um esporte muito bruto. E realmente, é um esporte bruto, né? Uma bola de guizo tem 1,250kg. A gente arremessa com as mãos, defende com o corpo. Um esporte coletivo, e tem que se jogar no chão pra defender. Então eu achava que não era um esporte pra mulher, né? Ainda mais, criança [risos]. Uma mocinha. Aí, nas aulas de educação física, eu fui obrigada a fazer o goalball. Então eu falei assim “Ah, vou logo fazer logo esse

goalball aí pra passar, pra ir pra aulas de ginástica, de natação, de atletismo, né?” Que eu achava mais pra moça.

Para Camilla, a visibilidade do goalball como um esporte bruto escaparia do arcabouço de feminilidade esperado a ela. A pergunta que reverbera a partir do seu discurso é: por que um esporte coletivo que “*tem que se jogar no chão*” não é um esporte para mulher? A resposta é evidente nas falas de Camilla, que tem um significado fixo e restrito do que é ser uma mulher a partir de características e tarefas a serem constituídas e cumpridas. Estereótipos de feminilidade escoam em seus discursos performáticos sobre gêneros que exprimem significados em torno de representações induzidas por padronizações estritamente binárias e obrigatórias (BUTLER, 2019). Logo, só se pode ser um ou outro gênero, se você performar um ou outro tipo de competência regulatória de discurso e de corpo.

Na história de Camilla, a performance do gênero é visível à medida que ela relata “[...] *ser mulher é não perder as suas características de mulher.*” Gostos e tarefas específicas foram designadas à figura da mulher e por Camilla foram reforçados em vários momentos das entrevistas. São eles “*Eu gosto de me arrumar, eu gosto de sair, eu gosto de fazer compras, de passear no shopping, de ficar em casa, de arrumar a casa, de limpar, de fazer comida e eu gosto também de praticar esportes. [...] Esportes brutos também, né?*” Importante observar que Camilla opera o esporte em conjunto com outras características que para ela são atribuídos às mulheres. Nesse sentido, ela sustenta como uma mulher, apesar de atuar em um esporte “bruto”.

O fato é que Camilla parece ter sido vigilante sobre seu corpo no período que compreende sua reintrodução no esporte. A dúvida sobre inserir-se em um espaço por ela entendido como masculino tem como fundamento seus anseios sobre se distanciar da noção de feminilidade que ela almejava. Como no estudo de Blinde e McCallister (1999), essa hesitação é recorrente em mulheres com deficiência que compreendem que a identidade masculina e esportiva se encontra em concepções de agressividade e competitividade. Nesse sentido, quando Camilla opera suas diversas “características femininas” em conjunto com a participação esportiva, ela assume um dilema que atua entre a validação como mulher e a legitimação como atleta (RICHARD; JONCHERAY; DUGAS, 2017).

A vigilância sobre o corpo na história de Camilla avançou os limites do gênero e alcançaram as lembranças sobre o excesso de peso adquirido após a deficiência. Essa colaboradora destaca em vários trechos que seu corpo estava longe do “ideal” para a prática. Ela relatou “*Eu fiquei bem gordinha pelo fato de eu tomar muitas medicações*

fortes e, também, eu sempre fui muito paparicada pela família, né? Eles iam me visitar e levavam um monte de chocolate, de biscoito e de bala.” O excesso de peso em intersecção com a deficiência aumentou o sentimento de incapacidade instaurado em Camilla. Corroborando com o estudo de Haegele, Zhu e Holland (2019), estudantes com deficiência visual obesos acreditam que a percepção de seus corpos como sendo incapazes durante as aulas de educação física tende a limitar sua participação nas aulas.

O sentimento reforçado pelo distanciamento dos colegas e discriminação pelos professores (HAEGELE; ZHU; HOLLAND, 2019b) também foi evidente na trajetória de Camilla. Ela que foi excluída pelas amigas do ballet, pelo professor de atletismo “*Camilla, você é muito gorda, viu. Poxa, você tem que emagrecer. [risos]*” e pelo professor de natação:

No campeonato de natação eu consegui o índice pra participar da seleção. Isso nos meus primeiros campeonatos, né? E eu era bem nova. Só que o técnico da seleção, hoje nem sei mais onde ele foi parar. Mas, ele falava pra um colega meu que era da seleção lá do Rio, falava assim: “Não, ela é muito gordinha, não sei o quê.” Não queria me chamar porque eu era gorda [risos].

Nesse cenário, o goalball se constrói como um espaço de pertencimento e de transformação na trajetória de Camilla, que enfatiza “*Só que eu gostava mesmo era do goalball [risos].*” Por ser um esporte coletivo paralímpico, a necessidade de se envolver com outras pessoas com deficiência visual contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade coletiva naquele tempo e espaço específico. Haja vista que seja muito comum que pessoas com deficiência sejam alienadas aos seus pares com deficiência pelo convívio restrito com familiares sem deficiência (GARLAND-THOMSON, 1997) o desenvolvimento do goalball abriu as portas para seu reconhecimento como pessoa com deficiência visual. A partir dele, Camilla parece se sentir pertencente à comunidade com deficiência quando diz que “*Depois que eu me prendi nesse meio só de pessoas com deficiência, eu queria conviver só com as pessoas com deficiência.*”

Brah (2006) destaca a identidade como construção flexível e não fixa, como um processo contexto-específico e não como uma configuração constituída. Nesse sentido, Camilla se identificou coletivamente na instituição e com o goalball porque eles foram contextos em que as relações internas provaram de experiências coletivas semelhantes. Esse achado corrobora com o estudo de Apelmo (2016), que demonstrou que as mulheres com deficiência entrevistadas acreditam na importância de conviver com seus pares semelhantes, inclusive no que tange as semelhanças de gênero. É nesse sentido que retomo

a autora Avtar Brah (2006, p. 344-345) e resgato sua noção de identidade coletiva como um “[...] *processo de significação pela qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares.*”

O goalball fez parte desse processo. Como ela bem definiu “[...] *foi amor a primeira bolada, né? [...] Eu simplesmente ia pra quadra e jogava o goalball. É como se você fosse pro campo de futebol e falasse: Ah, vamos jogar uma pelada?*” Ao contrário do que aponta Hardin (2007) que destaca o uso do esporte pelas mulheres com deficiência como forma de se afastar do “*disability ghetto*”, ou seja, da comunidade de pessoas com deficiência, Camilla usa do esporte para pertencer ao grupo com deficiência, em especial dos meninos, em uma clara tentativa de comparação com e contra eles para demonstrar força e poder no cenário esportivo (APELMO, 2016, 2018). Ela relatou,

Eu comecei a treinar sozinha com os meninos, né? Só eu de menina, o resto era tudo menino. Isso me ajudou a me desenvolver bastante. Eu tinha 13 anos, eles tinham 20 e poucos e eles treinavam comigo e, e eu sempre fui ousada mesmo. Eu provocava eles, eu pegava a bola. O Paulo que era o técnico falava assim: “Pode bater forte nela.” E, assim, eu queria mesmo que eles batessem forte e eu defendesse pra eles ficarem com raiva [risos].

Foi a partir do esporte e com ele que ela voltou a sonhar, a ter amigos, a se sentir capaz e, sobretudo, a ser independente. Em um mundo onde a independência é legitimada pela manifestação da funcionalidade humana (KITTAI, 2011), a busca pela demonstração da capacidade passou a permear a vida de Camilla. Isso fica ainda mais evidente quando o “ser capaz” deixou ser uma opção na trajetória dessa colaboradora. Com o falecimento de sua mãe, a figura que representava o cuidado em sua vida, Camilla foi obrigada a ser independente a partir do momento que se viu cega diante do ocorrido. Ela relatou:

[...] com 15 anos de idade eu tive a maior perda da minha vida, né? Que foi próximo ao Natal, a minha mãe começou a adoecer e veio a óbito. Ela faleceu dentro de casa, a gente tava montando a árvore-de-natal. Ela teve um infarto. Naquele momento, eu vi que eu fiquei cega, né? Eu perdi o chão, eu perdi a visão, tudo naquele momento. Meus irmãos também ficaram muito abalados, só que pela família ver que eu era deficiente visual e eu dependia mais da minha família, eles ficaram mais querendo me amparar. Só que eu via que meus irmãos também precisavam. Então, aquilo tudo me deu força pra eu dar força pros meus irmãos. Pra eles verem que eu, tipo, que minha mãe faleceu e que eu ia conseguir também

vencer na vida, que eu conseguir ajudar eles. Enfim, e foi através do esporte também que eu consegui ter esse controle.

Para além de ser tratado como um ofício, o cuidado também se refere a uma atitude positiva em busca do bem-estar do outro, bem como, uma disposição em levar outras necessidades em consideração, para além das nossas próprias (KITTAI, 2011). Em uma função que recai majoritariamente sob a responsabilidade de mulheres na sociedade (MELLO, 2014), o cuidado pela mãe possibilitava que Camilla exercesse sua independência dentro da instituição, ainda que fosse dependente fora dela. Sem espaço para outro tipo relação, Camilla só foi desafiada a buscar a independência em todos os espaços da sua vida conforme se viu desprovida daquela que lhe proporcionava o cuidado e a mantinha em dependência.

Contudo, pressupostos dos Estudos Feministas da Deficiência iluminam a história de Camilla e nos orientam que não se trata de ser dependente ou independente na sociedade. Se entendermos que a necessidade de cuidado está presente ao longo vida para todas as pessoas (KITTAI, 2020) e, que, portanto, dependemos uns dos outros, a noção de interdependência surge como uma possibilidade que melhor explica as relações sociais. A interdependência é um valor moral, e nele está inscrito a oportunidade de reconhecimento da necessidade do cuidado a depender da experiência subjetiva com o corpo, seja com deficiência ou não (DINIZ, 2007; GOMES et al., 2019).

Nesse terreno, ao ressignificar a noção de independência na história de Camilla, o que se observa é a proliferação da interdependência como âncora para o desenvolvimento de sua vida. Os discursos sobre o vínculo com o professor de educação física, que lhe ensinou o goalball, com a treinadora de goalball que a convocou para a primeira Paralimpíadas, com amigos que a ajudaram na faculdade e, mais tarde, com seu marido e outros treinadores, apontam como a noção do cuidado perpassa o início, desenvolvimento e ascensão da trajetória esportiva de Camilla.

Destaco alguns trechos de sua narrativa: “[...] *ele [o professor] que teve todo esse cuidado. Não só comigo, mas com os alunos de apresentar como que é o esporte. [...] Então lá em 2004, na Paralimpíadas, ela [a treinadora] foi uma mãezona assim pra mim, né? Não só pra mim, mas eu acho que pra todas as atletas*”. Ainda que Camilla integre outras pessoas quando ela fala “*não só comigo*” ou “*não só pra mim*” para não se sustentar sozinha em suas relações, foi possível notar que ela parece ter se sentido cuidada por diversas pessoas em sua trajetória.

Nada obstante, a visão dualística de dependência *versus* independência continuou a desafiar a necessidade de mostrar a capacidade de Camilla na carreira esportiva, principalmente como mulher com deficiência visual. Deficiência e gênero que se interseccionam e promovem um lugar de invisibilidade social (BÊ, 2020) provocaram em Camilla o anseio para se desvencilhar de um lugar de vulnerabilidade. Ela relatou:

Nós, pessoas com deficiência, ainda mais por ser mulher, a gente tem que provar o tempo todo que a gente é capaz. Mas, não é provar só pra sociedade, é provar pra gente mesmo, porque quando eu fiquei cega eu tive muito preconceito, comigo mesma, sabe? Eu tive vergonha, eu tive medo de andar, medo de me locomover, medo de pedir ajuda. Quebrar esse orgulho de ser humano, da gente pedir ajuda foi um grande passo pra eu conseguir vencer meus medos. Então é motivo de muito orgulho e muita gratidão ao esporte.

Quando Camilla reconhece a necessidade de ajuda, ela sinaliza o início da mudança de compreensão sobre a deficiência a partir do esporte. Segundo Haiachi (2018), o esporte empodera mulheres com deficiência ao romper a sensação de incapacidade que emerge pela deficiência. O grande problema na história de Camilla, é que fora do esporte, o sentimento de limitação e opressão social ainda rondavam sua vida. Ao mesmo tempo que Camilla era uma representante paralímpica brasileira, ela enfrentava discriminação no ambiente escolar. Em meio as restrições do ambiente e das atitudes capacitistas, a deficiência era reforçada como opressão social em sua vida (THOMAS, 2004).

[...] eu falo que tive bastante trauma do meu ensino médio, né? Porque eu sofria uns preconceitos também, né? Porque os professores não entendiam o que eu precisava, eles achavam que não era obrigação deles a me ensinar por eu ser deficiente. E a escola, por não ser capacitada, realmente, né? Não era capacitado os professores e terminou que no meu segundo ano uma professora meio que humilhou dentro de sala, né? [...] foi muito difícil o estudo pra mim, por ser deficiente. Porque era uma turma de 50 alunos, os alunos todos falavam, gritavam, faziam bagunça e eu quase não conseguia ouvir a professora dar aula. Algumas professoras nem tinham controle da turma. [...] eu estudava de manhã e, à tarde, muitas vezes eu ficava na escola pra aprender com algum estagiário, com algum amigo ou, com algum professor que tivesse disponibilidade pra me dar aula. Porque durante o meu ensino médio eu fiquei na sala de aula como se fosse uma estátua, né? Eu não conseguia assimilar muita coisa por conta que os professores davam muita aula usando o quadro negro e fazendo referência de “aqui” e “ali”. Por mais que eu explicasse, eles não conseguiam perder essa metodologia de dar aula muito visual, né?

A mesma intersecção de gênero e deficiência que acarretava o papel de vulnerabilidade no ambiente escolar, culminava no papel de representatividade no

Movimento Paralímpico. Capacitismo de um lado e prestígio de outro. A vida dupla de mulher com deficiência oprimida socialmente e atleta paralímpica perdurou por muito tempo na trajetória de Camilla. Esses achados corroboram com o estudo de Cidade (2004), que retratou algumas experiências ambíguas de mulheres paralímpicas brasileiras, que também vivenciaram o estigma e o prestígio na carreira. A autora retrata “[...] ser atleta, deixar de ser, ter o status, não ter, ser deficiente, experimentar derrotas, alcançar vitórias, ter prestígio e simultaneamente também o estigma” (CIDADE, 2004, p. 165). Entre várias experiências das mulheres paralímpicas entrevistadas, a autora apresenta a posição ambivalente da atleta com deficiência — um lugar situado entre o desprezo e a valorização.

O desenvolvimento, de fato, dessa mulher paralímpica brasileira se estabeleceu a partir da tomada de consciência como atleta, que se fortaleceu após a visibilidade dos atletas durante e após os Jogos Paralímpicos do Rio 2016. Ela relatou: *“Depois do Rio 2016 a Sociedade se conscientizou, né? Que tem atleta paralímpico. Antes tinham outra visão da gente. [...] E, eu, comecei a tomar consciência de atleta, né? E eu via necessidade que eu precisava também fortalecer meu treino dentro de quadra.”*

Embora Camilla associa essa “consciência de atleta” à identificação das necessidades física, fisiológicas e nutricionais dos atletas paralímpicos, os relatos concedidos por ela, também apontam para um reconhecimento do lugar que ocupa como mulher com deficiência. Tal como outros estudos apontam, Camilla reconhece: as barreiras que enfrentou até o esporte de elite, como falta de suporte multidisciplinar e preconceito (HAIACHI et al., 2018); a instabilidade financeira e planejamento pós-carreira (KRAHENBÜHL et al., 2022); os desafios da mulher diante de normas de corpo e comportamento na sociedade (GARLAND-THOMSON, 2011), principalmente no esporte (BLINDE; MCCALLISTER, 1999; GRIMES; FRENCH, 1987; RICHARD; JONCHERAY; DUGAS, 2017), e; falta de especificidade no treinamento paralímpico para as mulheres (ALEXANDER; BLOOM, 2020).

Após vivenciar cinco Paralimpíadas como jogadora de goalball, o corte da Seleção Brasileira culminou em novos desafios para essa mulher paralímpica. Foi nesse momento que a natação surgiu para formar Camilla como uma multiatleta. Ela compete e treina concomitantemente ambas as modalidades. Ela relatou:

Mas aí a natação é um grande desafio pra mim, assim. Porque eu acho muito difícil. Não é assim o goalball. O goalball é minha paixão, né? E apesar de ter as dificuldades do esporte, eu gosto, né? De jogar, de ajudar ali dentro de quadra, o esporte coletivo. E a natação não, é você contra você mesma ali. E, ao mesmo tempo que é bom, né? Por esse motivo que

é só você se dedicar, né? Ao mesmo tempo cobra muito. A gente tem que cobrar muito para melhorar.

MEMÓRIAS COLETIVAS:

“Precisamos de outras mulheres que nos ensinem a escutar, por isso quanto mais diverso for o feminismo, mais inclusiva será nossa escuta e capacidade de transformação”
(DINIZ; GEBARA, 2022, p. 23).

O exercício da lembrança e por conseguinte, a transmissão da história oral de vida, não só foi fundamental para a compreensão da trajetória das mulheres com deficiência no esporte, como também foi um ato feminista. Como Diniz e Gebara apontam, “*É o feminismo que resiste à amnésia imposta pela circulação de histórias únicas*” (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 109). Por isso, investigar a experiência narrada foi o ponto-chave para uma pesquisa fundamentada nos Estudos Feministas da Deficiência, não só no que tange a busca por erradicar a desigualdade social, mas também com intuito de construir uma sociedade mais justa (COLLINS; BILGE, 2021) a partir da desconstrução de discursos hegemônicos estruturais e estruturantes (CORKER; SHAKESPEARE, 2002b). Como descreve Perrot (2007, p. 17) “*Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas.*”

Por isso é tão importante compartilhar, expor e interpretar novas histórias de mulheres no esporte. As narrativas das mulheres são diversas, e essa diversidade precisa ser compartilhada e os testemunhos precisam ser interpretadas no tempo presente (SCOTT, 1992). Nesse sentido, a incorporação do campo dos Estudos Feministas da Deficiência e da noção de interseccionalidade nos convidou a analisar as experiências pessoais e profissionais com o radar atento para as especificidades das trajetórias esportivas. Por isso, mesmo que as experiências daquelas que colaboraram neste estudo, se distanciaram no que tange suas raças, idades, classes, tipos e etiologias da deficiência, gostos, modalidades que atuam, entre outras características que tornam suas realidades sociais diferentes, elas se encontram no esporte paralímpico.

Contudo, a partir das memórias individuais descritas e analisadas foi possível observar que nem todas as mulheres paralímpicas trilham o mesmo caminho até o esporte e no esporte. Cada mulher, com seu lugar de fala, percorre um labirinto de privilégios e desvantagens que revelam suas experiências subjetivas e múltiplas na trajetória esportiva. Nesse terreno, a metáfora do labirinto pode nos ajudar a compreender os desafios e potencialidades que cada mulher enfrenta ao se propor desenvolver-se esportivamente (BARREIRA, 2021). E, portanto, tem o potencial para contribuir com a análise das memórias emergentes coletivamente.

A metáfora do labirinto foi apresentada por Barreira (2021) como uma alternativa à metáfora do teto de vidro previamente proposta por pesquisadores na área de gestão e mais tardiamente aplicada à área do esporte. Enquanto a metáfora do “teto de vidro” sugere a existência de uma barreira invisível, no topo, que impede as mulheres de ascenderem a posições de liderança, a noção de “labirinto” se mostra sensível à diversidade

de experiências das mulheres no processo. Dessa forma, a proposta do labirinto originária de Eagly e Carli (2007) possibilita a noção de trajetórias distintas, complexas, não lineares e com foco na consciência do processo e não na quebra de uma barreira em última instância (o “teto”).

Nesse terreno, a metáfora do labirinto contribui para a investigação sobre as interfaces que envolvem o desenvolvimento esportivo da mulher que, inclusive, pode ser influenciado pela intersecção de categoriais sociais, como da classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência e outras (BARREIRA, 2021; MOODLEY; GRAHAM, 2015). Por isso, acredito no uso desta metáfora como proposta de investigação da história de mulheres paralímpicas que nos provoca a ampliar interseccionalmente o imaginário sobre essas mulheres ao considerar que seus caminhos são diversos e, que, inclusive, podem levá-las até o cenário do esporte de elite.

A fim de destacar de forma ampla as nuances envolvendo o labirinto das mulheres paralímpicas que colaboraram neste estudo, saliento três momentos presentes em todas as histórias de vida investigadas: **1) Descobrir-se como uma pessoa com deficiência; 2) Resistir, mas inserir-se no labirinto esportivo, e; 3) Transformar-se como mulheres paralímpicas.** Entre esses momentos, temáticas discutidas individualmente para cada atleta serão citadas a seguir de forma agrupada.

Descobrir-se como uma pessoa com deficiência

A deficiência cruzou tempo e espaços diferentes nas histórias orais de vida e os testemunhos demonstraram a complexidade no processo duradouro de descobrimento e questionamento da lesão (*impairment*) e da opressão social (*disability*). E foi complexo porque: retardou em anos a intervenção com a lesão e a compreensão da deficiência no caso de Marianna; distanciou Rebecca de seus pares com deficiência, gerando uma negação da própria identidade; gerou dor e baixa perspectiva de vida como mulher para Verenna, e; resultou em uma experiência de superproteção e carência de cuidado para Camilla. Dessa forma, independentemente se as mulheres nasceram com uma deficiência ou a adquiriram, o *status* de pessoa com deficiência, primeiramente, lhes acarretaram experiências de marginalização diante de uma sociedade capacitista.

Em outras palavras, há uma concepção de inferioridade que acompanha de antemão a pessoa com deficiência (CHARLTON, 2000). Essa ideia esteve presente em todas as histórias de vida neste estudo porque ainda existe uma predominância do modelo

médico na compreensão da deficiência. Os relatos sobre as família, professores, colegas, médicos mostraram como o entendimento da deficiência gira em torno do significado de lesão, limitação e/ou doença que gera um estigma (GOFFMAN, 1963; WATSON; VEHMAS, 2020).

É importante destacar que, para além da deficiência, outras categorias sociais parecem atuar interseccionalmente na vida de algumas mulheres até o esporte. Marianna e Verenna, por exemplo, deixam muito evidente a região de onde se originaram ou permaneceram na infância. Uma experiência comum entre elas foi a migração para do Nordeste para o Sudeste no Brasil na busca de novas oportunidades e recursos, que para além de ser uma prática corriqueira de nordestinos (MARINELLI, 2007), se sucedeu como procura de reabilitação física no caso de Marianna. Ao passo que a deficiência, até este momento, não era reconhecida como parte da diversidade humana, o objetivo foi descobrir a cura, diminuir a dor e obter mais qualidade de vida.

Por outro lado, a particularidade com a raça foi pouco ou nada destacada pelas outras colaboradoras neste estudo. Marianna e Verenna foram as únicas a de fato citarem o lugar que ocupam como mulher parda ou negra, respectivamente, e apontarem a intersecção entre gênero, raça e classe e suas relações com a deficiência na construção de suas histórias de vida. O que nos foi evidente é que Rebecca e Camilla compõe um lugar privilegiado pela branquitude, ou seja, uma posição hierarquizada simbólica e materializada sobre os não brancos (SCHUCMAN, 2012), que atenua e invisibiliza suas percepções sobre a raça em suas vidas.

O que de fato foi unânime em todas as histórias no processo de descobrir-se como pessoas com deficiência foi a forma com que elas foram encaradas na sociedade. Por meios de diferentes discursos, todas salientaram o que Garland-Thonson (2009) descreve como a inabilidade de passar despercebida. No lugar de pessoa com deficiência, antes de serem atletas, o corpo com deficiência perturba a expectativa social e gera o olhar com questionamento (GARLAND-THOMSON, 2009). Marianna e Rebecca, por exemplo, se sentiram encaradas ao exporem seus corpos, que pela forma de se locomover, na cadeira de rodas ou com o uso do protetor ocular, a tornaram diferentes. Verenna, por outro lado, se percebeu encarada quando seu *status* de “mulher normal” foi questionado à medida que ela não mais conseguia responder aos estereótipos de gênero. Finalmente, Camilla, foi encarada quando se transformou em uma menina dependente, incapaz e superprotegida com a deficiência visual adquirida. Entre outras vivências narradas, as destacadas até aqui foram as mais recorrentes no caminho complexo do labirinto até o esporte.

Resistir, mas inserir-se no labirinto esportivo

Dentre as diversas experiências que acompanharam a inserção no esporte pelas colaboradoras, foi predominante a iniciação esportiva limitada e estigmatizada pela falta de oportunidades, escassez de experiências positivas, pouco incentivo e ensino de qualidade, principalmente porque a educação física escolar se mostrou como um contexto preconceituoso e, especialmente, capacitista (ALVES et al., 2022). Padrões pré-estabelecidos de corpo e comportamento ideais são incorporados e privilegiados nas aulas de Educação Física porque o modelo médico é predominante no entendimento sobre a deficiência (SMITH; SPARKES, 2020). Dessa forma, as experiências como alunas emergiram no formato de exclusão e segregação, já que elas não correspondiam ao ideal normativo naquele espaço. Imersas em noções e atitudes capacitistas, as alunas com deficiência permaneceram invisíveis e indiferentes as demandas exigidas nas aulas de Educação Física, como observado em outros estudos (ALVES et al., 2021, 2022).

Nesse terreno, o envolvimento e diversificação da atividade física e o esporte se construiu como um local restrito para todas as mulheres neste estudo porque a elas foi imposto um lugar de anormalidade – um lugar de “outras mulheres”. Fitzgerald (2005) afirma que há um paradigma de normatividade altamente valorizado que prevalece nas aulas de Educação Física e que enfatiza que o *normal* se refere ao corpo masculino, muscular e atlético. Dessa forma, as meninas com deficiência são consideradas desviantes porque não se conformam nas normas de corpo atlético ideal. Fundamentado no modelo social, entendemos que as experiências limitadas foram resultadas da opressão social experienciada na posição de pessoa com deficiência, em especial de mulher. A representação da deficiência, que já é colocada como um adjetivo para diminuir o *status* social da mulher, foi intensificada ao ser circunscrita e encarada no corpo da mulher com deficiência (GARLAND-THOMSON, 2005, 2009).

Dessa forma, um cenário de dupla vulnerabilidade emergiu na vida dessas mulheres a partir do momento que elas interagiram com o esporte em meio a um cenário capacitista e sexista (GRIMES; FRENCH, 1987; HAIACHI et al., 2018; NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013; OLENIK; MATTHEWS; STEADWARD, 1996; TONON, 2021). Capacitista porque oprimiu corpos dissonantes (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2013; MELLO, 2016) e sexista porque marginalizou as pessoas em função do sexo e gênero (MELLO, 2014).

Por perceberem a intersecção da deficiência e do gênero no esporte, em especial reforçada por treinadores (ALEXANDER; BLOOM, 2020) as mulheres demonstraram uma resistência ao envolvimento esportivo. A relutância da prática, muito por desconhecer a carreira esportiva e por negarem a identidade de mulher com deficiência, ficou evidente nas histórias de vida. Dessa forma, para além de barreiras visíveis como falta de incentivo pessoal e financeiro e oportunidades para a prática (HAIACHI et al., 2018) barreiras invisíveis como o capacitismo e sexismo, e experiências negativas, como o medo do fracasso, baixa autoestima, falta de confiança foram identificados e precisam ser analisados com mais cautela no labirinto esportivo de meninas e mulheres com deficiência.

Nesse terreno, foi fundamental reconhecer a importância de múltiplos agentes como familiares, pares com deficiência, atletas, terapeutas, treinadores, entre outras pessoas facilitadoras que tem uma função primordial em estimular a prática de meninas e mulheres (ANDERSON, 2009; RUDELLE; SHINEW, 2006) e quebrar barreiras sociais para a mesma (GRIMES; FRENCH, 1987). Importante sublinhar que, enquanto para algumas colaboradoras a mãe foi a figura primordial para o incentivo, impulsionamento e quebra de barreira até o esporte, para outras, foram os treinadores que fizeram esse papel.

Transformar-se como mulheres paralímpicas

Na posição de paralímpicas, elas parecem transformar suas percepções sobre a deficiência, enquanto rescrevem uma nova história como mulheres no esporte. No auge do labirinto esportivo, as mulheres enfrentam uma hegemonia masculina e de estereótipos de masculinidade no esporte paralímpico de elite. O que foi observado, é que houve um predomínio de professores, treinadores, praticantes e atletas do sexo masculino que guiaram o estímulo à iniciação esportiva, bem como, o desenvolvimento da carreira esportiva. Ainda que eles tenham exercido uma papel fundamental no que tange a motivação das meninas e mulheres dentro do esporte, foi identificado algumas atitudes que reforçaram a norma binária e estereotipada de mulher *vs.* homem e corpo capaz *vs.* corpo incapaz. Além disso, esse achado sinaliza sobre a necessidade de haver mais mulheres como profissionais no esporte.

O esporte como um contexto generificado (GOELLNER, 2005) incentivou a demonstração de desempenho com e contra os homens com deficiência por Marianna,

Verenna e Camilla, na tentativa de serem validadas como atletas (APELMO, 2016; WEILLER-ABELS; EVERBACH; COLOMBO-DOUGOVITO, 2021). Além disso, o esporte como espaço generificador conduziu a performatividade do gênero por Verenna e Camilla que, deram uma nova roupagem aos estereótipos. Como foi o caso de Verenna, que transformou o sapato de salto para o capacete rosa para se caracterizar como uma mulher. Ou de Camilla, que destacou suas diversas “características de mulher”, como cozinhar e limpar a casa, além do fato de jogar um esporte “bruto” que é o goalball.

Ainda assim, em meio negociações de gênero e deficiência, o esporte se mostrou como um ponto de virada para as atletas (KIRAKOSYAN, 2021). O ponto de virada, neste caso, significa a mudança de concepção sobre seus lugares de fala no esporte e na sociedade que traduzimos como um ensaio do modelo social a partir da perspectiva feminista da deficiência. Ou seja, todas as mulheres, de algum modo, se reconheceram como mulheres com deficiência a partir do entendimento que o desenvolvimento do esporte de elite se situou como um contexto de transformação em suas vidas. O que era limitação tornou-se liberdade, o que gerava dependência proporcionou independência e, em alguns momentos, o reconhecimento da interdependência, o corpo que era escondido se tornou em algo a ser mostrado. A deficiência se tornou parte da nova identidade, em transformação, que quer ser destacada em conjunto com outras categorias sociais para a sociedade.

Na posição de atletas, as mulheres se descrevem como empoderadas a partir do distanciamento daquilo que é considerado uma fraqueza e incapacidade encontrado no corpo com deficiência (ANDERSON, 2009; HARDIN, 2007). Nesse processo, a imagem de super-heroína é marcada na atleta a partir da superação daquilo que é considerado depreciativo à atleta – a deficiência (HARGREAVES, 2013). Envoltas em um cenário que enfatiza normativas de masculinidade (i.e. virilidade e força) e oprime àquelas relacionadas a ideais de feminilidade (i.e. beleza e delicadeza), mulheres paralímpicas brasileiras reconhecem o papel subjugado perante ao gênero e a deficiência dentro do esporte.

Nesse processo, a intersecção de categorias que supostamente tendem a impulsionar experiências de opressão simultânea (ABDEL-SHEHID; KALMAN-LAMB, 2017) foi o caminho para o empoderamento das mulheres. Ao contrário de se posicionarem como oprimidas, as colaboradoras deste estudo questionaram em seus discursos os fatores que as alienavam. Marianna, por exemplo, refletiu sobre sua marginalização “*Todo mundo brinca. Porque que eu não brinco, né?*” Verenna questionou seu corpo, “*Só porque uso prótese eu fiquei feia?*” Rebecca direcionou a responsabilidade para a sociedade “*É, a escola tinha bastante dificuldade*” e Camilla indagou “*O deficiente é um coitado ou o*

deficiente é o herói?” Todas, de algum modo, demonstraram um pensamento crítico sobre suas localizações sociais e, sobretudo, superaram o lugar de dupla vulnerabilidade a elas designado. Inclusive, o processo de reconhecerem seus lugares de fala, como atletas, mulheres, e o que elas decidirem ser, também motivou o desejo em inspirar e empoderar mais mulheres (HARDIN, 2007; PURDUE; HOWE, 2012a) e reverter a ideia de superação focada na deficiência.

Considerações finais

A partir da diversificação das trajetórias das mulheres paralímpicas brasileiras a partir dos Estudos Feministas da Deficiência, acredito que professores, treinadores e dirigentes possam ampliar seus entendimentos sobre a história de mulheres com deficiência no esporte. Desafios que antecedem e emergem durante e após a entrada, manutenção e ascensão de praticantes e atletas em esportes paralímpicos podem ser identificados, bem como, explorados para o incentivo no esporte. Pesquisadores também podem se beneficiar ao verificar as lacunas e potencialidades desses tipos de investigações na literatura. Bem como, podem potencializar suas pesquisas a partir de métodos que aprimorem o envolvimento de mulheres com deficiência no processo de investigação.

A luz das narrativas emergentes, temáticas em torno das experiências nas trajetórias esportivas foram analisadas com base nos Estudos Feministas da Deficiência e tiveram como propósito ampliar o conhecimento em torno dos questionamentos: O que é ser uma mulher com deficiência na sociedade? Como e por que algumas delas se envolvem com o esporte? Sob que circunstâncias o esporte é desenvolvido? Quais as semelhanças e diferenças nas trajetórias? Estes e outros questionamentos foram preponderantes para as inferências e reflexões produzidas de modo a ressignificar as concepções e práticas assumidas como verdades universais em torno desse grupo diverso denominado mulheres. Nesse processo, a visão pós-estruturalista fundamentou e motivou a desconstrução das noções estigmatizadas do que é ser mulher com deficiência no esporte. Dessa forma, meninas e mulheres com deficiência, as grandes protagonistas neste trabalho, podem se espelhar e se inspirar por meio das histórias contadas e pelas novas compartilhadas. Afinal, *“As pessoas se entendem como elas mesmas por meio das histórias que contam e das histórias das quais se sentem parte”* (SMITH, 2007, p. 391).

Contudo, é importante salientar, que as histórias aqui recolhidas, discutidas e transmitidas são únicas, diversas e referentes às realidades sociais das colaboradoras deste estudo. Dessa forma, reconhecer as limitações envolvidas nesse processo, tende a potencializar a identificação das lacunas existentes na investigação e entendimento sobre o cenário das mulheres com deficiência no esporte. A começar pela própria compreensão do termo “mulheres com deficiência”, é evidente que neste estudo as histórias foram baseadas nas realidades de mulheres com deficiências físicas e visuais específicas e elegíveis ao Programa Paralímpico. Nesse sentido, o que nomeamos como mulheres com deficiência, na verdade, representa um grupo muito variado de pessoas, corpos, deficiências, comportamentos, etc. Por isso, lacunas no que tange o estudo da mulher paralímpica com deficiência intelectual, das mulheres com transtorno do espectro do autismo e da iniciação esportiva de meninas com deficiência apontam como futuras investigações podem contribuir para a diversificação do entendimento sobre as mulheres no esporte.

Um segundo ponto a ser destacado, é sobre o uso da interseccionalidade como teoria e ferramenta analítica, que poderia ter sido ainda mais explorado neste estudo. Pelo foco na experiência de “mulheres com deficiência”, as colaboradoras podem terem se sentido mais estimuladas a discorrer sobre as categorias e “deficiência e gênero” e menos desafiadas a falar sobre a etnia e faixa etária, por exemplo. Os discursos sobre essas e outras categorias poderiam ter sido mais explorados a fim de investigar as interfaces de outros eixos de opressão, tal como a xenofobia e o etarismo, respectivamente.

Nesse terreno, é preciso ressaltar a importância de dialogar com as mulheres com deficiência sobre suas próprias experiências no esporte. Por isso, para além do diálogo com as colaboradoras durante o processo metodológico, futuras pesquisas precisam priorizar a devolutiva para as mulheres, de forma que as inferências teóricas sejam repassadas e debatidas entre as envolvidas. Isto porque, muitas das experiências recordadas refletiram experiências com o capacitismo e o modelo médico, por exemplo, mesmo que esses conceitos não tenham sido abordados de forma objetiva pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-SHEHID, G.; KALMAN-LAMB, N. Complicating gender, sport, and social inclusion: The case for intersectionality. **Social Inclusion**, v. 5, n. 2, p. 159–162, 2017.
- ABRANTES, G. M. Natação. In: MELLO, M. T.; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Eds.). **Esporte Paralímpico**. 1. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012. p. 254.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade: Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.
- ALEXANDER, D.; BLOOM, G. A. Female Paralympic Athlete Views of Effective and Ineffective Coaching Practices. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 32, n. 1, p. 48–63, 2020.
- ALTMANN, H. et al. Gênero e cultura corporal de movimento: Práticas e percepções de meninas e meninos. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1–16, 2018.
- ALVES, M. L. T. et al. A Pesquisa Em Atividade Física Adaptada: Objetos De Estudo E Metodologias. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 1, p. 53–60, 2017.
- ALVES, M. L. T. et al. The invisible student in physical education classes: voices from Deaf and hard of hearing students on inclusion. **International Journal of Inclusive Education**, p. 1–16, 2021.
- ALVES, M. L. T. et al. The ‘normal’ physical education classes: the ableism facing the inclusion of disabled students. **Disability & Society**, p. 1–16, 2022.
- ALVES, M. L. T.; HAEGELE, J. A.; DUARTE, E. “We can’t do anything”: The experiences of students with visual impairments in physical education classes in Brazil. **British Journal of Visual Impairment**, v. 36, n. 2, p. 152–162, 2018.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. et al. The concept of disability. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 97–103, 2000.
- ANDERSON, D. Adolescent girls’ involvement in disability sport: Implications for identity development. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 33, n. 4, p. 427–449, 2009.
- APELMO, E. **Sport and the female disabled body**. 1. ed. New York, USA: Routledge, 2016.
- APELMO, E. ‘You do it in your own particular way.’ Physical education, gender and (dis)ability. **Sport, Education and Society**, v. 24, n. 7, p. 702–713, set. 2018.
- ARAÚJO, P. F. **Esporte Adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.
- BAILEY, S. **Athlete first: A history of the Paralympic movement**. 1. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2008.

BANTJES, J.; SWARTZ, L.; BOTHA, J. Troubling stereotypes: South African elite disability athletes and the paradox of (self-)representation. **Journal of Community Psychology**, v. 47, n. 4, p. 819–832, 2019.

BARNES, C. Understanding the Past, Present, and Future. In: **Routledge Handbook of Disability Studies**. 2. ed. New York, USA: Routledge, 2020. p. 14–31.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. **Disability studies today**. 1. ed. Malden, USA: Polity, 2002.

BARREIRA, J. Mulheres Em Cargos De Liderança No Esporte: Rompendo O Teto De Vidro Ou Percorrendo O Labirinto? **Movimento (Porto Alegre)**, v. 27, p. e27080, 2021.

BÊ, A. Feminism and disability: A cartography of multiplicity. In: WATSON, N.; VEHMAS, S. (Eds.). . **Routledge Handbook of Disability Studies**. 2. ed. New York, USA: Routledge, 2020. p. 421–435.

BELGO, K. M. **A trajetória da mulher no paradesporto brasileiro**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 271, 2021.

BENTO, J. O. Do desporto: Necessidade de recordar e avivar seu legado. **Journal of Olympic Studies**, v. 3, p. 1–26, 2019.

BEVAN, M. T. A Method of Phenomenological Interviewing. **Qualitative Health Research**, v. 24, n. 1, p. 136–144, 10 jan. 2014.

BINGHAM, C. et al. Towards a social model approach?: British and Dutch disability policies in the health sector compared. **Personnel Review**, v. 42, n. 5, p. 613–637, 2013.

BLINDE, E. M.; MCCALLISTER, S. G. Women, disability, and sport and physical fitness activity: The intersection of gender and disability dynamics. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 70, n. 3, p. 303–312, 1999.

BOGART, K. R. The role of disability self-concept in adaptation to congenital or acquired disability. **Rehabilitation Psychology**, v. 59, n. 1, p. 107–115, 2014.

BORG, J.; LARSSON, S.; ÖSTERGREN, P. O. The right to assistive technology: For whom, for what, and by whom? **Disability and Society**, v. 26, n. 2, p. 151–167, 2011.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, 2006.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: d. 4.** ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BREDAHL, A.-M. Sitting and watching the others being active: The experienced difficulties in PE when having a disability. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 30, n. 1, p. 40–58, 2013.

BRISENDEN, S. Independent Living and the Medical Model of Disability. **Disability, Handicap & Society**, v. 1, n. 2, p. 173–178, 1986.

BRITTAIN, I. Perceptions of disability and their impact upon involvement in sport for people with disabilities at all levels. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 28, n. 4, p. 429–452, 2004.

BRITTAIN, I. **The Paralympic Games Explained**. 1. ed. New Jersey: Routledge, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. 1. ed. São Paulo, SP: N-1 edições, 2019.

CAMARGO, W. X.; ALTMANN, H. Deslocamentos políticos e de gênero no esporte. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. 1–11, 2021.

CAMPOS, A. L. V.; NACIMENTO, D. R.; MARANHÃO. A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 573–600, 2003.

CASTRO, E. M. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd Editora, 2005.

CHARLTON, J. I. **Nothing about us without us: Disability Oppression and Empowerment**. 1. ed. Los Angeles: University of California Press, 2000. v. 58

CIDADE, R. E. A. **Atletas paraolímpicas: figurações e sociedade contemporânea**. Tese (doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, p. 259, 2004.

COAKLEY, J. J. **Sports in Society: Issues and Controversies**. 12. ed. New York, USA: McGraw-Hill Education, 2017.

COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, p. 1–20, 2015.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo, BR: Boitempo, 2021.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Stories of Experience and Narrative Inquiry. **Educational Researcher**, v. 19, n. 5, p. 2–14, 1990.

CONSTANTINO, C.; BERNARDES, V. **Guia “Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania”** Coletivo Helen Keller, , 2020. Disponível em: <<https://jornalistainclusivo.com/wp-content/uploads/2020/10/Guia-Feminista-Helen-Keller.pdf>>

CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. Mapping the terrain. In: CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. (Eds.). . **Disability/postmodernity: Embodying disability theory**. 1. ed. New York, USA: Continuum, 2002a. p. 1–17.

CORKER, M.; SHAKESPEARE, T. **Disability/postmodernity: Embodying disability theory**. 1. ed. New York, USA: Continuum, 2002b.

COUTO, C. S. R. et al. PesquisarCOM outros: diferenças, silêncios e composições de mundos com pessoas com deficiência visual. In: MORARES, M. et al. (Eds.). . **Deficiência em Questão: para um crise da normalidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2017. p. 170.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **Living With Contradictions: Controversies In Feminist Social Ethics**, n. 1, p. 1241–1299, 1989.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. United States of America: SAGE Publications Ltd, 2014.

CRESWELL, J. W.; MILLER, D. L. Determining Validity in Qualitative Inquiry. **Theory Into Practice**, v. 39, n. 3, p. 124–130, 2000.

CROTTY, M. J. **The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process**. 1. ed. London: Sage, 1998.

CROW, L. Including All of Our Lives: Renewing the social model of disability. In: MORRIS, J. (Ed.). **Encounters with Strangers: Feminism and Disability**. 1. ed. London: Women’s Press, 1996. p. 22.

DARWIN HOLMES, A. G. Researcher Positionality - A Consideration of Its Influence and Place in Qualitative Research - A New Researcher Guide. **Shanlax International Journal of Education**, v. 8, n. 4, p. 1–10, 2020.

DEEGAN, M. J. The fluidity of “feeling normal” and “feeling disabled” during travel. In: BARNARTT, S. N. (Ed.). . **Disability as a Fluid State**. 1. ed. Bingley, UK: Emerald, 2010. v. 5p. 231–252.

DEPAUW, K. P. Sport and Physical Activity in the Life-Cycle of Girls and Women with Disabilities. **Women in Sport and Physical Activity Journal**, v. 6, n. 2, p. 225–237, 1997.

DEPAUW, K. P.; GAVRON, S. J. **Disability Sport**. 2. ed. United States: Human Kinetics, 2005.

DEVIDE, F. P. Divisora de águas na história da natação master do Brasil (ABMN). **Movimento**, n. 11, p. 33–44, 1999.

DINIZ, D. Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, v. 28, p. 1–8, 2003.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1. ed. Tatuapé, São Paulo, Brasil.: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes / Disabilities and Social Policy -Interview with Colin Barnes -Debora Diniz. **SER Social**, v. 15, n. 32, p. 237–251, 2013.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DONOGHUE, C. **Challenging the authority of the medical definition of disability: An analysis of the resistance to the social constructionist paradigm** *Disability and Society*, 2003. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=cdo20>>

EREVELLES, N. “Coming out crip” in inclusive education. **Teachers College Record**, v. 113, n. 10, p. 2155–2185, 2011.

FINKELSTEIN, V. **A PERSONAL JOURNEY INTO DISABILITY POLITICS** *Vic Finkelstein (Leeds University Centre for Disability Studies) 7*. Disponível em: <<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/finkelstein-presentn.pdf>>.

FITZGERALD, H. Still feeling like a spare piece of luggage? Embodied experiences of (dis)ability in physical education and school sport. **Physical Education & Sport Pedagogy**, v. 10, n. 1, p. 41–59, fev. 2005.

GALVÁN, G. B.; AMIRALIAN, M. L. T. M. Corpo e identidade: reflexões acerca da vivência de amputação. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 26, n. 3, p. 391–398, 2009.

GARLAND-THOMSON, R. **Extraordinary bodies: Figuring physical disability in American culture and literature**. 1. ed. New York, USA: Columbia University Press, 1997.

GARLAND-THOMSON, R. **Re-shaping, re-thinking, re- defining: feminist disability studies**. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/projectos/intimidade/media/Re-shaping-re-thinking-re-defining.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2023.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory. **NWSA Journal**, v. 14, n. 3, p. 1–32, 2002.

GARLAND-THOMSON, R. Feminist Disability Studies. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 2, p. 1557–1587, 2005.

GARLAND-THOMSON, R. **Staring: How We Look**. 1. ed. New York, USA: Oxford University Press, Inc., 2009.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory. In: HALL, K. (Ed.). **Feminist Disability Studies**. Indiana: Indiana University Press, 2011. p. 13–47.

GERSCHICK, T. Toward a Theory of Disability and Gender. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 25, n. 4, p. 1263–1268, 2000.

GESSER, M. **Gênero, Corpo E Sexualidade: Processos De Significação E Suas Implicações Na Constituição De Mulheres Com Deficiência Física**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, p. 296, 2010.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BOCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Eds.). **ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: anticapacitismo e emancipação social**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 17–35.

GESSER, M.; BOCK, G. L. K.; LOPES, P. H. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A. H.; TONELI, M. J. F. Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: Relato de pesquisa. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 3, p. 419–429, 2013.

GESSER, M.; ZIRBEL, I.; LUIZ, K. G. Cuidado na dependência complexa de pessoas com defi ciência: uma questão de justiça. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p. 1–15, 2022.

GILLMAN, M.; SWAIN, J.; HEYMAN, B. Life history or “case” history: The objectification of people with learning difficulties through the tyranny of professional discourses. **Disability and Society**, v. 12, n. 5, p. 675–694, 1997.

GOELLNER, S. V. Mulher e Esporte no Brasil: Entre Incentivos e Interdições Elas Fazem História. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85–100, 2005.

GOELLNER, S. V. et al. **Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOELLNER, S. V. Corpos gêneros e sexualidades em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 13, p. 99–112, 2021.

GOFFMAN, E. **Stigma: Notes on the management of spoiled identity**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1963.

GOMES, R. B. et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1–14, 2019.

GONZÁLEZ-CALVO, G.; VAREA, V. A Turning Point as an Opportunity to (Re)Think and Give a Voice to One’s Own Body. **Societies (Basel, Switzerland)**, v. 9, n. 3, p. 60, 2019.

GONZÁLEZ-PALOMARES, A.; ALTMANN, H.; REY-CAO, A. Estereótipos De Gênero Nas Imagens Dos Livros Didáticos De Educação Física Do Brasil. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 21, n. 1, p. 219, 2015.

GOODLEY, D. et al. **Researching Life Stories: Method, theory and analyses in a biographical age**. 1. ed. London: Routledge, 2004.

GOODLEY, D. **Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction**. 1. ed. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2011.

GOODLEY, D. **Dis/ability studies: Theorising disablism and ableism**. 1. ed. New York, USA: Routledge, 2014.

GREGG, E. A.; GREGG, V. H. Women in Sport: Historical Perspectives. **Clinics in Sports Medicine**, v. 36, n. 4, p. 603–610, 2017.

GRIMES, P. S.; FRENCH, L. Barriers to Disabled Women's Participation in Sports. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, v. 58, n. 3, p. 24–27, 1987.

GRUE, J. The problem with inspiration porn: a tentative definition and a provisional critique. **Disability and Society**, v. 31, n. 6, p. 838–849, 2016.

HAEGELE, J. A.; HODGE, S. Disability Discourse: Overview and Critiques of the Medical and Social Models. **Quest**, v. 68, n. 2, p. 193–206, 2016.

HAEGELE, J. A.; KIRK, T. N. Experiences in Physical Education: Exploring the Intersection of Visual Impairment and Maleness. **Adapted physical activity quarterly**, v. 35, n. 2, p. 196–213, 2018.

HAEGELE, J. A.; YESSICK, A.; ZHU, X. Females With Visual Impairments in Physical Education: Exploring the Intersection Between Disability and Gender Identities. **Research quarterly for exercise and sport**, v. 89, n. 3, p. 298–308, 2018.

HAEGELE, J. A.; ZHU, X.; DAVIS, S. The meaning of physical education and sport among elite athletes with visual impairments. **European Physical Education Review**, v. 23, n. 4, p. 375–391, 2017.

HAEGELE, J. A.; ZHU, X.; HOLLAND, K. Exploring the Intersection Between Disability and Overweightness in Physical Education Among Females With Visual Impairments. **Research quarterly for exercise and sport**, v. 90, n. 3, p. 344–354, 2019a.

HAEGELE, J. A.; ZHU, X.; HOLLAND, K. Exploring the Intersection Between Disability and Overweightness in Physical Education Among Females With Visual Impairments. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 90, n. 3, p. 344–354, 2019b.

HAIACHI, M. DE C. et al. Different views of (dis)ability: Sport and its impact on the lives of women athletes with disabilities. **Journal of Physical Education and Sport**, v. 18, n. 1, p. 55–61, 2018.

HALL, K. **Feminist Disability Studies**. 1. ed. Indiana: Indiana University Press, 2011.

HANLON, C.; TAYLOR, T. Workplace Experiences of Women With Disability in Sport Organizations. **Frontiers in sports and active living**, v. 4, p. 792703, 2022.

HANNA, W. J.; ROGOVSKY, B. Women with Disabilities: Two handicaps plus. **Disability, Handicap & Society**, v. 6, n. 1, p. 49–63, 1991.

HARAWAY, D. J. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. 1. ed. New York: Routledge, 1991. v. 21

HARDIN, M. “I Consider Myself an Empowered Woman”: The Interaction of Sport, Gender and Disability in the Lives of Wheelchair Basketball Players. **Women in Sport & Physical Activity Journal**, v. 1, n. 16, p. 39–52, 2007.

HARGREAVES, J. **Heroines of Sport**. 1. ed. London: Routledge, 2013.

HELISSA, D. **Tá todo mundo rindo?** 1. ed. São Paulo: Questione, 2023.

HILGEMBERG, T. Jogos Paralímpicos: História, Mídia E Estudos Críticos Da Deficiência. **Recorde, revista de história do esporte**, v. 12, n. 1, p. 1–19, 2019.

HINDMAN, L. C.; WALKER, N. A. Sexism in professional sports: How women managers experience and survive sport organizational culture. **Journal of Sport Management**, v. 34, n. 1, p. 64–76, 2020.

HOOKS, BELL. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HORTIGÜELA-ALCALÁ, D.; BORES-GARCÍA, D.; BARBA-MARTÍN, R. Yes , I have a disability . Does it prevent me from being a PE teacher ? A qualitative approach from the point of view of future PE teachers and their families teacher ? A qualitative approach from the point of view of future. **Sport, Education and Society**, v. 27, n. 2, p. 196-209, 2022.

HOWE, P. D. Cyborg and supercrip: The paralympics technology and the (Dis)empowerment of disabled athletes. **Sociology**, v. 45, n. 5, p. 868–882, 2011.

HUANG, C.; BRITAIN, I. Through Disability Sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 23, n. 1993, p. 352–375, 2006.

HUGHES, B. Invalidating Emotions in Non-disabled Imaginary: Fear, pity and disgust. In: **Routledge Handbook of Disability Studies**. 2. ed. New York, USA: Routledge, 2020. p. 89–126.

HUTZLER, Y.; SHERRILL, C. Defining Adapted Physical Activity. **Adapted Physical Activity Quarterly APAQ**, v. 24, n. 2003, p. 1–20, 2007.

JAARSMA, E. A. et al. Barriers to and Facilitators of Sports Participation in People With Visual Impairments. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 240–264, 2014.

JAEGER, A. A. “Gênero, Mulheres e Esporte”. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 12, n. 1, p. 199–210, 2007.

JENKINS, R. **Social identity: Third edition**. 3. ed. Routledge, 2008.

KESSLER, C. S. **Mais que barbies e ogas: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 375, 2015.

KIRAKOSYAN, L. Challenging Gender and Disability Stereotypes: Narrative Identities of Brazilian Female Paralympians. **Disabilities**, v. 1, p. 420–437, 2021.

KITTAY, E. F. The ethics of care, dependence, and disability. **Ratio Juris**, v. 24, n. 1, p. 49–58, 2011.

KOTHARI, C. R. **Research Methodology: Methods and Techniques**. 2. ed. New Delhi: New Age, 2004.

KRAHENBÜHL, T. et al. A carreira esportiva de mulheres paralímpicas: o caso da seleção brasileira de voleibol sentado. **Movimento**, v. 28, n. e28071, p. 1–17, 2022.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. 1. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEGG, D. Paralympic Games: History and Legacy of a Global Movement. **Physical Medicine and Rehabilitation Clinics of North America**, v. 29, n. 2, p. 417–425, 2018.

LI, L.; MOORE, D. Acceptance of Disability and its Correlates. **The Journal of Social Psychology**, v. 138, n. 1, p. 13–25, 1998.

LINS, S. et al. “Our Voices, Our Meaning”: The social representations of sports for Brazilian athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 42–60, 2019.

LOBIANCO, A. F.; SHEPPARD-JONES, K. Perceptions of disability as related to medical and social factors. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 37, n. 1, p. 1–13, 2007.

MAIOR, I. M. M. D. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 28–36, 2017.

MANNING, C.; SCIENCES, S.; PARK, F. ‘ My memory ’ s back !’ Inclusive learning disability research using ethics, oral history and digital storytelling. **British Journal of Learning Disabilities**, n. 38, p. 160–167, 2009.

MARINELLI, E. B. A saga do migrante nordestino em São Paulo. **Revista Educação**, v. 2, n. 1, p. 3–17, 2007.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B. DE; GUTIERREZ, G. L. Esporte: Um Fenômeno Heterogêneo: Estudo Sobre O Esporte E Suas Manifestações Na Sociedade Contemporânea. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 13, n. 3, p. 225–242, 2008.

MARTIN, J. J. Benefits and barriers to physical activity for individuals with disabilities: A social-relational model of disability perspective. **Disability and Rehabilitation**, v. 35, n. 24, p. 2030–2037, 2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016.

MELLO, A. G. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: Uma Análise Antropológica De Experiências, Narrativas E Observações Sobre Violências Contra Mulheres Com Deficiência**. Dissertação (Mestrado em Mestra em Antropologia Social) - Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 262, 2015.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: Interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635–655, 2012.

MELLO, A. G; NUERNBERG, A.; BLOCK, P. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In: SCHIMANSKI, E.; CAVALCANTE, F. G. (Ed.). . **Pesquisa e Extensão: tendências e perspectivas interdisciplinares**. 1. ed. Ponta Grossa, BR: Editora da UEPG, 2014. p. 91–118.

MELO, L. B.; GALATTI, L. R.; MONTAGNER, P. C. Analysis of social-sportive characteristics of Brazil women’s national basketball team players. **Revista de Psicologia del Deporte**, v. 26, p. 133–137, 2017.

MELONI, F.; FEDERICI, S.; DENNIS, J. L. Parents’ Education Shapes, but Does Not Originate, the Disability Representations of Their Children. **PLoS One**, v. 10, n. 6, p. e0128876, 2015.

MITRA, S. The Capability Approach and Disability. **Journal of Disability Policy Studies Studies**, v. 16, n. 4, p. 236–247, 2006.

MOODLEY, J.; GRAHAM, L. The importance of intersectionality in disability and gender studies. **Agenda**, v. 29, n. 2, p. 24–33, 2015.

MORAES, M.; TSALLIS, A. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 39, 2016.

MORGADO, F. F. DA R. et al. Representações sociais sobre a deficiência: Perspectivas de alunos de educação física escolar. **Revista Brasileira de Educacao Especial**, v. 23, n. 2, p. 245–260, 2017.

MORRIS, J. **Pride Against Prejudice: Transforming Attitudes to Disability**. 1. ed. London, UK: The Women’s Press, 1991.

MORRIS, J. Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care That Promotes Human Rights. **Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy**, v. 16, n. 4, p. 1–16, 2001.

NEPOMUCENO, M. F. Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social. p. 156, 2019.

NEPOMUCENO, M. F.; ASSIS, R. M. DE; CARVALHO-FREITAS, M. N. DE. Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 1–27, 2020.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. DE C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: Contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 863–872, 2013.

OLENIK, L. M.; M., M. J.; D., S. R. Women, Disability and Sport. **Canadian Women Studies**, v. 15, n. 4, p. 54–57, 1995.

OLENIK, L. M.; MATTHEWS, J. M.; STEADWARD, R. D. Women, Disability and Sport: Unheard Voices. **Canadian women studies**, v. 15, n. 4, p. 54–57, 1996.

OLIVER, M. Changing the Social Relations of Research Production? **Disability, Handicap & Society**, v. 7, n. 2, p. 101–114, 1992.

OLIVER, M. **Understanding Disability: From Theory to Practice**. 1. ed. New York, USA: Macmillan International Higher Education, 1996.

OLIVER, M. Emancipatory Research: dream? In: BARNES, C.; MERCER, G. (Eds.). **Doing disability research**. Leeds: The Disability Press, 1997. v. 2p. 15–31.

PACCAUD, L.; MARCELLINI, A. How to Be a Man Differently: Intersectionality of Gender and Disability in the Life Course of a Powerchair Athlete. **Men and masculinities**, p. 1097184, 2022.

PACK, S.; KELLY, S.; ARVINEN-BARROW, M. “I think I became a swimmer rather than just someone with a disability swimming up and down:” paralympic athletes perceptions of self and identity development. **Disability and Rehabilitation**, v. 39, n. 20, p. 1-8, 2016

PAIVA, J. C. M.; SILVEIRA, T. B. H.; LUZ, J. DE O. DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: representatividade e políticas públicas. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K. B.; LOPES, P. H. (Eds.). **ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA: anticapacitismo e emancipação social**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 248.

PALMER, M.; HARLEY, D. Models and measurement in disability: An international review. **Health Policy and Planning**, v. 27, n. 5, p. 357–364, 2012.

PARSONS, A.; WINCLKER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência. In: **MELLO, Marco Túlio; WINCKLER, Ciro. Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

PARSONS, T. The Sick Role and the Role of the Physician Reconsidered. **Health and Society**, v. 53, p. 257–278, 1975.

PASQUARELLI, B. et al. **Modelo de Desenvolvimento Esportivo do COB**. 2. ed. Brasília: Departamento de Cultura e Valores Olímpicos, 2022.

PATATAS, J. M. et al. Stakeholders’ perceptions of athletic career pathways in Paralympic sport: from participation to excellence. **Sport in Society**, v. 0, n. 0, p. 1–22, 2020.

PENSGAARD, A. M.; SORENSEN, M. Empowerment through the sport context: A model to guide research for individuals with disability. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 19, n. 1, p. 48–67, 2002.

- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 1. ed. São Paulo: Editora contexto, 2007.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PINILLA-RONCANCIO, M. Disability and poverty: Two related conditions. A review of the literature. **Revista Facultad de Medicina**, v. 63, n. 3, p. S113–S123, 2015.
- PRECIADO, P. B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. 1. ed. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.
- PURDUE, D. E. J.; HOWE, D. P. Empower, inspire, achieve: (dis)empowerment and the Paralympic Games. **Disability & Society**, v. 6, n. 12, p. 1–14, 2012a.
- PURDUE, D. E. J.; HOWE, P. D. See the sport, not the disability: Exploring the Paralympic paradox. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 4, n. 2, p. 189–205, 2012b.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** 1. ed. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RICHARD, R.; JONCHERAY, H.; DUGAS, E. Disabled sportswomen and gender construction in powerchair football. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 52, n. 1, p. 61–81, 2017.
- RICHARDSON, Z. M. R. **Pobreza , Deficiência Visual E Políticas Pobreza , Deficiência Visual E Políticas**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de educação da Universidade Federal da Paraíba, 167, 2009.
- ROBERTS, D.; JESUDASON, S. Movement Intersectionality: the case of race, gender, disability and genetic technologies. **Du Bois Review**, v. 10, n. 2, p. 313–328, 2012.
- RUBIO, K. Uma história de muitas mulheres. In: RUBIO, K. (Ed.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Laços, 2021a. p. 11–14.
- RUBIO, K. Mulheres olímpicas brasileiras: entre ser e estar atleta. In: **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta**. São Paulo, Brasil: Laços, 2021b. p. 15–28.
- RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v. 11, n. 2, p. 50–56, 1999.
- RUDELL, J. L.; SHINEW, K. J. The socialization process for women with physical disabilities: The impact of agents and agencies in the introduction to an elite sport. **Journal of Leisure Research**, v. 38, n. 3, p. 421–444, 2006.
- SAMUELS, E. My Body, My Closet: Invisible Disability and the Limits of Coming Out. In: DAVIS, L. J.; SANCHEZ, R.; LUFT, A. (Eds.). **The Disability Studies Reader**. 1. ed. New York: Routledge, 2017. p. 343–360.

SANTOS, L. G. T. F. et al. Evolução histórica da participação do Brasil nos jogos paralímpicos de verão Historical evolution of Brazil ' s participation in the summer paralympic games. **Motricidade**, v. 18, n. 3, p. 438–448, 2022.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, v. 10, n. 57, p. 8–16, 2007.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, p. 160, 2012.

SCOTT, J. Uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de Historia UFPE**, v. 4, p. 9–39, 2016.

SCOTT, J. W. Experience. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. W. (Eds.) **Feminists Theorize the Political**. Routledge, p. 22–40.

SCRUTON, J. Sir ludwig guttmann: Creator of a world sports movement for the paralysed and other disabled. **Paraplegia**, v. 17, n. 1, p. 52–55, 1979.

SERON, B. B. et al. O Esporte Para Pessoas Com Deficiência E a Luta Anticapacitista – Dos Estereótipos Sobre a Deficiência À Valorização Da Diversidade. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 27, p. e27048, 2021.

SHILDRICK, M. Critical Disability Studies: Rethinking the conventions for the age of postmodernity. In: WATSON, N.; VEHMAS, S. (Eds.). **Routledge Handbook of Counter-Narratives**. 2. ed. New York, USA: Taylor & Francis, 2020.

SILVA, G. C. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SMITH, B. The state of the art in narrative inquiry Some reflections. **Narrative Inquiry**, v. 17, n. 2, p. 391–398, 2007.

SMITH, B.; SPARKES, A. C. Narrative and its potential contribution to disability studies. **Disability & Society**, v. 23, n. 1, p. 17–28, 2008.

SMITH, B.; SPARKES, A. C. Disability, sport and physical activity. In: WATSON, N.; VEHMAS, S. (Eds.). **Routledge Handbook of Disability Studies**. 1. ed. New York: Routledge, 2020. p. 391–403.

STAMBULOVA, N. et al. ISSP position stand: Career development and transitions of athletes. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 7, n. 4, p. 395–412, 2009.

SUBIJANA, C. L. et al. Analysis of the athletic career and retirement depending on the type of sport: A comparison between individual and team sports. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 24, p. 1–11, 2020.

THOMAS, C. How is disability understood? An examination of sociological approaches. **Disability and Society**, v. 19, n. 6, p. 569–583, 2004.

THOMAS, C. Disability and Gender: Reflections on Theory and Research. **Scandinavian Journal of Disability Research**, v. 8, n. 2–3, p. 177–185, 2006.

TONINI, M. D. **DENTRO E FORA DE OUTROS GRAMADOS: Histórias orais de vida de futebolistas brasileiros negros no continente europeu**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 478, 2016.

TONON, L. M. M. Atletas Paralímpicas Brasileiras: esporte, ensaios e histórias. In: RUBIO, K. (Ed.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta**. 1. ed. São Paulo, BR: Laços, 2021. p. 89–100.

UPIAS. **Fundamental Principles of Disability**. Ealing, London: UPIAS. 1976.

WATSON, N.; VEHMAS, S. **Routledge Handbook of Disability Studies**. 2. ed. New York, USA: Routledge, 2020.

WEILLER-ABELS, K.; EVERBACH, T.; COLOMBO-DOUGOVITO, A. M. She's a Lady; He's an Athlete; They Have Overcome: Portrayals of Gender and Disability in the 2018 Paralympic Winter Games. **Journal of sports media**, v. 16, n. 1, p. 123–148, 2021a.

WEILLER-ABELS, K.; EVERBACH, T.; COLOMBO-DOUGOVITO, A. M. She's a Lady; He's an Athlete; They Have Overcome: Portrayals of Gender and Disability in the 2018 Paralympic Winter Games. **Journal of Sports Media**, v. 16, n. 1, p. 123–148, 2021b.

WHO. International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH), Geneva, 1980.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International Classification of Functioning, Disability, and Health (ICF), Geneva, 2001.

APÊNDICE 1: Textualização Marianna

“Você imagina uma mulher nordestina, pobre, parda e com deficiência sendo conhecida a nível internacional?”

Eu ainda não sei quem é Marianna. Assim, Marianna é uma pessoa com deficiência, de 47 anos, nascida no Nordeste do Brasil. Mas eu nasci em um povoado chamado Lagoa do Meio. Até esse povoado são mais de 18km de estrada de chão e até hoje não existe nem água encanada. Nasci numa casa de taipa com parteiras. Eu morava numa casa que não tinha piso, era chão batido. Aí no processo de começar andar eu caía muito sentada... caía muito. Isso começou a machucar e transformar em abscessos no meu bumbum. Então eu fazia tratamento de abscessos constantes. Minha mãe dizia que eu chorava muito e tinha muita febre. E lá no interior ninguém entendia o que era, dava aquele remedinho. Se tivesse que ir realmente ao médico, minha mãe ia comigo a pé ou a cavalo.

Mas eu tinha uma infância muito feliz. A gente nasceu, foi criado e se criou em roça, meu pai viveu de roça, a minha mãe viveu de roça, e a gente não tomou a vacina. Sou de uma família de seis irmãos, cinco mulheres e um homem e eu fui a única “brindada” né? É um brinde, né? Eu acho que eu fui premiada com a paralisia infantil. Acho que minha imunidade estava baixa, e tava aquele surto de poliomielite no Brasil, né? Como eu não tomei a vacina, lá na época não tinha vacinação, eu fiquei com pólio. Eu tinha um ano e meio e eu não conseguia andar muito. Eu caía muito e aí eu aprendi a andar com a mão na perna pra apoiar, porque eu comecei a perder os movimentos. E aí minha mãe começou a observar que minha perna tava mais curta e mais fina que a outra. Então eu tava crescendo e a outra não desenvolvia igual.

Fui aluna de escola pública. Os meus pais sempre apostaram muito no estudo, na educação. Eles não têm a leitura, mas eles têm uma sabedoria, um conhecimento de vida e uma propriedade de vida muito grande. Eles nunca me viram como coitadinha e nunca me deixaram escondidinha da sociedade. A escola era o meu mundo que eu achava que ia ser um encanto. Quando começou, eu sofri muito *bullying*. Muito... mas eram muitos! Era acordado com a direção da escola que eu era a primeira a chegar e a última a sair para as pessoas não me verem andando! E quando meu pai não podia me levar era os meus irmãos que iam, parecia uns seguranças. Eu ia no meio, uma na frente, uma atrás, uma prima minha do lado e outra do outro para as pessoas não me verem andar.

Eu ouvia assim “ai que bonitinha, mas é aleijada”. Nossa, isso me matava. Tinha uma menina que olhava para mim e dizia que não gostava de mim porque eu era aleijada. Eu chorava... Nossa! Isso me acabava, eu chorava e queria voltar para casa. E, minha mãe, do jeito dela, dizia assim:

— Se você voltar para casa chorando por isso eu vou lhe bater. Xingue eles, fale qualquer coisa, mas não chore, não abaixe a cabeça e volta para escola!

Eu não tive moleza não. Eu apanhava quando era pequena, eu aprontava e não tinha essa não! Porque para minha mãe eu era uma pessoa comum, apenas mancava de uma perna. Eles não me viam como deficiente e isso foi importante. Meus pais nunca me viam como coitadinha, pelo contrário. Quando criança eu e meus irmãos brigavam muito e a minha mãe dizia assim:

— Você não tem essa não, você pra mim é normal, vem pra cá apanhar.

Ai meus irmãos:

— Vai bater nela não...

Aí minha mãe:

— Não vou? Todo mundo vai apanhar.

Não tinha essa, porque eu sou deficiente... é ruim hein!

Os meus irmãos nunca me viram como deficiente. Eles são meus anjos da guarda. Mas tinha um cara na escola que dizia assim:

— Nossa, ela anda tão bonitinha dançando no ritmo do “break”.

Aí eu falei até uma besteira, né? E comecei a xingar ele. Aí o cara ficou olhando para mim com cara de assustado. Os outros que ficaram rindo dele. Daí pra cá eu nunca mais chorei por ninguém falar que eu era deficiente.

Eu só ficava assistindo as aulas de Educação Física, eles não sabiam o que fazer comigo e me deixavam sentada. A professora dizia:

— Você vai ser minha assistente, vem cá!

Ela pegava a bolsa dela e colocava no meu colo e mandava eu ficar sentada lá. Olha a forma que ela tinha de me incluir! Eu percebia que o professor ou a professora, não estavam preparados para receber a gente, com deficiência. Eles não sabiam criar atividades para que eu pudesse participar. Então é isso, é não querer pensar. Isso me incomodava

muito, porque eu via que eu podia fazer aquilo, mas ele [professor de EF] em hora nenhuma perguntavam:

— Marianna, você pode fazer isso? Você quer fazer isso?

Não... era só:

— Você vai ser minha assistente!

Eu via todo mundo correndo para brincar e eu lá sentada assistindo. Eu tinha uma raiva!!! E eu não ficava lá, eu sempre fui muito teimosa [risos]. E eu acho que a minha teimosia me levou onde eu estou hoje. Quando a professora vacilava eu botava tudo o que ela dava para ficar cuidando de lado e aí eu ia correr por meio dos meninos, das meninas e começava brincar de queimada... adorava queimada. Eu não corria, mas eu tenho muita força nos braços. Eu dava cada bolada nos meninos! Então os meninos queriam brincar comigo porque eu dava bolada pra valer. Mas aí na hora de correr, eles corriam para pegar a bola para mim, e eu brincava. Uns era bonzinhos e outros não. É porque uns não aceitavam que eu era deficiente. Não queriam brincar comigo porque eu atrapalhava.

Mas eu tinha uma professora que criou uma sala de artes para que eu ficasse. Era uma forma de me deixar fazendo as atividades que eu pudesse fazer. Eu ficava lá com ela. A biblioteca era a minha sala... a minha casa! Ali eu me sentia segura, ninguém ria de mim, ninguém ficava falando nada. Então eu agradeço. É algo assim que... só vivendo né? Então essa experiência foi muito importante para mim. Então esse processo de infância foi muito legal, porque eu só vivia com a minha família, né? E tem a socialização, a importância da escola pra fazer pensar “Caramba, todo mundo brinca. Porque eu não brinco?” Todo mundo passa despercebido. E o gordo? E o magro? E o feio? E o negro? E o bonito?

Então até os meus 15/16 anos eu não aceitava minha deficiência. Na minha pré-adolescência, no caminho que eu ia para escola tinha uma pessoa que ficava falando:

— Olha, eu faço parte do movimento da pessoa com deficiência...

Eu respondia:

— Ah tá, eu vou.

Quando ele saía... eu tinha uma raiva! “Que que esse cara quer? Ai que povo enjoado”. Eu pensava “Eu detesto aleijado” (risos). Oh, eu tinha uma raiva quando eu via um deficiente. Mas, na verdade, não era raiva, eu tinha preconceito de mim mesma. Olha

eu não gostava de espelho. Eu não gostava de tirar foto. Veja que coisa, eu me escondia... Os meus pais me levavam para a praia, e eu dizia que não gostava de ir, mas é porque eu tinha vergonha que as pessoas olhavam para mim. A verdade eu nunca aceitei minha deficiência porque eu era diferente das pessoas. Das minhas irmãs, por exemplo. Eu olhava para as pessoas correrem e eu sonhava correndo. Eu sonhava que eu corria igualzinho às minhas irmãs.

É muito engraçado que até hoje meu pai e minha mãe não aceitam que eu tive paralisia infantil. Na cabeça deles eu tenho um problema [risos]. Para eles, não é deficiência, é um problema que foi acometido por um erro médico: a injeção tocou no osso e “ponto final”. E não é isso. Quando eu cheguei em Aracaju em 1983, depois de sair do povoado, minha irmã fez um curso de auxiliar de enfermagem e trabalhou em um hospital de referência. Foi onde, onde ela conheceu um rapaz que trabalhava com ela que era deficiente, só que ele andava melhor do que eu. Ele tava começando a trabalhar com um ortopedista e aí minha irmã disse:

— Puxa, tenho uma irmã que é deficiente.

Aí ele falou assim:

— Porque você não traz ela aqui pra ele fazer uma avaliação e vê se tem possibilidade de melhorar, né?

E aí foi constatado, né? Aí foi feito um check-up danado. Meu acetábulo é raso. Então o fêmur não encaixa totalmente, eu tenho subluxação bilateral, né? Então eu tenho um risco sério de ter uma saída rápida para uma mesa cirúrgica. Eu tenho escoliose, lordose e um encurtamento na perna direita de 5 cm. A perda de massa muscular é bem acentuada. Então hoje eu uso uma órtese, dentro de casa eu ando até sem órtese, só que ninguém pode topar em mim, se topar em mim eu vou para o chão, né? Mas fiquei 7 anos e meio de muleta canadense.

Nessa que eu cheguei em Aracaju, que eu passei por esse processo de diagnóstico da paralisia infantil, eu queria trabalhar. E aqui é muito difícil trabalho para pessoas com deficiência. Conclui meu ensino médio e não tinha trabalho. Eu era mulher deficiente, era difícil. E eu sempre quis trabalhar. Então trabalhei de casa família [empregada doméstica], trabalhei de babá, mas não aparecia nada de carteira assinada. Eu falei “Não é possível que eu não consiga trabalhar.” Foi quando teve aquele “boom” das empresas começarem a ter que pegar pessoas com deficiência, de livre e espontânea pressão, por conta da lei de cotas e tal, e aí eu descobri que São Paulo era o “boom”. O sonho do nordestino é ir pra São Paulo trabalhar. Meu pai trazia revistas da empresa onde

ele trabalhava para gente, e aí eu lia “Caramba, lá em São Paulo tem isso.”. Eu via folders da AACD [Associação de Assistência à Criança Deficiente] falando “Você pode ser o que você quiser, você pode experimentar tudo”. Falei “Caramba, já pensou eu lá?”

E sempre quis ser independente. Quando eu era criança eu ficava morando dentro do banheiro da minha mãe, que era grande. Então eu dizia que eu morava num apartamento em São Paulo, que eu morava só e que eu saía para trabalhar para ajudar minha família. Isso era minha brincadeira de sempre! E se a minha mãe brigasse eu dizia “Um dia eu ainda vou morar em São Paulo”. Detalhe, com 22 anos eu fui para São Paulo, morei só, fiquei 13 anos e eu ajudava minha família. E hoje eu moro em apartamento, olha que loucura.

Eu fui para São Paulo em busca do meu tratamento de saúde, porque eu fiz três cirurgias aqui em Sergipe, e passei andar de muletas, mas eu queria largar, né? Eu sempre fui rebelde assim, eu queria ser o que eu sou hoje e eu queria fazer as coisas que as pessoas não deixavam eu fazer. Eu era rebelde por isso. Então assim, eu andava de muletas mas eu queria as mãos livres. Eu achava lindo ver um casal passear de mãos dadas. Eu achava lindo a mulher sair do shopping com as mãos cheias de sacolas. Morei e trabalhei no Guarujá por 13 anos. Fui a primeira a sair de casa sozinha para trabalhar. Eu não saí casada, eu não saí com marido, eu queria a minha liberdade. O primeiro emprego da pessoa com deficiência, nordestina e mulher, foi muito importante. É levar coronhada de bandido, ser assaltada, acordar 3 horas da manhã para trabalhar, e eu morava sozinha.

Mas eu sofri muito em São Paulo por ser nordestina, pelo meu jeito de falar. Eu falo “oxente”, “um cheiro para você”, “mangando de mim” e eu parei de falar, porque as pessoas riam. As pessoas acham que as mulheres do Nordeste só falam oxente (risos)... só anda de jegue no caçua²⁵. Depois, eu pensei “quer saber, que se lasque todo mundo rapaz. Eu vou ser o que eu sou, e eu sou nordestina com muito orgulho”. Se você não tomar cuidado você morre, porque as pessoas vão te engolir. Pense, nordestina, pobre, mulher e fiquei deficiente... é para morrer, fia!

Eu saí de cobradora e fui para auxiliar administrativo porque o meu quadro clínico deu uma piorada muito grande que não me permite ficar horas a fio sentada. Mesmo

²⁵ Caçua é o nome do cesto feito de cipó ou outro material, utilizado com apoio nas costas de um cavalo, burro ou jumento para transporte de alimentos ou outros produtos.

assim, eu não consegui exercer. Aí eu pedi para o INSS me reabilitar, para que me desse uma função que eu pudesse trabalhar e continuar meu tratamento, porque eu não queria aquele rótulo de inválida. Não aposentei pela deficiência, que esse que é o legal, foi pela minha invalidez do quadro de saúde né?

Quando eu cheguei, como paciente do Hospital da AACD em São Paulo, eles me acolheram e descobriram que eu estava entrando no ciclo da síndrome pós-pólio, por isso meu quadro clínico deu essa piorada. Eu vivia dentro do hospital mesmo, era trabalho, hospital, casa, casa, hospital, trabalho e era assim. Eu tinha muita dor! Nesse meio do tratamento eu fui apresentada ao esporte. Eu conheci o esporte como ferramenta de reabilitação funcional. Eu comecei a fazer o condicionamento físico e minha musculatura começou a melhorar, as minhas dores diminuíram, né? Inexplicavelmente ou graças a Deus, né? E eu achava que nunca ia ficar sem dor. Hoje eu não sei o que é um corpo sem dor, eu tenho dor 24 horas, mas são dores que eu não fico mais chorando porque acabei me acostumando.

Tinha um projeto de extensão dentro da Prefeitura do Guarujá chamado Vida Ativa, que estava cuidando de pessoas com deficiência para tentar, digamos, desafogar os hospitais e clínicas e dar uma nova opção de reabilitação. E aí eu fiz parte dessa turma em 1997... Foi algo que mudou minha vida! A priori não era para ser atleta (sinal negativo de deboche com a cabeça). E ao longo do tempo eu fui apresentada a algumas modalidades. Eu jogava bocha com velhinhos, adorava jogar bocha com os velhinhos. Depois eu fui para a hidroterapia ... que era natação. Não sabia nadar com 22 anos, meu pavor era não saber nadar. Agora sou nadadora profissional. Nadei durante quase 8 anos em jogos abertos do estado de São Paulo. Nossa, sempre estava no pódio! Muito legal. Eu tive alguns objetivos na vida, saber nadar, concluir uma faculdade e tirar habilitação, porque eu queria dirigir. O ano passado eu finalizei isso, tá? Hoje eu sou motorista (risos).

Eu vivo de desafios, eu gosto das coisas difíceis. Então acho que é de mim mesmo, eu sou assim. Então apareceu a hidroterapia, me tornei atleta de natação. Eu conheci também o basquete em cadeira de rodas, eu sou apaixonada pelo basquete até hoje. Depois fui apresentada ao arremesso de peso e lançamento de disco. Depois fui para a corrida que eu gostei também. Então eu fiz circuito fechado, provas de rua, de meia maratona, de 10km. Essas modalidades todas eu tenho a classificação funcional, sou atleta de alto rendimento. Na natação sou classificada como S9 e no atletismo eu sou T54. Eu fiz também arremesso de peso, lançamento de disco... então assim, sempre fui conhecendo vários esportes e foi onde foi me dando saúde, né? Eu já fiz dança de rua na cadeira! Então

menina, eu não respirava! Sabe aquela fase que eu descobri que podia fazer tudo? Então eu fiz tudo... fiz tudo mesmo! E aí claro, né? A idade chega (risos) e você não acompanha mais a molecada... Então até 2013 eu ainda competia circuito fechado, circuito loterias caixa, finalizei até em Manaus, foi minha última. E eu passei a fazer corridas de rua, 10km que é minha prova forte.

Quando eu retornei para Sergipe, eu fiquei ociosa de novo em casa sem ter muita perspectiva, vim cuidar da minha família, né? Da minha mãe que estava doente. Eu tinha uma vida estruturada, eu tinha namorado, eu tinha o esporte, já tava bem no atletismo, no basquete, na nataç o, no peso, no disco... eu tinha vida assim, né? Todo mundo dizia “Voc e   doida, como voc e larga tudo isso? Mas eu n o me arrependo. Eu sempre fui muito a minha fam lia. Eu retornei realmente para cuidar da minh a m e, literalmente cuidar, ficar em casa cuidando. S o que assim, eu j a n o era mais aquela menininha!

Passei a fazer parte de movimentos aqui da pessoa com defici ncia, fui ser secret ria naquela Associa o que o cara me chamava a vida toda no caminho da escola. S o que eu queria mais n e? Eu criei uma p gina na internet, que eu n o tinha na  poca. Eu n o sou muito familiarizada com a internet, essas coisas. Eu era meio bichinho do mato. Nesse meio tempo, eu fiquei conversando com um homem, falando sobre esporte. Eu achava que era para patroc nio... porque eu entrei na equipe de basquete da Associa o.

Eu conheci uma menina que morava perto da casa da minha m e que estava come ando a ir pro time. Eu encontrei ela por acaso, eu vi ela assim com porte... como se fosse um atleta. A  voc e passa a ter um olhar diferente, n e? A  voc e j a n o v e mais aquelas pessoas deficientes como eu via antes. A  eu disse:

— Mo a voc e pratica esporte? Voc e tem cara de quem pratica esporte!

E ela disse:

— Pratico.

A  eu:

— Que esporte?

Ela:

— Basquete. S o tem eu. Vamos! Voc e vai gostar.

A  eu falei:

— Poxa,   o que eu quero. Eu conheci o basquete l  em S o Paulo.

E eu fui muito bem acolhida. Ficava uma menina em cada equipe. Mas aí deu um probleminha, eu comecei a me destacar. Eu sempre fui muito afundo e eu jogava mais do que os meninos, então eu era armadora do time! Eu comecei a tirar vaga dos meninos (risos).

Mas aquele homem que eu tava conversando pela internet e achei que era patrocínio, hoje é meu marido (risos). Como eu disse, sou muito independente. Depois que eu ganhei asas, é difícil. E aí o pessoal dizia assim “Você vai casar? Como assim? Você vai casar? Duvido, você vai? Quem é esse cara que vai te amarrar?”. Eu pensava “ai meu Deus”. E assim foi, tudo muito por acaso. A gente começou a namorar. Ele também foi atleta. Hoje ele tá fazendo Karatê. Ele é muito companheiro, é meu parceiro. Quando dá ele viaja também comigo para as competições. Eu digo “Vai sofrer, meu filho! Em terra de capenga quem tem duas pernas é escravo”. Vai andar e vai empurrar a cadeira. Então ele é um “parceiraço”. Ele me ouve. E eu deixei muito assim “eu sou atleta” antes de qualquer coisa. O esporte é o meu tratamento que eu não posso abrir mão.

Nesse período que eu voltei pra Aracaju, minha irmã brincando comigo porque ela já tinha feito o vestibular faculdade e não tinha entrado, falou:

— Por que você não faz faculdade?

Aí eu falei:

— Puts, faculdade?!

Eu nem imaginava entrar na Universidade. Não entrei por lei de cotas, entrei no geral na educação física, foi algo bem legal! A universidade nem sabia que eu era deficiente [risos]. Quando eu fiz o cursinho de pré-vestibular do governo, a bendita mulher que fazia nossa inscrição, ela esqueceu de colocar a informação de que eu era deficiente. Então quando eu entrei na Universidade com 37/38 anos, eu era sempre a mais velha da turma, mas não sabiam quem eu era. Foi a melhor coisa do mundo. Eu queria entrar sem ninguém saber que eu era deficiente

É muito interessante porque eu fui com muita sede pra Universidade, mas foi muito frustrante. Eu de repente apareci e comecei reclamar de acessibilidade. Eu esbarrei nas barreiras arquitetônicas, né? O pessoal me subia no colo pelas escadas. Eu falava “Ai eu não vou subir... e eu quero ter aula”. Ou os meninos vinham e me botavam no colo ou

os colegas de classe. Ah, eu já me divertia, porque eu adorava ver a cara do povo sem saber o que fazer comigo. Olha a diferença, eu que tava fazendo bullying com eles (risos).

Só que aí, os professores começaram a entender e a se incomodar com aquilo. Outras pessoas foram entrando também na Universidade e hoje tem, por exemplo, elevadores. A gente vê muito mais rampas de acessibilidade, a gente vê muito mais piso tátil de alerta, tudo bem colocado assim “de lugar nenhum para coisa alguma” porque o cara passa e bate no poste, mas ele botou o piso lá então “Opa, já tem alguém pensando”. Se vai funcionar, aí são outros quinhentos, mas eles já estão começando a se posicionar quanto a isso.

Eu escolhi o curso de Educação Física porque eu sempre era assistente dos Professores de Educação Física, mas na Universidade eu via que os professores também não sabiam o que fazer comigo. No primeiro dia de aula, o professor perguntou:

— Doida, o que que você tá fazendo aqui?

Bem, eu disse:

— Vim para aula.

Aí ele olhou pra mim e falou:

— Não pense que você vai ter moleza comigo.

Eu disse assim pra ele:

— Professor, vou dizer uma coisa para o senhor, eu nunca tive moleza não.

Então para mim, o senhor não está dizendo nada.

Quando eu concluí a disciplina ele veio e me disse:

— Marianna, eu estou me aposentando agora e descobri que ainda não sei ser Professor de Educação Física.

Eu falei:

— Ai professor, é por isso que eu entrei aqui, eu vou ficar no lugar do senhor!

E ele riu.

Na disciplina de natação, eu não falei que eu nadava. Eu não falava que eu fazia as coisas, então eles não sabiam que eu sabia nadar. E a piscina daqui é funda. Aí num belo dia, o professor disse:

— Todos podem entrar na água. E você aí [Marianna], fique na borda.

Eu cheguei, sentei, quando me procuraram eu "tchunqui", mergulhei! Quando eu fui fazer um abraçada (risos) o professor já estava do meu lado (risos e gargalhadas). Ele pulou junto (gargalhadas) ... e todo mundo achou que eu tinha deslizado e caído na água. Aí todo mundo deu risada, né? (gargalhadas). E aí ele começou a quebrar o gelo, ele

veio conversar mais comigo e eu fui falar para ele que era atleta de natação. Pra encurtar a história, ele passou a liberar espaço e horário na piscina para que eu desse aula pros meninos passarem na prova, porque ninguém sabia nadar. Foi assim “Ah, a Marianna tá na água? Pode deixar a galera aí”. Era o inverso! Aí eu era assistente do professor. Eu fazia pelo professor, eu era auxiliar do professor... isso foi muito rico. Então eu fazia umas coisas que ninguém sabia fazer, e aí isso era o máximo porque eu era o máximo. Eu disse:

— Professor, quem é deficiente aqui? (risos).

Aí ele:

— Sou eu.

Então a universidade foi muito solícita, mas foi assustadora... E hoje eu quero a Educação Física, estou na Educação Física e eu quero trabalhar com o esporte adaptado. Eu vim para a Universidade justamente para mostrar que pessoas com deficiência também fazem Educação Física. Então todos os professores da Universidade que eu achava que já estavam preparados, também não estavam. Então eu percebi que também no curso superior eles não estão preparados para atender a gente. Alguns estão começando a mudar o olhar, porque a gente tá lá dentro mostrando também o que a gente faz. E aí eles já me chamam:

— E aí Marianna, como é que você está? Como é que a gente pode fazer isso?

Pô, essa é a pergunta! “Você quer fazer? Como que eu posso fazer para você também ser inserida?” Pense! Isso sai daquele “copiar e colar” toda informação. Exercício “copiadinho” não existe para gente. Você não vai saber fazer uma aula de educação física onde todos conseguem fazer um exercício. Não existe isso. É como para uma criança, tem criança que consegue ter uma destreza melhor que a outra. Então se a gente não sair disso, do copia e cola dos exercícios, das atividades sem perguntar o que é aquela criança pode fazer, né? E então aquela criança com deficiência.

Quando eu entrei na Universidade, no curso de Educação Física, eu vi que tinha uma pessoa brincando na quadra e tinha um negócio lá estranho. Era um homem com uma “raquetezinha” que parecia que tava matando mosquito e um negócio que ele batia lá. Eu olhava e pensava “que negócio besta é esse, rapaz?”. Era uma modalidade que tava surgindo no Brasil, e eles tavam brincando lá, o professor do projeto tava trazendo a modalidade pro Estado. Aí quando eu fui saindo o professor me chamou e disse que também tinha para pessoas com deficiência. Aí aquilo olha... eu pensei "putz, estou a dois

anos aqui já aqui sem esporte”. Aí num belo dia eu chego lá na quadra o professor vem de novo... E aí eu comecei a jogar e falei “aí que fracasso” gente, não acertava uma. Falei “a não, desisto, esse negócio aqui não dá pra mim”. E eu saí, só que aí eu fiquei com, sabe aquela história do “eu não consigo”? Então eu pensei “Como é que eu não consigo um negócio desse? Um outro dia que eu passei de novo aí esse professor, que foi o idealizador e fundador do projeto, me chamou e disse:

— Olha, a gente tá criando um projeto dentro aqui do departamento, que é pra trabalhar o esporte para pessoas com deficiência.

Ai filha, o cara me ganhou com isso. Quando o projeto começou, que me chamaram para ver os materiais... sabe criança quando ganha uma casa só de doces? Olha, tinha 14/15 cadeiras de handebol, tinha 7/8 cadeiras de badminton, tinha uma cadeira de atletismo, tinha kits de bocha. Tudo isso eu já conhecia, né? Quando eu vi aquilo lá eu fiquei maluca. Tinha bola para futebol de cinco para cegos, tinha bola de goalball. Eu fiquei assim... meu deus! Raquetes, assim em caixas, um monte de raquetes, um monte de peteca... eu disse “cara, me achei” (risos).

Eu não tinha palavras. Aí os caras não sabiam nem montar as cadeiras... não sabiam como fazer... Aí eles:

— Você tem como ajudar a gente? Você conhece o esporte? Você sabe mexer em alguma coisa?

(risos) Eu falei:

— Eu sei, eu jogava basquete.

Então eu conheci o material, montei tudo, e aí ele me chamou para fazer parte do projeto... Por isso que deu tão certo aqui, porque tinha o equipamento. Porque a dificuldade é o equipamento. O professor me ensinou e com dois meses eu fui ser bolsista do projeto. Essa bolsa existe dentro da universidade para pessoas com deficiência e para os ditos “normais”, né? Hoje, Sergipe é o estado do Brasil que tem o maior número de mulheres cadeirantes praticantes do Parabadminton. Diga-se de passagem, né? Porque eu fiquei à frente do projeto.

Eu dava treino, eu fiz os cursos para me capacitar e qualificar. O trabalho braçal mesmo era eu lá na quadra. Então era eu que fazia desde o admissional, entrevista com o atleta, o deficiente. Quando eu chego no projeto, a primeira coisa que a gente faz na entrevista, é o deficiente falar. Ele tem que falar! Ele sabe falar. Quem é mais que sabe falar sobre você? Sou eu? É você mesma! Então a pessoa com deficiência também fala. Mas eles têm medo, eles que eu falo é a família, as pessoas que cuidam. Eles às vezes

protegem demais. Então a pessoa chega lá sem saber falar. Eles têm receio, eles não sabem nem como falar com a gente, não sabem se a gente tem deficiência, se é doença, é uma discussão longa, né? Aham que somos muito frágeis. Às vezes, eu falo com deficientes e quem responde é quem está do lado, é a pessoa que está trazendo essa pessoa com deficiência. Então esse “autoprotecionismo”²⁶ não deixa as pessoas com deficiência viver. Mas essa proteção é pelo que a sociedade impõe ou faz sofrer, porque a sociedade é muito cruel, né? As pessoas olham muito pra você, apontam muito. E, às vezes, o deficiente não está preparado para aquilo. Porque sempre tem alguém que o defende.

Quando você passa a se impor, aí você percebe que ninguém tá olhando mais para você. A gente precisa de ajuda, mas é quando eu pergunto “Pode me ajudar?” Oh, para você ter ideia, os meninos que chegavam sendo empurrados, hoje saem sozinhos. Quando eles chegavam lá, eu não entendia nada da deficiência, então eu pedia para ir até os consultórios médicos com eles para entender a deficiência deles, para saber trabalhar... porque depois na quadra quem ia estar era eu! Não era ninguém que mandava eu fazer isso, mas eu sentia essa necessidade... A gente trabalhava em parceria com fisioterapeutas também. Então hoje esse projeto tem uma equipe multidisciplinar, e isso foi fundamental. A gente tem acompanhamento de psicólogos, nutricionista e professor de Educação Física. Tudo dentro da universidade, que é o melhor, né?

Eu falo, aqui no projeto, que são “os meninos da Marianna”. Não são meus meninos, mas eu os tenho como os meus filhos, porque eu consegui fazê-los pessoas também, como eu. O intuito inicial projeto era trazer pessoas com deficiência para dentro da Universidade, não era transformá-los em atletas de alto rendimento. A maior parte dos alunos do projeto são universitários.... Então isso é um ganho ímpar, né? Só que esses meninos foram pegando gosto por isso. O projeto era para ficar um ano e já está há 8 anos. Hoje nós temos 8 atletas classificados a nível internacional. Nós temos 23 atletas classificados a nível nacional. Nós temos um projeto que já passou por mais de 80 pessoas com deficiência.

²⁶ Embora a palavra “autoprotecionismo” não seja encontrada no dicionário, ela foi utilizada pela colaboradora para descrever o papel de superproteção de pais e/ou responsáveis sobre as pessoas com deficiência.

Só que hoje eu cansei. Eu quero ser só atleta... porque não é fácil, né? (risos). Mas hoje consigo ir no treino, eu estudo e vou pro treino. Claro que eu não consigo largar assim, né? Então a gente sempre dá suporte. Tá tudo muito atrelado a mim ainda. O professor tá começando a tomar as rédeas de novo porque eu tô me formando, né? Então não sei como é que vai ser mais tarde. A Universidade empresta a cadeira de rodas do parabadminton quando eu viajo, até hoje eu não tenho ainda a cadeira. É a extensão do meu corpo e eu não tenho a cadeira do badminton. Saindo da Universidade eu não sei o que vai ser!

Eu falo que tem a minha vida antes e após a Universidade. Não sei ainda como é que vai ser após, eu tô sofrendo já. É aquela coisa, eu quero sair, mas agora que eu já vou sair eu já fico “meu Deus, como é que vai ser fora dela, né?”. Hoje eu não me vejo fora da Universidade. A Universidade me mostrou um esporte que eu falei “Poxa, eu quero”. Então hoje eu posso me dar ao luxo de dizer que em várias corridas de rua foram abertas a categoria para pessoas com deficiência porque eu tava ali todo dia. Antes era “só tapinha nas costas”, medalha, mais “tapinha nas costas” e medalha. Nem premiação em dinheiro a gente não tinha... porque era só “Aí que lindo, parabéns! Olha, ela é forte!”. Pô, eu já saí dessa fase, agora vamos dar uma bolsinha também. A universidade me mostrou esse outro esporte...

Na aula prática eu conheci o handebol pra cadeirante, fiz alguns cursos. Hoje eu sou arbitra de bocha, sou técnica de badminton, sou técnica em iniciação ao parabadminton. Então acho que é um privilégio. Fui a primeira pessoa com deficiência a ser técnica de badminton e parabadminton no Brasil. Poxa, olha que legal, né? Através do conhecimento, sempre estudando. Hoje eu tenho orgulho de dizer que hoje sou uma pessoa com deficiência se especializando no parabadminton.

Então 2015 eu fiz a minha primeira competição com o parabadminton, né? Fui a primeira. Fui sozinha, não tinha ninguém, foi em Campinas. Foi muito louco! Assim, aquela nordestina na cidade grande, chegando com a cadeira de badminton. O parabadminton me desafia toda hora! É um esporte de muita coordenação motora fina, muita! E eu sou muito bruta. Então isso me desafia muito... o badminton me conquistou, foi algo assim... pelo amor, né? Amor pelo esporte!

Sou atleta de parabadminton classificada em nível internacional na classe WH2. Você imagina uma mulher nordestina, pobre, parda e deficiente sendo conhecida a nível internacional? Sou a décima oitava no mundo na minha classe na disputa simples e sou 17ª ou 16ª na dupla feminina. Isso a nível mundial... é muito legal! Estou desde 2016

como número um do Brasil na minha classe, na dupla feminina e sou a terceira agora na dupla mista. Então eu sou a número um do Brasil. Poxa, foi uma construção essa vida esportiva hoje. E foi o parabadminton que me abriu esse leque. Essa modalidade me ganhou assim de tal forma que me apresentou ao mundo, foi essa modalidade por incrível que pareça.

Então assim, eu gosto muito das minhas competições. Então eu faço dupla com uma menina que é de Teresina. A gente treina só quando a gente se encontra nos treinos da seleção, nas competições. E o menino que eu faço dupla mista é cria minha... muito legal, muito bom falar isso. Ele é do projeto, então ele vem do interior até aqui todo dia e a gente treina juntos. Porque assim... eu era técnica de todos, eu me treinava, eu nunca tive técnico. É muito engraçado e muito importante falar isso também porque não existe “eu me treinar”, né? Mas é o que acontecia. E todos esses atletas hoje estão classificados porque eu dava treino e eles aprenderam comigo. A gente foi junto, crescemos como uma equipe.

Então hoje eu tô aí brigando. Eu estava brigando pela vaga pra Tóquio, mas não deu certo. Agora já estou na corrida de novo pra França, né? Então tenho algumas etapas do calendário internacional e as etapas nacionais, né? Eu vou tentar competir em todas elas. Então hoje essa é a minha vida esportiva. Tem noção do que é isso, né? Saber que você foi classificada para o mundial e que você está brigando por uma vaga numa Olimpíada²⁷, que é o ápice, né? Então essa é minha vida esportiva que eu já tô a mais de 20 anos no esporte.

Hoje eu vivo em função do esporte, sou atleta bolsista, né? Pela primeira vez eu estou conseguindo ganhar dinheiro com esporte. Então agora eu sou campeã sul-americana, contemplada com a bolsa federal que é algo assim muito inédito em Sergipe. Isto me proporciona ser o que eu sou, porque eu consigo parar para ser atleta. Apesar de “parar”, a gente não para. Eu sou casada, tenho marido, tenho casa, cuido dos meus pais, então é bem difícil conciliar tudo isso. Agora mesmo tô correndo atrás de patrocínio para viajar para São Paulo, para o Internacional. Por mais que eu tenha essa bolsa, você sabe que não paga tudo. Toda competição tem seus custos, né? E não são baratos, infelizmente.

Mas o esporte é o meu tratamento e eu não posso parar! O esporte me dá qualidade de vida. Oh, por exemplo hoje, eu tenho uns 8 anos ou mais que eu não entro numa sala de fisioterapia. Eu saí do quadro de paciente e passei a ser atleta, né? Não deixei de ser deficiente. Eu saí do quadro de paciente. Por exemplo, eu tenho dor 24 horas. Mas

²⁷ O termo “Olimpíada” foi utilizado algumas vezes pela colaboradora como sinônimo do evento “Paralimpíadas”, que é o evento esportivo o qual ela é atleta participante.

hoje eu não preciso mais estar indo em acupuntura e fisioterapia 24 horas por dia, porque o condicionamento físico que o esporte me proporciona me deixa estar como eu estou hoje, um quadro estável de saúde. É claro que tenho minhas dores, não tem jeito. Esporte de alto rendimento tem dor, né? Mas, eu to bem. Eu não tenho mais aquela rotina de medicações e de dores que eu chorava muito.

Eu não quero mais voltar para o hospital para tratamento, fisioterapia, aquela rotina que o corpo já não respondia mais, sabe? Eu tenho medo de ficar dependente de novo. De não poder fazer mais o que eu faço hoje. Eu nunca fui muito dependente, mas eu vejo assim que a partir do momento que você fica totalmente dependente de alguém ou de alguma coisa, fica totalmente refém daquilo. Mas eu faço acompanhamento médico rotineiramente e estudo.

Eu entrei na Universidade, eu conheci um projeto que era para pessoas com deficiência e eu aceitei a minha deficiência. Quando eu me aceitei como deficiente, então o mundo se abriu. Então, esse projeto me fez atravessar o mundo, eu nunca tinha saído do Brasil na minha vida. Hoje eu tenho passaporte internacional, eu conheci os melhores lugares do mundo. Eu já fui em dois mundiais. Imagina eu chegar na cidade de Stoke Mandeville na Inglaterra, meu primeiro Mundial. Stoke Mandeville foi onde surgiu o paradesporto no mundo e eu fiquei alojada dentro desta competição. Imagina só, vindo da Lagoa do Meio para Inglaterra. Era só “Sorry, no speak english” (risos). Então isso marcou muito. E aí eu falei “Caramba eu sou atleta, agora preciso falar inglês” (risos).

Ser atleta é você ter uma estrutura. Hoje em dia eu vou pro centro paralímpico. É o sonho de qualquer aleijado entrar num lugar daquele, fia. Se imagina eu lá né? Tem um espaço físico onde a pessoa com deficiência, o cadeirante principalmente sofre muito com as barreiras arquitetônicas, e você é livre. Você consegue ter acesso a tudo lá. Você tem uma equipe multidisciplinar, você tem comida, você vive só aquilo. Vai lá, treina, come, dorme, é o sonho gente. Isso é algo surreal, que antes não tinha isso. Gente, eu já fui competir em Caieiras numa Kombi, não tinha freio. A gente ficou dormindo numa escola, no alojamento, no colchão no chão na sala de aula, um frio disgramado, sabe?

Ser atleta é você ter pessoas que acreditam em você, ter um trabalho sério. Porque você brinca de esporte, né? Você brinca em qualquer modalidade esportiva, mas você ter uma rotina, você ter uma equipe. Hoje eu tenho fisioterapeuta, eu tenho

nutricionista, eu tenho psicólogo acompanhando a gente, falando com a gente e orientando. Que foi importantíssimo agora na pandemia! Porque os atletas não surtaram assim, não ficaram soltos, né? A gente conversou com atletas do Brasil todo. Mesmo pela internet a gente conversava, a gente tinha reunião e a gente fazia exercício pelo computador. Ah é uma loucura... eu moro em apartamento, você me imagina fazendo exercício? Então ser atleta de alto rendimento, precisa ter esse olhar diferenciado sim. É oferecer oportunidades, é conversar com a gente, né? É entender o momento, o que precisa para aquele momento. Cada modalidade tem sua especificidade, não adianta, né? Não tem grandes segredos.

Eu já conheci tantos países através do esporte que eu fico “caramba”. Sem contar no Brasil, número de estados que eu já conheço através do esporte, através da minha deficiência. Você sabe o que é ouvir o hino nacional, chamar o seu nome e você ser o centro dos holofotes? Você não tem noção que arrepiava até a alma, meu Deus do céu. Eu fui campeã da sul-americana, fui campeã panamericana, você estar fora do Brasil e ouvir seu nome é... Eu falei “aí meu pai, agora eu sou atleta”, isso é muito forte, né? Você ser chamada pela equipe do antidoping pra você ser testada lá... eu “Caramba, eu sou atleta mesmo” (risos).

Você é chamada por “Brasil”, né? É muito forte pra mim. Eu cheguei em Guayaquil, e a galera vê e fala “Brasil”. Aí eu chego na Espanha a galera fala “Brasil”. Na Inglaterra, a galera via e falava “E aí Brasil”. É isso, né? O esporte é uma linguagem universal, né? As pessoas falarem “você é Brasil”, é muito para mim, é muito forte e muito significativo. Mas também tem um lado ruim, né? Mulher brasileira é muito mal vista lá fora. Um símbolo sexual. Eu senti muito isso. Acha que o Brasil só tem carnaval, amazônia, bunda e mulher fácil. Mas quando vêem que você é do esporte e tal, as coisas facilitam um pouco. Falam muito “Brasil, ah futebol e não sei o que”, né? Então hoje fala “Badminton? Brasil? Que legal”. Então hoje a gente tem um nome muito forte.

Você sabe o que é você entrar na Seleção Brasileira representando o país, a Lagoa do Meio, porque eu não posso esquecer, né? Eu andava de caçua, é um cesto que é posto no cavalo para carregar mandioca, farinha, lenha... Então, eu era colocada num cesto daquele e do outro lado um cachorro para fazer contrapeso. Eu e minha irmã passava o dia na roça e de repente você tá na Suíça? (risos). Ser um atleta hoje já é difícil no Brasil e eu moro no estado que é o menor estado do país... então se torna mais difícil ainda. O Brasil quer que eu o represente, mas eu tenho que comprar meu equipamento? Tá difícil e às vezes eu vejo que pro convencional ainda é mais fácil, enquanto para os deficientes é “Ah eles querem? Vão ter que pagar”. Comprei ontem duas blusas, 70 pau uma blusa para ir competir representando o meu país, feliz e fazer bonito lá. Tive que comprar um tênis, “Ah,

mas você joga sentado”. Sim, mas eu não posso jogar descalça. Hoje o que eu preciso é de uma cadeira, é o meu sonho hoje! É puxado, mas foi a vida que eu escolhi. É caro ser atleta.

O atleta paralímpico é você abrir mão de muita coisa, e ele tem que ter o suporte, desde financeiro, familiar, até você realmente chegar ao ápice, né? Ser atleta paralímpico hoje é poder dizer assim “Poxa, eu fui pra uma Olimpíada”, esse é o sonho. Eu ainda quero conseguir, espero que tenha saúde e a idade permita. Então enquanto eu ainda consegui bater a petequinha lá eu tô indo, né? Então ser atleta paralímpico é mais árduo, né? Ainda não tô muito atleta paralímpica porque eu precisaria de um tempo maior, me dedicar mais, viver só do esporte que hoje ainda eu não consigo viver só do esporte. Pra você ter ideia eu tô há 8 anos nessa modalidade e eu não consigo ter minha cadeira, porque ela tem que ser feita específica.

Acho que é legal hoje ser vista como uma mulher Paralímpica, né? Como mulher no esporte! Porque a mulher precisa saber que ela pode estar onde ela quiser estar. Antes eu tinha vergonha de expor minhas ideias. Antes essa conversa não estaria acontecendo, de jeito nenhum. Então eu me permiti também me conhecer. A vida da mulher paralímpica não é fácil. Hoje eu não me dou o luxo de só comer, dormir e treinar. É um sonho mas não dá tempo. Tem que correr atrás de patrocínio, fazer inscrição, tem que ver a filiação anual, compro e vendo chaveiros, compro e vendo gripes de enrolar o cabo de raquete. Eu vou inventando.

Você imagina eu conseguir dar conta de casa, marido, cuidado dos meus pais, ser universitária e atleta? Tenho também que cuidar da minha vida social, mas como é que você tem vida social com tudo isso? Minha filha se vira, você não quis né? Se vira. Então a vida da mulher Paralímpica é muito dobrada vida, né? A mulher já tem uma vida puxada, uma vida de dona de casa que não é remunerada (risos). Sorte que eu tenho um marido que é super parceiro que me ajuda tudo, mas é difícil né? A mulher paratleta é uma mera sobrevivente.

Eu sou a supermulher porque eu consigo fazer tudo que eu quero. Hoje eu sou a *supergirl* (risos). Eu sou muito independente, sempre fui. Meus pais me ensinaram a ser muito independente. E hoje eu sou muito mais do que antes. Minha deficiência não me atrapalha em nada, pelo contrário, abre portas pra mim. É muito interessante isso, né? Eu faço coisas que você não faz, você dita como “normal”. Eu já fui em lugares que você não

foi e não vai. Não vai viver aquilo que eu vivi. Pode ir de outra forma, mas aquilo que eu vivi você não vai viver, você não vai conseguir fazer. Não tem nem tempo mais para isso, passar pela minha experiência de vida e por tudo que eu tracei hoje. Eu nadei com Clodoaldo Silva, que é um grande nome da natação no Brasil. Eu competi nas fichas de peso e disco com a Rosinha, atleta paralímpica, nome muito legal. A gente era negra e nordestina, pense! Acho que é pior ainda... negra, nordestina, e a mulher foi campeã Olímpica. Essa Beth que é do peso do disco, agora é a campeã paralímpica, eu tive o prazer de jogar basquete com ela na seleção lá em Santos. Minha primeira rival foi ela. Você entende como é que é isso?

Então, poxa, eu tô nesse meio, né? Daqui a pouco vão falar “Você lembra da Marianna?” Oh, que legal! Hoje eu sou vista não como Marianna deficiente, mas como a paratleta. Olha isso! Então eu acho que ser mulher com deficiência hoje é a melhor coisa do mundo. Porque quem souber aproveitar disso, quem entendeu o que é isso, esse empoderamento acontece através da educação, através do conhecimento, né? Ser mulher hoje aqui no Brasil é ser isso que a gente é. Ter essa liberdade da gente tá conversando, né? Tá expondo ideias, trocando informações, conhecimentos, que até então não se era permitido. Antigamente era muito mais difícil. Eu falo que há 20/30 anos atrás, naquela sociedade posta que o homem pode e que a mulher é submissa. que a mulher não pode isso, que a mulher não pode aquilo.

Hoje eu tenho o privilégio de dizer que eu sou uma mulher livre. Uma mulher que posso ser e estar onde quiser. Essa minha liberdade é que me permite também competir de igual para igual. No âmbito de trabalho, na escola, do falar e ser ouvida. A gente consegue ser ouvida hoje, ter voz, né?

Quer queira quer não, tudo tá muito preparado pro homem. Ainda assim, o esporte vem de onde? Vem do exército, vem da Guerra. Você se lembra da Guerra? Os mutilados de guerra, Stoke Mandeville, aquela coisa toda tá maquiada hoje, né? O militarismo né? Ainda é muito intrínseco, é muito forte. Por exemplo, a gente ia para competições que não tinha banheiros para mulheres. Pense naquela época... parece que eu tô falando há muito tempo, e não é cara! Dez, vinte anos atrás eu ia para competições que não existiam muitas mulheres. Então assim, eu dividia um quarto com homens. Era desafiador. Botava todo mundo para fora. Eu sempre fui ousada. Eu sei que muita gente sofre ainda por aí, e muitas mulheres queriam ser o que eu sou hoje, e fazer o que eu faço hoje. Mas eu continuo ali forte dizendo para elas que não desistam, é só através de conhecimento, porque a gente tem que ter muita propriedade do que a gente tá falando.

O esporte hoje é o que me proporcionou ser o que eu sou hoje, né? Muito clichê, mas o esporte hoje é minha vida. Ele me oportuniza proporcionar para outras pessoas o que um dia proporcionaram para mim. Então acho que é a maior gratidão hoje. Hoje sou eu que faço tudo. Parece que eu sou a irmã mais velha, todo mundo se aconselha comigo. Quem cuida dos meus pais sou eu praticamente com as minhas irmãs, até a parte financeira quem cuida sou eu. O que um dia eles fizeram por mim, hoje eu consigo fazer por eles. Hoje é inverso. Hoje eu que dou suporte para eles. Olha que loucura, né? É muita responsabilidade! Tem hora que eu não quero mais isso, eu quero relaxar, mas é também muito gratificante sabe? Tipo, eu posso também, né? Hoje eu sou uma referência como eles falam aqui, através do esporte e toda uma história construída e pelo conhecimento que a universidade me proporcionou.

Hoje eu sou uma pessoa que aceita a deficiência. Olha, eu sou deficiente e ponto. E daí?” Então acho que eu entendi isso quando eu respondi pra aquele menino da escola que eu não era deficiente, aquele que falava que eu era “tão bonitinha dançando break”. Olha que engraçado isso, né? A coisa mais boba do mundo. Mas foi através disso que eu não chorei mais. Foi aquele momento. E hoje eu digo que ser deficiente foi a melhor coisa que me aconteceu na vida. A deficiência me fez ser o que eu sou hoje. Porque eu falo que tudo tem um lado bom, não é tão ruim ser deficiente, sabe? (risos). A minha deficiência me levou para lugares que eu nunca iria se eu não fosse deficiente. Hoje é um mundo de oportunidades [risos].

Quando a gente aprende a falar a gente aprende a conhecer, que poxa, eu também posso. Por que que me reprimem? Me prove porque eu não posso fazer isso? Olha, é muito louco falar isso, né? Claro, tem pessoas com deficiência que nunca vão dizer isso. Que nunca vão conhecer isso que eu conheci. Eu não tenho doença, eu tenho deficiência e ponto! Eu não tenho problema nenhum cara, as pessoas que veem o problema, né? (risos). Eu faço palestras, por exemplo, eu levo o parabadminton pras escolas, faço muita palestra com crianças, pra mostrar o que o esporte faz. Aí as coleguinhas disseram que também tem uma coleguinha deficiente, e que já brincam com ela, que já não a vê como diferente. Esse é meu papel, né? Mostrar a deficiência. É deficiente, e daí? Se eu não puder trocar as minhas experiências, se eu não puder fazer chegar a história da minha vida até outras pessoas, para que eles entendam, acho que não vale a pena nada disso.

Acho que é esse o papel de Marianna, ser um diferencial. E eu não quero sair da Universidade e ser mais uma pessoa com diploma embaixo do braço e dizer “Sou

professor”, não! Eu não quero ser também mais uma professora, eu quero ser formadora de indivíduos, de opiniões, eu quero ser um diferencial.

APÊNDICE 2: Textualização Rebecca

“Ah, eu sou igual a todas as mulheres. Mulheres que tem sonhos, vontade e coragem.”

Eu sou a Rebecca, uma atleta paralímpica de natação. Nasci na cidade de Vinhedo, tenho minha família em Vinhedo. Nasci com uma deficiência visual congênita. Eu sempre gostei de nadar! Eu aprendi a nadar quando criança... sei lá, eu senti uma liberdade na piscina. Acho que a piscina era um lugar que não tinha nenhuma barreira, então eu me sentia bem dentro da piscina. E eu sempre gostei muito de água, sempre gostei de tá brincando no clube. Minha mãe colocou nova para aprender a nadar, para eu poder brincar, nem pensava assim em ser atleta! Como minha mãe trabalhava bastante, e acho que por questão de segurança, ela falou assim:

— Já que ela gosta de ficar na piscina e brincar, pelo menos vai e aprende a nadar... para não ter problema de afogamento, essas coisas!

Minha mãe também via que era uma atividade física que eu gostava, já que eu tinha muita dificuldade com outras atividades, de esporte com bola, tipo, de jogar! Eu estava na escola, o pessoal ia jogar queimada, aí não dava nem tempo de eu brincar eles já percebiam que eu não via, aí eles já me tiravam na primeira da brincadeira, já me acertavam! Eu tentava outros esportes na escola, né? Mas não que eu tive tanta vivência. Jogar vôlei, essas coisas, é difícil porque a bola batia no meu rosto. Eu acho que eu nunca me senti incluída na escola, na educação física! Eu não conseguia brincar. No pega-pega ou esconde-esconde, eu sempre já era a primeira a ser pega. Então as crianças já sabiam, e aí acabava. Eu não gostava muito, foi bem sofrido para mim ir à escola. Às vezes quando falam assim “Ai que saudade da escola”, e eu não tenho saudade da escola, porque para mim foi bem ruim. A professora passava as coisas na lousa, não entregava para mim. Eu que depois tinha que pegar, emprestar as coisas de alguém, levar para minha casa para minha mãe me ajudar a ler para ter a matéria que foi dada. Porque ninguém me entregava.

O que foi bem difícil para mim foi quando o médico pediu para minha mãe tapar um olho. Um dia um olho, um dia o outro. Que era para tentar desenvolver o máximo da visão. Aí era uma coisa que quando eu era criança, me deixava muito irritada porque além de ter um olho tampado na escola, a turma falava que meu olho mexia sozinho. Aí com o olho tampado eu enxergava pouco e ficava mais diferente. Eu ficava muito brava [risos].

Quem me dava apoio, me ajudava muito, era minha mãe! Eu sempre fui muito grudada com ela mãe desde pequenininha. Então eu tava sempre junto com ela. Mas com 13 anos ela faleceu. Eu perdi ela por uma doença. Quando minha mãe estava grávida ela descobriu que ela estava com linfoma. Então meu irmão nasceu e minha mãe também já começou a fazer tratamento de câncer. E foi a mãe da minha mãe que ficou cuidando de mim, que ainda tinha 13 anos, da minha irmã de 10 anos, do meu irmão recém-nascido e da minha mãe doente. Então aí eu acabava ajudando a minha vó a cuidar do meu irmão. Eu gostava de levar ele pra passear. Então, hoje assim, eu vejo a minha mãe como minha inspiração. Eu sempre falo “se eu pudesse ser um pouco do que minha mãe foi, acho que já dá para mim ser uma grande pessoa”. Ela era uma pessoa muito boa, muito carinhosa. Ela sempre me deu muito amor, sempre cuidou muito bem. Uma pessoa companheira. Eu acho que minha mãe seria minha companheira até hoje assim.

A natação é um esporte que, para mim, tem uma sensação de ser livre, né? Então uma sensação de liberdade. Estar dentro da água é uma sensação muito boa. Eu não sei, mas eu já conversei com a minha psicóloga e ela fala que pode lembrar muito como era estar dentro da barriga da minha mãe. Então como eu sou muito ligada à minha mãe, então eu acho que pode ser isso, ou não. E a natação é um esporte que proporciona muito desafio, e eu gosto muito de desafio.

Então eu comecei com nove anos numa escolinha de um clube de Vinhedo. A minha primeira professora de natação se chama Vanessa e também treinei com a irmã dela que se chama Elena. Lá no clube só tinha aula durante o verão, né? Porque a piscina era gelada. Então achei que eu aprendi até muito rápido, acho que em dois anos assim só no verão eu aprendi nadar tudo. Os quatro estilos com viradas e saídas. E foi legal que eu aprendi rápido porque a professora tinha um estilo assim já de ensinar mesmo a nadar. Então não tinha muita brincadeira igual eu vejo na academia. Acho que como as professoras também já davam treinamento, elas priorizavam ensinar os estilos mesmo com técnica, já preparava meio que para um dia ser atleta. Então acho que isso foi muito bom para mim!

Mas a natação para mim era só uma atividade. Então eu não era atleta profissional, era só uma atividade mais recreativa, como um esporte mesmo. Então eu terminei a escola, o ensino médio e eu fiz faculdade de Fisioterapia. Eu comecei a fazer

faculdade com 17 anos e na época eu nem sabia direito se era isso que eu queria mesmo, aí depois eu acabei gostando bastante. Eu sempre gostei muito da área de saúde, de reabilitação, também gostava de esporte, então eu acho que foi uma área que eu gostava. É que também tinha bastante coisa que dava para mim fazer, né? Mesmo com a deficiência visual. Têm algumas coisas assim que não dá. Mas tem bastante manual, né? Na fisioterapia terapia manual, a parte de Ortopedia. Dá bastante para trabalhar assim, eu acho que para mim só não tem como trabalhar no hospital.

Logo que eu terminei a faculdade em 2004, eu prestei concurso na fisioterapia mesmo para a Prefeitura. Aí eu trabalhei até acho que 2009. Era num posto de saúde. Lá na fisioterapia atendia tudo, a parte respiratória, neurológica, ortopédica... Mas eu acabava atendendo mais na ortopedia mesmo. Eu gostava bastante. No começo, eu comecei a treinar e trabalhar junto. Até porque eu precisava de dinheiro, porque eu não recebia para nadar, então eu tinha que trabalhar. Participei de alguns torneios na região de Vinhedo mesmo quando era criança. Aí eu parei de nadar e depois voltei a fazer natação e comecei nadar nas competições de Master também, ali na região.

Em uma dessas competições, em 2006, eu encontrei um técnico que trabalhava com o esporte adaptado e ele viu que eu tinha baixa visão. Ele estava levando nessa competição alguns atletas dele para treinar. Então ele já tinha os atletas com deficiências... um atleta que até foi meu namorado durante um tempo, ele também nadava. A gente se conheceu nessa competição, ficamos bem amigos e depois a gente namorou, separou e voltou durante 10 anos. O tempo que a gente nadou na mesma equipe. E aí hoje, não nada mais, e a gente também não namora mais [risos].

Eu conheci ele como atleta e comecei a ter mais contato com outras pessoas com deficiência, que até então eu nunca tinha tido. Foi bom para mim saber que tinha mais pessoas do mesmo jeito. É uma troca de experiência. Porque eu passei a infância inteira achando que só tinha eu assim. Eu sabia que existiam pessoas que tinham perda visual total, mas eu não conhecia ninguém que tivesse baixa a visão. Não sei assim, você fica meio insegura achando “nossa, eu que sou a diferente, só tem eu no mundo assim”.

Mas aí eles me conheceram e perguntaram por que que eu não nadava com a turma do paralímpico? Aí eu falei:

— Ah... eu nem sabia que tinha!

Então eu não sabia que tinha assim, eu descobri o esporte paralímpico, que tinha uma classe para com deficiência visual de baixa visão, depois que eu já era adulta.

Eu tinha uns 25 anos! Eu sabia que tinha o Esporte paralímpico, e o com deficiência visual para mim era só o cego total! Foi aí que ele falou assim:

— Então se você quiser, eu vou te levar numa competição do Comitê Paralímpico para fazer a classificação. Vai ser legal você nadar no paralímpico, você já tem um tempo bom para o esporte paralímpico, e vai conseguir bastante coisa.

E foi aí que eu comecei. Então na época, que nem faz tanto tempo assim, eu desconhecia totalmente, né? Então acho que faltam lugares e divulgação. Então às vezes pode ter atletas em vários lugares que nem sabem que poderiam estar competindo, sendo um atleta, né? Então acho que no começo faltava muito isso. Depois que eu fiz a classificação, em qualquer competição do comitê, eu já podia participar. Eu comecei a ser atleta de alto rendimento muito tarde, né? Normalmente a turma começa fazer o esporte de rendimento na adolescência... Então até dentro do esporte mesmo muitos técnicos falavam que eu já era muito velha, que dificilmente eu ia conquistar alguma coisa na natação por ter começado treinar com a idade que não é assim o “padrão”. Na hora você acaba pensando assim “Será?”. Mas o meu técnico mesmo falou que “não”, que se eu continuasse treinando do jeito que eu estava treinando, eu conseguiria evoluir sim. E eu consegui!

Aí eu acabei trabalhando e treinando um tempo ainda junto. Depois que eu comecei a ter bolsa da natação, aí eu deixei de trabalhar para me dedicar à natação. Na época foi um pouco difícil tomar essa decisão. Eu não sabia assim “Ah vou deixar um concurso, uma estabilidade financeira para ir para natação? Deixar de trabalhar para competir?”. Eu não sabia se eu ia conseguir ter uma renda suficiente, né? Tinha bastante dúvida. E na época também, eu não sabia se eu queria mesmo competir com pessoas com deficiências, se eu queria mesmo ser assim. Porque eu sempre frequentei escola normal, nunca tinha frequentado grupo de apoio, instituições de ajuda, à pessoa com deficiência.

O pouco que eu tenho da visão já é totalmente diferente de não ter a visão, né? Ajuda bastante. Eu consigo ver cores. Para mim cores é uma coisa que me ajuda muito, a diferenciar até rua, a calçada, e isso me ajuda bastante. Eu também consigo ler com letras ampliadas, né? Eu tenho lupa para longe e lupa perto, às vezes ajuda para ler alguma coisa, ou eu uso para tentar ver se é o ônibus que está vindo. Então eu nem aprendi Braille. O máximo que consegui de desenvolvimento visual até os 7 anos, que é quando falam que o desenvolvimento da visão termina, foi estimulado. Se eles colocassem Braille, essas coisas, não ia desenvolver mais a visão. Então tinha que desenvolver o que tinha. Então eu fiquei na dúvida se eu queria mesmo tá participando de alguma coisa como deficiente ou não.

Na época eu morava com a minha avó e ela achava assim que eu não era deficiente. Não sei se era por ela ser idosa, ela acreditava que como eu andava, eu fazia tudo, aí ela não achava que eu era deficiente. Mas ela sabia que eu tinha uma limitação visual, né? Ela conhece. Mas ela achava que eu não deveria ser, estar, como deficiente. Ela achava que era meio estranho. Então isso aconteceu comigo só depois de adulto. Aí depois eu fui explicando que eu não estava competindo com alguém de cadeira. Eu falava que eu estava nadando com as pessoas que tinham o mesmo problema de visão, com quem tinha baixa visão. Aí ela foi gostando, aí ela foi aceitando mais. Depois foi sempre me apoiando. Depois que eu comecei a nadar pela seleção, aí ela sempre tava torcendo tudo, aí ela foi achando assim, que tava certo, que eu não tava no esporte levando vantagem em alguém.

Foi acontecendo aos poucos. Eu fui participando de competições menores, né? Nadei jogos regionais primeiro, depois jogos abertos. Aí eu entrei nas competições do Comitê Paralímpico Brasileiro, aí eu consegui ser convocada para a Seleção. Então eu comecei no esporte de alto rendimento em 2008 e aí já na primeira competição que eu disputei eu já bati o recorde brasileiro, né? Então eu fui ficando cada vez mais empolgada para treinar. Então foi acontecendo assim. Aí eu fui decidindo que eu queria, que aí eu tinha um sonho de ir para a Olimpíada.

Particpei de duas Olimpíadas, fui recordista Brasileira de todas as provas da minha classe por dez anos seguidos, tenho seis medalhas de Pan, tenho medalha de Mundial, tenho o recorde Panamericano. Então, acho que eu nunca poderia imaginar que eu conquistaria tantas coisas. Quando eu fui convocada para a primeira Olimpíada, em 2012, assim... apesar de eu já ter nadado o Mundial e o Pan antes, mas acho que é um sonho de todo atleta participar de uma Olimpíada né? Acho que foi uma grande conquista para mim. É uma alegria muito grande, assim, ter esse sonho realizado. Muito feliz, muito feliz mesmo.

Foi uma surpresa ter classificado para nadar a final. Aí, na época, fiquei como a sétima do mundo. Eu fiquei muito feliz, só faltou o meu técnico tá junto comigo, porque ele não tava. A seleção só convoca alguns técnicos, e na época ele não foi. É sempre bom ter o técnico ao lado, porque como eu já treino todos os dias, ele sabe o que falar, no momento antes da gente nadar. Tanto uma parte técnica que tem que melhorar, né? Assim, para não esquecer na hora. Como o apoio que ele dá para a gente estar bem no dia, faz toda diferença!

Em 2015/2016 foram uns dos melhores anos da minha carreira como atleta. Acho que uma das coisas mais emocionantes para mim foi ganhar a medalha de ouro no

Pan de 2015 e estar com a medalha e ouvir o hino nacional no pódio. Acho que não tem coisa melhor, você sentir isso como atleta, tá representando um país, né? Muitas pessoas. É muito orgulho para mim tá levando o nome assim do Brasil nas competições. Eu ganhei cinco medalhas no Parapan de Toronto e fui convocada para a Paralimpíada do Rio, outro sonho! Além de nadar outra Paralimpíada aqui no Brasil, porque meus amigos foram assistir, né? Teve a torcida toda! A arquibancada lotada. Eu nadei uma final, né? Aí na final que eu nadei só tinha eu do Brasil. Então todas as pessoas que estavam lá, aquela arquibancada cheia estava torcendo para mim. A torcida aqui do Brasil fez bastante diferença! Então foi muito bom, foi o meu melhor resultado na época internacionalmente, ficar em quarto no Rio. Foi incrível [risos]. É uma experiência muito boa vivenciar as coisas de uma Olimpíada. Desde toda a estrutura, da Vila Olímpica, o lugar que encontra todos os atletas, né? Fora a estrutura de competição, é tudo muito organizado. Muito legal.

O Brasil é um país muito grande com uma população muito grande. Então você conseguir tá representando o Brasil é mais difícil por ser um país com uma população bem grande. Eu acho que é bem mais difícil assim, em relação aos países menores. Porque às vezes, pode ser que em um país menor, a pessoa tem um rendimento pior e ela consegue ir para alguma competição. Mas já aqui no Brasil, por ser um país maior a concorrência é maior, e aí você acaba não conseguindo. Então conseguir tá representando o Brasil que tem umas regras bem exigentes para você poder estar em um mundial. Para você nadar o Mundial, você tem que ser o sexto melhor do mundo. Então a hora que você conquista uma vaga para representar o Brasil, é muito orgulho!

Eu acho que hoje já está bem melhor o esporte, principalmente depois que teve a Olimpíada no Rio, né? Que teve uma divulgação muito maior. E isso vem crescendo bastante. Para as mulheres, principalmente, eu acho que hoje na nataçãõ a proporçãõ de homens e mulheres numa seleçãõ brasileira tá sendo bem equivalente. O que antes era muito mais homens do que mulheres eu acho que hoje está cada vez mais em igualdade. Assim... de mulheres na Seleçãõ Brasileira. Tem que ser igual né? É que às vezes, o comitê internacional abre mais vagas de homens do que de mulheres em uma competiçãõ internacional. E eu espero que cada vez vá ficando mais igual, 50% homem e 50% mulher. Eu acho que isso é importante. Mais mulheres praticando atividade física, né? Mais mulheres competindo. Então eu acho que vem crescendo bastante.

A mulher atleta tem algumas coisas que tem que ser levado em conta. Os profissionais que trabalham com uma mulher atleta tem que saber o ciclo menstrual. Então eu acho que é super importante ter quem acompanha isso. Cada vez mais a equipe está mais

específica, tá ajudando mais a mulher ter um rendimento maior, um rendimento melhor no esporte. Para a atleta de alto rendimento faz toda diferença ter esse acompanhamento, né? É importante tanto para a gente sentir melhor na fase da menstruação que é mais complicado que tem cólica e tudo, quanto para o rendimento como atleta. É super importante saber qual os dias que tem uma queda de rendimento, para poder ver que não vai cair numa competição. Então se você tiver um acompanhamento com médico, ele consegue ajustar para que você tenha o rendimento na competição.

Eu acho que o esporte, ser atleta, trouxe muita alegria para mim, muita felicidade né? Eu sou realizada com tudo que eu conquistei até hoje. Eu acho que eu até conquistei bem mais do que um dia eu poderia imaginar. Fora as conquistas de medalhas e as competições importantes que eu nadei e os recordes, o esporte trouxe algo que eu vou levar para minha vida toda. O esporte trouxe muitos valores para mim, dá coragem, persistência, superação... A natação tem isso de você superar suas marcas pessoais, né? Você não precisa estar sendo campeã do mundo, se você conseguir melhorar um centésimo do que você fazia, você já superou! Então se você conseguir fazer um treino que é super difícil, né? Às vezes tem uns treinos anaeróbicos, e se você conseguir fazer a série hoje melhor do que você fez ontem, você já está superando.

Então acho que a natação tem muito isso, de todo dia você tem que ser melhor. Vem do esporte mesmo, né? Dos treinos. Então eu acho que a natação tem isso de você se superar a cada dia né? Sempre tem um treino diferente e você sempre está tentando fazer o melhor. Além de você tentar o seu melhor e melhorar nos seus resultados na piscina eu acho que traz muito para a vida pessoal. Você sempre está buscando fazer as coisas na vida melhor.

Com o esporte, eu tenho vontade de conhecer muitos lugares. É bem gratificante ver que com meu trabalho eu consigo hoje me manter sozinha, né? Eu comecei a ser bastante independente depois que eu comecei nadar. Até de sair de uma cidade para outra, pegar o ônibus sozinha, então isso foi bom para mim. Ser uma pessoa independente financeiramente... ter comprado meu apartamento. Depois eu morei sozinha... hoje eu moro sozinha! Então, eu sou independente assim, independente de ter uma deficiência ou não. E para mim é importante. Eu acho que o que mais me deixou assim, independente, foi o esporte! Antes de eu ser atleta eu acho que era bem mais difícil... e eu fui ficando assim

bem mais independente. Eu tenho vontade de fazer as coisas sozinha depois que eu comecei nadar!

Se for pensar mesmo, a maior dificuldade é não poder dirigir um carro [risos]. Porque assim, tudo que eu tenho vontade eu acabo dando um jeito, conseguindo fazer. Eu consigo ir e voltar para onde eu quiser. Consigo fazer todas as atividades de casa... sei cozinhar, sei fazer tudo! Eu moro sozinha [risos]. Sempre morei em Vinhedo, minha família é toda de Vinhedo. Mas eu passei a maioria do tempo treinando em Indaiatuba. Aí a equipe mudou para Botucatu. Então, eu passo a semana lá e no final de semana eu vou para Vinhedo.

Agora que eu mudei para Botucatu, por conta dos treinamentos e moro com uma outra menina da equipe. A gente é muito amiga e acaba uma ajudando a outra, né? Porque eu sou deficiente visual e ela é cadeirante. Então, aí às vezes, eu dou uma ajuda com a cadeira e ela dá uma ajuda olhando os obstáculos para mim... ficamos bem companheiras assim! É divertido. Eu já estava acostumada a morar sozinha, e agora voltei a morar com outras pessoas. No começo é estranho, mas é bom também ter a companhia de mais pessoas.

Eu gosto muito de sair, estar com meus amigos... Eu gosto muito de esporte radical também... já fiz rafting, já voei de asa-delta. Estou esperando alguém me levar para fazer um rapel de cachoeira! Eu ia fazer no outro final de semana lá em Botucatu, e aí quando a agente percebeu que eu era deficiente, não quis mais... eles falaram que a trilha é muito difícil para subir. Ficaram com medo! Aí acho que não sabiam, não me conheciam, não sabiam se eu ia conseguir subir. Falaram que tinha uns pedaços que tinha que subir de corda e... sei lá... e se eu caísse lá de cima?! Aí a mulher da agência falou assim que primeiro precisava fazer um outro para me conhecer, antes de tentar fazer o da Cachoeira.

Quando alguém me impede de fazer alguma coisa, eu fico meio chateada, porque às vezes a pessoa não conhece e às vezes fica colocando limites sem saber como é a pessoa. Porque falam as vezes “deficiente” e as pessoas já imaginam que é uma pessoa que não faz nada, que é uma pessoa incapaz, que precisa de ajuda para tudo, precisa até carregar no colo para fazer alguma coisa, não é isso, né? As pessoas julgam antes de ver [risos]. Elas não sabem... elas generalizam muito, né? Eu vejo também pelas outras pessoas que treinam comigo. Eu tenho uma amiga que fala assim, perguntam assim para ela:

— Qual é a sua deficiência?

Ela fala:

— Eu tenho paralisia cerebral.

Só que ela anda, corre, faz tudo! É uma paralisia cerebral leve. A turma pensa “paralisia cerebral” é a pessoa que tá lá deitada, que nem se levanta. Eu moro com a menina que é tetra. Acham que ela não faz nada. Mas a menina sobe e desce da cadeira de rodas com uma facilidade. Então essa visão ainda hoje eu acho um pouco ruim, que as pessoas têm da pessoa com deficiência.

Uma vez, minha irmã me levou para ser testemunha do casamento dela no cartório, lá em Vinhedo. Todo mundo me conhece e sabe que eu nado e tudo... já divulgaram bastante. E aí a mulher do cartório, que me conhecia, não quis deixar eu assinar o papel para ser testemunha do casamento, porque ela falou que eu não conseguia ler! Só que para ninguém ela pergunta se a pessoa sabe ler para assinar o negócio, né? A gente ficou muito bravo, porque assim, todo mundo chega lá e assina, ninguém nem lê o que está escrito nas 500 mil folhas lá, só chega e assina. Por que ela foi encrencar comigo? Só porque ela sabia que eu a letra era pequena e eu não ia conseguir ler. Ela falou assim:

— Você não vai poder assinar, porque você não consegue ler!

Mas acho que hoje é tranquilo para mim, eu sei lidar bem com o problema da deficiência. É só uma característica que eu tenho [risos]. Hoje não atrapalha em nada, não tem muita diferença assim. Se tem uma pessoa que é loira, a outra é morena, e tem aquela que enxerga menos, ou não tem uma perna, ou não tem um braço. Então é só uma característica, não define o que é uma pessoa. Por isso as pessoas com deficiência são pessoas muito fortes, né? Mais fortes ainda porque tem que encarar o problema com a sociedade, que acha que um deficiente é incapaz. Aí ela consegue mostrar que consegue fazer o que qualquer pessoa faz e mais ainda! Porque às vezes, sem uma visão, sem uma perna ou sem um braço ela faz o que a pessoa com a perna e que enxerga faz também.

Eu acho que tudo que eu fiz hoje tendo a deficiência, acho que eu ia fazer sem ter a deficiência. Mas às vezes quando a gente é mais nova, ouvi muito que a gente não vai conseguir ser alguém, assim, bem-sucedido! E eu acredito que eu soube ser sucedida. Eu tenho um auxílio do INSS e também tenho a bolsa atleta do governo federal, bolsa pódio... por estar entre os oito melhores do mundo. Também sou patrocinada pelo Time São Paulo, que é do governo estadual.

Hoje a gente faz oito treinos por semana de piscina e mais três treinos de academia. A gente faz mais musculação mesmo, mas as vezes eu gosto muito de fazer CrossFit também... gosto mais desses treinos pesados. Então, tem dois períodos, ou é piscina e piscina, ou piscina e academia. Eu acho que a minha rotina é a rotina de um atleta, né? De muita dedicação... muito treino! A gente treina bastante, é bem cansativo, mas

depois com o resultado de todo esse trabalho a gente vê que valeu a pena, né? Todo esforço, dedicação, os treinos ... a gente fica satisfeito com o trabalho, né? E com tudo que aconteceu...

Eu me vejo como uma pessoa vencedora [risos]. Eu... ah, assim, eu tenho muitas coisas né? Eu nasci com uma deficiência, já vai tornando mais difícil. Eu perdi minha mãe cedo. Eu venci também no esporte, eu conquistei muito mais do que eu poderia imaginar no esporte. E depois eu venci um câncer! Então, minha vida foi cheia de desafios. Eu cheguei da Olimpíadas do Rio 2016, aí eu descobri o câncer. Na verdade, eu já tinha percebido que eu tinha um nódulo. E, sempre que fazia exame, dava que não era nada. Mas como começou a me incomodar muito. Quando eu fui para o Rio, eu já estava tendo dor. Aí depois que eu voltei da Olimpíada, fiz a biópsia e deu câncer mesmo. Mas já estava bem avançado.

Para mim foi bem difícil. Uma que eu perdi minha mãe por ela ter câncer também. Mesmo que eu tive outro tipo, foi totalmente diferente, veio toda a lembrança da minha mãe doente, né? Então, e como ela morreu, aí eu associei muito que eu ia começar a fazer tratamento, passar por quimioterapia, e aconteceu a mesma coisa que aconteceu com minha mãe! Ia passar por todo um sofrimento disso e ia acabar morrendo também. Então foi bem difícil! E outra, é que quando eu tive o diagnóstico, eu estava na minha melhor época como atleta de rendimento... então eu fiquei também chateada! Mas acho que era mais essa questão de associar câncer com morte... com muito sofrimento.

Quando eu descobri o câncer eu tava com aquele atleta. A gente meio que junto, não namorando. Aí eu fiquei muito insegura com a doença. Eu acho que a parte do tratamento do câncer de mama, mexe muito com a parte feminina. Perdi o cabelo, a cirurgia, as cicatrizes... eu acho que para mim mexeu bastante. Foi muito difícil. Teve uma vez que eu pedi para meu namorado ir comigo fazer um exame. Mas ele não quis. Aí eu já tava com toda aquela insegurança de tratamento, de ficar sem cabelo, ter que fazer cirurgia, aí eu acabei ficando insegura, acabei brigando e a gente nunca mais se falou. Foi bem difícil esse momento. Mas acho que a doença me assustou bem mais do que ter terminado o relacionamento. Eu ainda faço bastante terapia e foi melhorando. Mas para mim, ainda é um trauma bem grande.

Apesar de ter sido bastantes altos e baixos, eu acho que eu fui bem forte mentalmente, né? Durante o tratamento eu passei por toda quimioterapia e eu decidi que eu ia continuar a minha rotina mesmo durante o tratamento! Então eu fazia quimioterapia e treinava junto. Aí também foi outra coisa... do mesmo jeito que eu te falei que o esporte

me ajudou a ser independente, também foi o esporte de novo que me ajudou a passar por todo esse tratamento! Se eu não tivesse essa força física, ia ser bem... bem difícil mesmo! Ser atleta foi fundamental para mim! Eu me vejo como uma pessoa muito forte fisicamente.

Uma coisa que minha médica sempre falou durante o meu tratamento e que tem que ser levado em consideração é a atividade física como uma forma de prevenção, né? Durante e após um tratamento. O mundial do México em 2017 foi, em que eu ganhei a medalha de bronze, foi importante pra mim. Foi no ano que eu tinha passado por todo o tratamento, quimioterapia, cirurgia, radioterapia... E chegou no final do ano, eu acabei o tratamento junto com a competição e ganhei uma medalha de bronze. Foi como se eu tivesse ganhado uma vida nova. Então essa medalha é muito importante... eu acho que foi a minha segunda chance para viver de novo.

Minha médica fala quando eu vou lá que senti uma energia muito boa e que sou uma pessoa muito forte. Ela diz que dificilmente vê alguém assim. E... cada vez eu vou ficando mais velha, eu vou vendo que é muita superação, assim que eu vejo. Principalmente da mulher. Eu vejo assim que a mulher tem uma energia muito forte, uma pessoa forte com uma energia muito grande. Eu vejo que as mulheres, assim, têm muita coragem para lutar, para conseguir os objetivos. Já me falaram assim que eu sou uma inspiração, sempre falam que eu sou muito corajosa. Eu fico com vontade de cada dia vencer mais desafios e fazer coisas novas, diferentes. Eu sou igual a todas as mulheres. Mulheres que têm sonhos, vontades e coragem. E uma mulher que tem vontade de ter uma família, de ser feliz. Acho que como qualquer outra.

Então, atleta é só uma pessoa com coragem né? É querer sempre vencer. Ter sonhos. É se dedicar para que isso um dia se torne realidade. Então, todo atleta tem o sonho né? Medalha, campeonatos, recordes... Ser atleta é estar sempre sonhando e ir atrás desses objetivos, para um dia ver que o esporte trouxe isso de bom né? Os resultados! Ou se não for um resultado, ser um campeão, uma medalha, mas que trouxe alguma coisa importante para a vida.

Uma atleta, paralímpica, é só uma pequena característica, eu acho. Eu acho que o atleta Olímpico e Paralímpico é igual né? Treinam da mesma maneira, só que o Paralímpico tem alguma limitação que não dá para competir em igualdade com o Olímpico. Mas, em questão assim de treinamento, treina igual, se dedica igual, tem os mesmos sonhos, mesmos objetivos. E acho que isso não muda! Os objetivos são desafios né? Acho que o esporte traz muito de cada dia você ser melhor... um dia ser melhor do que o outro.

Às vezes tem alguma competição que não sai assim do jeito que você tá planejando, aí você acaba ficando um pouco triste, porque você sempre quer que saia o melhor, mas nem sempre vai sair, né? Um momento ou outro, você pode não tá tão preparado, ou fisicamente ou mentalmente para aquele momento, e não sair muito como você planejou. Mas acho que isso é só para dar mais força para continuar treinando e para melhorar na próxima.

Quando eu terminei o tratamento do câncer, a primeira coisa que eu pensei foi “Nossa, agora eu vou voltar a ser atleta igual eu tava no Rio, igual eu tava em 2015”. E aí não foi bem isso que ocorreu né? Eu tive que ir aceitando que era diferente! Teve algumas competições, principalmente algumas depois que eu fiz cirurgia de mama para retirada do tumor, que eu fiquei com perda de movimento e força no braço esquerdo, né? Isso foi um momento ruim para mim. Eu acabo agora competindo como pessoa deficiente visual, mas eu também tenho uma limitação no braço, junto para competir. Então às vezes eu não quero muito acreditar, mas eu tenho que acabar aceitando que é a condição que eu tenho hoje.

Então eu vou ter que treinar já sabendo que eu tenho essa limitação. Tanto a quimioterapia como a cirurgia, fez eu perder muita coisa para ser um atleta de alto rendimento.

Quando eu me aposentar, eu quero tá conhecendo muitos lugares no Brasil e no mundo, porque eu amo viajar! Passar por experiências novas e fazer coisas novas, principalmente em água que eu gosto. Eu também quero poder tá incentivando outras pessoas, né? Porque às vezes eu acho que a gente passa por um momento difícil e acha que tudo vai acabar... como eu também pensava que eu nunca seria bem-sucedida pela deficiência visual ou porque eu poderia morrer devido ao câncer! Então, se tiver alguém que pode contribuir dando uma força, contando a história, eu acho que é importante, para as outras pessoas. Tanto as pessoas que passaram pelo tratamento, porque eu já fiz parte de bastante de campanha, assim, do outubro Rosa... a importância da atividade física, né? E a forma que a atividade física traz toda a independência também, porque trouxe para mim!

Mas eu penso que a gente não consegue fazer nada sozinho. Então, sempre minha família me ajudou, né? Eu tenho minha mãe como inspiração muito grande, como exemplo de força, amor e dedicação. Então é a pessoa que eu me espelho muito, mesmo ela não estando aqui, o pouco que eu convivi com ela, eu aprendi muita coisa. Eu tenho irmãos também. Minha irmã sempre me ajudou, me apoiou. Minha avó, que ficou no lugar

da minha mãe, quando ela faleceu. E eu tenho meu técnico, uma pessoa que sempre me apoiou, que nunca me abandonou, né? Então desde que eu comecei a nadar, ele sempre me incentivou no esporte. Ele acreditava que sempre era possível eu conseguir. Cada dia ser melhor. Então ele é uma pessoa que sempre esteve ao meu lado... quando eu fiquei doente também. Ele tanto me ajudou a vencer a doença, como me ajudou a treinar durante um tratamento de câncer que foi bem difícil. Essa minha médica também, ela é uma pessoa que me ajudou muito. Eu tenho muitos amigos que sempre estiveram ao meu lado e eu sou uma pessoa de muita fé. Então eu acredito em Deus sempre vai estar ao meu lado, e minha mãe meu anjo da guarda. Então eu acredito que ela sempre anda junto comigo hoje.

APÊNDICE 3: Textualização Verenna

“[...] uma menina pobre e negra que conseguiu terminar a faculdade, tá tendo uma carreira brilhante no esporte”

A Verenna é uma menina nascida em São Paulo. Menina porque eu sou muito criança! Sei lá, eu acho que apesar da idade eu não me considero “Mulher... m-u-l-h-e-r”. Sou mais menina, gosto de brincar, gosto de dar risada. Com 10 anos eu fui para Bahia por causa da minha mãe... que deu a loucura [risos]. De um dia para o outro, ela falou “Vamos embora para Bahia! E daí a gente foi para Bahia e eu encontrei uma realidade totalmente diferente da que a gente vive aqui em São Paulo. Na época, lá não tinha energia elétrica, não tinha água encanada... então tipo, era uma vida muito difícil, para mim, foi bastante difícil!!! Tinha que trabalhar em roça e lá paga muito pouco, né? O trabalho na agricultura. Eu falei que não era aquilo que eu queria para mim [risos]. Uma coisa que eu não queria era morar lá para terminar os estudos, a gente sempre sonha em ter uma vida muito melhor, né? [risos].

Graças a Deus, foi um tempo que eu passei que a gente soube o que é dar valor a cada conquista que a gente vem fazendo! É... morar na Bahia me ensinou bastante! Lá... tipo, eu tinha começado a jogar bola com as meninas. Eu fiz parte do time feminino. Era uma forma de lazer que a gente tinha, né? Para comprar uma chuteira, eu tive que trabalhar quase a semana toda na roça para poder comprar! Eu trabalhava o dia inteiro debaixo de sol para ganhar R\$10,00 à R\$15,00. Eu achava um absurdo!

Lá tinha um campo no povoado. A gente geralmente competia nesse campo, mas também tinha uma quadra para a gente poder tá treinando. Eu era zagueira! Dava umas bicudas no povo [risos]! Não sou muito boa não, mas na zaga... eu ia para cima mesmo, [risos] não deixava a bola passar não. A gente ia em campeonatos jogar com outras meninas de outros bairros e quando a gente ganhava, era uma festa muito grande [risos]. Ali eu não pensava tanto em competição não... era mais uma forma de lazer mesmo. Era muito, muito, muito... legal!!! Era a parte que eu mais gostava da Bahia [risos]. Tinha uns meninos lá que treinavam a gente... Era quem jogava no time masculino que dava o treino para as meninas [risos]. Olha... ele era bravinho às vezes, mas era muito bom [risos]. Ajudava bastante, né?

Na escola eu sempre fiquei mais com os meninos, não sei o porquê... eu sempre me dei muito bem com os meninos. Porque a mulher em si é muito competitiva e tipo...

tem muito isso de intriga. Já com os meninos não. Com os meninos era mais de boa, mais leve. Quando estava tendo aquela novela "Xica da Silva" às vezes eles me chamavam de Xica da Silva! Eu saía correndo atrás deles pra bater, mas eu nunca levei a sério, eu sempre levava muito na brincadeira, deixava passar. Eu sei que era preconceito, mas eu não via como preconceito, então eu continuava andando com eles... dava risada. Eu sempre acabo levando muito na brincadeira, na esportiva. Eu não levo pro lado pessoal.

A Bahia não era aquilo que eu queria para minha vida. Eu queria vir para São Paulo, terminar meus estudos aqui. Sempre foi o meu sonho. E daí, com 14 anos, eu peguei minha mala e vim embora [risos]. Eu vim atrás mesmo de uma vida melhor. Eu tinha um trato com minha tia: assim que eu terminasse os estudos, eu teria que voltar para Bahia. Então eu voltei com 18 anos! Mas não fiquei nem 3 meses... Retornei para São Paulo e vim morar na Praia Grande, onde meu irmão mais velho morava. Com 19 a agente brigou e eu fui morar sozinha [risos]. Foi meio porque eu tinha um namorado. Meu namorado morava em outra cidade e, quando ele vinha, meu irmão não queria que eu fosse ficar com ele! Ele inventava coisas para eu fazer dentro de casa. Ele queria mandar em mim.

E daí foi onde a gente brigou. Ele falou que ia me mandar embora... e daí eu peguei e fui: aluguei uma casa [risos] – era um quartinho. Peguei minhas coisas e levei, né? Só dava a Verenna passando na rua com as trouxas [risos]. Não fiquei muito tempo nesse quartinho porque eram vários quartinhos e muitos dos que moravam no quintal não prestavam... mexiam com coisa errada. Eu fiquei pouco tempo lá e depois arrumei uma outra casa onde eu morei mais tempo. Depois eu acabei terminando com meu namorado também, né? Até porque eu queria alguém perto. Depois dele eu tive outros relacionamentos.

Nessa época foi quando eu passei a trabalhar em dois serviços: de garçõnete na pizzaria e no restaurante para poder conseguir dinheiro para comprar os móveis e pagar o aluguel. Com 19... 20 anos, eu consegui trazer minha mãe para vir morar comigo. Trouxe o irmão mais novo, só não consegui trazer minha irmã mais velha... porque ela casou e quis ficar lá mesmo. Mas se dependesse de mim... eu trazia todo mundo! [risos]. Somos em dois irmãos homens e uma mulher... três!

Com 24 anos, em 2014, eu já tinha saído desses serviços e já estava trabalhando de garçõnete, mas em outro restaurante. Quando eu estava indo trabalhar eu sofri um

acidente de moto, onde eu tive que amputar, né? A perna esquerda. O acidente, foi no dia que eu tentei mudar o percurso para poder dar informação para o motoqueiro que vinha atrás... eu estava fazendo uma curva e foi onde veio o carro e não deu mais tempo de eu parar... Quando eu caí o meu pé já estava pendurado... todos os tendões foram cortados na hora! Foi muito difícil, foi uma mudança e um trauma que ocorreu ali naquele momento. Então eu já sabia, já tinha em mim que não ia vir coisa boa [risos]. Eu cheguei no hospital, tentaram fazer uma cirurgia, mas não teve resultado. Eles tentaram reconstruir meu pé, só que ele rejeitou. Eles colocaram um monte de algodão e coberta para ver se a minha perna esquentava, mas ela continuava gelada! Meu pé começou a necrosar, então eu senti uma dor muito grande... foi onde o médico veio e falou que tinha que amputar, virou as costas e saiu andando!!!

Para mim foi um baque muito grande. Fiquei com muito medo ... porque eu era garçõete, precisava das minhas duas pernas para poder trabalhar. Tipo, eu falo que quando a gente não é com deficiência, a gente não vê... eu não via pessoas com deficiência quase na rua e, principalmente, pessoas amputadas. Eu não tinha esse contato. Então, eu não sabia o que eu poderia fazer sem uma perna. Não sabia o que me esperaria, né? Mas depois veio um outro médico, sentou e conversou... falou o que estava acontecendo, que eu corria risco de vida, que tinha uma bactéria que estava subindo, que poderia tomar todo o meu corpo. Então foi aonde eu aceitei e pedi para que ele me levasse para poder fazer a amputação... mais fácil ficar sem a perna do que perder a vida [risos].

A minha mãe resistiu um pouco mais, ela chorava e falava que iria fazer de tudo para comprar uma prótese, que eu ia voltar andar e tudo! Ela até hoje meio que ainda tem raiva do moço que me atropelou. Mas naquele momento eu já tinha aceitado, não sabia o que ia ser da minha vida dali para frente, mas eu já tinha aceitado. Até porque eu estava sentindo uma dor que eu não desejo para o pior inimigo. Era uma dor muito grande!

Lógico que o sorriso continuou mesmo no hospital [risos] mas na hora que a dor apertava, o sorriso ia embora [risos] e vinha o choro.

Várias pessoas não quiserem me visitar porque pensavam que iam chegar lá e iam me ver triste, e tal, porque eu sempre mantive o sorriso no rosto e do nada, minha vida se transforma e eu perco uma perna. Tipo, meio que eu acho que eles pensavam que ali ia me derruba, eu ia entrar em depressão. Mas eu nunca deixei isso me afetar não [risos]. Mas as pessoas tinham muito medo de ir me visitar. Eu mandava mensagem às vezes para as pessoas irem lá, aí quando eles iam e me viam sorrindo, meio que eles levavam um “baque” [risos].

E daí começou, né? A nova, a nova Verenna [risos]. Quando amputou, eu senti um alívio muito grande por não tá sentindo mais dor. Mas quando cheguei em casa, foi outra realidade! Quando eu saí do hospital numa cadeira de rodas, para mim, foi uma mudança muito grande! Eu saí bem magrela, parecia que estava desnutrida [risos]. Então foi uma outra realidade aprender andar de cadeira de rodas. A gente acaba às vezes esquecendo que não tem mais aquela parte da perna. Então você tem que se adaptar a isso.

Eu ganhei a minha primeira cadeira de rodas e cadeira de banho da campanha de lacres. Muitos não acreditam, mas, é verdade que com o lacre você consegue! Doam cadeira de rodas, cadeira de banho, muleta para quem precisa... hoje eu sou a madrinha dos lacres! Depois do processo da cadeira de rodas para a muleta foi um pouquinho mais complicado. Pensa numa pessoa que sofria em andar de muleta [risos]. Toda vez que eu tropeçava, só tropeçava com a muleta do lado que eu não tinha [risos]. Então direto eu ia pro chão. Várias vezes eu caí do sofá porque eu levantava para apoiar com a perna que eu não tinha [risos]. Então teve queda! Tropeçava no tapete, aí minha mãe teve que sair tirando o tapete. Ela tinha medo de me deixar sozinha porque eu não parava quieta... teve que mandar a minha comadre ficar comigo em casa porque minha mãe tinha que trabalhar. E eu caía direto! [risos]. Agora, quando era um lugar longe, eu montava na “cacunda” do meu irmão mais novo porque eu não aguentava, meus braços doíam demais [risos].

Mas daí, chegou a parte que eu mais chorei, foi a parte que eu tive que desfazer dos meus saltos. Porque todo final de ano eu comprava um salto para usar. Já era um ritual. E tipo, já era de mim! Então, quando eu tive que me desfazer, foi o momento que eu mais chorei, foi o mais difícil! Eu tive que acabar doando todos os meus saltos. Chegou o final de ano quando eu ia nas lojas e via os saltos e eu já não poderia comprar mais... uma amiga minha foi comigo, porque não queria deixar eu ir sozinha para caçar alguma coisa, tinha que escolher uma sandalhinha mais baixinha. E eu lembro que eu não gostava de nada!!! E foi muito difícil. Hoje não! Hoje levo já de boa. Para mim foi meio que a paixão mudou para o tênis.

Mas é uma coisa que eu ainda tenho em mim, que eu falo eu falo que “Logo mais eu vou comprar uma prótese que tem o pé para usar salto”. É uma coisa que eu acho que toda mulher tem [risos]... vaidade! Aquele momento do salto era um momento que eu me via elegante com um saltão, ficava mais alta, né? Porque eu sou baixinha [risos], 1,60m. Então você fica mais elegante quando você coloca salto, se arruma toda! Então ser mulher agora é um pouco mais difícil. A mulher é sempre vaidosa, né?

Da muleta para a prótese foi maravilhoso, apesar da dor que a gente sentia tipo, ali, quando coloquei a prótese, eu me vi andando de novo. Reaprender a andar, ver eu andando, para mim foi uma alegria imensa... porque quando eu comecei a usar prótese eu já não dependia de ninguém, então eu já peguei a minha liberdade de novo. Foi maravilhoso!! Porque eu já poderia fazer tudo o que eu fazia antes: andar sozinha, ir para os lugares resolver minhas coisas. Não precisava mais de ninguém ficar tomando conta de mim [risos]. Então a minha liberdade meio que voltou junto com a prótese!

Quando eu coloquei a prótese. foi um outro processo que era se adaptar. É bem dolorido! Você não pode ficar muito tempo com a prótese no começo, e eu acabava ficando né? Teimosa [risos]. Eu queria andar o mais rápido [risos]. E com a prótese você tem que se adaptar, porque o seu corpo não está adaptado a aquele novo objeto ali na sua perna. As primeiras vezes, tem que andar com a muleta, uma do lado da outra. Eu andei, mas às vezes eu já quis andar sem muleta, foi onde começou a machucar [riso].

O engraçado é que quando eu amputei e comecei a ir para a rua tipo, eu falo que parece que as pessoas amputadas saíram das suas casas e apareceram... porque brotou!!! Em cada esquina eu via uma pessoa cortada. E tipo, onde que tava esse pessoal? [risos]. Pra mim foi um “baque” de realidade. Tipo, parece que a visão abriu e você começou a enxergar as pessoas... eu passei a ser amputada e passei a enxergar vários amputados na rua!

Uma coisa que impactou bastante também nas primeiras vezes que eu andei na rua de prótese foi o povo. Teve uma vez que eu fui pagar uma conta numa loja e teve uma senhora que saiu correndo atrás de mim. Eu estava saindo da loja e ela saiu correndo atrás de mim... eu levei até um susto! Ela ficou perguntando o que tinha acontecido comigo, porque eu era tão bonita e tava usando prótese, e não sei o quê.... Tá, mas o que que tem a ver ser bonita com prótese? Só porque uso prótese eu fiquei feia? Tipo, tem muito esses preconceitos. Eles veem muito um padrãozinho! Aí vê o com deficiência como coitado, com dó! E não mudou nada, só é uma forma da gente se adaptar à nova vida. Aí meu!!! É só uma prótese, é uma cadeira de rodas, não mudou você! Não é uma característica que você tem que ver, é o potencial da pessoa!

Quando eu me adaptei para andar por aí na rua, com oito meses de lesão, um professor de Educação Física, o Professor Matheus, me encontrou no ponto de ônibus e me perguntou se eu conhecia o esporte adaptado. Lógico que no começo eu fiquei com medo porque eu estava sozinha e ele passou de moto e me parou. Depois eu vi que eu já tinha uma colega no Facebook que não tinha a perna também, né? Eu perguntei para ela se ela conhecia o tal Professor Matheus. Ela falou que conhecia e que ele realmente trabalhava com pessoas com deficiência. Foi aonde eu fui para Santos para poder conhecer. Eu não conhecia o esporte adaptado! Não sabia que existia esporte para pessoas com deficiência...

Lá em Santos tinha um projeto que acontece aos sábados para crianças e adolescentes, com e sem deficiência. Eles falam que é inclusão ao inverso. Fui recebida com muito carinho, tinha 24 anos e estava no meio da molecadinha, começando a aprender a andar de cadeira de rodas. Então no esporte eu comecei em 2015, fiz os primeiros testes no campo. Fiz o lançamento de disco e arremesso de peso. Muitas pessoas vinham falar:

— Ah, ela é magrinha e tem possibilidade! Tem um coto longo, então seria certo para correr em pé... correr de prótese!

Mas eu estava com uma lesão recente e uma cirurgia que não foi tão bem feita. Porque tem uma ponta de um osso que se eu ando muito dói, então o impacto da prótese correndo eu ia sentir muita dor. Então a técnica viu que eu tinha boa coordenação com os braços e falou com o Arnaldo, que é o meu atual técnico. Assim que ela falou para ele, ele me pegou de volta e me colocou na cadeira de rodas. E daí eu comecei a fazer o teste...

No começo eu tinha muito medo porque qualquer coisinha que você faz com tronco para trás, a cadeira empina. Então eu tinha muito medo de cair. Mas, foi uma liberdade, né? Quando eu fiz a primeira prova, com aquele vento no rosto, ali só dependia de mim mesma! Então foi aonde eu me apaixonei pela cadeira! Eu comecei com a cadeira do clube e fiz a minha primeira competição em 2015. Não tinha treinado quase nada na cadeira e fui fazer a competição na pista. Fiz o arremesso de disco e lançamento de disco, porém, eu estava treinando para lançar em pé. Quando chegou lá, por eu correr na cadeira, eles falaram que eu não poderia lançar em pé!! Então mudou tudo que eu tinha treinado... me colocaram para lançar sentada. Eu fiquei com medo... eu fiquei gritando para a técnica:

— E agora? Como é que arremessa? [risos].

Porque o treino tinha sido tudo em pé, né?! Não tinha lançado sentada... então mudou tudo! Mas graças a Deus deu certo. Na cadeira foi pior ainda, porque eu não tinha treinado na cadeira e eu ia fazer os 100 metros. Quando chegou na lá na pista, que tem a reta e umas curvas, eu fiquei meio embananada... eu não sabia como era que colocava a

cadeira na reta para fazer os 100 metros. O árbitro me ajudou. Me puxou pela rodinha da frente e me colocou na reta. Aí eu fiz a competição e fiquei como 5º colocada! Foi uma experiência maravilhosa. Até porque eu vi as corredoras daqui do Brasil correndo e achei fantástico!

Então eu comecei os treinos e fui treinando com a minha cadeira do clube, era toda preta. E tipo, quando eu colocava o capacete, meio que às vezes eu tava passando na rua, na corrida, e o pessoal ficava:

— Vai garoto! Vai... não sei o que...

Eu ficava com muita raiva. Eu:

— Não! Eu sou mulher.

Só que tipo, as pessoas não viam muito isso. Tem muito preconceito ainda contra a mulher. Aí tanto é que eu falei para o meu técnico que eu queria um capacete rosa. Eu comecei a colocar brinquinho, colocar batom, para ver se o povo enxergava que era uma mulher que tava correndo, não era um homem! E mesmo assim às vezes o povo chamava de homem. Eu ficava muito brava. Aí tanto é que a minha primeira cadeira que eu comprei, né? Era toda rosa... cheia de glitter. Eu falava:

— Não é possível que o povo não vai ver que é uma mulher [risos].

Não é só homem que corre, mulher também corre! É mostrar que o esporte não é só para homem, é para mulher também. Mostrar que mulher consegue. Tanto é que a primeira vez que eu venci de um homem, nossa... eu fiquei muito feliz!!! [risos]. Foi na São Silvestre, eu ganhei de geral. E tipo, eu ultrapassei ele na Avenida Brigadeiro, é onde você tem que ter força nos braços. Eu não vou falar o nome da pessoa porque se não ele vai me matar [risos]. E ele era muito mais forte do que eu. E eu consegui chegar na frente. Para mim foi maravilhoso. A mulher, com esses bracinhos mais finos, o homem todo musculoso eu chegando na frente na corrida, era literalmente mostrar que a mulher tinha força e ela conseguia tudo aquilo que ela almejava. Tipo, ganhar de um homem foi maravilhoso [risos].

Eu almejava ir para Tóquio! Eu fui assistir as Paralimpíadas do Rio e uma atleta da minha equipe tava participando. Ela é minha grande inspiração no esporte. Então eu fui no Rio para poder conhecer mais também, né? E daí foi fantástico! As Paralimpíadas têm aquela energia que você não vê em outra competição! Foi onde literalmente eu me

apaixonei pelo esporte, que eu falei que eu queria isso para minha vida! Foi onde literalmente comecei a focar mais, a correr mais séria. Daí, foi onde eu decidi comprar minha cadeira de rodas.

A cadeira que o meu clube tinha emprestado me levou onde ela podia ter me levado! Conquistei vários campeonatos aqui no Brasil, porém, eu precisava de uma cadeira sob medida, para o alto rendimento, que era o que eu queria! A cadeira que eu usava não era para mim... eu ficava muito apertada. Eu tinha que correr com a perna para fora, então, me deixava alta demais. Eu acabava perdendo performance. Então eu peguei o dinheiro que eu estava guardando para dar entrada na casa, mais uma ajuda que eu tive do pessoal de onde eu treinava... os senhorzinhos. Uma vaquinha virtual que eu fiz, eles me ajudaram também! Comprei a minha cadeira e daí começou literalmente abrir as portas para mim...

Daí em dezembro eu me tornei campeã da São Silvestre, já com a cadeira nova! Em 2018 em março eu também me tornei campeã da meia maratona de Lisboa, foi o meu primeiro título internacional e ganhando ainda de um atleta que eu peguei autógrafo nas Paralimpíadas do Rio [risos]. Nessa meia maratona meu técnico falou que era bom a mulher sempre querer ganhar. Lá foi uma prova atípica, foi uma prova onde tiveram que tirar as pessoas que passavam pela ponte porque estava um vento muito forte. Era um vento que nunca tinha acontecido na prova. Então eu tava ali correndo, sofrendo contra o vento e passou por mim um homem e outra pessoa no vácuo, que eu pensei que era homem. Então essa pessoa que está atrás, ela não tá sofrendo contra o vento porque o da frente está bloqueando. Então você acaba correndo mais fácil. E tipo, eu não admitia, eu falava:

— Não, ele não vai ganhar de mim... não tá se esforçando!!!

Mas só que pra mim era um homem. Porque tipo... a cadeira era toda preta e o capacete tava todo preto. E tipo, não aparecia o cabelo, porque a menina tinha o cabelo curtinho. Só que eu não sabia naquele momento que era ela, e não, ele. E eu falei “não!”. Não ia ganhar. Quando eu passei da linha de chegada e vi o locutor falar meu nome e o nome da menina logo em seguida, eu olho e vejo que é uma menina... eu levei um susto!!! Aí meu técnico falou:

— Graças a Deus que vocês têm esse negócio de ganhar de homem também. Porque se você não se esforçasse para passar, se não ficasse com raiva...

Eu tinha perdido! Para mim, ali eu ia ficar com raiva se fosse menino... menina. Mas eu pensava que era um homem e eu não achei certo ele estar ali no vácuo. E eu sofrendo no vento “disgramento”, que não deixava minha cadeira andar [risos]. Mas essa vontade de mostrar que a mulher vence, de que mulher consegue, né? Vencer de homem!

Para mim tipo, ali foi mais forte. Eu não sei, eu acho que se fosse mulher eu também tinha ficado brava, mas naquele momento eu pensava que era um homem e eu não queria admitir que ele ia ganhar de mim no vácuo, e não sofrendo [risos].

Mas uma prova que eu falo eu senti todos os sentimentos do mundo foi a Maratona de Boston em 2018. Mudou totalmente o tempo e foi a primeira vez que eu vi neve [riso]. E tipo, teve atletas que não largaram nessa prova porque disseram que tava perigoso... então abandonaram ali mesmo na largada! Mas o brasileiro, um custo para chegar lá, a gente gastou para caramba e a gente não desistiu [risos]. Foi a prova que eu tive todas as sensações do mundo!!! Foi uma prova que eu tive o pior tempo da minha vida na maratona [risos]. Aqueles flocos de neve batiam no rosto e aquilo doía demais. A todo momento eu pedia para que Deus deixasse eu terminar a prova... porque tipo, eu pensava em tudo que tinha acontecido... tudo que a gente tinha passado para chegar lá e eu queria pelo menos a medalha de participação!

Ser mulher e estar no esporte é mostrar nossa força. Mostrar que a gente pode conquistar tudo aquilo que sempre a sociedade falou que era para homem. Tipo, tirar esse machismo de que mulher não consegue. E mostrar que consegue sim! É só ter determinação, mostrar a força literalmente da mulher no esporte, principalmente para mim é fantástico! Mulher não é coitadinha [risos]. Não sei, é que a gente tem tanto preconceito que mulher não consegue nada. Tipo, a gente tem que sempre se superar a cada dia. E essa superação não é nem tanto só das mulheres, é qualquer pessoa, que a gente se supera a cada dia, né? Desde quando a gente sai da cama. É que às vezes a gente não gosta muito dessa palavra “superação” porque muitos vêm a gente, a pessoa com deficiência, só como superação:

— Ah você é a superação, você é um exemplo de vida!

Tipo, isso não é legal, porque todo mundo tem que se superar a cada dia os seus limites, vencer seus obstáculos, sempre tem obstáculos na vida de qualquer pessoa. Então a “superação” eu não gosto muito dessa palavra. Quando eu sofri o acidente e Graças a Deus me encaminhei logo pro esporte, consegui muitas coisas já com o esporte e aí a pessoa vem quando eu venço algum campeonato, e fala:

— Verenna superação... Verenna um exemplo de vida e não sei o quê...

Não me vêem como atleta... eu sou atleta como qualquer um! Treino todos os dias, rompo limites, porque a gente acaba levando o nosso corpo ao limite todos os dias quando se fala em alto rendimento. Eu sou a Verenna atleta, não a Verenna superação [risos]. A mídia gosta de vender a pessoa com deficiência como “a coitadinha, a superação, a exemplo de vida”. A mídia mostra muito esse lado triste e não o lado que a pessoa consegue vencer.

Eu creio muito que Deus sempre tem aquilo, aquilo planejado, né? Para sua vida. Então, ele nunca vai dar algo que você não possa suportar e sempre ver o lado bom das coisas. O acidente aconteceu, mas para transformar a minha vida. Hoje, eu com deficiência, significa transformação... transformação de uma vida! A minha deficiência me mostrou a minha potencialidade! Mostrou, que eu consigo, apesar dos obstáculos que vem a ser vencido, consigo tudo que eu quiser para minha vida. Mudou tudo... Qualidade de vida e minha visão de enxergar as coisas. Tipo, a gente acaba dando mais valor às pequenas coisas. Para mim, mudou totalmente!!! Hoje eu falo que mudou para melhor, porque veio uma Verenna mais sonhadora. Que pode sonhar com algo muito maior que a outra Verenna jamais imaginaria que pudesse acontecer. É, não sei mesmo o que te falar com palavras mas eu só tenho a agradecer ao meu acidente! Se me perguntasse se eu queria voltar a ter as duas pernas... eu não queria!!! [riso]. Sou muito bem assim!

Eu tenho que agradecer ao esporte, porque ele mudou, né? A minha história! Me deu uma outra possibilidade que eu jamais imaginei que eu pudesse um dia de estar saindo do Brasil para fora, para conhecer outros países. Foi graças ao esporte! Hoje, graças a Deus, eu sou: tricampeã da São Silvestre; campeã da maratona de Sevilha; de Los Angeles; da meia maratona de Lisboa; vice-campeã da maratona de Dubai; fui eleita a melhor atleta das Américas do mês de fevereiro de 2020; conquistei a tão sonhada vaga para as Paralimpíadas de Tóquio... que é o auge do atleta né? Que a gente se abdica por quatro anos treinando sem parar, para poder conquistar a vaga... porque é uma vaga que é sofrida demais!! Você não briga só com a sua categoria e sim com todos os atletas que têm no Brasil. Então você tá ali brigando por uma vaga, você não sabe ainda também quantas vagas o teu país vai ter... é uma luta então gigante. Tanto é que quando eles falaram o meu nome, na convocação para Tóquio, foi onde real bateu... eu consegui! Hoje eu posso dizer que eu sou uma atleta paralímpica!!! Nossa, veio um filme de tudo! Desde quando eu comprei a minha cadeira, no meu espelho do meu quarto, no banheiro da minha mãe, eu colocava “Tóquio 2020”, “Tóquio 2020”. Aí quando veio a pandemia tipo, parou tudo!!!

Tinham outras provas já programadas, a gente já tava na correria buscando o índice, veio o adiamento e você não sabia o que que ia fazer.

Então eu tinha possibilidade de ir porque eu tava com tempo mais próximo do que eles pediam, mas ao mesmo tempo, a gente não sabia se ia sobrar vaga, porque não tinha as vagas certas para a gente poder contar. Eu fui saber no dia da convocação na Live quando saiu meu nome, então foi onde literalmente eu desabei... comecei a pular... nossa!!! Foi uma festa aqui em casa.

Fui para as Paralimpíadas e graças a Deus fiquei como a oitava colocada no mundo!!! Infelizmente só não consegui boas marcas na maratona, porque tive um imprevisto logo no início da prova, antes mesmo de começar a prova. Começou a chover muito... o tempo virou! A gente utiliza uma cola de handebol para poder correr na chuva. Só que essa minha cola, eu não sei o que que aconteceu, que ela esfarelou... não prestava mais para nada!

Olha, vou te contar que foi mais de uma semana para aceitar [risos], tudo que aconteceu na Maratona. Por mais que você esteja treinado, você se sente muito pequeno... muito pequeno mesmo! Mas fiquei muito feliz de ter conseguido, né? Nos 5.000 metros, que não era minha prova alvo, consegui fazer uma boa marca. E também fiquei bem feliz de ter conseguido realizar um pedacinho do sonho que era participar. Então foi uma experiência que eu jamais vou esquecer e que só vai me deixar mais preparada, para que eu não carregue tanta pressão para Paris. Agora eu tô investindo em outra cadeira, investindo em rodas para deixar a roda reserva já preparada para chuva, para que isso não aconteça em Paris, se o tempo mudar [risos].

Eu não sabia como era estar nas Olimpíadas²⁸.Tipo, porque em todas as competições eu acabo falando com todo mundo, dou risada com todo mundo. E tipo, lá as pessoas ficam mais fechadas, elas mal te dão bom dia! Para mim foi um baque muito grande eu não estava preparada para isso. Já sei que a pressão é grande, porque também é uma coisa que a gente sentiu muito, principalmente nas redes sociais! Quando for acontecer isso eu vou sair das redes sociais, porque as pessoas cobram demais... acabam jogando muita pressão em cima da gente. Então é uma coisa que em Paris eu não vou querer, porque tem as pessoas que não te ajudam durante o processo, mas que querem te cobrar alguma coisa quando você tá ali!

²⁸ O termo "Olimpíada" foi utilizado algumas vezes pela colaboradora como sinônimo do evento "Paralimpíadas", que é o evento esportivo o qual ela é atleta participante.

Então foi uma coisa que me desestabilizou muito. Até porque, nos 5.000 metros, como eu falei, foi o meu melhor tempo da vida... da carreira!!! Recorde brasileiro, recorde paralímpico em uma prova muito forte que eu fiquei como oitava colocada! Quando eu saio da prova feliz, eu e meu técnico com o resultado... tipo, chega gente dando “meus pêsames” nas redes sociais, mandando mensagem para gente no *direct*. Ninguém morreu! Eu tô feliz pra caramba e a pessoa vem dar meus pêsames?! Isso ficou muito marcado para a gente, até para o meu técnico. Eu acho que não tem pior experiência... tudo veio para agregar!

Então a minha expectativa é deixar o legado de que a mulher pode, que só depende dela pra poder conquistar seus objetivos! Quero muito uma medalha paralímpica [risos]. Se Deus quiser em Paris eu vou buscar. E mostrar, né? Pra sociedade que tudo a gente pode também, né? Dar uma vida melhor pra minha mãe, conseguir comprar uma casa própria, porque eu já comprei a cadeira de roda com o dinheiro que eu ia dar entrada na casa e agora eu to investindo de novo na cadeira [risos]. Então a casa tá ficando pra trás. Mas quero comprar a casa própria, dar um cantinho melhor pra minha mãe [risos].

Então ser mulher para mim é um pouco difícil, porque a gente tem que se esforçar mais, tentar mostrar mais pra sociedade que a mulher consegue e pode estar onde ela quiser, né? A cada dia mostrar que a gente não foi feita só para ficar dentro de casa, só para lavar roupa, louça, fazer comida, não! A gente consegue se dar bem em outras áreas. E a mulher às vezes é um pouco desvalorizada em relação a alguns trabalhos. Em alguns trabalhos as mulheres fazem as mesmas coisas, às vezes até mais, e recebem menos do que os homens. A mulher não é um ser frágil [risos], que qualquer coisinha desmonta. Eles têm um padrão o padrão da mulher! A mulher tem que ser daquele jeito, a mulher não pode mudar. E não é isso. A gente tem que ir vencendo isso a cada dia e ir mostrando pra sociedade que hoje mudou. Principalmente a atleta, a gente não trabalha para estética, a gente trabalha para alto rendimento....

Uma coisa que na cadeira é impossível é fazer unha... deixar a unha crescer [risos]. No meu esporte não dá para ficar fazendo a unha porque a cadeira quebra tudo [risos]. Mas hoje eu não vejo tanto esse lado, né? No esporte acaba que a gente tem que optar, ou você vai ser vaidosa ou você vai entrar de cabeça no esporte. E o esporte que eu pratico não tem muito esse negócio não! Lógico que a gente continua ainda, às vezes, passa batonzinho, se maquia. Eu procuro deixar meu cabelo o mais arrumado possível. Quando eu vejo que tá “coisando” eu já vou no salão e me arrumo. Porque tipo, é uma coisa que eu posso fazer. Tanto é que quando eu me formei em Educação Física, no bacharel, fui fazer

a formatura em janeiro e coloquei unha postiça. Mas depois descolou tudo [risos]. Era mais pra mostrar “eu fiz as unhas, minhas unhas estão grandes”. Mentira! Era tudo postiça, mas deu certo.

No esporte a gente acaba modificando um pouco nosso corpo, porque ali você tá trabalhando pro alto rendimento, não é para estética. Então, muitos falam que a mulher não pode ficar musculosa, tem que ter o corpo magrinho. Teve uma vez que uma amiga minha veio para cá. Tipo, ela me chama até de mãe, eu a considero como filha no esporte. E ela veio passar um tempo aqui para poder fazer alguns treinos e daí o meu técnico falou:

— Coloca um pouquinho de carga no supino e ensina ela como executar.

Eu coloquei um pouquinho de carga e a mãe da menina só faltou me matar:

— Não! Não coloque carga, minha filha não pode ficar musculosa!

Quase me matou! E eu:

— Gente... tipo, ela tem que fortalecer [risos].

Apesar do meu esporte não ter muita a vaidade, às vezes eu falo com meu técnico que eu queria treinar mais perna [risos] O bumbum mais arrebitado [risos]... e ele fala:

— Quer ser modelo, espera se aposentar! [risos]

Meu técnico aprendeu muito a trabalhar com mulheres, porque tipo, é um jeito totalmente diferente de lidar com homem e com as mulheres. Tem mulher que gosta de trabalhar com pressão, tem outras que são mais sensíveis, então ele acaba tendo que saber como é o jeito de cada uma. Homem não. Homem é mais grosseiro, você xinga faz as coisas. Já a mulher é diferente do "tratar". Eu principalmente, se no começo meu técnico viesse falar um pouquinho mais alto, eu começava a chorar... ele jogava muita coisa:

— Ah, você tá fazendo errado!

No meu cérebro bugava e eu começava a chorar [risos]. Então hoje ele sabe que tem que brigar na hora certa, mas, também, tem que saber como usar as palavras.

A gente treina de segunda a sábado dois períodos: de manhã e à tarde. Faço musculação na academia e faço o treino na cadeira tanto na estrada como às vezes eu vou para a pista de atletismo. Porém, o foco maior é a estrada, né? Então 4 horas da manhã a gente tá de pé! Balada e dormir tarde acabou [risos]. Dez horas da noite, no máximo, tem que estar dormindo para no outro dia acordar bem e conseguir fazer o treino. Então a rotina

é treino, descanso e alimentação. Passo por nutricionista, tenho alimentação regrada e tenho que descansar! O máximo descanso total [riso]. Eu tenho fisio, masso, nutricionista, psicóloga. Tá tudo em volta da Verenna. Minha família, meu técnico, minha mãe, meus irmãos, minha equipe multidisciplinar, né? Tá faltando a ginecologista esportiva ainda que eu ainda não tenho. Minha psicóloga ajuda bastante, meu médico também me ajuda bastante nisso. Mas ainda tá faltando!

Relacionamento amoroso por enquanto tá descartado um pouco [risos]. Eu tô focada bastante no esporte, então você tem que saber com quem você se relaciona. Depois do acidente eu passei cinco anos casada e não deu muito certo! Até porque eu queria uma coisa e meu marido queria outra. Tipo, ele pensava só no presente, no hoje. E eu não! Eu pensava no futuro, então era coisa que não batia. E acabei decidindo terminar. Então o meu casamento não foi tão legal, eu acabei casando com uma pessoa que não é do esporte, então ficava cobrando muita coisa! Não entendia o horário que eu tinha que descansar, que eu tinha que acordar cedo, que eu tinha treino. E hoje eu estou aqui, só namorando o esporte mesmo [risos]. Eu falei que se eu for me relacionar, será com alguém do esporte que vai entender pelo menos um pouco e que vai me apoiar nessa trajetória [risos].

Então a gente acaba se privando um pouco do social, né? Vou te contar que quando eu tava fazendo a faculdade... para conciliar com os treinos, teve várias vezes que eu tive que pedir socorro para a psicóloga e com o coach, porque eu tava endoidando [risos]. Foi uma loucura [risos], várias vezes eu quis trancar a faculdade. Eu fiz mais por causa do meu técnico. Porque eu antigamente não imaginava que eu ia fazer faculdade, até porque eu não tinha dinheiro para pagar a faculdade [risos].

Aí o meu técnico veio, né? Ele conseguiu a bolsa para mim e perguntou o que eu queria fazer... Aí eu “já tô no esporte, vamos na Educação Física” [risos]. Aí comecei a fazer e ele ficou ali do meu lado falando que tinha que fazer. Mas foi um sofrimento me ver na sala de aula de novo... só Deus na causa! Teve época que eu estava acordando às três horas da manhã para fazer o treino porque 4 horas tinha que começar o treino. E daí eu saía do treino e tinha que ir para faculdade, porque minha faculdade era presencial de manhã! Eu só ia com um copo de café, para tentar ficar com olho aberto escutando o professor. Mas era muito corrido!

Então atleta para mim é uma pessoa que se dedica cada dia, que leva seu corpo ao limite todos os dias de treino, que não perde o treino e que não dá “migué” no treino! Porque você vê vários comentários “ai tô com dor aqui, aí tô com dor ali, não sei o que”, para não treinar. Então atleta tem que dormir cedo, não pode ficar em balada...

jamais!!! Tem que se alimentar corretamente e suplementar. É atleta quando você abdica da sua vida social pelo esporte, você tem que amar aquilo que você faz. A gente já viu atleta que tinha um talento gigante, mas por não querer largar essa vida social de balada, de tá curtindo com os amigos, que acabou não indo para frente. Hoje eu sei que eu sou um atleta profissional, porque eu vivo para o esporte e é do esporte que eu estou tirando a minha renda para viver hoje em casa [riso].

Como eu falei, no começo de tudo da minha carreira, eu fiquei afastada, então eu tava ali recebendo pelo INSS. Depois eu consegui uma bolsa da prefeitura que me pagava R\$400,00 reais. Hoje me paga um pouquinho mais. Eu consegui ficar entre as três primeiras aqui do Brasil e eu consegui entrar na bolsa atleta que é R\$900,00 por mês. Então fui juntando e fui conseguindo multiplicar um pouquinho a renda [risos]. Até porque eu falei para o meu técnico, que se eu não tivesse conseguido essas ajudas eu teria que parar o esporte, porque, né? Recebo, pago aluguel, ajudo minha mãe, então teria que voltar para o trabalho. Mas graças a Deus eu fui conseguindo aos pouquinhos. Hoje eu tenho um laboratório que me paga R\$500,00 reais. Graças a Deus, depois de Tóquio, melhorou um pouquinho porque eu consegui entrar na bolsa pódio e no time São Paulo, que vai me ajudar agora com uma renda maior para poder conseguir trocar de cadeira, comprar novos equipamentos para tá voando em Paris [risos].

Meu esporte é caro. A gente vê que não é acessível. A gente acaba tendo que gastar na cadeira, com pneu, principalmente eu que sou estradeira, eu acabo furando muito pneu. É muito investimento. Até a luva é cara! Tem uma placa de borracha que também a gente tem que revestir a luva, e eu gasto demais por causa da quilometragem que eu faço. Então acabo gastando o dobro de quem faz provas só curtas. Então eu falo que é um esporte caro!

Hoje graças a Deus o comitê paralímpico está comprando cadeiras para iniciantes. Então para a pessoa iniciar no esporte até ela conseguir comprar vai ficar melhor para o pessoal começar. A gente tem que se unir mais no esporte, não pensar só na gente, mas sim, na nova geração que vem começando. Então eu gostaria de ter esse lado mais humano de acessibilidade no esporte, para crianças principalmente, né? Que estão começando, que às vezes se inspira na gente.

O meu técnico sempre vai pras escolas que dão a oportunidade e a abertura, e leva cadeira de rodas para vivências, para as crianças já começarem a ver isso, as diferenças! A criança não é preconceituosa, a gente fica encantado quando as crianças sentam na cadeira de rodas e elas começam a brincar. Tem muitos que falam que vão falar

pros pais comprar porque gostou! Se isso for inserido desde a infância, eu tenho certeza que o preconceito vai ser derrubado. Porque é você ensinar... ensinar sobre as diferenças, ninguém é igual a ninguém.

Eu sou negra, você é branca, o outro é amarelo, é albino ... é a gente lidar com essas diferenças. O brasileiro em si ele tem várias etnias, não tem uma pessoa que é igual a outra. Às vezes a gente vê tanto racismo na TV, né? De jogador... as pessoas xingando as outras de macaco, de nego fedido e “não sei o quê”. Eu tenho muito orgulho de ser negra, de estar aí conquistando... muitas coisas que muitos brancos não estão conquistando. E tipo, mostrar que você é uma pessoa, né? Sou negra... sou preta [risos]. Tenho muito orgulho da minha cor!

Na cadeira e em qualquer outro esporte não tem muitos negros. Na faculdade também você não vê tanto. Pro negro que as vezes, vem muito da periferia, não tem a oportunidade de mostrar. E no esporte também, principalmente no meu esporte, é muito caro! Muitos não têm recursos, então tem muito pouco negro. Mas lógico que ser negra pra mim é um orgulho muito grande e isso traz também uma representatividade para outras pessoas. Não importa se é negro ou se é branco, eu consigo fazer tudo aquilo que eu almejo.

Uma menina pobre, negra que conseguiu terminar a faculdade, tá tendo uma carreira brilhante no esporte... é isso, é mostrar! Eu fiz até uma reportagem no final do ano passado quando eu estava na maratona de Chicago, porque eu era a única afrolatina dentro da cadeira, dentro da maratona de Chicago! Então fizeram a entrevista comigo e foi muito legal mostrar. Eu só descobri na entrevista [risos], mas foi maravilhoso. Eu sabia que eu estava ali representando milhares de pessoas, então era mais uma força, garra e determinação pra prova. Então pra mim foi muito bom... maravilhoso! Você ser tratada bem aqui no Brasil é uma coisa, agora, ser tratada bem e melhor ainda lá fora é totalmente diferente de algo que eu imaginei. Nunca senti nenhum preconceito deles [extrangeiro] por eu ser brasileira ou por eu ser negra, sempre me trataram muito bem! Nunca tive inimizade com ninguém. Às vezes acaba travando um pouquinho, porque eu não sei falar ainda o inglês... tô tentando ainda aprender.

Então para mim isso é fantástico. Receber o carinho deles lá fora, tanto da organização de prova e dos atletas. É um orgulho representar, né? Uma nação!! Representar um país que luta tanto [riso]. A gente fala que o Brasil, os brasileiros, vão mais na raça! Às vezes a gente não tem incentivo, mas a gente tá ali... tá ali brigando!!! É um orgulho imenso estar representando o meu país lá fora, estar levando ele ao alto do pódio. Levantar

a bandeira brasileira para mim é sensacional ... estar representando todas as pessoas, né? Estar levando um pouquinho de cada um comigo.

Então é mostrar que a gente tá conquistando aos pouquinhos. Estamos conquistando nosso espaço e mostrando pra sociedade. Agora tá aparecendo muitas mulheres no esporte, mas antes não, antes o esporte era só para homens, a mulher não podia participar. No começo era muito difícil ter mulher no esporte, principalmente no Paralímpico. Tanto é que nas Paralimpíadas vão mais homens do que mulheres. Tem mais vaga masculina do que feminina. Mas eu vejo que é um processo que está melhorando, mas ainda necessitamos de mais meninas. Então tá faltando as mulheres procurarem mais, né? Essa possibilidade do esporte, porque ainda está faltando bastante. Hoje a gente já teve bastante meninas convocadas, antes era uma menina, duas, e o restante das vaga era tudo para homem.

Então o esporte para mim hoje... ele é tudo! Do acidente para o esporte foi a transformação da minha vida. Hoje eu posso dizer que a Verenna conseguiu tudo que ela nunca imaginou que ia ter na vida! Eu nunca imaginei que eu ia sair do país, que eu ia ser reconhecida mundialmente, e hoje eu sou a Verenna que conhece sete países e que recebe convite das maratonas para poder ir lá fora simplesmente para correr. Tipo, as organizações pagarem tudo para mim só pra ir lá correr? Tipo, nunca passou na minha cabeça.

Foi o esporte que trouxe a minha liberdade. Tipo, ali na competição, só depende de mim. Eu conquistei várias coisas, títulos, conheci vários amigos fora que nunca passaram na minha cabeça. Até porque eu não ia ter condições nenhuma de estar comprando passagem para ir para fora [riso]. Tipo, uma pessoa de baixa renda?! Nunca nem sabia que eu ia andar de avião [riso]. Na minha família não tem ninguém que já viajou tanto assim [riso]... eu fui a primeira da família. Então o esporte para mim, o esporte é tudo. É a mudança de uma história. Hoje fica a experiência de uma pessoa que saiu lá de baixo e que conheceu o mundo! É, eu vou ter muita história para passar para os meus filhos [risos], se eu tiver.

APÊNDICE 4: Textualização Camilla

“[...] ser atleta, com deficiência e mulher, é algo assim um pouco mais difícil, né?”

Sou mulher, sou deficiente visual! Tenho percepção de vultos e claridades apenas em uma vista, na outra eu sou cega total. E, bom, eu não nasci cega, eu fiquei cega. Eu tinha muita dor de cabeça... eu vomitava e desmaiava. A minha visão começou a ficar preta durante cinco segundos. Então a minha mãe começou a me levar pros médicos. No começo eles tratavam como sinusite, eu fiquei meses tratando, eu tomava muito remédio! Devido a minha piora, o neurologista pediu uma tomografia e diagnosticou que eu estava com um tumor... ele tava do tamanho de um caroço de abacate, tava muito grande! Eu fui levada imediatamente pros hospitais, né? Eu não tinha plano de saúde, a minha família foi sempre muito humilde. Procuramos vaga no hospital público, mas a gente não conseguia... De última hora eu consegui ser internada no hospital público no Rio de Janeiro. Eu sou carioca, nasci no berço do samba, em Madureira [risos].

Antes da cirurgia, os médicos diziam que a probabilidade de eu viver era mínima e que se eu sobrevivesse eu ia ter uma sequela muito forte... muito grave! Eu poderia ficar tetraplégica, ter uma paralisia. Ou, deficiente intelectual. Enfim! Foram 14 horas de cirurgia e depois que eu acordei da cirurgia, eu estava toda amarrada, toda entubada com oxigênio e eu tava cega! Foram os médicos que descobriram que eu tinha ficado cega. Eu tava tão abalada que eu nem tinha notado que eu estava sem a visão... eu falava com minha mãe através de aperto de mão, eu apertava a mão dela pra dizer sim ou não.

Depois do CTI, eu fui pro quarto e o médico foi ver que eu tinha ficado cega e avisou meus pais, né? Foi um choque bem grande pros meus pais, mais do que pra mim. Imagina 20 anos atrás? Vinte anos atrás dificilmente alguém via deficiente na rua, né? Eu acho que é por conta da proteção mesmo da família, eles acharem que o deficiente não pode andar, não pode brincar... minha família não tinha informação! Eu até fico pensando assim, cara, antigamente quando eu enxergava eu não via deficiente. Hoje a visão das pessoas ainda é bastante arcaica, no sentido assim “O deficiente é um coitado ou o deficiente é o herói”. Mas pra mim, naquele momento da extração do tumor, eu só queria ficar perto da minha mãe por conta de eu ter ficado esses três dias longe dela, né? No CTI.

E com todo o sofrimento, pra mim, a visão não era nada! O negócio era ficar perto da minha mãe [risos].

Quando eu voltei pra casa depois da cirurgia, as minhas amiguinhas do ballet foram me visitar e eu notei que muitas pessoas se afastaram de mim. Antes de eu ficar cega, eu era muito ativa, era muito arteira! Eu sempre fui muito serelepe, sempre gostei muito de correr e de brincar. Tudo que pediam pra eu fazer, eu já queria ser a primeira! Durante minha infância, quatro ou cinco anos eu fazia ballet, jazz, sapateado, street dance... eu dancei até os 12! Eu gostava do ballet, eu me sentia bem, me trazia alegria! Eu acho que por também estar em grupo, numa aula em grupo, assim. A gente fazia apresentação. Eu tinha o sonho de ser bailarina, de dançar lá fora. Eu admirava muito a Ana Botafogo. Eu achava que eu queria ser ela [risos]. Literalmente pra “botar fogo” [risos].

Então isso tudo me motivava!! Então eu tinha muitas amigas do ballet e do jazz, né? Tinha muitas amigas, mas, depois que eu perdi a visão, com o tempo, o pessoal foi se afastando, as colegas de escola mesmo, né? Eu fiquei triste, senti que me isolaram, né? Só que assim, a minha mãe, a minha família, me dava muito suporte. Então, assim, eles preenchiam essa falta de amigos que eu tive naquele momento. E também, eu fiquei bastante tempo no hospital, né? Eu tive que voltar porque eu fui coçar minha cabeça e eu abri o ponto com a minha unha ... aí eu fiquei uns três ou quatro meses no hospital, porque meu ponto não fechava, tive que fazer vários procedimentos no hospital.

Depois que eu consegui voltar pra casa, eu queria continuar a ser uma pessoa, assim, independente. Apesar que a minha independência ficou bem frágil, né? Porque eu dependia muito da minha mãe... Meus pais sempre foram separados, desde quando eu era bebê. Então assim, eu morava com a minha mãe, eu e meus irmãos. E a nossa mãe acabava sendo mãe e pai, né? Porque meu pai era presente, mais no final de semana. De 15 em 15 dias que ele buscava, passeava nas férias e passava uns dias. Mas, quem fazia o arroz com feijão era minha mãe todo o dia! E no começo quando a gente era pequena, foi muito difícil pra minha mãe. Ela tinha que trabalhar e cuidar de 3 filhos. Graças a Deus nunca faltou nada, mas a gente não tinha muito recurso, né?

Depois minha mãe casou de novo e meu padrasto tinha um pouquinho mais de condição. Aí a gente teve uma casa e a gente estudava numa escola particular. Então naquela época, era a minha que me levava pra tudo que é lugar. Meus irmãos me ajudavam bastante também... Nós três, sempre fomos muito unidos! Mas naquele momento eu não sabia o que era ser uma pessoa cega. E, depois que eu perdi a visão, eu não quis mais fazer o ballet, porque eu achava que eu não ia conseguir mais! Antes, o tumor não deixava meu

corpo desenvolver, né? E, depois que extraiu, eu cresci e eu desenvolvi! E eu cresci não só para cima, mas pros lados também [risos]. Eu fiquei bem gordinha pelo fato de eu tomar muitas medicações fortes e, também, eu sempre fui muito paparicada pela família, né? Eles iam me visitar e levavam um monte de chocolate, biscoito e bala. E, eu sendo uma criança e gulosa, né? Comia tudo [risos]. E, aí depois que eu perdi a visão, e já tava gordinha, a minha mãe até me levou pra aula de ballet de novo. Não pra fazer, mas pra assistir... ver as meninas. Só que a minha professora ia mudar de estado eu achava que eu não ia conseguir me adaptar, até por eu não enxergar, né? Eu achava que eu não era capaz de fazer a atividade ali... física!

Quando eu fiquei cega eu tive muito preconceito, comigo mesma, sabe? Eu tive vergonha, eu tive medo de andar, medo de me locomover, medo de pedir ajuda. As pessoas ficavam muito preocupadas comigo e a minha mãe fazia tudo pra mim, sabe? E, então eu achava que eu não era capaz de fazer as coisas. Eu lembro que eu ouvi minha mãe uma vez brigando com minha irmã e falando:

— Você não lavou a louça... e que não sei o que...

E minha irmã:

— Aí!! Deixa a Camilla fazer alguma coisa também!

E minha mãe:

— Sua irmã não enxerga, vai que ela se machuca...!

Então aquilo tudo criou essa visão... essa mentalidade “Ah, eu não sou capaz, né?” E, por as pessoas ficarem me paparicando, fazendo as coisas pra mim, eu realmente achava que eu não era capaz, né? [risos].

Eu comecei a fazer acupuntura, por que meu problema é no nervo óptico, né? Ele atrofiou. Na verdade, o meu globo ocular é totalmente preservado, e até por eu ter enxergado, eu olho pra pessoa, eu consigo ver vulto... as pessoas me dizem que eu enxergo quando eu tô parada [risos]. Mas eu comecei a fazer acupuntura, num lugar que era próximo ao Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro, uma escola de referência para pessoas com deficiência visual. E os médicos que faziam esse tratamento, fizeram uma carta pra eu entrar no instituto.

Minha mãe e minha avó foram conhecer o instituto, né? Mas, assim, eu não sei te falar direito, mas, eu acho que minha vó não queria que eu fosse pra lá! Acho que minha

mãe ficou meio abalada. Tipo, viu um monte de criança deficiente, e aí “Minha filha vai ter que tá aqui também?!”. Eu acho que foi um pouquinho de resistência da minha família. Principalmente da parte da minha vó. Mas, o que eles iam fazer, né? Aí, eu lembro direito que a diretora do instituto, que foi a minha professora de português e é cega total, conversou bastante com a minha mãe e com a minha vó. E, a minha vó não aceitava aquela situação!! Até hoje, eu acho que ela ainda não aceita muito a perda da minha visão. Então assim, pra eles foi muito difícil.

Enfim, eu fui nos primeiros dias e foi terrível! Eu ouvi um monte de criança cega brincando, batendo palma e eu falava que eu não queria voltar, que o pessoal era tudo doido!! Foi um desespero muito grande pra mim no começo. Foi uma dificuldade imensa e, a minha sorte, é que a minha mãe ficava ali, né? O instituto era muito longe da minha casa. No Rio tudo é muito longe, né? Eu acordava todo o dia três e meia da manhã pra chegar no instituto às seis e meia pra estudar. E minha mãe ficava ali no instituto! Sentada lá na pracinha aguardando para me levar embora. Então tipo, eu assistia a aula e pedia para alguém me levar lá na minha mãe. Era assim no começo!

Nas aulas de educação física, na sexta série, eles começaram a obrigar a gente a fazer todas as atividades que tinha, todos os esportes paralímpicos! Então eu tinha que passar pela natação, tinha que passar pelo goalball, tinha que passar pelo atletismo! E... não lembro se era ginástica olímpica que tinha na época. Eu optei em fazer o goalball pra me livrar logo porque algumas colegas e amigos falavam que era um esporte bruto, que não era legal, né? Então, eu achava que não era um esporte pra mulher, né? Ainda mais para uma criança [risos]. Uma mocinha... Mas eu fui obrigada a fazer o goalball nas aulas de educação física! Então eu falei assim:

— Ah, então eu vou logo fazer esse goalball pra passar... e ir para as aulas de ginástica, de natação e de atletismo!

Esses outros esportes eu já achava mais pra moça, né? Então foi com treze anos, que eu conheci o goalball... E foi através do esporte que eu pude sonhar novamente! Na minha primeira aula de goalball, como eu sempre fui muito fortinha e gostava muito de atividade física, eu já comecei a arremessar... a fazer gol! E foi amor à primeira bolada, né?! Aí já comecei a gostar do goalball... Eu sou muito grata ao Professor Mateus Paiva, foi ele que teve todo o cuidado, não só comigo, mas com os alunos, de apresentar como é

o esporte, né? Porque a gente não tem essa imagem visual. Então todo mundo teve que colocar a venda pra se igualar e andar pela quadra sentindo o chão que tinha uma fita com alto relevo. Essa metodologia foi importante pra eu gostar! Porque se ele pegasse ali, me colocasse dentro de quadra e colocasse as pessoas que sabiam jogar comigo, talvez eu não ia querer, né? Porque realmente ia ser bruto!

Então teve essa grande participação dele aí pra eu iniciar o goalball. Ele viu que eu tinha aptidão pro esporte e ele me convidou pra gente montar uma equipe feminina. Porque na verdade, já tinha anos que a equipe de goalball feminina tinha acabado! Era pra eu começar a equipe. Só que realmente as meninas não queriam fazer goalball! Eu comecei a treinar sozinha com os meninos... só eu de menina, o resto era tudo menino! Isso me ajudou bastante a desenvolver meu desempenho dentro de quadra, por estar treinando com os meninos. A exigência é muito maior! Eu tinha 13 anos, eles tinham 20, 20 e poucos anos. Eles treinavam comigo e eu sempre fui ousada mesmo... eu provocava eles... eu pegava a bola! O técnico falava assim:

— Pode bater forte nela!

E eu queria mesmo que eles batessem forte e eu defendesse pra eles ficarem com raiva [risos]. Então assim, eu ficava roxa, até porque, eu não tinha essa preparação muscular, né? De fazer academia, nada disso! Realmente é um esporte bruto, né? Uma bola de guizo tem 1,250kg. A gente arremessa com as mãos, defende com o corpo, né? Um esporte coletivo. E tem que se jogar no chão pra defender. Então eu tinha esse pensamento “Ah, realmente não é pra mulher não. Não é pra moça não.” Eu tinha essa visão que a dança, o ballet, era uma coisa mais de mocinha, uma coisa mais delicada. Mas, foi por conta do jeito que o professor me ensinou o esporte que eu gostei. E, a dança, ela também sempre foi muito coletiva pra mim, apesar que tinha umas coisas mais individuais, mas eu sempre dancei muito em grupo! Então pra mim, o goalball e a dança sempre foram muito de grupo!

Então eu simplesmente ia pra quadra e jogava o goalball. É como se você fosse pro campo de futebol e falasse “Ah, vamos jogar uma pelada?” Era isso pra mim o goalball. Eu ia lá, jogava e eu queria defender. E, pra eu defender as bolas deles, eu tinha que treinar! Cada vez eu queria treinar mais pra fazer gol neles, então, assim, isso me ajudou muito a me desenvolver como atleta. Claro que eles faziam altos gols em mim, né? Depois que eles jogavam comigo eles ainda falavam assim:

— Nossa, você tá jogando muito!

Eles me ajudavam e me incentivavam, sabe? Tinha um menino que ia pra pista de atletismo para fazer com que eu corresse. E eu não queria correr, porque eu não gostava, mas ele fazia eu correr pra eu emagrecer! Só que não tinha jeito, né? [risos]. Desde pequeno, ele me ensinou os arremessos do goalball e me falou que eu tinha um grande potencial, que eu ia desenvolver muito. Ele acreditava em mim, sabe? Isso me ajudou!!

Nessas trajetórias que fiz o goalball, eu tive que vivenciar também o esporte individual, né? Que foi o atletismo e a natação. Só que no atletismo, eu sofri um acidente [risos]. Então eu acabei não gostando do atletismo. O Professor foi dar o salto à distância... e eu, gordinha, queria fazer tudo, né? Dentro do instituto voltou aquele meu ímpeto de querer fazer tudo! Ele falava assim:

— Camilla, você vai correr essa distância e quando o tio Renato falar “vai”, você pula dentro da caixa de areia! Tava uma fila atrás de mim e eu falei assim:

— Não tio Renato, eu vou me machucar... eu vou me machucar”

Ele falou:

— Vai Camilla... vai Camilla!!!

Aí eu torci! Tive uma entorse de grau não lembro quanto. Tive que engessar, coisa e tal. Aí o Professor Renato ainda pegou eu na cacunda e ficou falando:

— Camilla, você é muito gorda, viu. Poxa, você tem que emagrecer!

E, assim, é muito engraçado [risos].

Depois eu fui pra natação, e a natação eu me desenvolvi muito bem! No campeonato de natação, eu consegui o índice para participar da seleção. Isso nos meus primeiros campeonatos, né? E eu era bem nova! Só que o técnico da seleção, ele falava pra um colega meu que era da seleção, lá do Rio:

— Não... ela é muito gordinha!

Ele não queria me chamar porque eu era gorda [risos]. E eu não tava nem aí [risos], porque eu gostava do goalball, sabe? Eu competi na natação há alguns anos, quando eu era nova. E era uma briga entre o Professor que me ensinou a nadar com o Professor do goalball, né? Um queria que eu ficasse na natação e o outro queria que fosse no goalball... e eu gostava mesmo era do goalball! [risos]. Eu gostava de competir, né? [risos]. Sempre fui muito competitiva, queria fazer melhor [risos]. E, assim, depois como o tempo, claro, eu fui tomando consciência que eu tinha que atingir minhas marcas, meus objetivos e foco. Mas, assim, no começo pra mim, eu queria jogar, queria fazer melhor, queria ganhar e queria ajudar a equipe, sabe?

E minha mãe ficava lá me acompanhando o tempo todo. E, eu tinha apoio também da minha vó. Minha vó, de vez em quando, revezava com minha mãe, né? Era muito cansativo a viagem da minha casa até o instituto, do instituto para casa. E da casa da minha vó era um pouquinho mais próximo, mas também era longe. Era mais a minha mãe e minha vó que conviviam naquele ambiente comigo, me ajudando e me levando pra escola. Mas, o resto da minha família, não via que tinha pessoas com deficiência lá no instituto que tinha família, que tinha mulheres que já eram casadas, tinham professores que não enxergavam... Mas foi lá que eu via as crianças andando sozinha, eu convivi com alguns esportes... Eu vi que eu podia, de novo, sonhar, né? Então foi através do Instituto Benjamin Constant e ver as outras crianças também fazendo atividade e ter vivenciado outras atividades que voltou essa minha perspectiva de querer fazer uma atividade.

Então, quando passou esse período de adaptação ao instituto. Depois eu me preendi nesse meio só de pessoas com deficiência. Eu queria conviver só com as pessoas com deficiência. Até porque, como eu tinha dito, os meus colegas do ballet se afastaram e eu também não tinha mais ligação, nem com o ballet e nem com a escola. Então, tipo, de muitos amigos que eu tinha, eu fiquei com 1, 2 amigos. E lá no instituto eu criei muitos amigos!! Então eu queria viver só naquele mundo de pessoas com deficiência visual... várias vezes minha mãe brigava comigo:

— Ah, você tem que conviver com outras pessoas!

E eu não queria. Eu achava que eu tinha que viver só ali naquele mundo da pessoa com deficiência e ter amigos só com deficiência...

Aos 15 anos de idade eu tive a maior perda da minha vida! A minha mãe começou a adoecer e veio a óbito... ela faleceu dentro de casa! A gente tava montando a árvore de natal e ela teve um infarto. Naquele momento, eu vi que eu fiquei cega! Eu perdi a visão, o chão, tudo naquele momento. Senti desamparo! E eu vi que eu fiquei cega, que eu tinha que fazer as coisas, eu tinha que ser independente porque os meus irmãos estavam sofrendo! E as pessoas da minha família só se preocupavam comigo porque eu era deficiente visual e, eu dependia mais da minha da família. Eles tinham mais cuidado.

Eu acho que muitas famílias são assim, né? Deles protegerem mais a criança com deficiência. Só que eu via que meus irmãos também precisavam. Então, aquilo tudo me deu força pra eu dar força pros meus irmãos! Eu queria mostrar pra eles que eu era

forte. Queria mostrar que eu era capaz! Tipo, que eu ia conseguir também vencer na vida. Enfim! E foi através do esporte que eu consegui ter esse controle porque a saudade é eterna... Mas com o tempo a gente consegue controlar a tristeza...

Então eu tive que vencer o medo que eu tinha, seja de andar sozinha, seja de pedir ajuda, né? Tem que quebrar esse orgulho de pedir ajuda do ser humano. Eu tive que encarar e ver que realmente eu fiquei cega. Só que eu não andava sozinha, a maioria das vezes eu sempre tava andando com um colega que era deficiente. Minha mãe falava que eu ia andar sozinha só depois que ela morresse. Aí eu tive que realmente aprender a andar sozinha. E foi através da ajuda dos meus amigos com deficiência, que eu comecei a andar de bengala!

Então eu comecei a ficar interna no instituto. Eu ficava de segunda à sexta-feira e no final de semana eu ia pra casa. E eu fui fazendo um monte de amizade! Todo mundo já gostava de mim. Eu terminei meus estudos lá no instituto e no instituto eu fui estudar numa escola federal. O instituto também era federal, mas eu fui estudar em uma escola de ensino regular para pessoas que não tem deficiência, que é o Pedro Segundo, uma escola também de referência lá no Rio. Só que foi muito difícil o estudo pra mim, por ser deficiente!

Era uma turma de 50 alunos. Todos falavam, gritavam, faziam bagunça e eu quase não conseguia ouvir a professora dar aula. Algumas professoras nem tinham controle da turma. E os alunos, talvez por serem jovens, acabavam não respeitando muito o professor e a mim, né? Então eu estudava de manhã e, à tarde, muitas vezes eu ficava na escola pra aprender com algum estagiário, com algum amigo ou com algum professor que tivesse disponibilidade para me dar aula. Porque durante o meu ensino médio eu fiquei na sala de aula como se fosse uma estátua!!! Eu não conseguia assimilar muita coisa por conta que os professores davam aula usando muito o quadro negro e fazendo referência de “aqui” e “ali”. Por mais que eu explicasse, eles não conseguiam perder essa metodologia de dar aula muito visual, né?

Eu falo que eu tive bastante trauma do meu ensino médio, eu sofria uns preconceitos também! Os professores e a escola não eram capacitados. Os professores não entendiam o que eu precisava, eles achavam que não era obrigação deles me ensinar por eu ser deficiente. No meu segundo ano, uma professora meio que humilhou dentro de sala. A minha amiga pediu pra ela esperar um pouco para ela ditar a equação pra mim, só que a professora não parou a aula. Ela falou que não ia parar a aula por causa de mim, porque ela não tinha obrigação nenhuma de me esperar e que ela não ia atrasar a turma por causa de

mim! E, o tempo todo, eu fiquei calada. Só que eu era tão boba, que eu abaixei a cabeça e comecei a chorar!!! Eu acho que foi a fragilidade daquele momento...

Enfim! Aí a turma ficou toda quieta e um aluno da turma falou que a única pessoa que atrapalava ali, naquele momento, era a turma em relação a mim. Porque eu nunca atrapalhei a turma e nunca ia atrapalhar. E a turma começou a me defender ali, sabe? E aquilo me deu mais força pra eu continuar meus estudos. Eu podia ter encarado e querer não estudar mais, né? A minha madrinha, que é irmã da minha mãe, foi uma pessoa que também me deu muito suporte, quando eu perdi minha mãe. Ela trabalha ali próximo da escola e o tempo todo ela ia lá e batia boca com a diretora [risos]. Era muito engraçado!! Quando eu terminei, eu nem na escola apareci pra pegar meu diploma.

Mas, enfim! O tempo todo eu tava fazendo esporte. Logo quando eu entrei no segundo, que eu fui pra essa escola regular, eu fui convocada para as Paralimpíadas de Atenas, para mim foi um sonho! Assim, foi tudo paralelo, né? Acho que ali no segundo grau, eu tive muitas experiências, muitas lições, muito conhecimento, adquiri muita maturidade pra viver! E ao mesmo tempo, eu tinha sido pré-convocada para a Paralimpíada, né? Que é o sonho de qualquer atleta. Então pra mim, por mais que as pessoas achavam que eu não ia conseguir fazer os dois, tanto entrar no ensino médio no Pedro Segundo que é uma escola super difícil e também ir pra uma Paralimpíadas, eu pensei comigo mesma (até porque eu não tinha a minha mãe pra perguntar o que eu ia fazer, né?) ... eu pensei "O não eu já tenho, se eu não conseguir tudo bem, eu faço só um e sigo em frente, né? Eu vou tentar fazer os dois, se eu conseguir vai ser mérito meu!". E eu fui!!! Eu fiz tanto o ensino médico, como eu fui pra Atenas.

Lá eu conheci culturas, né? Conheci outras pessoas e fui mais independente. Eu acho que o esporte me ajudou a questão da independência da locomoção. Apesar de eu já ter vivenciado o esporte a nível regional e nacional, eu tive a oportunidade de ir pra uma Paralimpíadas. Eu falava assim que nem eu me convocaria pra seleção porque eu me achava ruim, eu era a mais nova da equipe! Eu queria ajudar todo mundo e, ao mesmo tempo que eu ajudava e queria fazer, eu acabava errando. Depois de sei lá, uns 15 anos eu perguntei pra minha técnica que estava comigo em Atenas:

—Por que você me levou para aquela Paralimpíada em 2004? Cara, nem eu me lavava.

Ela falou:

— Porque eu via que você sempre queria fazer seu melhor, você era ousada! Quando eu falava “Camilla, faz isso!” você podia até errar, ou não saber, mas você ia lá e tentava. Então eu via aquilo em você!

Então eu acho que essa oportunidade que ela me deu, eu agarrei. Foi tudo muito um sonho que eu estava vivendo. Então na Paralimpíadas de Atenas a técnica foi uma mãezona pra mim, acho que pra todas as atletas. Ela sempre foi uma mãezona! Ela foi a única técnica mulher da seleção brasileira, tanto a feminina quanto a masculina. Ela foi a única junto com uma outra técnica que era a auxiliar dela. Então assim, é muito difícil a gente encontrar mulheres compondo o quadro de comissão técnica! Normalmente, as mulheres estão inseridas como nutricionistas e psicólogas. Mas, como treinadora? É muito difícil a gente encontrar mulher...

Eu vejo que esses cargos, assim de confiança, não só de técnico, mas cargos de direção, eu acho que é questão de confiança, sabe? Não só confiança dos homens nas mulheres, mas a própria confiança da mulher nela mesma, sabe? Eu acho que a gente tem uma sociedade ainda muito machista. E, a própria mulher é, né? Ela acaba não acreditando no seu potencial. Talvez, muitas mulheres acham que o papel delas é aquele ali, de cuidar da casa, cuidar do corpo, cuidar do marido, cuidar de filho... É claro que hoje em dia a gente encontra muitas mulheres trabalhando, né? Mas, infelizmente, a gente ainda tem essa visão. A gente tá conquistando nosso espaço, mas, a gente precisa de algo a mais! Talvez provar pra nós mesmas que nós somos capazes! Não é o sexo dela que vai dizer o quanto que ela é competente, né?

A gente precisa de um curso ou algo assim pra capacitar as pessoas. Não digo só mulheres não, todo o tipo de pessoa. Seja mulher ou seja homem, tá precisando urgente dessa capacitação, né? E sendo uma pessoa bem capacitada, tendo as competências, eu não vejo diferença em ter homem ou mulher na gestão ali pra assumir um cargo de ser técnico. Talvez, por ser mulher, as pessoas não geram tanto essa confiança. Mas, acho que tudo vai da pessoa. Mulher é um sexo frágil? Depende, é tudo relativo, né? Homem também é um sexo frágil em alguns momentos.

Pra mim, ser mulher é assim, é não perder as suas características de mulher! Eu acho que eu tenho a minha identidade, eu sou vaidosa. Eu gosto de me arrumar, eu gosto de sair, eu gosto de fazer compras, de passear no shopping, de ficar em casa, de arrumar a casa, de limpar, de fazer comida. Eu amo fazer comida! Apesar que eu não tive a minha mãe pra me ensinar a fazer todos os pratos que eu queria fazer, mas, eu gosto muito de fazer comida e eu gosto muito de oferecer o que eu sei fazer, sabe? E... eu gosto também

de praticar esportes, né? Tanto o esporte de altas emoções [risos], esportes brutos também, né? Então, assim, eu não perco as minhas características de ser mulher por tudo isso que eu já vivi e vivencio.

Aí em 2008 eu resolvi morar em São Paulo junto com uma amiga da Seleção, pra gente treinar juntas, né? Até então eu estava no Rio. Só que no meio do caminho, essa minha amiga foi cortada da Seleção e, isso me abalou bastante, né? Então em 2009 eu voltei pro Rio de Janeiro com intuito de voltar a estudar, porque entre 2007 e 2008 eu só fiquei em prol do esporte, só do goalball!

Aí eu comecei a ir pra biblioteca estudar. E na biblioteca do instituto Benjamin Constant eles tem trabalho com pessoas voluntárias para ler livros. A gente fala que são os leitores. E eu conheci uma moça e eu conversei com ela que eu queria fazer uma faculdade, só que eu ainda não sabia direito o que eu queria... eu conversei com a diretora da minha escola também. E, essa diretora, que é a pessoa que eu confio muito, que também é cega total, me falou pra eu fazer Direito porque ia ser um mercado com um leque maior! E que eu iria me capacitar, mesmo eu não querendo advogar.

E começou a colocar aquilo na minha cabeça, né? Aí eu passei na prova e, como uma carta de indicação daquela moça eu conheci, eu conversei com o Reitor que se encantou pelo meu caso. Eu comecei a faculdade de direito com bolsa integral! Como eu já tava bem “calejada” por conta da escola Dom Pedro Segundo, que foi onde fiquei traumatizada pelos preconceitos e por ter que me virar sozinha também. Na faculdade foi mais fácil! As pessoas eram mais maduras e tinham um olhar mais sensível por eu ser uma pessoa com deficiência. E eu fiquei mais esperta, né? Para pedir ajuda, pra me virar sozinha ali num ambiente que eu me encontrava com tantas pessoas que enxergam. E eu cega ali, tanto na sala de aula como pra ir pra faculdade...

E as pessoas eram muito solidárias, principalmente (é até uma curiosidade) principalmente os vendedores ambulantes, sabe? Eles sempre me ajudaram muito! Eu parecia uma bolinha de ping pong: um levava até uma esquina, o outro me pegava na esquina e já me atravessava e me levava na outra esquina. E eu conhecia tudo ali depois, né? Então na primeira vez o impacto foi grande “Aí meu Deus do céu, será que eu vou conseguir?”. Mas, eu falei “Eu consegui fazer o meu segundo grau, não vou conseguir fazer a faculdade?” Quanto maior o obstáculo, maior a nossa vitória, né? E, graças a Deus, eu

consegui concluir. Realmente aprendi a me virar na vida! Foi uma experiência muito importante pra mim.

Fiz toda a faculdade conciliando sempre com o esporte. Comecei fazendo a faculdade, depois fiz o estágio, fazia musculação e fazia o goalball. E no rio é muito grande, né? Eu arrumei ali próximo da faculdade a academia e o estágio, fiz na procuradoria geral do estado do Rio de Janeiro. E, depois eu ia pro Benjamin treinar! E... fiquei nessa correria! No meio da faculdade eu vi que não era aquilo que eu queria. Só que eu consegui tanta coisa através da faculdade, né? Aí eu falei assim “Não. Eu vou concluir porque tem um propósito de eu estar aqui.

Durante todo esse período não foi fácil, porque eu tive que conciliar com o esporte e com as viagens. E eu senti necessidade de crescer mais no esporte... porque lá no Benjamin Constant não tinha muita estrutura pra competição. Várias vezes eu chegava em quadra e não tava podendo usar a quadra. E eu queria tornar algo mais profissional. Eu comecei a ver a coisa mais profissional nesse período. E via a necessidade de fortalecer meu treino dentro de quadra porque eu comecei a tomar consciência de atleta.

Então quando acabou a faculdade, eu já me mudei para São Paulo na casa daquela minha amiga [risos]. Eu também me mudei por conta do meu esposo Rafael, que morava em Curitiba. Então São Paulo ficaria mais próximo a ele, né? A gente se conheceu pelo Facebook... foi engraçado!! O Rafael era técnico de goalball da base. Ele fez amizade com a seleção feminina e eu comecei a conversar com ele pelo MSN! Só que eu pensava que ele era um idoso, tipo a idade do meu técnico do Rio, né? Devia ter uns cinquenta e poucos, sessenta e poucos anos... E ele falou que fazia pesquisa e que queria saber sobre a modalidade. Aí eu acabei dando atenção pra ele!

Aí, umas conversas meio tortas, eu fui ver o perfil dele e, ele tinha a mesma idade que a minha. Na verdade, ele é um ano mais novo que eu [risos]. Aí eu falei assim “Será que ele está com segundas intenções?” Todas as fases de treinamento, o Rafael mandava presente pra mim e coisa e tal. Aí a gente começou a se falar pelo telefone, desde então, todo o dia a gente se falava. E, eu comecei a gostar realmente dele! A gente se encontrou, e nisso, a gente começou a namorar [risos].

Então quando eu me mudei para São Paulo, o Rafael me ajudou também, ele foi pra São Paulo. E foi muito engraçado porque eu só fui com a mala e cuia [risos]. Sem nada! Aí eu fui pra alugar tudo. A gente arrumou uma casa lá só de dois cômodos e ele me ajudou a me virar lá. Não foi fácil, né? Mas, eu sabia que eu ia conseguir. A única coisa que ia acontecer se eu não conseguir... e teria que tentar de novo [risos].

A gente recebia uma bolsa. E, se eu não me engano a partir de 2014, a gente começou a receber um patrocínio da Loterias Caixa. Então, assim, a coisa tava ficando mais profissional, né? E eu queria me preparar melhor pros jogos do Rio 2016, né? Que ia ser um grande diferencial na minha vida, porque ia ter minha família que era no Rio de Janeiro, a minha cidade natal! O Rafael me deu suporte na musculação, eu vi que não era só jogar goalball. Era tudo, né? Era disciplina, alimentação, musculação... Então isso tudo foi mudando a minha cabeça. Na verdade, é essa palavra: “consciência”. Eu acho que foi dando consciência de atleta de rendimento.

Ser atleta pra mim é um motivo de muito orgulho! Porque a gente sabe que tem os obstáculos, e por ser atleta, com deficiência e mulher, é algo assim um pouco mais difícil, né? As pessoas o tempo todo acham que a gente não é capaz. E realmente, nós, pessoas com deficiência, ainda mais por ser mulher, a gente tem que provar o tempo todo que a gente é capaz. Mas, não é provar só pra sociedade, é provar pra gente mesma! Então ser atleta foi um grande passo pra eu conseguir vencer meus medos! Então é motivo de muito orgulho e muita gratidão ao esporte. Só que eu fui ter essa consciência um pouco tardia de ser atleta. Porém, eu nunca deixei de fazer meu melhor. Eu sempre tive essa aptidão pro esporte, né?

Eu tinha todo o suporte, estrutura, mas era muito precária na época quando eu comecei o esporte, né? Era tudo muito difícil. O técnico tinha que ser psicólogo, tinha que ser nutricionista, tinha que limpar quadra, tinha que marcar quadra, tinha que ajudar a gente. Então, assim, hoje a gente tem uma estrutura muito grande, né? A gente tem toda uma equipe. A gente sabe através até mesmo da tecnologia, o que é melhor pra gente. A gente pode procurar no google e no youtube, né? “O que a gente pode comer? Como a gente treina? “O que você faz pra você melhorar mais a sua performance?” E a gente consegue ir às academias e ter um maior suporte dos professores, porque depois do Rio 2016 a Sociedade se conscientizou, né? Que tem atleta paralímpico! Antes, tinham outra visão da gente.

Então assim, desde 2014 pra cá, ou seja, 8 anos, né? Que eu me enxerguei como uma atleta de alto rendimento. Que é você ter disciplina, foco, comprometimento... Apesar de que pra gente, atleta, treinar é o que a gente mais gosta... Então eu comecei a ter disciplina, comecei a saber que eu tinha regras pra minha performance, seja o horário de

descanso, se abdicar de festas e de algumas coisas que a gente poderia fazer e não faz. Então de 2014 pra cá na Seleção Brasileira, a gente teve uma nutricionista, uma psicóloga... foi aí que eu comecei a ter consciência das coisas, né? Um cronograma! O CPB [Comitê Paralímpico Brasileiro] deu esse suporte maior.

E ser atleta de alto rendimento é se abdicar também da família, né? Porque em 2015 fui morar em São Paulo procurando maior estrutura de treinamento. Então eu acho que eu abdiquei de muita coisa pra ser atleta de alto rendimento. Apesar que eu colhi muitos frutos também, né? Fiquei 18 anos na seleção, tenho cinco Paralimpíadas, alguns mundiais, sou bicampeã para-panamericana no goalball. E algumas boas viagens na bagagem a nível internacional e nacional. Eu agradeço muito. Eu sou muito grata!

Na primeira Paralimpíada parecia que era tudo uma fantasia, sabe? Eu acreditei quando eu tava lá quando eu tava lá! Parecia que eu estava num sonho do Universo Paralímpico... uma vila paralímpica!!! E foi a primeira participação do Brasil com o goalball numa Paralimpíadas, e foi com a seleção feminina! Já em 2008, foi na China, que é um país que queria fazer a melhor Paralimpíada! E assim, eles conseguiram apresentar uma estrutura muito grande. E, assim, em 2012 foi em Londres e em 2016 foi no Rio! Então foi uma estrutura que a gente esperava encontrar, né? Normalmente é uma estrutura padrão, mas cada uma quer apresentar algo a mais, né? Só que ali na Paralimpíada do Rio, todo mundo falava a nossa língua, voluntários, pessoas que estavam ali pra instruir a gente, realmente parecia que a gente tava em casa! E ter a presença da minha família, né? Que foi muito importante pra mim, principalmente da minha irmã em todos os jogos, porque ela tirou férias pra assistir!

Tóquio foi uma paralimpíada muito diferente, eu sofri muito! Porque foi a época da pandemia, então a gente ficava muito preso. Desde lá do CT [Centro de treinamento Paralímpico] até chegar no lugar que a gente vai antes para fazer a aclimação em Tóquio deram 52 horas de viagem! Quando a gente chegou lá em Tóquio, a gente tinha que entrar em várias filas para apresentar nossos testes. No aeroporto a gente ficou umas seis horas esperando sair o teste. No hotel, cada uma num quarto e a gente não podia ir no quarto da outra! Todo dia de manhã eles passavam pra colher o teste da gente e, tratavam a gente como se estivesse numa prisão. Eu sei que teve essa prevenção toda até pra nossa segurança e das pessoas de lá. Mas foi algo assim bem difícil!! Porque a gente fica isolado e vem todos os sentimentos, né? De tristeza... “Ai meu Deus, tô sozinha.” E o medo também, né? Dessa doença, da gente ser contaminado.

Então, nesse ramo do goalball, eu sou bem conhecida, né? Pelo tempo que eu tô na modalidade. E eu acho bem legal esse reconhecimento que os atletas têm, não só o masculino, mas o feminino propriamente dito. Elas têm uma admiração por mim! Por eu ser atleta, por eu ter tantos anos na seleção, pelo meu tipo de jogo... eu sempre tive um estilo de jogo muito comunicativo dentro de quadra. É motivo de felicidade e de orgulho este reconhecimento, porque foram muitos anos, né? Claro que tem pessoas que apontam para a gente, porém, eu só sou muito grata!

Os treinamentos da seleção normalmente funcionam quando é época da Paralimpíadas, ou um campeonato que é mais forte, como um Mundial! Aí são 10 dias de fase de treinamento geralmente. Tudo que a gente consegue aprender lá, a gente tenta passar na nossa equipe... e executar também!!! E é isso, essa troca de experiência é bem legal. E as meninas gostam de receber aprendizado. E eu acho isso legal... essa troca de experiência. Eu nunca tive dificuldade em conviver em grupo, pelo contrário, eu escolhi o goalball porque é um esporte coletivo! E com a comissão, é uma convivência de muito respeito! Eu tenho uma relação muito boa com as atletas, sabe? E, até por ser a mais experiente ali dentro da equipe, mais tempo na seleção, elas me respeitam muito! Sempre me ouviram muito.

Até o ano passado era uma comissão que estava acompanhando a gente desde 2014. Mas este ano mudou, eu vi que eles ainda não estavam muito inseridos no grupo feminino, eu não sei se é porque somos mulheres, né? Então eu acho que eles têm bastante dificuldade de conduzir a equipe, de tá junto com a gente. Porque somos mulheres e todas deficientes visuais... então a necessidade acaba sendo um pouquinho maior.

Eu vejo essa fragilidade no Brasil, de não saber lidar com um grupo feminino. Eu vi uma vez uma reportagem do técnico de vôlei José Roberto, e ele falava que pra lidar com o grupo feminino, ele foi na psicóloga, na ginecologista, foi em algumas áreas para se capacitar porque era diferente lidar com um grupo feminino do que lidar com um grupo masculino! Eu achei muito interessante isso. E é verdade! Tem gente que sabe lidar com a gente, sabem lidar com o grupo. O Rafael fala que prefere dar treino pro feminino do que pro masculino, porque nós mulheres somos mais disciplinadas! Quando falam pra gente fazer uma coisa, a gente vai lá e tenta fazer! Pode até não conseguir fazer, mas tenta. E o masculino acho que tem mais aquele ego... Não sei...

Vai fazer dois anos que eu moro em Cuiabá. Aqui no meu clube, a gente tem poucas meninas treinando. Só tem eu e mais duas. Então, normalmente, os meninos do futebol que treinam depois da gente, ajudam. Eles entram dentro de quadra, quando é coletivo, e fazem com a gente. A comissão técnica é o Rafael e o auxiliar dele, que também é homem. Meu esposo é meu treinador de goalball desde São Paulo. O Rafael respira o goalball aqui em casa e faz com que eu respire o tempo todo também [risos]. E eu encaro de forma super profissional. Assim, dentro do treino eu acho que ele puxa um pouquinho mais a minha orelha, né? Mas eu fico quieta, não posso retrucar na hora! Realmente, eu melhorei bastante depois que a gente se conheceu e ele começou a me dar treino, não só fora de quadra, mas dentro de quadra! E eu procuro não retrucar, ele é meu professor, né? Dentro de quadra ele é meu professor. Aí só quando a gente chega em casa que o pau quebra [risos]. To brincando, mas é super legal!

Eu estava treinando de três a quatro vezes na semana o goalball, mas passou nosso campeonato alvo e demos umas férias. As atletas que estão em Cuiabá são atletas que já tem um histórico bem antigo no goalball, não houve essa renovação aqui no estado. Então, esse é o intuito da gente ter vindo pra cá, da gente conseguir trazer um centro de referência vinculado ao CPB pro estado do Mato Grosso.

Eu fiquei na seleção até o ano passado. Esse ano eu to focando na natação! Depois que eu cheguei de Tóquio, eu não fui convocada para a seleção. O novo técnico que assumiu depois de Tóquio não me convocou. A gente não tem uma afinidade muito grande, eu apenas respeito ele! A gente tem alguns problemas, né? Mas, é que eu não aceito muito como ele trata a equipe, a metodologia dele, né? Então assim, ele não me convocou e cortou meu patrocínio. Ele podia ter me cortado da seleção mas, ter deixado eu receber o patrocínio até completar o ciclo, entendeu? Mas, não! Ele me cortou e cortou meu patrocínio [risos]. A bolsa atleta eu sempre recebi, porque a bolsa atleta não é o técnico que escolhe... Então isso daí, graças a Deus ele não pode cortar [risos].

Mas eu fiquei triste no momento... chateada! Eu falei “Ah, não vou deixar que isso me abale, né?”. Eu sempre botei muito isso na minha cabeça “Que o dia que eu não for convocada, se for porque eu não to rendendo, beleza, mas se eu tiver rendendo eu não vou me frustrar. Pelo contrário, eu vou continuar seguindo a minha vida e continuar

fazendo o que eu gosto. Seja o goalball ou seja também ajudar as outras pessoas ou fomentar as modalidades, porque eu acho muito importante!

Então assim, eu tenho muito goalball ainda, eu vou continuar, eu não vou me frustrar... mas acho que as pessoas têm as escolhas a fazer, né? E naquele momento ele escolheu não me convocar. Só que eu sou tão abençoada, que assim que eu fui cortada do patrocínio, no outro dia, eu recebi uma ligação aqui da associação de Cuiabá, da AMC [Associação Mato-grossense de Cultura], quer dizer, na verdade foi o Rafael que recebeu uma ligação da AMC, perguntando se eu queria ser contratada na UNIVAG [Centro Universitário de Várzea Grande] como atleta.

A AMC tem uma parceria com a UNIVAG já tem muitos anos. E, como eu sou atleta da AMC, surgiu uma vaga pra completar esse quadro de atletas lá na UNIVAG. Então a gente é atleta da AMC e podemos treinar lá na Universidade. A gente tem todas as atribuições de um trabalhador mesmo, carteira assinada, a gente tem que bater o ponto de umas às cinco. Nesse período, é cedido dois professores da AMC, e eles nos dão treino. Então tanto tem o futebol, quanto o goalball, aí a gente divide a quadra, nesses horários.

Eu sempre pensei “Quando eu não for mais convocada para a Seleção, eu vou ver se eu faço ou a natação ou o pedal”. Aqui em Cuiabá tem uma equipe de deficientes visuais que pedalam. Só que eu queria pedalar pra competir!! Só que pra conseguir uma bike *tandem* ia ser mais difícil. E a natação não! Se eu conseguisse uma piscina, em qualquer lugar eu treinaria, não precisaria de material! Aí eu resolvi fazer natação para fomentar esse esporte aqui em Cuiabá, porque não tinha nenhuma atleta paralímpica na natação aqui no estado do Mato Grosso. E eu comecei!

Eu pedi ao Rafael para falar com a técnica da natação. Na verdade ela trabalhava mais na hidro e na iniciação lá da AMC que eu represento, então eu pedi pro Rafael falar com ela, pra ver se ela me treinava na natação, porque eu não conhecia ela. O Rafael falava e ela meio que se curvava, assim. Ele falei “Cara, eu acho que ela não quer me dar natação, né?” Aí eu conversei com a aquela minha amiga lá de São Paulo e ela falava “Você fazia natação, você vai se dar bem. Vai ter uma competição agora em março. Eu vou ver, mas acho que pode te inscrever. É da Federação Paulista, mas parece que é aberto para outros clubes, de outros estados se inscreverem.”

Aí eu falei com a técnica da AMC que ía para a competição. Aí ela respondeu:

— Meu Deus!

Aí arrumou a piscina e fomos treinar! Uma piscina de 25 metros e sem raia... tinha só uma corda pra dizer que era uma raia. Mas ela começou... Eu sabia nadar, mas eu não lembrava direito os movimentos. E, pra ela também estava sendo novo, porque ela não tinha uma atleta de alto rendimento de natação, nunca teve! Ela foi atleta, mas ela nunca treinou uma atleta cega, né? Então ela entrou na água e começou a me mostrar como era o movimento da natação. Ela ficou duas semanas me treinando e eu já fui competir na natação.

Ela não foi comigo, porque eu que paguei tudo... eu e o Rafael. O Rafael foi comigo e eu me inscrevi na prova de 50 livre, 100 livre e 100 costas. Foram todas as três provas numa manhã... Na minha primeira prova, que foi o costas, eu não tinha treinado muito, e eu peguei o índice pra ir pro brasileiro!! Aí me animou [risos]. Só que nos 50 livre eu fiquei por 2 centésimos, milésimos lá, pro do índice do brasileiro. E a professora falava pelo WhatsApp comigo, né? Na hora que eu tava indo pros 100 livre já cansada ela mandou:

— O Camilla, já que você está muito cansada, nos 100 livre você só completa a prova...

Na última prova, que era os 100 livre, eu já tava morta de cansada... Na hora que eu passei pra ir pro bloco, quem tava lá? A professora que falou pra eu decidir entre a natação e o goalball lá do instituto Benjamin Constant. Ela estava lá!!! Ela viu eu nadar naquela prova! Na hora que eu saí da piscina, ela já foi correndo falar com a gente que se quiséssemos ajuda, ela mandaria o treino pra mim! Aí eu falei da Professora que estava me treinando em Cuiabá, aí ela falou assim:

— Ah, você me passa o contato?

Hoje a gente já tem um grupo e ela passa o meu treino, até o Rio de Janeiro, o *meeting* que teve, foi ela que passou todo o meu treino. E eu tive resultados expressivos no Rio. Então assim, surtiu resultado o treinamento!!! [risos]... e, claro, toda a dedicação. Hoje a gente já tá com uma equipe de oito atletas, sendo duas atletas de base! E tá super legal a nossa equipe!!! Com certeza vai ser implantado o centro de referência aqui no estado, virão muitos atletas. Aqui tem muitas pessoas que não sabem que tem paradesporto, né? Hoje eu tô treinando quatro vezes por semana na natação. E, eu tento conciliar com a academia duas vezes na semana.

Em todo o treino a exigência é muito grande na natação. Fui classificada como S12, que é a mesma classe da atleta Carol Santiago. Mas eles pediram uma revisão já para o ano que vem. Porque eu não enxergo pra nadar, eu enxergo vulto, claridade, tem vezes

que eu tenho percepção só na vista esquerda. Mas assim, pra nadar não. Tanto que estou toda machucada, meus ombros [risos] e cotovelos. Então eles vão fazer uma nova classificação ano que vem, pra ver como vai ser. Mas assim, eu tive muito aprendizado na natação, no *meeting*. Porque o goalball a gente só fica ali com aquele mundo só do deficiente visual. E na natação não. Na natação a gente conhece pessoas com deficiência física, intelectual, um ajuda o outro. A gente que empurra o cadeirante e o cadeirante que guia a gente.

Então assim, é algo assim muito comum pra todos nós. É algo assim que eu vejo que motiva a minha vida. As histórias, né? Eu ouço as pessoas com algumas dificuldades que eu não tenho, mas elas têm e vice-versa! Então isso faz com que a gente tenha mais consciência, né? Mesmo lá no balizamento esperando pra ser chamada pra competir, eu via muitos jovens com deficiência intelectual, autismo. E... ali, sabe? Tão alegres. E eu falei: “Cara, a gente reclama à toa, né? De algumas coisas tão supérfluas, né? E o quando que o esporte transforma a vida da gente. O quanto o esporte ajuda a gente a ser feliz!

A natação é um desafio diário na minha vida. Porque eu acho muito difícil! É você contra você mesma. Não é assim como o goalball. O goalball é minha paixão!!! Apesar de ter as dificuldade do esporte, eu gosto de jogar, de ajudar ali dentro de quadra... o esporte é coletivo. Além de ser algo assim que eu fui profissionalizando, ele é o que eu sempre gostei de fazer... meu hobby! É que nem jogar uma pelada. Os meninos gostam de jogar pelada e eu gosto de jogar goalball! E eu já conquistei muitas coisas através do goalball, já aprendi muitas coisas, grandes dificuldades e desafios, né? Eu devo muito a modalidade. Eu devo muito ao instituto. Às pessoas que passaram na minha vida. Seja para acrescentar, ou seja, pra me dar um empurrão pra crescer.

O goalball me transformou. Me transformou como mulher, me transformou como atleta, como dona de casa, só faltou me transformar como mãe, que ainda não fui [risos]. Pra ser mãe, a gente tem que parar, né? [risos]. A gente tem que parar e se dedicar ao que a gente quer, que é ser mãe! Então assim, ao mesmo tempo que eu quero, eu fico pensando na dificuldade de hoje no mundo de colocar uma criança. Não só financeira, graças a Deus acho que a gente tem condição de criar um filho. Mas, essa violência no mundo. Eu, por ser deficiente visual, por estar longe da minha família, isso tudo faz eu

pensar muito, assim: “Será que eu vou conseguir? Será que é isso que eu quero?” Então assim, eu era do Rio, mudei pra São Paulo, de lá mudei pro Litoral, do litoral eu mudei pra Cuiabá. Eu acho que se tivesse um bebê no meio, eu não ia conseguir fazer tudo isso...

Conciliar o goalball e a natação não é fácil. Ou é por conta do horário, né? Porque a gente sempre tem que conseguir o espaço na piscina e também eu tenho que cumprir o meu horário lá na UNIVAG. Então eu não posso me comprometer com o treino de natação ou qualquer outra coisa nesse horário da UNIVAG. Chegou uma hora que eu estava treinando os dois fortes, porque eu tinha o campeonato do Rio de Janeiro, de natação e eu tinha o brasileiro de goalball. Então eu tive que me dedicar pros dois! Eu me dediquei... claro que eu diminui a frequência na musculação, porque eu não tinha tempo de ir direto pra musculação, mas foi muito cansativo!!! Oito horas da noite eu já estava morta de cansada [risos].

Mas eu acho que estou curtindo o momento das modalidades. Eu vejo que daqui um tempo, eu acho que eu vou parar com uma ou com outra. É que o goalball hoje, apesar de ser o que eu gosto, né? Eu ainda tenho bolsa atleta e o trabalho na UNIVAG pelo goalball. Então é algo assim que eu não posso parar porque é o meu ganha pão [risos]. E na natação, eu to fazendo essa experiência, né? É algo assim que eu não sei se é certo hoje na minha vida, mas que o pouco tempo que eu tô eu já consegui ser realizada, né? Na questão de conseguir índice, baixar tempo e também ter uma equipe aqui de natação. Hoje a gente é mais visto como atleta aqui no estado. O estado é muito rico, mas acho que ele não tinha essa visão de paratleta, né?

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A MULHER COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE: PERSPECTIVAS DE ATLETAS PARALÍMPICAS

Pesquisador: Maria Luíza Tanure Alves

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 37547220.0.0000.5404

Instituição Proponente: Faculdade de Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.119.657

Apresentação do Projeto:

O parecer inicial é elaborado com base na transcrição editada do conteúdo do registro do protocolo na Plataforma Brasil e dos arquivos anexados à Plataforma Brasil. Os pareceres de retorno, emendas e notificações são elaborados a partir do último parecer e dos dados e arquivos da última versão apresentada. Trata-se de SOLICITAÇÃO DE EMENDA (E1) AO PROTOCOLO originalmente aprovado em 21/12/2020 para inclusão de novo pesquisador, mudanças na metodologia e extensão do cronograma de realização da pesquisa. O texto do parecer foi atualizado conforme a documentação apresentada. A solicitação está detalhadamente descrita ao final do parecer.

Introdução: O esporte para pessoas com deficiência teve início marcado no período da II Guerra Mundial com o retorno de soldados lesionados aos seus países. Neste contexto o seu desenvolvimento se deu principalmente em dois países: Inglaterra e Estados Unidos. Em ambos os países o esporte foi desenvolvido inicialmente como forma de reabilitação para as pessoas com deficiência, buscando um retorno ainda distante à sociedade (MELLO; WINCKLER, 2012). Na Inglaterra, o esporte para pessoas com deficiência teve seu início com o médico neurologista Sir Ludwig Guttmann no Hospital de Stoke Mandeville. Este desenvolveu diversas modalidades para pessoas em cadeira de rodas, ampliando suas atividades com competições oficiais primeiramente internas e posteriormente internacionais. Nos Estados Unidos, o esporte para pessoas com deficiência também teve seu desenvolvimento atrelado ao retorno de soldados lesionados aos

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.063-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** csp@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

países. Porém, neste país o esporte foi desenvolvido pelos próprios atletas com deficiência através do basquete sobre rodas. Desta forma, com a ampliação dos jogos desenvolvidos inicialmente no hospital de Stoke Mandeville e a participação de diferentes países, o esporte para pessoas com deficiência se estruturou como esporte paralímpico, como o conhecemos atualmente (MELLO; WINCKLER, 2012). - O esporte adaptado no Brasil A chegada do esporte para a pessoa com deficiência no Brasil se deu por meio de duas pessoas que procuraram os serviços de reabilitação oferecidos nos Estados Unidos na década de 1950: Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande. Quando retornaram ao Brasil, Robson fundou o Clube do Otimismo e Sérgio criou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo. Com isso, o esporte para pessoa com deficiência começou a ser difundido pelo país, o que favoreceu a primeira participação paralímpica do Brasil em 1972, nos Jogos de Heidelberg, na Alemanha. O Brasil foi representado por dez atletas nas modalidades Natação, Atletismo, Basquete e Tiro com Arco (ARAÚJO, 2011; MELLO; WINCKLER, 2012). Ao longo dos anos, diversas associações esportivas foram criadas, a fim de obter uma melhor organização da participação brasileira nos Jogos Paralímpicos. O Brasil foi, cada vez mais, aumentando a sua participação em diversas modalidades e, conseqüentemente, aumentando o número de atletas representantes. Com isso, em 1995 foi fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (MELLO; WINCKLER, 2012, p. 10). - Sexo, gênero e esporte No geral, a sociedade está organizada na ideia de que as diferenças entre mulheres e homens são mais importantes do que as qualidades que ambos têm em comum. As pessoas procuram comparar a questão feminina com a masculina baseando-se nas questões "naturais" quando, na verdade, existem dois processos: sexo e gênero. O primeiro diz a respeito de uma característica mais constante e natural da vida humana e se refere aos aspectos biológicos de ser homem ou mulher, enquanto o segundo está mais relacionado com a cultura, pois diz respeito ao comportamento construído e aprendido, e geralmente é categorizado amplamente como "masculinidade" e "feminilidade". Pode-se observar que ainda hoje as noções entre sexo e gênero podem ser confundidas pelas pessoas, onde a feminilidade e a masculinidade são frequentemente vistas como algo natural e imutável (LAKER, 2012). As noções em relação ao conceito e a constituição do "ser" feminino e do "ser" masculino começaram a surgir a partir dos comportamentos e dos privilégios da sociedade no período do Iluminismo no século XVIII. O esporte acabou sendo percebido como uma atividade culturalmente "masculina", onde as mulheres frequentemente não possuíam acesso ou tinham relações menos privilegiadas quando comparadas aos homens devido à valorização da masculinidade. Na concepção de Barão de Coubertin, falecido presidente do Comitê Olímpico Internacional, o esporte, mais precisamente os Jogos Olímpicos, serviam para coroar a masculinidade do homem, mediante

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** csp@unicamp.br



Continuação do Parecer 5.119.657

a prática atlética, incompatível com a natureza feminina. (WELCH; COSTA, 1994; DEVIDE, 2005; KNIJNIK, 2010). Ao longo do tempo começaram a surgir organizações feministas em diferentes regiões do mundo para reivindicar e lutar pelos seus direitos e, em relação ao esporte, não foi diferente. Na primeira edição dos Jogos Olímpicos Modernos, em 1896, na cidade de Atenas, uma mulher grega tentou se inscrever para a prova de maratona na competição, mas foi impedida pela organização do evento de realizar tal prova. No dia da prova, a grega correu separadamente dos homens, o que deu coragem às outras mulheres. Nos primeiros anos de desenvolvimento do Comitê Olímpico Internacional, havia uma falta de organização e coesão no programa dos Jogos, o que permitiu que houvesse uma reunião de eventos desorganizados, entre os quais alguns eram destinados às mulheres. A partir do final do século XIX e início do século XX, alguns eventos foram permitidos para o público feminino como o golfe e tênis em 1900 e arco e flecha em 1904. Com isso, as mulheres deram um salto no esporte, passando a ter presença nos Jogos não apenas como espectadoras, mas como participantes, porém sendo elas restritas à prática da natação e do tênis (WELCH; COSTA, 1994; DEVIDE, 2005). Apesar disso, até 1968 as mulheres olímpicas tinham que provar sua feminilidade, nuas, através de um desfile perante uma banca de examinadores. Esta prova era necessária em função das concepções de gênero que existiam na sociedade que ainda não admitem, de forma plena, a presença feminina no esporte (FAUSTO-STERLING, 2000; KNIJNIK, 2010). No Brasil, vale ressaltar que nem sempre foram e ainda não são iguais as condições de acesso e participação das mulheres, se comparadas às dos homens, no campo das práticas corporais e esportivas. A visão machista baseada no ideal conservador de que às mulheres não era permitida a participação em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, já estava posta na sociedade. Com as mudanças e inovações dos ideais oriundos da Europa, chegou também no Brasil os ideais da luta feminista, que proporcionaram às mulheres novas formas de comportamento e, entre estas novas formas, estava o exercício físico. Com isso, a presença das mulheres brasileiras no esporte foi aumentando e, caminhando em direção ao desfecho do século XX, os anos 80 e 90 se caracterizaram pelo período de maior inserção das mulheres em esportes que estereotipados como violentos para a participação feminina (GOELLNER, 2005). Alguns anos depois, nos XXVIII Jogos Olímpicos Modernos em 2004, a cidade de Atenas recebeu 4.412 mulheres atletas, 40,6% do total de participantes, "[...] competindo em 26 modalidades e demonstrando valores como força, competitividade, desafio e atletismo, quebrando recordes e se aproximando cada vez mais das marcas masculinas" (DEVIDE, 2005). Neste mesmo ano o Brasil enviou uma delegação feminina recorde, com 122 mulheres, o que correspondeu a quase 50% da delegação do país, o que demonstrou o aumento da participação das mulheres brasileiras no

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** csp@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

esporte de alto rendimento. No entanto, apesar do aumento da incidência das mulheres no esporte, não se pode negar o fato de que elas ainda são [...] julgadas, avaliadas e mesmo afastadas do esporte, a partir de critérios que não se relacionam em momento algum com as suas habilidades esportivas, e que remontam a valores sobre a condição feminina que se imaginavam superados (KNIJNIK e SIMÕES, 2000 apud KNIJNIK, 2010). - A mulher com deficiência no esporte O esporte tem sido associado ao corpo atlético masculino, que é visto como um corpo forte e capaz, sem deficiências e danos (DEPAUW, 1997; HARDIN et al., 2002 apud FIGUEIREDO, 2014). A pessoa com deficiência em primeiro lugar é julgada e analisada através de seus corpos, vistos como imperfeitos, incompletos e inadequados. Com isso, as mulheres com deficiência estão e são sujeitas a uma tripla discriminação, pois não se enquadram na perspectiva do corpo atlético ideal; não correspondem à masculinidade, que apresenta atributos como força, habilidade, resistência, velocidade, agressividade, independência e coragem; nem pela sexualidade (HARGREAVES, 1994; SCHANTZ; GILBERT, 2001; FIGUEIREDO, 2014). A pessoa com deficiência começou a participar de competições somente no ano de 1948, nos primeiros Jogos de Stoke Mandeville. Esta competição contou com a participação de 14 homens e somente duas mulheres (MELLO; WINCKLER, 2012). Uma hipótese para o número de mulheres participantes ser menor que o número de homens deve se dar pelo fato de que somente os homens participavam das guerras e voltavam com membros comprometidos, ou seja, além daqueles que já nasciam com deficiência, surgiam mais homens com deficiência devido aos combates da guerra. No entanto, apesar de não haver informações na literatura sobre o processo do acesso da mulher com deficiência aos esportes adaptados e paralímpicos desde os primeiros Jogos de Stoke Mandeville até os dias atuais, sabe-se que ela também foi, progressivamente, conquistando o seu direito de participação e espaço neste contexto esportivo. No Brasil, o cenário revelado a respeito do número de mulheres participantes em relação ao número de paratletas homens é semelhante ao contexto mundial. O Comitê Paralímpico Brasileiro ilustra um gráfico com informações referentes às participações de paratletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos da primeira edição na qual o Brasil esteve presente (Jogos de Heidelberg, 1972) até a última edição dos jogos no Rio 2016. A curva do gráfico mostra-se bastante satisfatória onde se pode observar aumentos significativos no número de paratletas mulheres (CPB, 2020). O preconceito às pessoas com deficiência é visto como uma negação social, onde as diferenças apresentadas são vistas como falta, carência e/ou impossibilidade. O esporte paralímpico veio como um meio de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, e a mulher deve estar inclusa neste contexto (DA SILVA, 2006; MELLO; WINCKLER, 2012). Desta forma, o presente estudo busca compreender a perspectiva da mulher com deficiência no esporte de alto

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

rendimento no Brasil, elucidando possíveis aspectos positivos e barreiras ainda atuantes.

DELINEAMENTO DA PESQUISA: Trata-se de estudo qualitativo e descritivo, por meio de entrevista por telefone, grupo focal e acompanhamento longitudinal de um ano por meio de diários reflexivos das rotinas de treinos e competição, que envolverá 15 mulheres com deficiência física e visual e idades de 18 anos ou mais. O estudo tem caráter qualitativo e descritivo com foco em atletas femininas do esporte paralímpico, visando o contexto social amplo, buscando crenças, valores, comportamentos e atitudes vinculadas a presença da mulher com deficiência no esporte de alto rendimento. Desta forma, o presente estudo busca investigar e analisar as perspectivas da mulher com deficiência no esporte paralímpico, revelando a realidade vivenciada, contribuições, obstáculos e significações que o mesmo a proporciona. A coleta de dados se dará por entrevista semiestruturada com questões abertas e, acompanhamento longitudinal por meio de diários reflexivos das rotinas de treinos e competição. Isto ocorrerá com participantes mulheres maiores de 18 anos que praticam alguma modalidade paralímpica no mínimo há três anos e que participam de competições oficiais. Espera-se o reconhecimento inicial da realidade vivenciada pela mulher com deficiência no esporte paralímpico de rendimento. Tal perspectiva pode contribuir para análise dos obstáculos e impedimentos ainda presentes capazes de reduzir a participação feminina no esporte paralímpico.

Local de realização da pesquisa: A pesquisa será realizada na instituição de ensino UNICAMP (mais especificamente na FEF-UNICAMP).

População a ser estudada: A população estudada serão mulheres entre 18 e 25 anos que apresentam deficiência física e/ou visual, não sendo específico para a seleção a raça, etnia, gênero, escolaridade e classe social.

Garantias éticas aos participantes da pesquisa: A participação na pesquisa se dará de forma totalmente voluntária e as participantes terão seus dados preservados, mantendo o sigilo da sua identidade.

Método: O estudo tem caráter qualitativo e descritivo com foco em atletas femininas do esporte paralímpico, visando o contexto social amplo, buscando crenças, valores, comportamentos e atitudes vinculadas a presença da mulher com deficiência no esporte de alto rendimento.

Participantes: O estudo contará com a participação de mulheres com deficiência, selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: 1) atletas de modalidade esportiva paralímpica maiores de 18 anos; 2) atleta com participação em competições oficiais do comitê paralímpico brasileiro há pelo menos três anos; 3) atletas com deficiência física ou visual. Serão excluídas do

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.063-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

estudo atletas com dificuldades de comunicação.

Recrutamento das participantes: Para o recrutamento das participantes, haverá um convite divulgado por mídias sociais em páginas e grupos que possivelmente tenham pessoas que se encaixam nos critérios de inclusão, além do encaminhamento via WhatsApp. No convite haverá um link que encaminhará as participantes a um formulário online para contato direto com as pesquisadoras e demonstração de interesse no envolvimento com a pesquisa.

A partir da demonstração de interesse, a pesquisadora encaminhará por e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para as pessoas com deficiência visual, elas possuem em seus dispositivos celulares funções que permitem ouvir o que está em forma de texto no TCLE. Sendo assim, após a leitura ou escuta do TCLE, ela poderá decidir se deseja participar ou não da pesquisa e, esse registro, será feito via email.

Coleta de dados: Com objetivo de buscar a perspectiva de atletas mulheres com deficiência no esporte, serão utilizadas as entrevistas semiestruturadas, que seguirão roteiro pré-estruturado, elaborado pelas pesquisadoras responsáveis, em conjunto com mulheres com deficiência praticantes de esportes. Para além de promover um instrumento fidedigno, o intuito dessa estratégia é estreitar relações com as participantes e promover uma pesquisa científica com, e não para, mulheres com deficiência. As entrevistas serão realizadas individualmente, com o registro na forma de gravação de voz. As entrevistas serão realizadas por telefone de acordo com a disponibilidade das participantes do estudo. Para fidedignidade dos dados, será realizado procedimento de member checking com as participantes do estudo (CRESWELL, 2003; PATTON, 2002).

Além disso, um acompanhamento longitudinal por meio de diários reflexivos será realizado com duas participantes dentro do período de um ano (BASHAN; HOLSBLAT, 2017). O objetivo desta técnica é fortalecer as relações entre a pesquisadora e as participantes e aprimorar o conhecimento do fenômeno esportivo a partir de impressões contínuas de mulheres paralímpicas brasileiras (DYMENT; O'CONNELLB, 2011). Elas serão encorajadas a expressar livremente de forma escrita ou por áudio, seus desafios, conquistas e qualquer outras percepções frente as suas rotinas de treino e competição (BASHAN; HOLSBLAT, 2017).

Por último, entrevistas semiestruturadas em grupo focal serão realizadas a fim de discutir as impressões e temáticas emergentes dos diários reflexivos, compreender o agenciamento esportivo relatado por elas e, propor implicações teóricas e práticas com fins destinados ao empoderamento e emancipação de mulheres no movimento paralímpico brasileiro.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

Roteiro da entrevista semiestruturada: 1. Nos conte um pouco da sua história no esporte. Seu início, trajeto até aqui. 2. Como foi a relação da sua família com a sua vida no esporte? 3. O que o esporte paralímpico significa na sua vida? 4. Quais suas experiências mais significativas (que você gostaria de compartilhar) sobre a sua vida no esporte? 5. Quais foram as dificuldades encontradas para permanência no esporte? Como é ser uma atleta paralímpica todo dia? O que isso demanda? 6. Quais seus sonhos e perspectivas no esporte paralímpico? O que você visualiza para você? 7. Por que a mulher com deficiência deve participar do esporte paralímpico? 8. Qual o lugar da mulher com deficiência no esporte? Como ela deve alcançar?

Análise dos Dados: As entrevistas serão analisadas através da técnica de análise de conteúdo, a qual tem como objetivo explorar e compreender o tema estudado através do discurso dos participantes e consiste no processo de reconhecimento, codificação e classificação da informação (PATTON, 2002). Posteriormente, o material será codificado individualmente em unidades de registro, as quais podem ser palavras, frases ou partes do texto, que permitem a identificação de categorias presentes (BARDIN, 2011). Após este estágio, os temas emergentes das entrevistas e documentos serão categorizados em categorias temáticas maiores de acordo com a perspectiva de cada grupo de participante, buscando a transversalidade temática entre os discursos dos participantes. Posteriormente será realizado o processo de interpretação das categorias temáticas presente no conjunto das entrevistas e documentos permitindo uma análise e compreensão dos significados latentes de acordo com o objetivo do estudo (PATTON, 2002).

Os diários reflexivos serão avaliados longitudinalmente pela pesquisadora responsável e os membros da equipe, que desde o início do processo, irão documentar e codificar os conteúdos emergentes das impressões das participantes. Ao final do período de coleta de dados, as temáticas serão resumidas, discutidas e refletidas (DYMENT; O'CONNELLB, 2011).

Os resultados do estudo permitirão inicialmente o reconhecimento do status quo do envolvimento da mulher com deficiência no esporte de rendimento. Desta forma, espera-se resposta a questionamentos relacionados as perspectivas da mulher frente ao esporte paralímpico de alto rendimento, revelando os aspectos sociais presente neste contexto esportivo específico que ainda impedem ou prejudicam sua participação. O estudo se apresenta ainda como um passo inicial para desvendar este cenário, o qual parece ainda dominado, estruturado e desenvolvido para homens.

Cronograma de atividades: Devido a inserção de uma integrante na equipe e, o desenvolvimento de sua tese doutorado, o cronograma do projeto de pesquisa foi revisado, estando ele também atualizado na plataforma do CEP.

Orçamento: Para realização do estudo serão utilizados equipamentos e tecnologias já disponíveis

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

no Laboratório de Atividade Motora Adaptada da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Assim, custos para a realização do estudo se referem ao deslocamento da pesquisadora ao laboratório. O estudo será realizado com financiamento próprio.

Crêterios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa: O estudo contará com a participação de mulheres com deficiência, selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: 1) atletas de modalidade esportiva paralímpica maiores de 18 anos; 2) atleta com participação em competições oficiais do comitê paralímpico brasileiro há pelo menos três anos; 3) atletas com deficiência física ou visual. Serão excluídas do estudo atletas com dificuldades de comunicação.

Riscos e benefícios envolvidos na execução da pesquisa: O presente estudo se apresenta com baixo risco para sua execução, porém um dos seus possíveis riscos é a ocorrência de desconforto pelas atletas participantes durante a realização das entrevistas. Quanto aos benefícios, a referente pesquisa será benéfica no sentido que estará ampliando a literatura na temática da mulher no esporte paralímpico, além de levantar dados que refletem a baixa participação do público feminino no esporte paralímpico quando comparada aos homens.

Crêterios de encerramento ou suspensão de pesquisa: Não se aplica.

Resultados do estudo: As pesquisadoras garantem que resultados do estudo serão divulgados para as participantes da pesquisa e instituições onde os dados serão obtidos.

Divulgação dos resultados: As pesquisadoras garantem que os resultados da pesquisas serão encaminhados para publicação com os devidos créditos.

Requisitos específicos dos protocolos de pesquisa: Não se aplica

Desfecho Primário: Os resultados do estudo permitirão inicialmente o reconhecimento do status quo do envolvimento da mulher com deficiência no esporte de rendimento. Desta forma, espera-se resposta a questionamentos relacionados as perspectivas da mulher frente ao esporte paralímpico de alto rendimento, revelando os aspectos sociais presente neste contexto esportivo específico que ainda impedem ou prejudicam sua participação. O estudo se apresenta ainda como um passo inicial para desvendar este cenário, o qual parece ainda dominado, estruturado e desenvolvido para homens.

Objetivo da Pesquisa:

Relevância social: O projeto de pesquisa busca elucidar fatores envolvidos com a participação da mulher com deficiência no esporte. Desta forma, frente à realidade de pouco envolvimento com o esporte e os reconhecidos benefícios para a saúde física e psicológica da prática esportiva, os resultados podem permitir o reconhecimento de mudanças necessárias em políticas públicas e

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

práticas voltadas à participação da mulher com deficiência no contexto esportivo.

Hipótese: Mulheres com deficiência têm prejuízos específicos à sua condição para participação no esporte de rendimento.

Objetivo primário: O estudo tem como objetivo investigar e analisar as perspectivas da mulher com deficiência no esporte paralímpico, revelando a realidade vivenciada, contribuições, obstáculos e significações que o mesmo a proporciona. O estudo tem foco no contexto social vivenciado, buscando compreender as relações vivenciadas, crenças, valores e comportamentos associados à participação feminina do esporte paralímpico de rendimento.

Objetivos secundários: Não descritos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores informaram quanto aos riscos e desconfortos previstos para os participantes da pesquisa que "O presente estudo se apresenta com baixo risco para sua execução, porém um dos seus possíveis riscos é a ocorrência de desconforto pelas atletas participantes durante a realização das entrevistas".

Os pesquisadores informaram quanto aos benefícios diretos previstos para os participantes da pesquisa que "Quanto aos benefícios, a referente pesquisa será benéfica no sentido que estará ampliando a literatura na temática da mulher no esporte paralímpico, além de levantar dados que refletem a baixa participação do público feminino no esporte paralímpico quando comparada aos homens".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A EQUIPE DE PESQUISADORES citada na capa do projeto de pesquisa e na PB inclui MARIA LUÍZA TANURE ALVES (Bacharelado em Treinamento em Esportes, Docente da Faculdade de Educação Física - FEF –UNICAMP, Pesquisadora responsável, Orientadora), NATHALI FERNANDA FELICIANO (Graduada no curso de Educação Física da FEF-UNICAMP, Orientanda), ISABELLA DOS SANTOS ALVES (Graduada em Educação Física, Doutoranda no PPG em Educação Física da FEF-UNICAMP, Orientanda, Incluída em E1).

O orçamento descrito na PB informa que a pesquisa terá custo de R\$ 150,00 para aquisição de material de papelaria e será bancado pelos pesquisadores.

A pesquisa foi classificada na Grande Área 4 (Ciências da Saúde), Grande Área 6 (Ciências Sociais Aplicadas) e Grande Área 7 (Ciências Humanas) e tem como título público "A MULHER COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE: PERSPECTIVAS DE ATLETAS PARALÍMPICAS".

A pesquisa não foi classificada nas áreas temáticas especiais.

A Instituição proponente do protocolo é a Faculdade de Educação Física da UNICAMP e não foi

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

listada Instituição Coparticipante.

O cronograma aprovado na versão original do protocolo, como descrito na PB, previa início da pesquisa em 01/01/2021 e o término em 27/08/2021, em cerca de 20 meses. Já no projeto de pesquisa o cronograma previa 12 meses para a execução da pesquisa.

O cronograma proposto no projeto (E1) informa o início no segundo semestre de 2021, o término no segundo semestre de 2024 e prevê cerca de 42 meses para conclusão da pesquisa. O cronograma descrito na PB em E1 indica que a pesquisa será iniciada em 06/09/2021 (etapas preliminares), em 01/01/2022 (seleção de participantes) e será concluída em 31/12/2024, em cerca de 40 meses. Considerando o cronograma originalmente aprovado, como descrito na PB (o cronograma descrito no projeto de pesquisa não permite cálculo específico), foi solicitada extensão de 28 meses para a realização da pesquisa.

Necessidade de registro de Biorrepositório: A descrição da metodologia indica que não serão coletadas amostras biológicas para a realização da pesquisa e, portanto, não há necessidade de registro de biorrepositório.

Em 06/09/2021 os PESQUISADORES SOLICITARAM EMENDA (E1) AO PROTOCOLO sob a seguinte justificativa: "Esta solicitação se justifica pela inserção de novas estratégias metodológicas que serão contemplados no projeto de doutorado da aluna Isabella dos Santos Alves, nova integrante da equipe desta pesquisa. Dessa forma, considerando a estreita relação e, sobretudo, a continuação do estudo da mulher com deficiência no contexto esportivo, as seguintes alterações se fazem necessárias: 1) Inserção de uma nova integrante à equipe que, com o desenvolvimento de sua tese de doutorado, continuará o estudo da mulher com deficiência no esporte sob a mesma vertente do projeto anteriormente aprovado; 2) As participantes do estudo serão mulheres com deficiência maiores de 18 anos, sem restrição de idade máxima. Considerando a entrada tardia no esporte paralímpico, bem como, a dificuldade para a renovação de atletas neste contexto, a não restrição de idade máxima se faz necessária para investigar a participação do esporte paralímpico em sua totalidade. 3) O roteiro das entrevistas semi-estruturadas será elaborado pelas pesquisadoras responsáveis, em conjunto com mulheres com deficiência praticantes de esportes. Esta alteração foi necessária para assegurar a fidedignidade do instrumento utilizado e, com objetivo de estreitar relações com as participantes. 4) Além das entrevistas, outras duas estratégias de coletas de dados foram adicionadas. Um acompanhamento longitudinal por meio de diários reflexivos será realizado com duas participantes dentro do período de um ano. O objetivo desta técnica é, para além de fortalecer as relações entre a pesquisadora e as participantes, obter impressões contínuas de mulheres paralímpicas brasileiras em seu ambiente natural de treino e

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

competição. Além disso, entrevistas semiestruturadas em grupo focal serão realizadas com todas as participantes com intuito de reunir as experiências, desafios e, sobretudo, compreender o agenciamento esportivo por mulheres no movimento paralímpico brasileiro. As estratégias para análise dos dados, a partir das novas técnicas de coletas, estão destacadas na sessão de análise de dados. 4) Com a inserção da nova integrante da equipe, o cronograma obteve alterações para assegurar o desenvolvimento da pesquisa dentro do período de doutoramento. 5) Duas referências foram adicionadas na lista de referências em virtude da inserção metodológica. Importante destacar que todas as alterações realizadas no projeto de pesquisa foram destacadas em amarelo e, o texto pontualmente excluído foi destacado em vermelho tachado”.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos e blocos de informação utilizados para elaboração do parecer foram:

Registro do protocolo na Plataforma Brasil: Arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1802061_E1.pdf" de 18/11/2021.

Carta resposta ao parecer: Arquivo "Carta_resposta_18_11_2021.pdf" de 18/11/2021.

Projeto de pesquisa: Arquivo "Projeto_de_pesquisa_atualizado_18_11_2021.pdf" de 18/11/2021.

Modelo de TCLE a ser aplicado, etapa "diário": Arquivo "TCLE_diaros_atualizado_18_11_2021.pdf" de 18/11/2021.

Modelo de TCLE a ser aplicado na etapa "entrevista": Arquivo "TCLE_entrevistas_atualizado_18_11_2021.pdf" de 18/11/2021.

Também foram apresentados outros dois arquivos de versões anteriores do protocolo que não foram avaliados para a elaboração deste parecer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há mais pendências por resolver:

Pendência 1 (atendida em 18/11/2021)– Foi apresentado o modelo ajustado de TCLE a ser empregado na etapa "diário" da pesquisa.

Pendência 2 (atendida em 18/11/2021)– Foi apresentado o modelo ajustado de TCLE a ser empregado na etapa "entrevista" da pesquisa.

Pendência 3 (atendida em 18/11/2021)– Os pesquisadores explicaram que a distribuição das etapas da pesquisa favorecem o uso de dois modelos de TCLE, não de um.

Considerações Finais a critério do CEP:

- O participante da pesquisa deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (quando aplicável).

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.063-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado. Se o pesquisador considerar a descontinuação do estudo, esta deve ser justificada e somente ser realizada após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou. O pesquisador deve aguardar o parecer do CEP quanto à descontinuação, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de uma estratégia diagnóstica ou terapêutica oferecida a um dos grupos da pesquisa, isto é, somente em caso de necessidade de ação imediata com intuito de proteger os participantes.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial.
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.
- Lembramos que segundo a Resolução 466/2012, item XI.2 letra e, "cabe ao pesquisador apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento".
- O pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1802061_E1.pdf	18/11/2021 13:09:28		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_diarios_atualizado_18_11_2021.pdf	18/11/2021 13:06:54	Maria Luíza Tanure Alves	Aceito

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.119.657

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_entrevistas_atualizado_18_11_2021.pdf	18/11/2021 13:05:57	Maria Luiza Tanure Alves	Aceito
Outros	Carta_resposta_18_11_2021.pdf	18/11/2021 13:05:31	Maria Luiza Tanure Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_atualizado_18_11_2021.pdf	18/11/2021 13:02:36	Maria Luiza Tanure Alves	Aceito
Outros	identidade_funcional.pdf	18/08/2020 13:11:39	Maria Luiza Tanure Alves	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	18/08/2020 13:09:24	Maria Luiza Tanure Alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 22 de Novembro de 2021

Assinado por:
jacks jorge junior
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126, 1º andar do Prédio I da Faculdade de Ciências Médicas
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.063-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@unicamp.br